



PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL – PDI
2018-2022



CRICIÚMA
2017

UNIVERSIDADE DO EXTREMO SUL CATARINENSE – UNESC

Reitora

Prof^a Luciane Bisognin Ceretta

Vice-reitor

Prof. Daniel Ribeiro Préve

Aprovado pela Resolução n.º 14/2017 do Conselho Universitário da Unesc

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação

U58p Universidade do Extremo Sul Catarinense.
 Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI : 2018-
 2022 / Universidade do Extremo Sul Catarinense. –
 Criciúma, SC : UNESC, 2017.
 211 p. : il.

1. Universidade do Extremo Sul Catarinense –
Planejamento. 2. Universidades e faculdades –
Planejamento. 3. Desenvolvimento institucional.
4. Planejamento educacional. 5. Universidades e
faculdades – Administração. I. Título.

CDD – 22.ed. 378.107

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Linha do Tempo da Fucri – Unesc.....	12
Figura 2 - Unesc em Números – 2017/1.....	14
Figura 3 - Cursos e Respectivas Habilitações por Áreas do Conhecimento	16
Figura 4 - Linha do Tempo Planejamento Estratégico Unesc	18
Figura 5 - Mapa Estratégico Institucional	19
Figura 6 - Organização dos Programas de Extensão na Unesc	71
Figura 7 - Metodologia da Indissociabilidade do Ensino-Pesquisa-Extensão.....	82

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Princípios e Valores da Unesc.....	15
Quadro 2 - Denominação das Áreas Temáticas de Extensão	66
Quadro 3 - Denominação das Linhas de Extensão	67
Quadro 4 - Classificação e Definição de Prestação de Serviço	74
Quadro 5 - Classificação e Definição de Publicações e Outros Produtos Acadêmicos	75
Quadro 6 - Cursos Técnicos em Funcionamento	128
Quadro 7 - Curso Técnicos – Plano de Expansão	128
Quadro 8 - Cursos de Graduação em Funcionamento.....	129
Quadro 9 - Curso de Graduação – Plano de Expansão.....	137
Quadro 10 - Cursos se Pós-Graduação <i>Lato Sensu</i> Presencial em Funcionamento	139
Quadro 11 - Cursos de Pós-Graduação <i>Lato Sensu</i> – Plano de Expansão	142
Quadro 12 - Quantidade de Cursos de Pós-Graduação <i>Lato Sensu</i> Ofertados por Ano.....	145
Quadro 13 - Cursos de Pós-Graduação <i>Stricto-Sensu</i> em Funcionamento	146
Quadro 14 - Curso de Pós-Graduação <i>Stricto Sensu</i> – Plano de Expansão.....	147
Quadro 15 - Cursos de Extensão em Funcionamento	148
Quadro 16 - Cursos de Extensão Presencial – Plano de Expansão	150
Quadro 17 - Polos de Educação a Distância.....	153
Quadro 18 - Corpo Docente por Titulação Acadêmica	155
Quadro 19 - Proporção dos Professores, Conforme Regime Trabalho dos Docentes	156
Quadro 20 - Quadro Regular Docente	156
Quadro 21 - Docentes do Quadro Regular em Capacitação	157
Quadro 22 - Cronograma de Expansão do Corpo Docente	159
Quadro 23 - Infraestrutura Unesc	170
Quadro 24 - Infraestrutura Parque Tecnológico / Iparque.....	171
Quadro 25 - Acervo das Bibliotecas da Unesc	173
Quadro 26 - Programas Utilizados pelos Cursos de Graduação.....	176
Quadro 27 - Recursos de Informática Disponíveis.....	178
Quadro 28 - Relação Equipamento por Estudante.....	181
Quadro 29 - Equipamento de Apoio para Atendimento em Geral	181
Quadro 30 - Laboratórios Específicos por Curso de Graduação	185
Quadro 31 - Laboratórios Específicos por Programa <i>Stricto Sensu</i>	187
Quadro 32 - Laboratórios Específicos para Ensino e/ou Prestação de Serviço.....	187
Quadro 33 - Procedimentos de Avaliação por Dimensão	197

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACAFE	Associação Catarinense das Fundações Educacionais
ADITT	Agência de Desenvolvimento, Inovação e Transferência de Tecnologia
AVA	Ambiente Virtual de Aprendizagem
ABP	Aprendizagem Baseada em Problemas
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CEDOC	Centro de Documentação
BIREME	Centro Latino Americano e do Caribe de Informação em Ciências da Saúde
CLT	Consolidação das Leis do Trabalho
CNE	Conselho Nacional de Educação
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CEUA	Comissão de Ética em Uso de Animais
CONEP	Comissão Nacional de Ética em Pesquisa
CPA	Comissão Própria de Avaliação
CEP	Comitê de Ética em Pesquisa
CIC	Comitê Institucional Científico
CPC	Conceito Preliminar de Curso
CONCEA	Conselho Nacional de Controle de Experimentação Animal
CONSU	Conselho Universitário
CPAE	Coordenadoria de Políticas de Atenção ao Estudante
CSA	Conselho Superior de Administração
DCE	Diretório central dos estudantes
DTI	Departamento de Tecnologia de Informação
EAD	Educação a Distância
ECTI	Entidade de Ciência, Tecnologia e Inovação
ENADE	Exame Nacional de Desempenho de Estudantes
ENEM	Exame Nacional do Ensino Médio
FORPROF	Formação continuada de Professores
FORPROEX	Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras
FUMDES	Fundo de Apoio à Manutenção e ao Desenvolvimento da Educação Superior
GT	Grupo de Trabalho
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICOM	International Council of Museums
IES	Instituição de Ensino Superior
ITEC.IN	Incubadora Tecnológica de Ideias e Negócios
IGC	Índice Geral de Cursos Avaliados da Instituição
IBRAM	Instituto Brasileiro de Museus
IALI	Instituto de Alimentos
IDT	Instituto de Engenharia e Tecnologia
IPETE	Instituto de Pesquisa em Tecnologia Educacional
IPESE	Instituto de Pesquisa Socioeconômica Aplicada
IPAT	Instituto de Pesquisas Ambientais Tecnológicas
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

ISBN	International Standard Book Number
ISSN	International Standard Serial Number
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MEC	Ministério da Educação
NDE	Núcleo Docente Estruturante
NAE	Núcleo de Assessoria ao Estudante da Unesc
NAP	Núcleo de Assessoria Pedagógica da Unesc
NIT	Núcleo de Inovação Tecnológica
OBEDUC	Observatório da Educação
ONU	Organização das Nações Unidas
OMS	Organização Mundial de Saúde
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
PARFOR	Plano Nacional de Formação de Professores
PPC	Pedagógico do Curso
PIBIC	Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica
PIBID	Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência
PDI	Plano de Desenvolvimento Institucional
PPI	Projeto Pedagógico Institucional
PMC	Prefeitura Municipal de Criciúma
PNC	Plano Nacional de Cultura
PAP	Polos de Apoio Presencial
PPG	Programa de Pós-graduação
PROACAD	Pró-reitoria Acadêmica
COMUT	Programa de Comutação Bibliográfica
PGP	Programa de Grupos de Pesquisa cadastrados
POP	Programa de Orientação Profissional
PIBICJr	Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica Júnior
PIBICEC	Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica para Estudantes Conveniados
PPCE	Programa Permanente de Combate à Evasão da Unesc
PPCs	Projetos Pedagógicos dos Cursos
PROUNI	Programa Universidade para Todos
RENEX	Rede Nacional de Extensão
SAMA	Setor de Apoio Multifuncional de Aprendizagem
SEAI	Setor de Avaliação Institucional
SERCA	Secretaria de Registro e Controle Acadêmico
SEPLAN	Setor de Planejamento Institucional
SEAD	Setor de Educação a Distância
SEE	Setor de Estágios e Empregabilidade
SINAES	Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior
TTD	Tabela de Temporalidade Documental
TIC	Tecnologias da Informação e Comunicação
TCC	Trabalho de Conclusão de Curso
UABC	União das Associações de Bairros de Criciúma

SUMÁRIO

1	PERFIL INSTITUCIONAL	11
1.1	BREVE HISTÓRICO DA INSTITUIÇÃO	11
1.2	DEFINIÇÕES ORGANIZACIONAIS	14
1.3	ÁREAS DE ATUAÇÃO ACADÊMICA	15
2	PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO COMO INSTRUMENTO DE GESTÃO INSTITUCIONAL	18
3	PROJETO PEDAGÓGICO INSTITUCIONAL – PPI.....	22
3.1	INSERÇÃO REGIONAL	22
3.2	PRINCÍPIOS FILOSÓFICOS E PEDAGÓGICOS	22
3.2.1	Perfil do Estudante do Colégio Unesc.....	25
3.2.2	Perfil do Acadêmico da Unesc	26
3.2.3	Perfil do Profissional Egresso da Unesc	26
3.2.4	Perfil do Professor e Tutor da Unesc	27
3.2.5	Perfil do Coordenador de Curso da Unesc.....	27
3.2.6	Perfil do Técnico-Administrativo da Unesc	28
3.3	ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA DA INSTITUIÇÃO	28
3.3.1	Plano de Atendimento às Diretrizes Pedagógicas	30
3.3.1.1	Atividades Práticas e Estágio	31
3.3.1.2	Desenvolvimento de Materiais Didático-Pedagógicos.....	32
3.4	POLÍTICAS E PROGRAMAS INSTITUCIONAIS	33
3.4.1	Políticas para o Ensino de Graduação	33
3.4.1.1	Ensino	34
3.4.1.2	Currículo	34
3.4.1.3	Avaliação da Aprendizagem.....	34
3.4.1.4	Metodologia do Ensino Aprendizagem	35
3.4.1.5	Acessibilidade e Inclusão na Educação Superior	35
3.4.1.6	Valorização Docente.....	35
3.4.1.7	Gestão do Processo Pedagógico do Ensino de Graduação	36
3.4.1.8	Estágios Curriculares na Graduação	36
3.4.1.9	Educação a Distância.....	36
3.4.1.10	Internacionalização	37
3.4.2	Núcleo de Políticas de Formação de Professores para a Educação Básica .	37
3.4.3	Programa de Fortalecimento das Licenciaturas.....	39
3.4.4	Políticas de Pesquisa e Pós-graduação.....	42
3.4.4.1	Pesquisa	43
3.4.4.1.1	Concepção, Princípios e Orientações	43
3.4.4.1.2	Objetivos, Temas e Linhas de Pesquisa.....	46
3.4.4.1.3	Gestão e Incentivo à Pesquisa.....	48
3.4.4.1.4	Atividades e Programas Institucionais de Pesquisa	50
3.4.4.1.5	Comitês Institucionais	52
3.4.4.1.6	Infraestrutura e Equipamentos.....	52
3.4.4.1.7	Captação de Recursos	53
3.4.4.1.8	Acompanhamento e Avaliação da Pesquisa.....	53
3.4.4.1.9	Propriedade Intelectual.....	53
3.4.4.2	Pós-Graduação.....	53
3.4.4.2.1	Concepção e Princípios.....	54
3.4.4.2.2	Mobilidade dos Programas	54

3.4.4.3	Acompanhamento e Avaliação.....	56
3.4.5	Políticas de Inovação	56
3.4.5.1	Pesquisa, Desenvolvimento, Inovação e Prestação de Serviços.....	57
3.4.5.2	Gestão da Inovação na Unesc	58
3.4.5.3	Estímulo à Inovação	58
3.4.5.4	Proteção da Propriedade Intelectual	59
3.4.5.5	Política Editorial da Unesc	59
3.4.6	Políticas de Extensão	60
3.4.6.1	A Gestão da Extensão da Unesc	61
3.4.6.2	A Compreensão da Extensão na Unesc	61
3.4.6.3	Registro das Ações de Extensão.....	64
3.4.6.4	Áreas Temáticas e Linhas de Extensão	65
3.4.6.5	Desenvolvimento da Extensão na Unesc.....	70
3.4.6.6	Produção Acadêmica em Extensão	76
3.4.6.7	Formação em Extensão.....	76
3.4.7	Educação a Distância	77
3.4.7.1	Concepção de Educação a Distância (EaD)	77
3.4.7.2	Políticas de Educação a Distância (EaD)	78
3.4.8	Indissociabilidade de Ensino, Pesquisa e Extensão	80
3.4.9	Esportes	82
3.4.9.1	Objetivos e Eixos de Atuação.....	84
3.4.9.2	Organização e Incentivo ao Esporte	84
3.4.9.3	Infraestrutura e Equipamentos.....	85
3.4.9.4	Captação de Recursos	85
3.4.9.5	Acompanhamento e Avaliação das Atividades Esportivas	86
3.4.10	Cultura na Unesc	86
3.4.10.1	Concepção, Princípios e Orientações	86
3.4.10.2	Objetivos e Eixos de Atuação.....	88
3.4.10.3	Organização e Incentivo à Cultura	90
3.4.10.4	Atividades Institucionais Culturais.....	91
3.4.10.5	Infraestrutura e Equipamentos.....	91
3.4.10.6	Captação de Recursos	91
3.4.11	Museus da Unesc.....	92
3.4.12	Políticas de Meio Ambiente e Valores Humanos	93
3.4.13	Política de Avaliação Institucional Seai.....	94
3.4.13.1	Concepção de avaliação institucional para a Unesc	94
3.4.13.2	Avaliação Interna e Externa	97
3.4.14	Políticas de Gestão	98
3.4.14.1	Gestão Administrativo-Financeira.....	101
4	ATENÇÃO E ATENDIMENTO AOS DISCENTES	103
4.1	EDUCAÇÃO INCLUSIVA	103
4.1.1	Educação Inclusiva	103
4.1.2	Implementação da Educação Inclusiva na Unesc.....	105
4.1.3	Núcleo de Assessoria ao Estudante da Unesc - NAE	106
4.1.3.1	Justificativa da Implantação do Núcleo de Assessoria ao Estudante - NAE....	106
4.1.3.1.1	Setor de Apoio Multifuncional de Aprendizagem - SAMA	108
4.1.3.1.2	Setor de Estágios e Empregabilidade - SEE	109
4.1.3.1.3	Coordenadoria de Políticas de Atenção ao Estudante - CPAE	110
4.1.3.1.4	Programa de Apoio e Financeiro (Bolsas)	110
4.1.3.2	Setores de apoio do NAE	111

4.1.3.2.1	Secretaria de Registro e Controle Acadêmico - SERCA.....	111
4.1.3.2.2	Biblioteca.....	111
4.2	PERMANÊNCIA DOS ESTUDANTES COM SUCESSO.....	112
4.2.1	Componentes de uma Política Institucional de Permanência com Sucesso	112
4.2.1.1	Programa de Bolsas e Financiamentos Educativos/CPAE.....	112
4.2.1.2	Cursos de Extensão.....	114
4.2.1.3	Estágios Não-obrigatórios	114
4.2.1.4	Inglês sem Fronteiras: curso de inglês para estudantes integrantes de programas de iniciação científica	115
4.2.1.5	Internacionalização/Mobilidade Estudantil - Programa de Relações Internacionais.....	116
4.2.1.6	Núcleo de Psicopedagogia e de Atendimento aos Problemas de Aprendizagem	116
4.2.1.7	Programa de Orientação Profissional (POP)	118
4.2.1.8	Projeto Potencial – Programa de Ações para Melhoria do Ser das Relações Interpessoais	118
4.2.1.9	Programa Permanente de Combate à Evasão da Unesc - PPCE.....	118
4.2.1.10	Recepção ao Calouro	119
4.2.1.11	Trote Solidário	120
4.2.2	Escrita da Pessoa Surda	120
4.3	MOBILIDADE ACADÊMICA.....	122
4.4	ORGANIZAÇÃO ESTUDANTIL	123
4.5	ACOMPANHAMENTO DE EGRESSO	123
4.5.1	Metodologia.....	125
5	CRONOGRAMA DE IMPLANTAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA INSTITUIÇÃO E DOS CURSOS	128
5.1	CURSOS TÉCNICOS	128
5.2	GRADUAÇÃO.....	129
5.3	PÓS-GRADUAÇÃO - <i>LATO SENSU</i>	139
5.4	PÓS-GRADUAÇÃO – <i>STRICTO SENSU</i>	146
5.5	CURSOS DE EXTENSÃO DE CURTA E MÉDIA DURAÇÃO	148
5.6	POLOS DE EAD	152
6	PERFIL DO CORPO DOCENTE E TÉCNICO-ADMINISTRATIVO ...	155
6.1	CORPO DOCENTE	155
6.1.1	Processo Seletivo	155
6.1.2	Credenciamento Docente	155
6.1.3	Regime de Trabalho	155
6.1.4	Plano de Carreira	156
6.1.5	Capacitação e Desenvolvimento	157
6.2	CORPO TÉCNICO-ADMINISTRATIVO	157
6.2.1	Processo Seletivo	157
6.2.2	Plano de Carreira	158
6.2.3	Capacitação e Desenvolvimento	158
6.2.4	Bolsa Benefício	158
6.3	PLANO DE EXPANSÃO DO CORPO DOCENTE E TÉCNICO ADMINISTRATIVO	159
7	ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA DA IES.....	161
7.1	GESTÃO INSTITUCIONAL.....	161

7.2	ESTRUTURA ORGANIZACIONAL, INSTÂNCIAS DE DECISÃO E ORGANOGRAMA INSTITUCIONAL E ACADÊMICO	161
7.2.1.1	Câmaras	162
7.2.2	Órgão Executivo	165
7.2.2.1	Reitoria	165
7.2.3	Órgãos da Administração Básica	166
8	INFRAESTRUTURA	170
8.1	INFRAESTRUTURA FÍSICA	170
8.2	INFRAESTRUTURA DA BIBLIOTECA	171
8.2.1	Espaço Físico e Instalações do Acervo da Biblioteca Dr. Ernesto Bianchini Góes	172
8.2.2	Arquivo Central.....	172
8.2.3	Acervo	173
8.2.4	Bases de Dados	174
8.2.5	Acesso ao Acervo	174
8.2.6	Serviços e Programas Oferecidos.....	175
8.3	LABORATÓRIOS DE INFORMÁTICA E RECURSOS DE AUDIOVISUAL	175
8.3.1	Programas Disponíveis na Instituição	176
8.3.2	Recursos de Informática	178
8.3.3	Relação Equipamento/Estudante	181
8.3.4	Recursos Tecnológicos e de Audiovisual	181
8.3.5	Modernizações em Tecnologia da Informação	182
8.3.5.1	Infraestrutura e Comunicação.....	182
8.3.5.2	Estações de Trabalho e Periféricos.....	183
8.3.5.3	Sistemas e Softwares	184
8.3.6	Laboratórios Específicos	185
8.4	IPARQUE - PARQUE CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO	188
9	AValiação INSTITUCIONAL	191
9.1	MISSÃO, PRINCÍPIOS E VALORES DO SEAI.....	192
9.2	AValiação INSTITUCIONAL: ORGANIZAÇÃO, OBJETIVOS E METODOLOGIA.....	193
9.2.1	Comissão Própria de Avaliação - CPA	193
9.2.2	Objetivos da Avaliação Institucional	194
9.2.3	Princípios da Avaliação Institucional	194
9.2.4	Procedimentos Metodológicos	195
9.2.5	Instrumentos e Formas de Avaliação.....	195
9.2.6	Dimensões Institucionais da Avaliação.....	196
	REFERÊNCIAS	201

1

PERFIL INSTITUCIONAL



1 PERFIL INSTITUCIONAL

1.1 BREVE HISTÓRICO DA INSTITUIÇÃO

A Fundação Educacional de Criciúma – Fucri – foi instituída pelo Poder Público Municipal, concretizando um desejo que nasceu da participação comunitária na busca coletiva pelo atendimento às necessidades regionais. Em 1970, foi criada a primeira escola de ensino superior que foi denominada Faculdade de Ciências e Educação de Criciúma – Faciecri. Nos anos seguintes, criaram-se as Escolas Superiores de: Educação Física e Desportos – Esede; Tecnologia - Estec; e Ciências Contábeis e Administrativas – ESCCA, respectivamente nos anos de 1974 e 1975. Em 1987, a Fucri reavaliou suas finalidades e, com ampla mobilização, obteve a aprovação de mudanças em sua estrutura organizacional, garantindo a autonomia na escolha de seus dirigentes maiores, até então indicados pelo Poder Público Municipal.

Nesse contexto, a conquista da União das Faculdades de Criciúma – Unifacri, em 1991, com regimento aprovado pelo Parecer nº 256/91, de 24/09/91, do Conselho Estadual de Educação, foi marco fundamental no histórico da Instituição e da região Sul catarinense.

Por mais de três anos, o processo de discussões internas sobre as formas de agrupar os cursos então existentes, de modo a criar uma estrutura pré-universitária, promoveu à Instituição o avanço em direção a uma visão ampla quanto à função do Ensino Superior e, principalmente, com relação à sua inserção na comunidade externa.

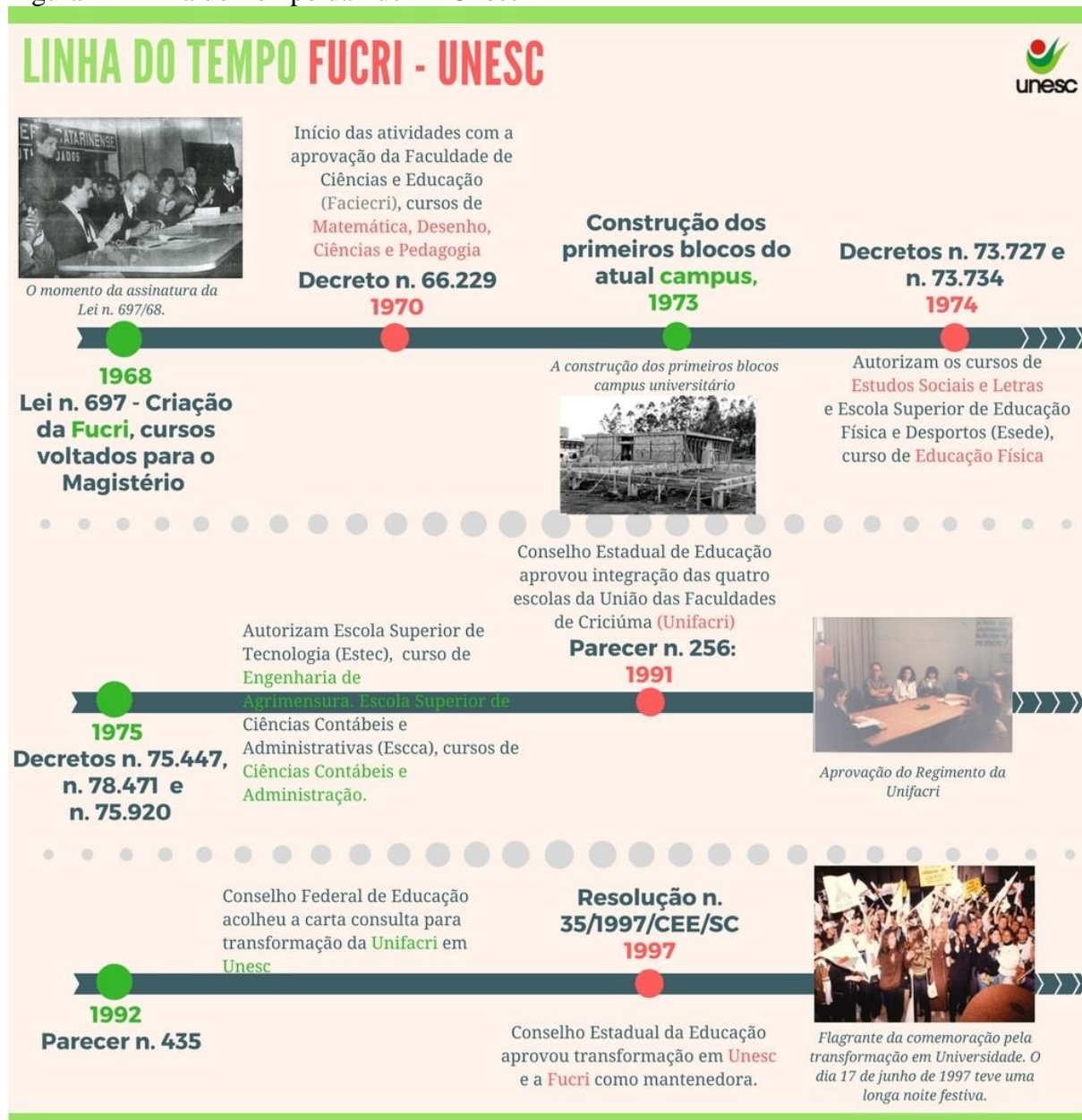
O modelo de gestão estabelecido, considerando a Fucri – Mantenedora - e a Unifacri – Mantida, foi uma conquista, pois possibilitou eliminar a superposição de poderes, delegando aos órgãos colegiados o papel de maior relevância na execução da vida institucional. Garantida essa etapa, iniciou-se a caminhada rumo à organização acadêmica de Universidade.

Seguindo ao encontro dos objetivos a que se propunha, a Instituição alcançou uma etapa importante dessa caminhada em 1993, quando o Conselho Federal de Educação aprovou o processo de Carta-Consulta para a transformação da Unifacri em universidade, pela via do reconhecimento, e delegou competência ao Conselho Estadual de Educação, que, pela Portaria nº 04/93, constituiu a Comissão Especial de Acompanhamento.

Esse processo de avaliação e acompanhamento, que perdurou por quatro anos, foi concluído em 17 de junho de 1997, em sessão plenária do Conselho Estadual de Educação de Santa Catarina, o qual aprovou por unanimidade as conclusões apresentadas pelo conselheiro relator, as quais foram acompanhadas pela Comissão de Ensino Superior.

Dessa forma, pela Resolução nº 35/97/CEE/SC, datada de 16 de outubro de 1997 e publicada no Diário Oficial de Santa Catarina, nº 13.795, de 04/11/97, a Universidade do Extremo Sul Catarinense – Unesc – foi credenciada com o *campus* de Criciúma, tendo como finalidade a produção, preservação e disseminação do conhecimento por meio de ações voltadas ao ensino, à pesquisa e à extensão. Essa trajetória está sintetizada na Figura 1.

Figura 1 - Linha do Tempo da Fucri – Unesc



Fonte: Seplan (2017).

A Unesc, reconhecida na sociedade como Universidade Comunitária, expandiu suas ações, com novos cursos de graduação e pós-graduação em diferentes áreas, articuladas, com a pesquisa e a extensão, empreendendo ações, programas e projetos que concretizassem

sua Missão Institucional, que à época se constituía em: “Promover o desenvolvimento regional para melhorar a qualidade do ambiente de vida”, cuja justificativa era o fato de a Universidade estar inserida em uma região degradada pela exploração mineral do carvão.

Com o objetivo de aperfeiçoar suas atividades para novas conquistas na concretização de sua Missão; em 2006-2007, foi implementada a nova estrutura administrativa na Unesc, alicerçada em dois princípios fundamentais:

1) Excelência nas atividades de ensino, pesquisa e extensão: entendida como o fundamento que sustenta sua identidade de Universidade, refletida em políticas e ações materializadas, respectivamente, em seu Projeto Pedagógico Institucional e em seu planejamento estratégico, subsidiado pelos resultados da avaliação institucional;

2) Gestão compartilhada, participativa e descentralizada: por meio da qual a comunidade acadêmica se torna mais envolvida nas decisões institucionais e também possibilitar mais autonomia às instâncias institucionais, dentro dos limites de sua competência.

Além desses dois eixos, entendeu-se que deveriam ficar garantidos os princípios básicos em relação às decisões acadêmicas e administrativas que são: o equilíbrio entre ensino, pesquisa e extensão e à prevalência do acadêmico sobre o administrativo de forma sustentável. E, dentro desses princípios, a Missão da Unesc foi reformulada, a saber: **“Promover, por meio do ensino, da pesquisa e extensão, o desenvolvimento regional para melhorar a qualidade do ambiente de vida”**.

Dentro da perspectiva de expansão, a Universidade, em 2008, protocolou junto ao MEC seu processo de credenciamento para oferta de cursos superiores na modalidade a distância. Em 22 de janeiro de 2013, foi publicada a Portaria n. 45, no Diário Oficial da União, Seção 1, de 23 de janeiro de 2013, que credenciou a Instituição e o polo Sede.

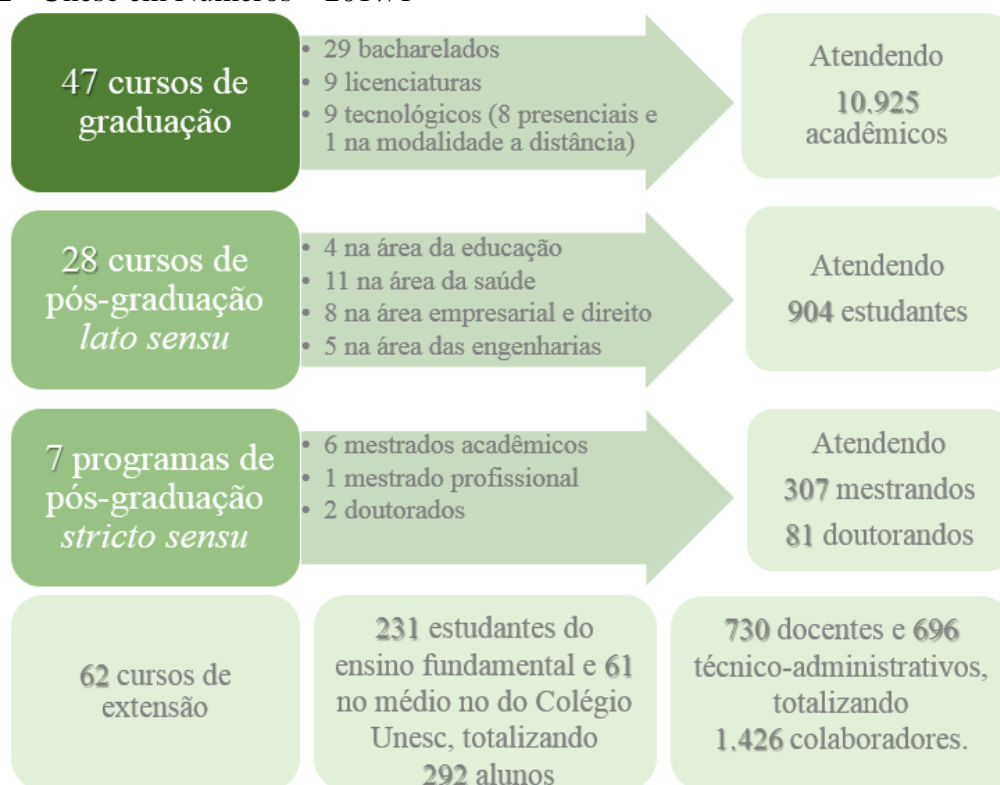
Em função das demandas que influenciaram o seu crescimento, a Universidade iniciou, em 2012, o processo de migração para o Sistema Federal de Ensino, por meio do edital 001/2012/SERES. Desse modo, a Unesc, antes regulada pelo Conselho Estadual de Educação de Santa Catarina, passa a ser regulada pelo Ministério da Educação, motivada pelas diretrizes que determinaram a adesão ao Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento das Instituições de Educação Superior (Proies).

Em 2014, por meio da Portaria Nº 635, a Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior qualificou a Universidade como Instituição Comunitária de Educação Superior. No ano seguinte, a Unesc recebeu a comissão de avaliadores do MEC/ INEP nos para o processo de credenciamento, no qual foi constatado o cumprimento dos referenciais

de qualidade dispostos na legislação vigente a IES recebeu o conceito 4 (4,22), inserindo a Universidade em um contexto de excelência acadêmica, já que foram atribuídas notas 4 e 5 (máximo é cinco) em 98% dos indicadores mensurados, caracterizando 32% dos indicadores como sendo de excelência.

Esse princípio de excelência acadêmica é promovido pela Universidade que atualmente possui a configuração institucional descrita na Figura 2.

Figura 2 - Unesc em Números – 2017/1



Fonte: Seplan (2017).

1.2 DEFINIÇÕES ORGANIZACIONAIS

É por meio da Missão que a Universidade expressa a sua razão de ser evidenciando os seus propósitos atuais, que estão materializados em: “Educar, por meio do ensino, pesquisa e extensão, para promover a qualidade e a sustentabilidade do ambiente de vida”.

A Visão de Futuro indica o caminho que a Unesc deve percorrer, em um horizonte temporal, para “Ser reconhecida como uma Universidade Comunitária, de excelência na formação profissional e ética do cidadão, na produção de conhecimentos científicos e tecnológicos, com compromisso socioambiental”.

Os Princípios e Valores norteiam as práticas da Universidade e dos membros da Comunidade Acadêmica, os quais são apresentados a seguir:

Quadro 1 - Princípios e Valores da Unesc

Na gestão universitária, buscamos:	Nas atividades de Ensino, Pesquisa e Extensão, primamos por:	Como profissionais, devemos:
Gestão democrática, participativa, transparente e descentralizada;	Excelência na formação integral do cidadão;	Ser comprometidos com a missão, princípios, valores e objetivos da Instituição.
Qualidade, coerência e eficácia nos processos e nas ações;	Universalidade de campos de conhecimento;	Tratar as pessoas com atenção, respeito, empatia e compreensão.
Racionalidade na utilização dos recursos;	Flexibilidade de métodos e concepções pedagógicas;	Desempenhar as funções com ética, competência e responsabilidade.
Valorização e capacitação dos profissionais;	Equilíbrio nas dimensões acadêmicas;	Fortalecer o trabalho em equipe.
Justiça, equidade, harmonia e disciplina nas relações de trabalho.	Inserção na comunidade.	Ser comprometidos com a própria formação.
Compromisso socioambiental.		
Respeito à biodiversidade, à diversidade étnico-ideológico-cultural e aos valores humanos.		

Fonte: Seplan (2017).

1.3 ÁREAS DE ATUAÇÃO ACADÊMICA

Em virtude de sua identidade de Universidade Comunitária, visando atender às demandas regionais, a Unesc oferta suas atividades de ensino, pesquisa e extensão, por meio do Colégio Unesc, cursos de graduação e pós-graduação *lato-sensu* e *stricto-sensu*, em quatro áreas do conhecimento, destacados na Figura 3, a saber: I - Ciências, Engenharias e Tecnologias; II - Ciências Sociais Aplicadas; III - Humanidades, Ciências e Educação; IV - Ciências da Saúde.

Figura 3 - Cursos e Respectivas Habilitações por Áreas do Conhecimento



Fonte: Setor de Avaliação Institucional – Seai (2017).

2

PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO



2 PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO COMO INSTRUMENTO DE GESTÃO INSTITUCIONAL

Após a transformação da União das Faculdades de Criciúma – Unifacri – em Unesc, em 1997, iniciou-se, em 1999, a revisão do planejamento em razão dos novos horizontes que poderiam ser explorados em virtude de seu credenciamento como universidade. A partir deste momento, outros movimentos de planejamento ocorreram, os quais são apresentados na Figura 4, que demonstra a linha do tempo que sistematiza esse processo na Instituição.

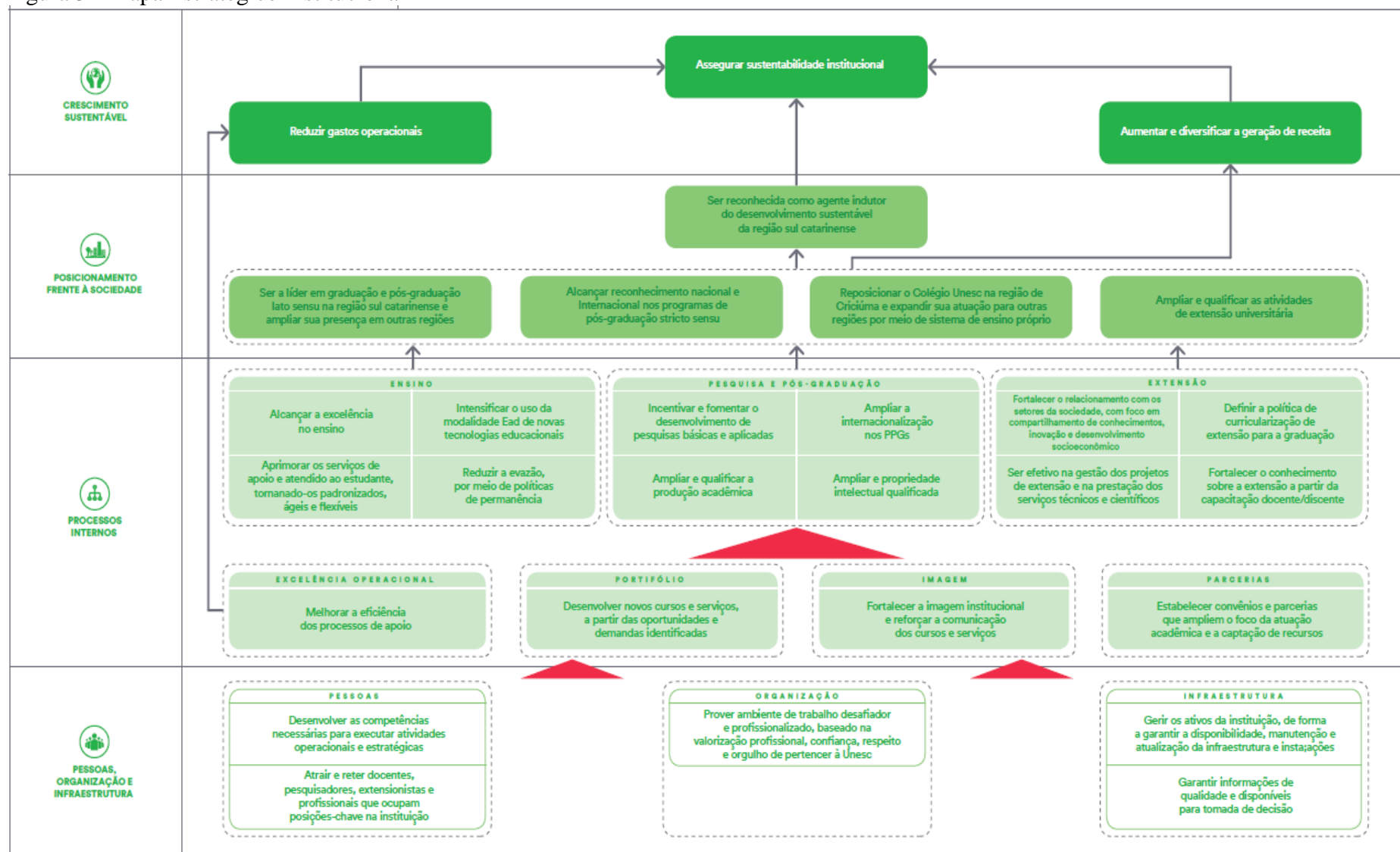
Figura 4 - Linha do Tempo Planejamento Estratégico Unesc

	1999	2002	2005/2006	2008	2010	2014	2016
Edição do Planejamento Estratégico Institucional	Completa	Parcial	Parcial	Completa	Parcial	Completa	Parcial
Foco da edição do planejamento	Planejamento em razão da mudança para Universidade: foco no tripé ensino, pesquisa e extensão	Alinhamento dos objetivos estratégicos e planos de ação	Análise dos ambientes interno e externo para ajustes de objetivos e planos de ação	Planejamento em função da Reforma Administrativa: segmentação por Unidades Acadêmicas	Ajustes dos objetivos estratégicos e planos de ação	Planejamento em função da mudança para a esfera federal.	Alinhamento dos projetos estratégicos em função do cenário externo

Fonte: Seplan (2017).

Em 2014, a Unesc passou pela revisão completa de seu planejamento estratégico em razão de decisões institucionais que promoveram sua migração para o sistema federal de educação. Nos anos de 2015 e 2016, a Universidade alinhou suas ações estratégicas para atender as novas demandas do cenário da educação superior. O resultado disso foi a construção de um modelo que está consolidado no mapa estratégico da Universidade, em destaque na Figura 5, que apresenta 29 objetivos institucionais, ancorados em quatro perspectivas: crescimento sustentável; posicionamento frente à sociedade; processos internos; pessoas, organização e infraestrutura.

Figura 5 - Mapa Estratégico Institucional



Fonte: Seplan (2017).

Nesse sentido, como política institucional, o planejamento estratégico é participativo e envolve, em sua elaboração, representantes internos e externos à Universidade, promovendo a consecução da Missão da Universidade, em articulação com a avaliação institucional.

Em decorrência do planejamento estratégico institucional, o desdobramento da estratégia na Instituição se dá horizontal e verticalmente e produz foco dentro da Universidade, em todos os seus níveis e áreas institucionais. Desse desdobramento para atender aos objetivos estratégicos, resultaram 61 projetos que abordam toda a estrutura da Unesc e suportam suas atividades de ensino, pesquisa, extensão e gestão, para os quais foram definidos ações, metas e indicadores.

3

PROJETO
PEDAGÓGICO
INSTITUCIONAL - PPI

3 PROJETO PEDAGÓGICO INSTITUCIONAL – PPI

3.1 INSERÇÃO REGIONAL

A Universidade do Extremo Sul Catarinense - Unesc - está situada em Criciúma, no sul de Santa Catarina. O município abrange uma área de 235,701 km² e possui, aproximadamente, 209.153 habitantes. Em sua origem, contou com o trabalho fundamental de colonizadores europeus, com destaque para os italianos, alemães, poloneses e portugueses e, posteriormente, negros vindos de outras regiões do país. Essas etnias tiveram influência significativa no desenvolvimento, não só de Criciúma, mas também das demais cidades que compõem o sul de Santa Catarina.

A região ocupa uma área de 9.606 km², equivalente a um pouco mais de 3% do território do Estado. Compreende 45 municípios e abriga uma população estimada em mais de 900 mil habitantes, dos quais cerca de 600 mil moram nas áreas urbanas. Está dividida em três microrregiões assim designadas: Associação dos Municípios da Região de Laguna (AMUREL), Associação dos Municípios da Região Carbonífera (AMREC) e Associação dos Municípios do Extremo Sul Catarinense (AMESC).

3.2 PRINCÍPIOS FILOSÓFICOS E PEDAGÓGICOS

A Unesc entende por sociedade ideal uma sociedade democrática, igualitária, centrada no desenvolvimento humano, com um desenvolvimento social justo e ecologicamente integral, com novas e diferentes formas de participação do cidadão, que sobreponha os interesses coletivos aos individuais. Nessa nova sociedade fundamentada na solidariedade, na ética e na transparência, a distribuição de renda e de bens se torna uma possibilidade concreta. A preocupação com o meio ambiente deve desencadear atitudes em que se utilizem os recursos naturais de forma apropriada, para satisfazer as necessidades básicas da população, sem prejuízo às gerações futuras.

Pretende-se garantir a todos o acesso ao conhecimento científico e tecnológico e a oportunidade de trabalho, incentivando a cultura da paz (entendida não como ausência de conflitos, mas a vivência destes sem violência em suas mais diversas formas de expressão) e da espiritualidade (entendida como atitude que promove a vida, contra todos os mecanismos de destruição e de morte), opondo-se, assim, ao consumismo desenfreado. Nessa sociedade, todos devem ter acesso à saúde, à educação, ao lazer, à segurança, à moradia, ao trabalho de

qualidade, aos bens naturais, culturais e tecnológicos, para o desenvolvimento do ser humano em todas as suas dimensões: física, mental, cultural e espiritual. Deve ser cidadão crítico, participativo e propositivo. Será sujeito empreendedor, consciente das riquezas nacionais, humanas e naturais, de seu papel de transformação no mundo, comprometido com a preservação da vida no planeta (fraterno, ecológico e espiritualizado). O mesmo deve, em primeiro lugar, buscar a sua própria identidade, vivenciando valores que o tornam um ser humano melhor e mais feliz.

Esses valores devem ser vividos na família, na escola, na universidade e em toda sociedade, buscando construir para o ser humano uma vida digna, respeitando as suas necessidades básicas fundamentais. Contribuindo para construção dessa sociedade, a Unesc, com nível de excelência educacional, conquistará espaço no mundo regionalizado e globalizado em que se instaura.

Para contribuir à sociedade dentro dessa perspectiva, a Universidade deve ser aberta e comunitária, com qualidade de ensino e educação integral, ou seja, uma educação que contribua para a formação de profissionais capazes de atuar como agentes de transformação e construção da sociedade a partir de outros princípios e valores. Que sejam cidadãos íntegros, em todas as suas dimensões: espiritual, mental, física e cultural; com valores humanos essenciais como: ética, criticidade, autenticidade, criatividade, honestidade, sinceridade e compromisso com o bem comum. Profissionais com competências, capazes de preservar o conhecimento historicamente acumulado e de construir novos conhecimentos por meio da pesquisa e da prática reflexiva (não reiterativa, de mera repetição).

A Universidade com atitude proativa participa das discussões da sociedade, incentiva ou elabora materiais educativos nas diversas áreas do conhecimento e propõe projetos sociais, empresariais e comunitários que integrem o conhecimento científico e o conhecimento popular em todas as suas formas de expressão. Contribui, portanto, para estabelecer relações revolucionárias entre a Universidade e a comunidade, de modo que o conhecimento popular possibilite a construção de novos conhecimentos científicos, e estes, por sua vez, construam e fundamentem novos saberes populares, numa relação integrada e dialeticamente complexa.

Sua gestão deve ser transparente e participativa, que respeite as diferenças individuais e permita a liberdade de expressão política, filosófica, cultural e religiosa, que ouça a comunidade acadêmica em suas necessidades, esforçando-se por atendê-las, mediante critérios justos e equânimes, incentivando as ações positivas existentes, ampliando-as, quando possível, para todas as áreas. Uma gestão democrática, em que todos, como agentes de

desenvolvimento, reconheçam-se parte integrante e atuante e priorizem as relações humanas com respeito, pautadas pelo diálogo permanente, pelos interesses sociais e individuais, prevalecendo a socialização e a construção de novos conhecimentos alicerçados no objetivo comum de trabalhar em prol da Universidade e da sociedade.

Entende-se que o processo de ensino-aprendizagem seja comprometido com os valores humanos essenciais já mencionados, visando ao bem-estar da comunidade e à melhoria da qualidade de vida do ser humano, com investimento em projetos tecnológicos para resolver problemas essenciais relativos à sobrevivência da vida do homem e do planeta, desenvolvendo programas sociais que possibilitem a inclusão de todos, oportunizando-lhes a participação no crescimento e desenvolvimento regional.

Nessa perspectiva, a educação deve ser inclusiva, que respeite, valorize e reverencie as diferenças como algo único e sagrado, pois já dizia Rodrigues (1989, p. 23), “[...] aquilo que de mais semelhante existe entre os homens é exatamente a diferença”. Por isso, nossas ações cotidianas deverão ser diversificadas, flexíveis, coerentes com o sonho de inclusão de todos. A preocupação com os alunos economicamente carentes e com dificuldades de ordem pessoal, possibilitando condições de autossustentação, deve ser uma de suas marcas.

Assim torna-se relevante reavaliar constantemente as formas e critérios de seleção de professores e construir uma política de avaliação de suas atividades, buscando aprimorar a integração universidade-sociedade, em diálogo com uma política de pesquisa e desenvolvimento científico-tecnológico. Nessa perspectiva é necessário investir na qualificação docente e em sua valorização com um plano de cargos e salários que possibilite o desenvolvimento humano por meio de programas de aperfeiçoamento contínuo (educação continuada) para professores e funcionários.

É necessário formar um corpo docente qualificado e conhecedor do contexto em que está inserido, que não seja apenas um reprodutor de ideologias, mas que possibilite aos alunos a percepção de que sejam sujeitos da prática social capaz de modificar a sociedade com o conhecimento científico. O corpo docente deverá ser capaz de construir uma proposta metodológica para que as aulas não se tornem apenas reprodução de conteúdo, mas possibilidades de reflexão e construção de conhecimentos.

Os docentes da Unesc caminham na direção de integrar teoria e prática (práxis) utilizando recursos e metodologias apropriadas que contextualize os conteúdos. Entende-se que o docente pode oportunizar a ida de estudantes a campo, envolvendo o aluno em trabalhos de pesquisa e extensão que possibilite uma nova leitura da realidade.

Ademais, procura-se trabalhar com uma proposta de avaliação diagnóstica, processual, inclusiva e emancipatória. A avaliação do processo ensino-aprendizagem compreende o acompanhamento do ensino e da aprendizagem/apropriação de conhecimento, a autoavaliação, avaliação da relação professor-aluno e aluno-aluno. Para isso, faz-se necessário rever a concepção de aprendizagem e objetivos das disciplinas e dos programas tornando a relação entre aluno e professor mais próxima.

A perspectiva de uma universidade comunitária aqui assumida entende que a missão institucional seja vivenciada pelos profissionais que nela atuam para que se possa atender bem as pessoas. Nessa Universidade é necessário que os funcionários estejam bem informados, devendo haver integração e sintonia entre todos os setores. É necessário, também, estar comprometido com o projeto da Universidade, condição essencial no desempenho de qualquer função. Assim, torna-se imprescindível que as relações sejam de respeito mútuo, independentemente de cargos ou titulação, pois todas as ações são fundamentais na construção de uma educação de qualidade, baseada em valores humanos essenciais. As relações interpessoais neste contexto devem ser pautadas pelos princípios da compreensão, solidariedade, cooperação e compromisso com o bem comum.

Uma Universidade com programas que proporcionem condições para que os docentes, funcionários e discentes se conheçam melhor e fortaleçam as relações de confiança entre si e possibilitem maior engajamento e envolvimento com o crescimento da Instituição e a melhoria da qualidade do ambiente de vida da Unesc e, consequentemente, da sociedade.

3.2.1 Perfil do Estudante do Colégio Unesc

Sob a ótica dos princípios pedagógicos e norteadores das ações Institucionais, a Unesc observa que tais elementos determinam que a Instituição observe aspectos que possam influenciar a formação de seus estudantes, em todos os níveis de ensino. Nesse sentido, considerando o processo de ensino e aprendizagem, o Colégio Unesc se compromete a formar um estudante que:

- Tome posições coerentes, refletindo sobre suas ações, assumindo seus atos e respeitando as diferenças individuais e socioculturais;
- Refleta, desvela, questiona posicionamentos, ações e intenções, contribuindo para a transformação comunitária;

- Desenvolva a responsabilidade e o respeito necessários na convivência com a diversidade;
- Esteja atento e reconhece as limitações e possibilidades do outro, buscando o bem comum;
- Possua sensibilidade e percepção, cria, recria e reelabora o conhecimento;
- Tenha capacidade para conquistar sua liberdade de pensamento, expressão e atuação;
- Observe, indague e faça relações estabelecendo possíveis conclusões.

3.2.2 Perfil do Acadêmico da Unesc

Da mesma forma, considerando também a Resolução 17/2012/Consu, os princípios filosóficos institucionais contribuem para definir o que a Universidade entende como sendo o perfil de seus acadêmicos, o qual considera que o acadêmico possua as seguintes capacidades:

- Possuir postura ética para que possa preservar os princípios e valores, objetivos e missão da Instituição;
- Ser comprometido com o processo de aprendizagem, sendo consciente de que a apropriação do conhecimento é de seu interesse e responsabilidade;
- Demonstrar respeito com os colegas, professores, gestores e funcionários, legislação e infraestrutura, contribuindo para a construção do projeto de universidade comunitária;
- Autonomia no desempenho de suas funções como acadêmico;
- Participação ativa nos processos que relacionem teoria e prática;
- Senso crítico e analítico;
- Capacidade de trabalhar em grupo.

3.2.3 Perfil do Profissional Egresso da Unesc

No que se refere ao Egresso, a Unesc almeja que ele possua as seguintes capacidades:

- Possua excelência na sua formação humana, técnica, científica e profissional, considerando os aspectos políticos, econômicos, sociais, ambientais e culturais.
- Atue em equipes multidisciplinares de forma crítica e criativa na identificação, resolução de problemas e tomada de decisões;
- Possua visão sistêmica, empreendedora, ética e humanística;
- Tenha autonomia para aprender ao longo de sua carreira profissional e estar em permanente formação.

3.2.4 Perfil do Professor e Tutor da Unesc

De acordo com a Resolução 17/2012/Consu, deseja-se que o professor e o professor/tutor da Unesc seja ético preservando os princípios e valores, objetivos e a missão da institucional. Espera-se também que ele possua profundo conhecimento teórico, pautado em uma docência criativa e atualizada, sendo pesquisador de práticas pedagógicas e reconhecendo a importância da formação continuada. Isso constitui uma prática docente comprometida com a qualidade da aprendizagem dos/as alunos/as e incentiva a autonomia do estudante para a produção individual e coletiva, em que as relações interpessoais ganham destaque no processo ensino aprendizagem.

Nessa perspectiva faz-se necessário a elaboração e execução de práticas educativas que rompam com a fragmentação do conhecimento, o que demanda o uso de metodologias, tecnológicas, estratégias e materiais didáticos que potencializem o processo ensino aprendizagem. Logo, o professor deve estar comprometido com uma avaliação que possibilite a reflexão-ação-reflexão das práticas pedagógicas.

3.2.5 Perfil do Coordenador de Curso da Unesc

Na Unesc, entende-se que o Coordenador do Curso exerce papel fundamental na consolidação do Projeto Pedagógico Institucional e do Projeto Pedagógico do Curso. Assim é necessário que a missão da Unesc seja o elemento norteador de sua gestão e que ele conheça o sistema organizacional, participando ativamente dos Conselhos, das atividades curriculares e extracurriculares do curso e da Universidade, articulando a construção coletiva do projeto pedagógico e consolidando a gestão democrática e solidária no âmbito do curso.

A excelência nas atividades de ensino pesquisa e extensão requer do coordenador um olhar mais ampliado sobre as atividades acadêmicas desenvolvidas pelos professores do curso bem como colaborar com a realização de uma autoavaliação sistemática e contínua do desenvolvimento pessoal e profissional.

3.2.6 Perfil do Técnico-Administrativo da Unesc

Considerando as diretrizes institucionais, expostas nas definições filosóficas e teórico-metodológicas que orientam a prática político-pedagógica na Unesc e, considerando a Resolução 17/2012/Consu, deseja-se que o técnico-administrativo da UNESC seja:

- Ético - qualidade necessária para preservar os Princípios e Valores, Objetivos e Missão da Instituição;
- Dinâmico - possua versatilidade para lidar de forma ágil com assuntos e atribuições diferentes ao mesmo tempo;
- Criativo - apresente sugestões inovadoras para a melhoria do seu trabalho;
- Proativo - tenha capacidade de se antecipar aos fatos para resolução de problemas;
- Trabalhe em equipe - possa atuar de forma colaborativa, mantendo um canal aberto de troca de experiências;
- Comprometido - direcione seu potencial em prol dos objetivos, metas e políticas do setor e da Instituição;
- Comunicativo – tenha a capacidade de se fazer entender e saber ouvir;
- Qualificado para o trabalho - domine as atividades atribuídas ao seu cargo e possua capacidade de atingir um nível de precisão desejável na execução dos trabalhos.

3.3 ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA DA INSTITUIÇÃO

A organização didático-pedagógica da Instituição constitui-se de ensino, pesquisa e extensão, os quais interagem reciprocamente para realizar a missão da Universidade. As atividades de ensino, pesquisa e extensão são geridas pela Pró-Reitoria Acadêmica que se estrutura a partir de três diretorias acadêmicas a saber: ensino de graduação, pesquisa e pós-graduação e extensão, cultura e ações comunitárias.

As atividades de Ensino englobam a Educação Básica (Colégio Unesc) e Educação Superior: graduação, extensão, pós-graduação (*lato e stricto sensu*) e outras modalidades que possam vir a ser criadas presenciais ou à distância. A Pesquisa, responsabilidade da Diretoria de Pesquisa e Pós-Graduação e Pró-Reitoria Acadêmica, nas diversas áreas de conhecimento, baseia-se em linhas e programas definidos institucionalmente como prioridade. E a extensão, sob a responsabilidade da Diretoria de Extensão, Cultura e Ações Comunitárias, envolve a educação continuada, projetos de ações comunitárias e culturais e a prestação de serviços em áreas e programas definidos institucionalmente.

A gestão do Colégio Unesc, dos cursos de graduação, de pós-graduação é exercida pelo colegiado e coordenador ou diretor. O colegiado é uma instância legislativa, operacional, com função deliberativa, normativa, consultiva, entre outras. A coordenação de curso tem caráter executivo, técnico, deliberativo, consultivo, entre outros. No caso dos cursos de graduação, compete à coordenação dos cursos, juntamente com os membros do NDE - Núcleo Docente Estruturante - coordenar, supervisionar e avaliar o Projeto Pedagógico do Curso (PPC), os planos de ensino e as atividades programadas pelos docentes.

As atividades didático-pedagógicas estão em consonância com PPC e devem constar no plano de ensino da disciplina. Na Unesc, o PPC é elaborado em consonância com o PPI, a partir de discussão coletiva com os alunos e professores, servindo de referência para a elaboração dos planos de ensino. O ementário previsto para a disciplina é aprovado e discutido pelo colegiado do curso a que se refere, assim como o perfil do estudante a ser formado.

Os procedimentos de avaliação do ensino de graduação da Unesc assumem a opção pela avaliação processual e a decisão de implementá-la e acompanhá-la de forma sistemática, visando a qualificar a própria avaliação e o ensino nos seus diferentes cursos. A concepção de avaliação processual da Unesc pressupõe o entendimento de uma ação contínua, por meio do acompanhamento sistemático do professor no processo de apropriação do conhecimento pelo estudante, oportunizando as mediações necessárias no que diz respeito aos conceitos essenciais de cada disciplina. Por essas razões, deverá o professor organizar o processo avaliativo, utilizando procedimentos e instrumentos que possibilitem identificar a apropriação, pelo estudante, dos conceitos essenciais, conforme orientação regimental.

Em junho de 2010, conforme a Resolução nº 01/2010/CONAES e as resoluções internas nº 03/2010/CSA, alterada pela Resolução nº 07/2010/CSA, a Unesc homologa o regulamento do Núcleo Docente Estruturante – NDE da UNESC. O regulamento disciplina as atribuições e o funcionamento do NDE dos cursos de graduação (Bacharelado, Licenciatura

e Tecnologia) da Universidade, sendo que, conforme o Art. 2º, “O Núcleo Docente Estruturante - NDE é o órgão consultivo responsável pela concepção, implementação e atualização do Projeto Pedagógico dos Cursos de Graduação da UNESC”.

Há ainda o Núcleo de Assessoria Pedagógica da Unesc -NAP- que tem como finalidade: Promover reflexões e ações sobre a docência universitária possibilitando uma reconfiguração dos processos de ensinar, aprender e avaliar na educação superior, potencializando a indissociabilidade do ensino, pesquisa e extensão como princípio educativo na busca da excelência no ensino de graduação. Também tem como função assessorar, orientar e acompanhar o trabalho da ação didática e pedagógica do corpo docente dos cursos, visando à construção dos conhecimentos, habilidades e atitudes previstas nas diretrizes dos cursos de graduação da Unesc.

3.3.1 Plano de Atendimento às Diretrizes Pedagógicas

Em se tratando de inovações consideradas significativas, especialmente quanto à flexibilidade dos componentes curriculares e oportunidades diferenciadas de integralização curricular, a Unesc possui atividades que permitem o pleno atendimento das diretrizes pedagógicas da instituição.

A criação do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior, por meio da Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, tem como objetivo acompanhar a educação superior brasileira por meio de avaliações externas e autoavaliações das instituições. As IES, por sua vez, devem adaptar-se às orientações e diretrizes nacionais do Ensino Superior, bem como cumprir as normas e exigências dos Sinaes, mas sem prejudicar o movimento que orienta a construção de sua identidade.

A Unesc, preocupada com a flexibilização dos componentes curriculares e com a integralização de seus cursos, tem sua organização didático-pedagógica estruturada de forma a atender as diretrizes nacionais. De acordo com a Resolução nº 12/2011/Câmara de Ensino de Graduação, os Projetos Pedagógicos apresentam nas matrizes curriculares de seus cursos:

- disciplinas optativas – a fim de dar oportunidade de escolha ao aluno conforme seu interesse e necessidade;
- disciplinas na modalidade à distância - de acordo com a legislação vigente (que utiliza como recurso a possibilidade da oferta de 20% da grade curricular na modalidade a distância), para atender as especificidades de algumas disciplinas;

- atividades complementares - oportunizando ao acadêmico ter outras experiências que complementem sua formação referente aos aspectos culturais, científicos e de cidadania;
- estágios curriculares supervisionados e não obrigatórios - permitindo ao acadêmico vivenciar os conhecimentos apropriados ao longo do processo de formação, bem como entrar em contato com a realidade da profissão escolhida;
- Trabalho de conclusão de curso ou similar – com o objetivo de proporcionar a iniciação científica e sistematização do conhecimento.

Além disso, todos os cursos consideram o Enade como componente curricular obrigatório, e também é importante salientar que os docentes e discentes tem a oportunidade de participar de editais de pesquisa e extensão com o intuito de qualificar a formação acadêmica. Além disso, nos Projetos pedagógicos há também a possibilidade de matrículas no que se denominam de disciplinas isolada, que valem tanto para a comunidade interna como para a externa, no caso de necessidade de aprofundar alguma temática necessária à formação profissional e humana.

Nesse sentido, a Universidade ainda apresenta oportunidades diferenciadas de integralização curricular ofertando provas de suficiência – a fim de possibilitar ao discente que apresentar domínio de determinado conteúdo possa ser dispensado da disciplina em questão, seguindo os ritos do aproveitamento especial previsto na LDB.

Nos cursos de graduação de medicina e arquitetura e urbanismo há adoção de desenhos curriculares diferenciados. O curso de medicina utiliza a metodologia Aprendizagem Baseada em Problemas (ABP) e o currículo é modular; na arquitetura o currículo é desenvolvido por meio do Atelier Integrado de Projetos. Além disso, os cursos de graduação continuam o processo de integração horizontal e vertical dos conteúdos e componentes curriculares, bem como a busca da indissociabilidade do ensino, pesquisa e extensão, por meio da implementação da Resolução nº 14/2010/Câmara Ensino de Graduação.

3.3.1.1 Atividades Práticas e Estágio

O estágio é um processo que busca aprofundar conhecimentos e saberes visando a uma melhor aproximação do estudante com a realidade social e profissional em que atuará, por meio de ações práticas, reflexivas e investigativas. Concretiza-se em experiências que subsidiam o processo de ensino e aprendizagem, constituindo-se em meios de integração, em

termos de vivências práticas, de aperfeiçoamento técnico-cultural, científico e de relacionamento humano, próprios de uma universidade comunitária integrando ensino, pesquisa e extensão.

Prescinde de rigoroso planejamento, acompanhamento e avaliação, sendo sempre de caráter curricular obrigatório e curricular não obrigatório, conforme a Resolução 13/2013 da Câmara de Ensino de Graduação. A legislação que fundamenta os estágios nos cursos de graduação é a Lei nº 11.788 de 25 de setembro de 2008, que dispõe sobre o estágio de estudantes no Brasil e a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

O estágio permite que sejam trabalhados aspectos indispensáveis à construção da identidade, de saberes e posturas específicas ao exercício de uma profissão. Configura-se também como espaço de reflexão das práticas existentes, pois é uma forma de interação entre Universidade e Organizações/Empresas, possibilitando significativa via de questionamentos, reavaliações e reestruturações curriculares na medida em que oportuniza novas formas de agir e de pensar.

3.3.1.2 Desenvolvimento de Materiais Didático-Pedagógicos

A Instituição, considerando seus aspectos de qualidade legitimados em seu Projeto Institucional, desenvolve ações e materiais didático-pedagógicos no sentido de qualificar o ensino, a pesquisa e a extensão:

- Material Didático para EaD – produzido pelo Setor de Educação a Distância (SEaD), os materiais didáticos e objetos de aprendizagem são baseados nas mídias digitais, com grande ênfase na promoção da interação pautados numa abordagem contextualizada, favorecendo a integração dos conteúdos nos projetos de cursos e disciplinas. Os materiais didáticos são elaborados pelos professores autores com o apoio de profissionais do SEaD, que são assessores pedagógicos, revisores, diagramadores, produtores de audiovisual e equipe técnica. O material didático contempla a organização didático-pedagógica, os conhecimentos, as habilidades e competências, conforme o projeto do curso. O material didático digital é disponibilizado aos acadêmicos no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) da IES no formato de livro digital (*e-book* e versão complementar para impressão) e audiovisuais (*videoaula*, *podcast*, *screencast*). Ressaltando que todos os livros são registrados na Biblioteca Nacional (ISBN e ISSN), garantindo a autoria aos docentes e produção intelectual.

- Textos produzidos pela Assessoria Pedagógica - sobre acessibilidade, avaliação, escrita surda, aula: ambiente de aprendizagem de trabalho profissional docente,

profissionalização, princípios norteadores para um novo paradigma curricular e como chamar as pessoas que têm deficiência.

- Museu da Infância - é um espaço de preservação, produção e circulação da produção científica e artístico-cultural para, sobre e da infância. Visa a contribuir para ampliação de repertório artístico-cultural de crianças e adultos na reformulação dos processos de formação de professores, nos projetos de ação pedagógica das escolas e demais instâncias culturais, dando subsídios para pesquisadores da infância e para políticas públicas de educação e de acesso à cultura.

- Brinquedoteca – é um espaço que integra atividades de ensino, pesquisa e extensão com o intuito de promover a formação dos sujeitos a partir de experiências com jogos, brinquedos e brincadeiras.

3.4 POLÍTICAS E PROGRAMAS INSTITUCIONAIS

3.4.1 Políticas para o Ensino de Graduação

As Políticas do ensino de graduação da Unesc foram construídas a partir das discussões coletivas e de reflexões sobre as práticas pedagógicas no contexto das diferentes áreas do conhecimento. O processo de elaboração envolveu docentes, coordenadores de cursos de graduação e demais gestores da Instituição, por meio de fóruns, reuniões, grupos de estudos e outros.

A primeira resolução das políticas de Ensino data do ano de 2008, (Resolução. n. 05/2008/Consu) passando por processo de revisão em 2014/2016. A proposição dessas políticas tem por objetivo qualificar o ensino, em estreita relação com a pesquisa e a extensão, e contribuir para a consolidação do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e Projeto Pedagógico Institucional (PPI). Além disso, expressam a concepção de ensino-aprendizagem que orientará as práticas educativas que concretizam os Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPCs), reconhecendo a diversidade e preservando sua identidade. Representam, portanto, o conjunto de intenções que se configuram na forma de princípios que norteiam e concretizam o processo de gestão e organização didático-pedagógica dos cursos de Graduação. As mesmas estão amparadas na legislação vigente, no Estatuto e Regimento Geral, constituindo-se nos pressupostos que orientarão e definirão ações com vistas a possibilitar uma educação que promova a formação humana e profissional dos estudantes.

Esta política, aprovada em 27 de outubro de 2016 pela Resolução nº 11/2016/Consu, fundamenta-se a nos eixos norteadores descritos a seguir.

3.4.1.1 Ensino

O ensino é concebido na Unesc como um processo pedagógico interativo, intencional e corresponsável visando à aprendizagem, no qual o saber universalmente elaborado deve ser valorizado, a fim de favorecer a construção de novos conhecimentos, com a articulação entre teoria e prática, respeitando os diferentes métodos e concepções pedagógicas.

3.4.1.2 Currículo

O currículo constitui-se em instrumento/espço de problematização das práticas de significação e produção dos conhecimentos científicos e culturais. Refere-se, também, a um conjunto de atividades teóricas e práticas de acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais, bem como as normas regulamentares institucionais integrando ensino, pesquisa e extensão.

O ensino de graduação deve ser capaz de possibilitar aos futuros profissionais o domínio de teorias e métodos, bem como formação e qualificação ao mundo do trabalho. Os currículos dos cursos devem romper com a lógica instrumental, fundamentada na visão fragmentada do conhecimento, para constituírem-se em espaço da crítica e de produção de novos conhecimentos, tendo como base a articulação com a realidade social. Desta forma a Unesc, em sintonia com os documentos que regulam a educação superior, deve mobilizar a organização dos currículos dos cursos nas suas diferentes nuances considerando a flexibilização, interdisciplinaridade, desenvolvimento de competências, formação humana e profissional, contextualização e problematização.

3.4.1.3 Avaliação da Aprendizagem

A avaliação da aprendizagem é compreendida como o acompanhamento contínuo do processo de ensino-aprendizagem, seja teórico e/ou prático, com a corresponsabilidade de todos os sujeitos envolvidos em consonância com o Regimento Geral da Unesc.

3.4.1.4 Metodologia do Ensino Aprendizagem

A Unesc, no que se refere a apropriação do conhecimento no processo de ensino-aprendizagem previsto nos PPCs dos cursos, busca orientar suas práticas docentes a partir de metodologias que preconizem a ação e a acessibilidade plena dos estudantes. Neste sentido, entende-se o papel articulado entre os sujeitos do processo ensino-aprendizagem em situações que promovam a aproximação crítica do acadêmico com o conhecimento científico e a interlocução com a realidade.

3.4.1.5 Acessibilidade e Inclusão na Educação Superior

A acessibilidade e inclusão na Educação Superior da Unesc fundamentam-se a partir do respeito as diferenças e diversidades, responsabilidade social, assegurando aos estudantes acesso, permanência com sucesso e condições plenas de participação e aprendizagem, considerando a legislação vigente e suas orientações políticas e pedagógicas. Insere-se também nesta política os seguintes espectros da acessibilidade: acessibilidade atitudinal; acessibilidade arquitetônica; acessibilidade pedagógica; acessibilidade programática; acessibilidade instrumental; acessibilidade nos transportes; acessibilidade nas comunicações; acessibilidade digital. Com a intenção de oportunizar a acessibilidade e inclusão na instituição, a Unesc criou a política de permanência com sucesso dos estudantes pela Resolução n. 07/2013/Câmara de Ensino Graduação e a Política de Inclusão pela Resolução 12/2010/Câmara de Ensino Graduação.

3.4.1.6 Valorização Docente

A Unesc preocupada com a qualificação de seus docentes oportuniza a valorização e as condições de trabalho por meio de:

- Incentivo à qualificação, por meio de programas de formação continuada;
- Oportunidades para ministrar disciplinas dos programas de pós-graduação *lato sensu* e envolvimento em programas de pesquisa e extensão;
- Aperfeiçoamento permanente do processo seletivo para docentes;
- Incentivo à progressão do docente no Plano de Carreira; e
- Revisão periódica do Plano de Carreira.

3.4.1.7 Gestão do Processo Pedagógico do Ensino de Graduação

A gestão pedagógica deve ser democrática e participativa, resultante da interação e do comprometimento da comunidade universitária e materializada nos espaços de formação acadêmica. Pauta-se no respeito às diferenças individuais, na liberdade de expressão política, filosófica, cultural e religiosa e no diálogo permanente entre professores, estudantes e coordenação.

3.4.1.8 Estágios Curriculares na Graduação

De acordo com as proposições previstas na legislação vigente, a UNESCO compreende o estágio como um ato pedagógico que integra o processo formativo, preconizando o aprofundamento teórico, metodológico e prático das competências previstas nas Diretrizes Curriculares Nacionais.

Há que se destacar que, quando obrigatório, o estágio deve ser supervisionado, integrado aos demais componentes curriculares e articulado com as políticas desde PDI, que preveem o estágio como um movimento que integra o ensino, a pesquisa e a extensão. Nesse sentido, os PPCs dos cursos devem compreendê-lo de modo a promover a articulação com as políticas institucionais, fortalecendo a práxis profissional.

No caso do estágio não-obrigatório, este deve considerar as especificidades da legislação vigente e das particularidades do processo de ensino e aprendizagem, além das políticas institucionais previstas no PPC dos cursos e no PDI.

3.4.1.9 Educação a Distância

A Educação a Distância insere-se de forma sistêmica no projeto institucional integrada ao Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), ao Projeto Pedagógico Institucional (PPI) e aos Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPCs), ofertados nessa modalidade orientando-se nos padrões e referenciais de qualidade, estabelecidos pelo Ministério da Educação (MEC).

Nesse sentido, a Unesc entende que a educação a distância se caracteriza como modalidade educacional na qual a mediação didático-pedagógica, nos processos de ensino e aprendizagem, ocorre com a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação,

com pessoal qualificado, políticas de acesso, acompanhamento e avaliação compatíveis em projetos diversos e integrados às atividades educativas presenciais e a distância.

Cabe, portanto, aos PPCs dos cursos proverem a Educação a Distância como modalidade, deve observar as peculiaridades dos PPCs bem como a estrutura necessária para sua efetivação atendendo os referenciais de qualidade e as orientações regulatórias previstas nas Diretrizes Nacionais para a Educação a Distância.

3.4.1.10 Internacionalização

A internacionalização na Unesc configura-se como um processo pedagógico e formativo, que ocorre por meio de acordos de cooperação técnica, científica e cultural, firmados com instituições de ensino superior, de pesquisa e outras instituições relacionadas à área de interesse. Esses processos envolvem atividades de intercâmbio de professores, estudantes, pesquisas, publicações, internacionalização de matrizes curriculares, dupla certificação e formação em línguas estrangeiras.

3.4.2 Núcleo de Políticas de Formação de Professores para a Educação Básica

O programa de Fortalecimento das Licenciaturas integra o Núcleo de Políticas de formação de professores para a educação básica tem o intuito de integrar o conjunto de políticas de formação de professores para a educação básica ensejadas pela UNESCO. O núcleo é constituído por uma coordenação e um colegiado que integra representantes das redes de educação básica, dos programas de formação de professores, das licenciaturas em suas diferentes áreas, da extensão e da pós-graduação que atuam na formação de professores para a educação básica.

Os objetivos deste núcleo e de seu colegiado são: a) promover a articulação dos cursos de licenciaturas, dos programas e dos projetos que se destinam à formação de professores, b) manifestar-se sobre a aplicação de recursos e a concessão das bolsas de acordo com os regulamentos das instituições de fomento e c) integrar escola e universidade com a intenção de fomentar programas e projetos de formação de professores.

O núcleo está vinculado à Diretoria de Ensino de Graduação e atende ao disposto na resolução 02/2015/CNE/MEC¹ define as Diretrizes Curriculares Nacionais² para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura), além da formação continuada como componente essencial da profissionalização docente.

Além disso, o projeto institucional das licenciaturas da Unesc atende ao disposto da Portaria 158/CAPES, de 10 de agosto de 2017, que dispõe da participação das Instituições do Ensino Superior nos programas de fomento da Diretoria de Formação de Professores de Educação Básica.

As diretrizes para a formação inicial e continuada dos profissionais do magistério da educação básica constam no Projeto Institucional das Licenciaturas da UNESCO, articuladas aos princípios do PDI e do PPI.

A Unesc, em seu Projeto Institucional para as licenciaturas conta um programa de valorização do profissional da educação, com ações de valorização da formação docente e na busca de melhores condições de trabalho para seus profissionais e para aqueles que serão egressos e professores da educação básica. Estas ações se dão tanto na exposição imagética de produtos com as logos “Professor: orgulho de ser” e “Professor: eu gosto e respeito”, bem como na realização de eventos, palestras e fóruns acerca de temas relevantes à formação de professores. A partir das DCN (2015) outras ações poderão se somar às já existentes, na tentativa de garantir aos futuros docentes condições de exercer suas atividades com a valorização que lhe é devida.

Nesse sentido, é mister que se criem políticas junto às secretarias estaduais e municipais de educação que garantam a valorização dos profissionais do magistério da educação básica, que devem ter assegurada sua formação por meio de plano de carreira que de fato lhe garanta progressão e valorize sua formação. A atuação dos professores deve ser nas etapas e modalidades da educação básica e seus projetos de gestão, com descrição da jornada de trabalho com dedicação exclusiva ou tempo integral a ser cumprida em um único estabelecimento de ensino, com destinação de pelo menos um terço da carga horária de trabalho a outras atividades pedagógicas inerentes ao exercício do magistério, tais como preparação de aula, estudos, pesquisa e demais atividades formativas.

¹ A sigla CNE corresponde a Conselho Nacional de Educação e MEC ao Ministério da Educação e Cultura. As citações a estes órgãos serão feitas por estas siglas.

² A sigla DCN será utilizada para fazer referência às novas Diretrizes Curriculares Nacionais.

3.4.3 Programa de Fortalecimento das Licenciaturas

A Resolução 07/2014/Consu aprova o Programa de Fortalecimento das Licenciaturas, o qual explicita que a formação de profissionais na área da educação tem sido preocupação constante dos órgãos educacionais, como o Ministério da Educação, e das universidades que nasceram a partir da criação de cursos de licenciatura e que já estão consolidadas. Há algum tempo, já se pode observar queda no número de jovens interessados em fazer cursos de licenciaturas, fato este que gera, nos órgãos institucionais, preocupação com a continuidade do oferecimento destes cursos. Soma-se a isso a preocupação social com a formação de professores para atuar na educação básica e cumprir com a missão da Unesc.

Neste momento, embora haja demanda de vagas para a área da educação, a procura para a carreira docente está cada vez menor, com destaque para alguns estudos que apontam indicadores para essa ocorrência. Segundo Gatti, Barretto e André (2011), vários são os motivos para a baixa procura pelos cursos de licenciaturas e a evasão do magistério, dentre os quais, vale destacar tanto a falta de investimentos dos órgãos públicos na educação básica, ocasionando problemas nas condições de trabalho, quanto os baixos salários pagos aos professores.

Os problemas observados pela Unesc são semelhantes àqueles enfrentados pelos demais países da América Latina. O relatório publicado pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico – OCDE (2006), que reúne dados de 25 países, informa que as taxas de evasão no âmbito da formação de professores ocorrem com maior frequência entre os profissionais que estão iniciando sua carreira docente. O documento da OCDE (2006 apud MAUÉS, 2011) discute ainda a questão da satisfação profissional dos professores e conclui que é preciso agir em muitas frentes, como na melhoria das condições de trabalho no fomento de um ambiente que possibilite o desenvolvimento pessoal e profissional, com avaliação contínua e incentivo constante da prática pedagógica.

A Unesc, dentro do que lhe foi historicamente factível e considerando a adversidade que resvalou na valorização docente no país, fez sua tarefa no sentido de manter as Licenciaturas, na modalidade presencial, priorizando justamente a ampliação do universo cultural dos alunos, colocando em perspectiva uma formação integral e comprometida com a formação cidadã, avançando na Instituição com a criação de um programa próprio de Pós-Graduação Strico-Sensu em Educação, visando a consolidar também a formação continuada.

Frente ao desafio de responder à necessidade da região, no que diz respeito à formação de professores para a Educação Básica em diversas áreas – e também cumprindo

com seu papel como instituição comunitária e filantrópica, e como captadora e indutora dos Programas Federais – a Unesc, preocupada com os cursos que formam professores e com a própria formação de docentes para atender a demanda regional, propôs que o Curso de Pedagogia tivesse suas vagas do segundo semestre ofertadas no período vespertino, com bolsas para os acadêmicos de acordo com os critérios do Prouni, fazendo cumprir seu papel no desenvolvimento regional, ação cujo resultado foi positivo em relação à demanda. Posteriormente, os cursos de licenciatura em geografia, matemática, história, ciências biológicas, letras e, recentemente, artes visuais e iniciaram a oferta de vagas no período vespertino. Os objetivos do programa são:

- Fortalecer as licenciaturas, contribuindo para a consolidação da missão da Unesc;
- Oportunizar a inclusão de alunos com dificuldades financeiras no ensino superior, promovendo seu acesso e permanência;
- Manter com qualidade os cursos de licenciatura sob a forma presencial;
- Incentivar a formação do professor da Educação Básica, em nível superior;
- Contribuir com a valorização do magistério.

Ações Externas de Fortalecimentos da Formação de Professores

Para complementar as ações de qualificação docente e, por consequência fortalecer as políticas institucionais, a Unesc possui ações complementares externas que potencializam a formação docente na Instituição. Elas são as seguintes:

- Interação com as escolas da região, oportunizando aos professores do ensino Médio a possibilidade de participarem de grupos de pesquisa na Unesc;
- Socialização das experiências com a Acafe e outras IES, bem como de trabalhos acadêmicos de pesquisa e de extensão;
- Criação de um programa interinstitucional de valorização da profissão do Professor;
- Participação no Programa de Formação de Professores – Parfor/Mec;
- Participação do Pibid a partir de 2012 com aumento de bolsas a cada novo edital;
- Participação do Observatório da Educação – Obeduc – desde 2013;

- Reuniões com entidades externas visando a discutir o papel social das licenciaturas (Associações de Bairros, Prefeituras, Câmara de Vereadores, Sindicatos, Movimentos Sociais) e distribuição de panfletos com diagnóstico da realidade educacional/oportunidade de emprego/falta de formados;
- Continuação de programas de formação continuada para as escolas da região;
- Estudo da viabilidade de implantação do Instituto de Estudos e Pesquisas em Educação;
- Realização do Programa Enem: curso preparatório da Unesc, com destaque à possibilidade de ingresso no ensino superior.

Ações Internas de Formação de Professores

Para complementar as ações de qualificação docente e, por consequência fortalecer as políticas institucionais, a Unesc possui ações complementares internas que potencializam a formação docente na Instituição. Elas são as seguintes:

- Análise das matrizes curriculares dos Cursos de Graduação/Licenciaturas tendo, como parâmetro, os eixos definidos nas políticas de graduação/ formação humana e profissional (flexibilização, contextualização, competência, problematização, interdisciplinaridade) e também os indicadores resultantes das avaliações internas, externas e Diretrizes Curriculares para Formação de Professores;
- Posicionamento da Instituição sobre a importância e o papel social das Licenciaturas;
- Elaboração de um diagnóstico para entendermos a estrutura e a atual conjuntura educacional, social e econômica que envolve a baixa demanda nos cursos;
- Constituição de um Fórum permanente para pensar ações para as Licenciaturas;
- Constituição de comissão para pensar novos cursos com novos formatos para as Licenciaturas;
- Promoção e incentivo à inovação pedagógica nos cursos e fortalecimentos das TICs como instrumento de aprendizagem;
- Realização de projetos integrados com os cursos de licenciaturas. (ensino, extensão e pesquisa);
- Realização de fóruns de discussão para elaboração de documento norteador das diretrizes para a formação dos professores. (Forprof);

- Realização de atividades integradas visando a refletir sobre o papel dos estágios nas escolas e suas consequências para o ensino da graduação;
- Reavaliação do Núcleo Comum para as licenciaturas;
- Integração da pesquisa e extensão no ensino;
- Fortalecimento da Prática como Componente Curricular, no sentido de aproximar os estudantes ao campo de atuação/escolas e instituições educacionais;
- Ampliação da participação dos professores e acadêmicos da Unesc nas escolas da região por meio de convênios para desenvolvimento de trabalhos diferenciados e formação continuada dos professores;
- Mudança do turno noturno para matutino ou vespertino dos cursos das licenciaturas com bolsa de 50% e 100%, segundo critérios do PROUNI. Tendo como parâmetros:
 - Cursos que tivessem baixa demanda para abertura de turma de 1ª fase por 2 semestres consecutivos;
 - Cursos com número de matrículas igual ou inferior a 100 alunos em sua totalidade;
 - Necessidade de intervenções midiáticas e outros movimentos que resgatem no imaginário social a valorização do professor por meio de: twitter; facebook; blog da Unesc; Rádio; TV e outras;
 - Atuação junto aos docentes formadores de professores, para enfatizar o seu papel nessa formação e no impacto disso na educação das novas gerações;
 - Continuar o Programa de Formação Continuada (Forprof) interno, específico para docentes dos cursos de licenciatura;
 - Investimento na infraestrutura física, blocos e laboratórios, de modo a acomodar os cursos de Licenciatura que historicamente ajudaram a ampliar e a consolidar a Instituição enquanto IES Universitária.

3.4.4 Políticas de Pesquisa e Pós-graduação

A Resolução 12/2016/Consu tem por objetivo instituir as Políticas de Pesquisa e Pós-Graduação da Unesc e que são gerenciadas pela Pró-Reitoria Acadêmica e Diretoria de Pesquisa de pesquisa e Pós-Graduação. Na Universidade, a pesquisa poderá ser desenvolvida em Programas Institucionais (Grupos de Pesquisa e Programas de Iniciação Científica), nos

Programas Stricto Sensu e nos Cursos de especialização e graduação. A pós-graduação será desenvolvida por programas institucionais em nível Lato e Stricto Sensu.

3.4.4.1 Pesquisa

3.4.4.1.1 *Concepção, Princípios e Orientações*

A pesquisa, como dimensão da Universidade e indissociável do ensino e da extensão, é um processo de construção do saber que objetiva a produção e/ou a ampliação do conhecimento científico e tecnológico. Tanto para indivíduos envolvidos nas atividades de pesquisa propriamente ditas, quanto para a Universidade e a sociedade, a pesquisa articula-se com o ensino e a extensão e os fortalece, na medida em que também qualifica os processos de aprendizagem desenvolvidos na graduação e pós-graduação.

A pesquisa enquanto forma de produzir conhecimentos remete o pesquisador à realidade. A reflexão sistemática e racional sobre ela desenvolve no pesquisador competências no sentido de obter respostas para superar os desafios em torno das diferentes problemáticas colocadas pela sociedade. Desta forma, considera-se que a socialização dos conhecimentos e alternativas geradas pelo processo de investigação implica a melhoria e o fortalecimento em saúde, educação, meio ambiente, tecnologia e desenvolvimento socioeconômico.

Por entender que a pesquisa é uma dimensão constitutiva da Universidade, sem a qual o próprio sentido de universidade se perde, a Unesc estimula e fortalece o desenvolvimento da pesquisa nos vários níveis de sua atuação, como uma forma estratégica de garantir a sua consolidação enquanto Universidade.

As políticas de pesquisa da Unesc objetivam a consolidação de uma cultura de pesquisa na instituição, por meio, entre outros, dos seguintes aspectos:

- do estímulo e suporte à criação ou fortalecimento de grupos, núcleos e laboratórios de pesquisa;
- do incentivo para a realização de atividades de iniciação científica junto aos alunos de graduação;
- da valorização e apoio a projetos interdisciplinares; do incentivo à apresentação de trabalhos científicos em eventos nacionais e internacionais de relevância para as diferentes áreas do conhecimento;

- da divulgação dos resultados das pesquisas desenvolvidas por meio de periódicos próprios;
- do estímulo à publicação em revistas científicas indexadas de alto impacto;
- da constante busca de articulação e integração da pesquisa com o ensino e com a extensão; da ampliação do processo de internacionalização institucional;
- da interlocução com a Política de Inovação da Unesc. Propõem-se ainda a implementação da sistemática de acompanhamento e;
- de avaliação das pesquisas, de modo continuado, com vistas a atender critérios de qualidade e relevância social.

Os princípios são ideias que definem e direcionam os processos de pesquisa organizados e executados pela Unesc em conformidade com sua missão. A Universidade compreender ela é o lugar privilegiado da produção/construção do conhecimento e, portanto, assume os seguintes compromissos:

- Promover as atividades de pesquisa, reconhecendo-as como mecanismo importante para o desenvolvimento científico e tecnológico e para a construção de conhecimentos, de modo a contribuir com a atuação responsável e a reflexão sobre aspectos sociais, econômicos e culturais;
- Consolidar continuamente a pesquisa como elemento imprescindível para a qualificação do ensino de graduação e das atividades de extensão desenvolvidas na Unesc;
- Fomentar o desenvolvimento da pesquisa na Unesc, promovendo a nucleação de novos grupos e ampliando, dentro das possibilidades institucionais, os diferentes canais para a iniciação científica;
- Fortalecer a Pesquisa desenvolvida nos Programas de Pós-Graduação Stricto Sensu por meio de fomento específico para este fim;
- Gerar oportunidades internas de fomento e viabilização de pesquisas em projetos interdisciplinares.

O desenvolvimento da pesquisa na Unesc, por sua vez, tem por base princípios próprios, a saber:

- Articulação com a realidade social: os programas e projetos de pesquisa privilegiarão o diálogo com os diferentes segmentos sociais, de modo a perceber as suas aspirações e necessidades, articulando-as com a produção científica institucional.

- Interdisciplinaridade: Serão estimulados o desenvolvimento de projetos e a formação de grupos de pesquisa que promovam a interação de mais de uma área e/ou subárea do conhecimento.
- Articulação com o ensino e a extensão: os programas e projetos de pesquisa da Unesc buscarão sempre se desenvolver de modo articulado com o ensino e a extensão a fim de ressaltar e respeitar a indissociabilidade da relação teoria-prática e das dimensões da Educação Superior.
- Definição coletiva de prioridades: as prioridades para o desenvolvimento de linhas, programas, projetos de pesquisa e Programas de Pós-Graduação stricto sensu serão definidas coletivamente pela articulação da Pró-Reitoria Acadêmica e Diretoria de Pesquisa e Pós-Graduação com os pesquisadores, de modo a superar o caráter individual das ações desenvolvidas.
- Autonomia teórico-científica: a realização dos trabalhos de investigação, mesmo tendo como ponto de partida necessidades e demandas de segmentos sociais externos, respeitará o princípio da autonomia teórico-científica dos pesquisadores e da Universidade como um todo. Essa orientação não impede a cooperação e a parceria da Universidade com grupos ou instituições que atuem ou tenham como ponto de partida orientações teóricas, científicas ou ideológicas específicas. Porém, nenhum tipo de parceria ou contrato poderá cercear a autonomia universitária no sentido de investigar livremente os temas em questão, por métodos ou orientações teóricas distintas dos parceiros envolvidos, assim como de divulgar seus resultados de acordo com a ética científica.
- Articulação interinstitucional: estimular-se-á o desenvolvimento de programas e projetos de pesquisa que envolvam a cooperação de pesquisadores de diferentes instituições.
- Permanência e regularidade dos programas: os programas de pesquisa da Unesc serão de caráter permanente e sistemático, de modo a garantir sua continuidade e o desenvolvimento de resultados que ultrapassem os limites do imediatismo, numa perspectiva de médio e longo prazo.
- Pluralidade: procurar-se-á garantir espaço para as manifestações das diferentes posições teóricas existentes em cada campo do conhecimento, reconhecendo ao mesmo tempo sua legitimidade e seus limites. Não se admitirão concepções e práticas que prejudiquem ou representem dano, potencial ou efetivo, à instituição.
- Garantia de recursos: a Unesc promoverá programas de fomento às atividades de pesquisa e incentivará a busca de fontes externas do setor público e privado. Além disso, a

Universidade estimulará a geração própria de recursos, pela prestação de serviços em pesquisa, desde que vinculada ao processo de produção do conhecimento.

- Qualificação institucional e pessoal: para que a Instituição ocupe um lugar de destaque no cenário científico regional, estadual, nacional e internacional, é indispensável investir na qualificação institucional e pessoal permanente, cumprindo, pois, a viabilização do desenvolvimento de sua função social.

Para atuar nesse cenário, a disseminação do conhecimento técnico-científico, associada a estratégias de interação com outras instituições, integra o conjunto de fatores necessários para essa qualificação. Já a qualificação pessoal, por sua vez, deve estar associada à permanente atuação dos profissionais na geração e aquisição de conhecimentos científicos, através de ações integradoras com os diversos cursos de graduação, com os diferentes programas de Pós-Graduação Lato e Stricto sensu e com a participação e desenvolvimento de trabalhos de pesquisa científica financiados por instituições governamentais ou não. A qualificação pessoal também poderá ser aperfeiçoada por meio de capacitações específicas para os profissionais, de acordo com a sua área de atuação.

Nesse sentido, a Política de Pesquisa da Unesc aponta para as seguintes direções principais:

- A inserção contextual, atuando a partir de diferentes demandas sociais.
- O pluralismo teórico e ideológico, com respeito à diversidade do pensamento.
- A disponibilização dos resultados à população.
- A articulação com as atividades de ensino e extensão.
- O desenvolvimento de parcerias com outras instituições.
- A integração com a tecnologia e inovação.
- A interdisciplinaridade na elaboração de propostas e projetos;
- A sustentabilidade da pesquisa, por meio de políticas internas de fomento e da captação externa;
- A internacionalização da pesquisa, por meio da troca interdisciplinar e interinstitucional de conhecimentos.

3.4.4.1.2 Objetivos, Temas e Linhas de Pesquisa

Conforme art. 115, da Resolução n. 07/2017/CSA, “a pesquisa constitui-se em atividade permanente da Unesc e será desenvolvida contemplando as várias áreas de

conhecimento, visando à produção do conhecimento científico, indissociável do ensino e da extensão”. Dessa forma, esta Política de Pesquisa tem por objetivos:

- Possibilitar condições para a concretização da sua função social, compreendida enquanto produção e difusão de conhecimento, para propor soluções compatíveis com os problemas regionais a fim de integrar reciprocamente a Universidade no contexto de sua atuação.
- Promover intercâmbios científicos/tecnológicos no Brasil e no Exterior.
- Incentivar, apoiar a produção científica/tecnológica na Universidade.
- Estimular a participação dos docentes e discentes nas atividades de pesquisa.
- Capacitar os pesquisadores a concorrerem às verbas destinadas ao financiamento da pesquisa no Brasil e no exterior, disponibilizadas pela ação das diferentes agências de fomento de caráter governamental e de iniciativa privada.
- Incrementar uma política de publicações continuadas em revistas e periódicos científicos indexados, de reconhecida qualidade nacional e internacional.
- Implementar meios de divulgação científica como seminários, congressos, encontros, programas e outros.
- Desenvolver nos estudantes habilidades e competências necessárias à pesquisa por meio da participação em projetos ou grupos de pesquisa.
- Fortalecer os grupos de pesquisa e programas de pós-graduação *Stricto Sensu*, enquanto instrumentos principais de produção do conhecimento.
- Promover a interdisciplinaridade na pesquisa desenvolvida na Unesc.

Os temas gerais estão em consonância com a missão da Unesc e orientam as linhas de pesquisa. Dessa forma, os temas orientadores de pesquisa na Universidade são:

- Educação;
- Saúde;
- Desenvolvimento Socioeconômico e Político;
- Meio Ambiente;
- Ciência, Tecnologia e Inovação.

Com o tema Educação, a Unesc busca o desenvolvimento da educação formal e informal, bem como a formação do homem inserido em sua comunidade como agente transformador. Para a saúde, a Universidade busca o desenvolvimento de pesquisas que

possam compreender os aspectos nocivos à saúde e propor formas de prevenção, cuidado e tratamento das diversas doenças. Busca ainda a promoção da saúde e a utilização da epidemiologia e das ciências sociais como essenciais à formação.

Já no que se refere ao Desenvolvimento Socioeconômico e Político, busca-se realizar pesquisas que abranjam o desenvolvimento socioeconômico, a inovação e a aplicação de conhecimentos, de forma sustentável, objetivando atender às demandas da sociedade. No que diz respeito ao Meio Ambiente, a Universidade busca a compreensão dos fenômenos que relacionam a natureza com o desenvolvimento e a sociedade, para propor diretrizes de atuação aos setores público e privado visando à sustentabilidade socioambiental.

Por fim, com o tema Ciência, Tecnologia e Inovação, a Universidade busca a geração e a aplicação de conhecimentos e inovação tecnológica, com o objetivo de suprir as demandas sociais.

As linhas gerais de pesquisa da Universidade têm caráter orientador e não exclusivo na realização das atividades de pesquisa e pós-graduação, contemplando um conjunto de temáticas prioritárias na definição da atuação da Unesc nessa dimensão. As linhas devem orientar os esforços e destinação dos recursos da Universidade para fortalecer os campos de investigação estratégicos e relevantes. Elas devem se desdobrar em linhas de pesquisa nos cursos de Graduação e Pós-Graduação, além de estarem expressas nos programas oficiais de pesquisa, para que exista uma efetiva articulação entre as dimensões da Universidade e seus níveis acadêmicos e político-administrativos. Dessa forma, só serão efetivas se assumidas pelos pesquisadores.

3.4.4.1.3 Gestão e Incentivo à Pesquisa

A gestão das atividades de pesquisa é efetuada pela Pró-Reitoria Acadêmica, por meio da Diretoria de Pesquisa e Pós-graduação. Além disso, junto à Diretoria de Pesquisa e Pós-Graduação funcionará o Comitê de Assessoramento da Pesquisa e da Pós-graduação, de caráter consultivo, conforme disposto no Regimento da Unesc. Para contribuir, além do fórum geral de pesquisa da instituição, também ocorrem, anualmente, os fóruns de pesquisa nas diversas áreas como espaços coletivos e consultivos, de avaliação, formulação e proposição das atividades de pesquisa da Unesc.

Para efeitos desta política, poderão ser considerados pesquisadores os seguintes agentes: graduandos, pós-graduandos, técnicos administrativos e professores. Cabe ressaltar que só poderão efetuar ou participar de pesquisas aqueles que comprovarem a qualificação

mínima necessária para cada tipo de pesquisa, observando as exigências em questão. A organização técnica dos pesquisadores dentro de cada projeto ensinará a assinatura de instrumento jurídico próprio quando cabível, de acordo com a atividade desenvolvida

Com base nestes aspectos e visando a capacitação dos pesquisadores, a Unesc, entre outros meios a seu alcance e mediante aprovação de projetos, disponibilidade orçamentária e metas prioritárias, em conformidade com resoluções específicas, incentivará a pesquisa por meio de:

- Formação de docentes em Cursos de Pós-Graduação na própria Universidade ou em outras instituições de ensino superior nacionais ou estrangeiras;
- Cursos de capacitação para docentes, visando a elaboração de projetos, captação de recursos e demais aspectos referentes ao desenvolvimento da pesquisa;
- Conteúdos curriculares e atividades específicas nos Cursos de Graduação;
- Convênios para o desenvolvimento de projetos;
- Programas de iniciação científica;
- Concessão de auxílio para execução de projetos específicos;
- Intercâmbio com instituições científicas;
- Divulgação dos resultados das pesquisas;
- Programas voltados à pesquisa docente;
- Formação e manutenção de grupos de pesquisa;
- Criação e manutenção de cursos de Pós-Graduação *Stricto Sensu*, recomendados pela Capes;
- Realização de eventos científicos;
- Participação do pesquisador nos resultados econômicos advindos da propriedade intelectual;
- Atualização constante da biblioteca e dos laboratórios;
- Concessão de bolsas de pesquisa a docentes;
- Estímulo à participação de docentes e discentes em eventos científicos.

Os recursos financeiros e materiais das atividades e dos programas de pesquisa poderão ser oriundos da Universidade, de organizações públicas ou privadas, de agências de fomento à pesquisa, de fundações ou de empresas públicas ou privadas, cujos repasses serão formalizados por meio de contratos ou convênios. As receitas das atividades de pesquisa integrarão o orçamento da Universidade, sendo facultativos os casos dos projetos de pesquisa

com captação de recursos junto a órgãos governamentais de fomento e/ou privados, cujo instrumento de formalização da parceria preveja a realização da sua gestão pelo próprio pesquisador.

Baseada nestes aspectos, a Universidade entende que os Grupos de Pesquisa serão formados a partir da união de pesquisadores sobre um tema de interesse comum em torno de uma ou mais linhas de pesquisa. A interdisciplinaridade entre os Grupos de Pesquisa áreas de conhecimento é estimulada por meio de linhas de pesquisa comuns a estes. Elas representam temas aglutinadores de estudos científicos, dos quais se originam projetos cujos resultados guardam afinidade entre si. Assim, a constituição de grupos é fundamental e estratégica para consolidar a pesquisa e a pós-graduação *stricto sensu* na Unesc e potencializar o conhecimento científico.

A criação de grupos de pesquisa deverá observar as normas do Diretório de Grupos de Pesquisa do CNPq, sendo que a responsabilidade pela criação de novos grupos e pela atualização frequente dos já existentes será do líder do respectivo grupo.

3.4.4.1.4 Atividades e Programas Institucionais de Pesquisa

Entende-se por programa uma proposta de política de ações para a execução das atividades de pesquisa em nível institucional, que se desdobra em projetos de cunho operacional e que agrega diversos pesquisadores de um ou mais colegiados, prevendo estratégias de longo prazo. Nesse caso, o projeto consiste numa proposta teórico-metodológica e operacional de atividades de pesquisa, formulado por pesquisador ou pesquisadores, no âmbito de uma linha de pesquisa.

A pesquisa científica na Unesc pode ser realizada na graduação e pós-graduação, por meio das seguintes atividades e programas institucionais: trabalhos de conclusão de curso, monografias, dissertações e teses, programas de pesquisa docente e programas de iniciação científica.

Os trabalhos de conclusão de curso podem ser considerados uma modalidade de iniciação científica e objetivam iniciar o estudante na pesquisa. As monografias de especialização, elaboradas a partir de projetos de pesquisa e sob orientação de um docente credenciado, destinam-se também a iniciar os pós-graduandos na atividade científica. As dissertações e teses, elaboradas nos Programas de Pós-Graduação *stricto sensu* da instituição, são atividades de pesquisa que se articulam a partir de suas linhas, relacionadas aos grupos de pesquisa de que fazem parte os docentes dos referidos programas.

O Programa de Grupos de Pesquisa cadastrados no CNPq (PGP) é um programa da Unesc, com recursos próprios, que financia atividades de grupos de pesquisa cadastrados no CNPq, mediante edital específico. Seu objetivo é fortalecer os grupos de pesquisa, propiciando condições para o desenvolvimento de projetos de pesquisa, participação e promoção de eventos e estabelecimento de relações com grupos e pesquisadores de outras instituições.

O Programa Permanente de Fomento à Produção Docente da Pós-Graduação Stricto Sensu da Unesc-PróStricto-, tem caráter permanente e objetiva o incremento da produção qualificada dos docentes vinculados aos programas de pós-graduação da Universidade. É regulamentado pela Resolução 07/2008/Câmara Propex.

Já o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica Pibic/CNPq/Unesc, realizado em parceria com o CNPq. Os recursos para as bolsas de iniciação científica, excetuada a quota anual definida pelo CNPq, são provenientes da própria Universidade, ou seja, o orçamento de execução dos projetos e as horas de orientação são custeados com recursos internos. As vagas para o Programa são preenchidas mediante edital próprio.

No Programa de Iniciação Científica do Artigo 170 (PIC170), há bolsas de iniciação científica que são financiadas com recursos do Artigo 170 da Constituição Estadual do estado de Santa Catarina, e o número de bolsas é fixado anualmente. O programa é desenvolvido pela Diretoria de Pesquisa e Pós-Graduação por edital próprio.

O Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica Júnior- PIBICJr, destina bolsas de iniciação científica para estudantes do ensino médio e objetiva desenvolver habilidades e competências necessárias à pesquisa científica, integrando o estudante do ensino médio ao ambiente universitário. O programa é desenvolvido também pela Diretoria de Pesquisa e Pós-Graduação em conjunto com o CNPq e as vagas são preenchidas mediante edital próprio.

Já o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica para Estudantes Conveniados -Pibicec - prevê a Unesc como uma das parceiras junto a instituições nacionais ou internacionais conveniadas. As bolsas, o orçamento de execução dos projetos e as horas de orientação vinculadas à pesquisa serão custeados com recursos das instituições parceiras, cabendo à Unesc, como contrapartida, oferecer sua estrutura e desenvolver por meio da Proacad as delimitações legais para o pleno funcionamento do programa. As vagas serão preenchidas mediante edital próprio.

3.4.4.1.5 Comitês Institucionais

Para fomentar a pesquisa e proporcionar o seu desenvolvimento, a Unesc possui comitês institucionais para colaborar com o desenvolvimento destas atividades. Eles são os seguintes:

- **Comitê Institucional Científico, CIC:** O Comitê Institucional Científico é constituído por pesquisadores nomeados pela Diretoria de Pesquisa e Pós-Graduação, nos termos da regulamentação do CNPq, garantindo-se o equilíbrio das áreas de conhecimento. O Comitê tem o objetivo de acompanhar e avaliar o desenvolvimento da pesquisa na instituição, em especial, a quota de iniciação científica do CNPq e os grupos de pesquisa.

- **Comitê de Ética em Pesquisa – CEP:** Credenciado junto à Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (Conep), tem por objetivo pronunciar-se, no aspecto ético, sobre os projetos de pesquisa que envolvam seres humanos. Está vinculado à Diretoria de Pesquisa e Pós-Graduação e é regido por regulamentação própria aprovada pela Câmara de Pesquisa e Pós-Graduação e pelo Conselho Universitário.

- **Comissão de Ética em Uso de Animais – CEUA:** A Ceua/Unesc, credenciada junto ao Conselho Nacional de Controle de Experimentação Animal (Concea), tem por validade avaliar as atividades de ensino e pesquisas científicas desenvolvidas com animais não-humanos das espécies classificadas como filo Chordata, subfilo Vertebrata, observada a legislação ambiental, realizadas por docentes, discentes e técnicos desta Instituição e pesquisadores de outras instituições. Está vinculado à Proacad e é regida por regulamentação própria aprovada pelo Pró-Reitor Acadêmico.

3.4.4.1.6 Infraestrutura e Equipamentos

A infraestrutura para o desenvolvimento dos projetos de pesquisa será fornecida pela Universidade, mediante aprovação orçamentária. Todo o material permanente adquirido com recursos financeiros captados por meio de atividades de pesquisa será registrado no sistema de patrimônio da Universidade, imediatamente após o seu recebimento, como bem próprio ou de terceiros recebidos em comodato, cessão, depósito ou doação condicional. A estrutura referente ao espaço físico, necessária para a realização das atividades de pesquisa, será de responsabilidade da Universidade.

3.4.4.1.7 Captação de Recursos

Os projetos que não forem fomentados pela Universidade só serão executados mediante captação de recursos externos. A gestão desses projetos será executada pela própria Universidade, por meio da Proacad em articulação com a Diretoria de Pesquisa e Pós-Graduação. Os projetos de pesquisa com fomento externo deverão prever a destinação de um percentual dos recursos financeiros para a Instituição, calculado a partir do montante total captado e regulamentado por resolução própria, quando o edital de fomento externo assim o permitir. Quando forem desenvolvidos em parcerias com outras instituições, ou fomentados por organismos governamentais ou privados, que exigem contrapartida da Universidade, deverão ser submetidos ao setor de captação de recursos, para avaliação exclusiva dos valores orçamentários.

3.4.4.1.8 Acompanhamento e Avaliação da Pesquisa

O acompanhamento da execução e a avaliação dos resultados dos projetos de pesquisa são da competência e responsabilidade da Diretoria de Pesquisa e Pós Graduação. A metodologia para acompanhamento dos projetos de pesquisa constará nos editais de fomento à pesquisa, patrocinados pela Unesc.

3.4.4.1.9 Propriedade Intelectual

A proteção jurídica e a exploração econômica das criações e da propriedade intelectual da Instituição serão regulamentadas por resolução própria, de acordo com as políticas de inovação e propriedade intelectual da Unesc.

3.4.4.2 Pós-Graduação

Na Unesc, a pós-graduação foi criada e implementada a partir da necessidade da formação de recursos humanos para o exercício da docência e atuação no mercado de trabalho. Em resposta à demanda social e acadêmica, a Unesc desempenha papel fundamental na formação de recursos humanos pós-graduados, o que tem sido imprescindível na construção da excelência do conhecimento acadêmico-científico no cenário da educação superior.

3.4.4.2.1 *Concepção e Princípios*

A pós-graduação na Unesc, como uma dimensão da Educação Superior e indissociável do ensino da graduação, é constituída a partir de critérios e diretrizes previamente elaborados e discutidos nos fóruns institucionais específicos e aprovados nos órgãos colegiados superiores. Concebe-se a pós-graduação como um conjunto de ações e programas de estudos que qualificam o graduado em determinada área do saber, dividindo-se em *Lato Sensu* e *Stricto Sensu*.

A Pós-Graduação *Stricto Sensu*, voltada para a geração do conhecimento, destina-se à formação de pesquisadores com amplo conhecimento em seu campo de saber, enquanto a pós-graduação *Lato Sensu*, ou especialização, visa, principalmente, ao aperfeiçoamento técnico profissional.

A pós-graduação, em seu sentido lato, apresenta um caráter eventual e está relacionada a um curso de graduação ou conjunto deles. Em sentido stricto, torna-se definitivamente um sistema de programas permanentes que se superpõe à graduação com objetivos mais amplos e aprofundados de formação científica, fazendo do Stricto parte integrante do contexto universitário, indispensável à realização de fins essenciais da Universidade.

Os objetivos gerais da Pós-Graduação da Unesc são ampliar e possibilitar:

- Qualificação de profissionais a partir do conhecimento científico específico de determinada área de atuação profissional;
- Qualificação para o exercício da docência nos diversos níveis de ensino;
- Produção e divulgação do conhecimento científico que vise à melhoria da qualidade do ambiente de vida da sociedade;
- Formação de novos pesquisadores nas diversas áreas do conhecimento.

3.4.4.2.2 *Mobilidade dos Programas*

Os cursos de pós-graduação *stricto sensu*, aprovados pelo Consu, terão suas normas específicas definidas em regulamento próprio, propostos pela Câmara de Pós-Graduação e Pesquisa. Na criação destes cursos, serão observadas as diretrizes da política nacional de formação de pessoal de ensino e pesquisa, atendidos ainda os seguintes requisitos fundamentais:

- Ser aprovado pela Câmara de Pesquisa e Pós-Graduação.
- Haver efetiva disponibilidade e viabilidade de recursos materiais, humanos e financeiros para sua realização.
- Assinalar a importância do curso proposto, bem como as perspectivas acadêmico-científicas e profissionais.

A Pós-Graduação *Stricto Sensu* tem por objetivos:

- Formar pessoal qualificado para o exercício de atividades de ensino e pesquisa e outras áreas de atuação profissional.
- Desenvolver a produção de conhecimento filosófico, científico, artístico e tecnológico.
- Realizar projetos de pesquisa, bem como divulgar os seus resultados.

A Pós-Graduação *stricto sensu* está organizada em programas que oferecem cursos de mestrado (profissionalizantes ou acadêmicos) e doutorado em consonância com as resoluções específicas (Capes, Câmara e Consu). Os Programas deverão ter um regulamento próprio.

Os cursos de pós-Graduação *lato sensu* compreendem a especialização oferecida pela Unesc ou por convênios firmados com outras instituições. Caberá à Proacad em articulação com a Diretoria de Pesquisa e Pós-graduação, a partir das diretrizes do Consu, estabelecer as exigências complementares para a criação desses cursos, bem como as normas de sua organização e coordenação didática, exigências de ingresso, regime acadêmico e áreas de habilitação, quando houver.

Os cursos de especialização da Unesc destinam-se a graduados em cursos superiores e têm como objetivos:

- Qualificar profissionais para o mercado do trabalho.
- Especializar profissionais em campos específicos do conhecimento, possibilitando o domínio em áreas científicas e profissionais.
- Proporcionar a formação permanente para os egressos.

Os cursos de especialização da Unesc poderão ser presenciais, semipresenciais e não presenciais e deverão obedecer às legislações federal, estadual e próprias da Unesc. As propostas de cursos de especialização serão elaboradas pelo Setor Pós-Graduação ou pelos

docentes, de acordo com as legislações específicas e diretrizes da Proacad, devendo ser aprovadas pela coordenação do Setor de Pós-Graduação e pela Diretoria de Pesquisa e Pós-Graduação, bem como operacionalizadas pelo Setor de Pós-Graduação *lato sensu*.

3.4.4.3 Acompanhamento e Avaliação

O acompanhamento e avaliação dos cursos de pós-graduação *lato sensu* serão realizados pela coordenação do Setor de Pós-Graduação, em articulação com a Diretoria de Pesquisa e Pós-Graduação. O acompanhamento dos cursos de pós-graduação *stricto sensu* será feito pela coordenação de cada programa, em articulação com a Diretoria de Pesquisa e Pós-Graduação.

Caberá às coordenações dos programas de pós-graduação *stricto sensu*, em conjunto com a Diretoria de Pesquisa e Pós-Graduação e Proacad, a adoção das medidas necessárias para o cumprimento das recomendações da Capes relativas a cada Programa.

3.4.5 Políticas de Inovação

A Resolução 13/2016/Consu estabelece a Política de Inovação da Unesc, cujos objetivos são os seguintes:

I - Contribuir para a formação de melhores profissionais e seres humanos, por meio da excelência em ensino, pesquisa e extensão, promovendo o desenvolvimento regional sustentável.

II - Desenvolver novos produtos, serviços, processos e tecnologias, com vistas ao patenteamento, a comercialização de seus resultados e a transferência de tecnologias.

III - Buscar excelência na pesquisa aplicada, por meio do seu incentivo, do aperfeiçoamento das competências e da valorização do pesquisador.

IV - Difundir e valorizar os conhecimentos adquiridos e experiências vivenciadas no processo de inovação.

V - Estimular a criação de novos negócios, por meio da pré-incubação ou incubação.

VI - Articular com demais setores da sociedade a criação de um ambiente inovador.

VII - Respeitar os preceitos éticos em todas as atividades desenvolvidas.

VIII - Subsidiar as atividades da Instituição visando a sustentabilidade econômica

3.4.5.1 Pesquisa, Desenvolvimento, Inovação e Prestação de Serviços

A atividade inovadora na Unesc poderá ocorrer em qualquer de suas esferas de atuação, se caracterizando principalmente nas atividades de pesquisa, de desenvolvimento, de inovação propriamente dita, de prestação de serviços e dos processos internos. Os resultados dos projetos com a participação da Universidade serão de sua titularidade ou cotitularidade, incluindo projetos de iniciação científica, dissertações, teses, projetos de Pesquisa e Desenvolvimento, dentre outros, conforme regulamentação própria da Universidade.

Nesse sentido, será garantido o registro das autorias dos participantes, independente do percentual de participação no desenvolvimento da inovação. A partir disso, a titularidade da inovação poderá ser cedida à entidade financiadora do projeto, estando sujeita a processo de negociação pelo órgão competente na esfera da instituição.

A Universidade contará com um setor próprio responsável pelo gerenciamento de projetos, o acompanhamento do desenvolvimento das inovações, a comercialização dos resultados e a transferência de tecnologias, garantindo a sua preservação e propriedade, dentro de uma avaliação de interesse institucional. Os processos de inovação poderão ocorrer nos laboratórios, salas de aula e demais estruturas disponíveis da Instituição, bem como nos espaços físicos cedidos pelas entidades parceiras para sua realização. Com relação a estrutura física, laboratórios, equipamentos e insumos da Instituição, estes poderão ser alocados para a realização de projetos, desde que previstos no seu projeto aprovado pelos setores competentes.

Os projetos de inovação poderão ser realizados com recursos próprios da Unesc, por meio de convênios e contratos com outras organizações, ou por meio de captação de recursos privados ou públicos, na forma de editais, chamadas públicas ou outras formas de fomento. Desse modo, os projetos deverão ser submetidos para aprovação pelos setores competentes mediante uma planilha orçamentária que contemple todas as despesas decorrentes do mesmo, como gastos com horas administrativas, compra de equipamentos e insumos, eventuais tributos, registro de patentes e divulgação dos resultados.

A prestação de serviços na Unesc poderá ocorrer como atendimento a demanda contínua, ou de forma esporádica para suprir necessidade pontual no desenvolvimento de projeto inovador. Ela, na forma de demanda contínua, atenderá uma tabela de preços, enquanto a resultante do projeto inovador será avaliada pelos setores responsáveis.

3.4.5.2 Gestão da Inovação na Unesc

As políticas de Inovação da Unesc serão implementadas pela Reitoria, de forma direta ou por meio de órgãos de apoio a ela vinculados. A gestão das atividades de inovação e de propriedade intelectual da Unesc será feita pelo Núcleo de Inovação Tecnológica (NIT) e pela Agência de Desenvolvimento, Inovação e Transferência de Tecnologia (Aditt), conforme regulamentação própria. Entre as atribuições dos setores, caberá atender as determinações governamentais, inclusive referente ao preenchimento de pesquisas e apresentação de resultados.

A Universidade conta ainda com um Parque Tecnológico -Iparque-, no qual uma das funções será disponibilizar estrutura física e de pessoal para viabilizar as atividades de inovação. Ele será provido de uma incubadora, cujo espaço servirá para o desenvolvimento da incubação de novas ideias, produtos, serviços e negócios. O Iparque atuará mediante o posicionamento de focos de trabalho, com todas as suas atividades associadas como forma de contemplar os mesmos ou subsidiar essas atividades. Os focos de atuação do Parque Tecnológico serão propostos na Câmara de Pós-Graduação e Pesquisa e posteriormente aprovados pelo Conselho Universitário da Unesc.

3.4.5.3 Estímulo à Inovação

A Unesc estimulará a inovação em seus programas institucionais (Grupos de Pesquisa e Programas de Iniciação Científica), nos programas stricto sensu, nos cursos de especialização e graduação, na prestação de serviços, nos processos internos e nas demais atividades desenvolvidas. A Unesc, por meio de seus diversos agentes, mediante ciência da Aditt e do NIT, promoverá capacitações na área de inovação e de propriedade intelectual, bem como o lançamento de editais com a finalidade de incentivar a atividade inovadora, por meio de apoio econômico, projetos colaborativos ou captação de novas oportunidades de negócios.

A Universidade também incentivará a divulgação e a socialização dos conhecimentos gerados junto à comunidade, após os devidos processos de registro e proteção da propriedade intelectual. A Aditt e o NIT promoverão a parceria com outros NIT e outras ECTI com a finalidade de promover a inovação e a realização de projetos comuns. Nesse sentido, a Unesc promoverá o desenvolvimento de novas ideias, produtos, serviços e negócios por meio do processo de incubação. Esse processo poderá ocorrer por meio de assessoria,

consultoria, pesquisa básica e aplicada, prestação de serviços, com possibilidade de suporte físico e estrutural, nas seguintes modalidades:

- Pré-incubação, processo de desenvolvimento de projetos no qual não há residência no Parque;
- Incubação, processo de execução de projetos no qual pode ou não ocorrer a residência no Parque.

As atividades e serviços disponibilizados nos processos de pré e incubação serão regulamentados pela Proacad, por meio da Câmara de Pós-Graduação e Pesquisa. O Parque Tecnológico, no desenvolvimento de projetos inovadores, ainda poderá aceitar Empresa Residente, a qual estará vinculada a uma parceria para desenvolvimento de projetos por meio de pesquisa básica ou aplicada, prestação de serviços, com a possibilidade de suporte físico e estrutural.

A Universidade ainda incentivará a parceria com Inventor Independente, na qual serão oferecidos serviços em troca de participação na titularidade das patentes e dos royalties ou outra vantagem. Os serviços oferecidos para o Inventor Independente poderão ser:

- Desenvolvimento do produto ou serviço;
- Testes e exames laboratoriais;
- Assessoria e consultoria para registro da patente;
- Negociação do produto e a Transferência de Tecnologia;
- Incubação do negócio.

3.4.5.4 Proteção da Propriedade Intelectual

A Universidade deverá promover na forma da lei a proteção do seu patrimônio intelectual e as suas criações. A forma de proteção, os responsáveis pela mesma, a distribuição de royalties, a transferência de tecnologia e demais disposições sobre a propriedade intelectual estão regulamentadas em resolução própria.

3.4.5.5 Política Editorial da Unesc

A Resolução 09/2010/Câmara de Pós-Graduação, Pesquisa e Extensão aprova Política Editorial da Unesc e a Resolução 04/2016/Câmara de Pós-Graduação, Pesquisa e Extensão altera a Política Editorial da Unesc. Seus objetivos são:

- Divulgar a produção intelectual e científica dos professores e alunos da Universidade, da comunidade e de outras instituições;
- Preservar a qualidade técnica e de conteúdo dos livros publicados com os selos da Universidade;
- Editar, coeditar e reeditar trabalhos de interesse para a Instituição;
- Difundir e preservar a cultura e a memória da nossa região, por meio da publicação de livros e periódicos;
- Favorecer o intercâmbio com outras universidades nacionais e internacionais, pela mútua cooperação, parceria, permuta ou coedição;
- Incentivar a descoberta de novos autores;
- Comercializar os títulos publicados, buscando a autonomia financeira e a consolidação;
- Implementar uma linha editorial que consolide as áreas de atuação sugeridas na missão da Unesc;
- Promover a integração entre os setores: editora, biblioteca e livraria universitária, esta a partir de sua implementação.

3.4.6 Políticas de Extensão

A Resolução 12/2015/Consu estabelece políticas, concepções e normas que nortearão as atividades de Extensão da Unesc e foi construído a partir de matrizes teóricas, legislação e estatuto, regimento interno, projeto político pedagógico e documento referente às Políticas de Extensão e Ação Comunitária da Universidade. Foram utilizados, além da literatura pertinente, a Constituição Federal, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9394/96) e os documentos elaborados pelo Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras (Forproex), que são referências para o Plano Nacional de Extensão.

No documento são apresentadas as concepções, os conceitos e a legislação relacionada ao tema, além de uma análise da extensão nas universidades comunitárias e das práticas de extensão da Instituição. Também são apresentados os princípios e objetivos, estabelecidas as áreas temáticas e linhas de extensão, as quais nortearão o desenvolvimento e o registro das ações de extensão na Universidade. Ainda, são apresentadas as formas de desenvolvimento das atividades de extensão, bem como os encaminhamentos e ações, o

suporte operacional e a sistematização das informações.

O ensino, a pesquisa e a extensão se constituem em três funções básicas da Universidade, as quais devem ser equivalentes e merecem igualdade em tratamento por parte da instituição para não violar um preceito constitucional.

3.4.6.1 A Gestão da Extensão da Unesc

A gestão das atividades de extensão é efetuada pela Proacad, por meio da Diretoria Extensão, Cultura e Ações Comunitárias. A Universidade também conta com o Iparque e seus institutos, que participam da gestão da extensão, em especial, daquela desenvolvida na forma de prestação de serviços. Também ocorrem anualmente, os fóruns de extensão nas diferentes áreas do conhecimento, além do fórum geral de extensão da instituição, que se caracterizam como espaços coletivos e consultivos, de avaliação, formulação e proposição das atividades de extensão da Unesc.

3.4.6.2 A Compreensão da Extensão na Unesc

A Unesc caracteriza-se como um espaço aberto à comunidade e a concretização da extensão universitária se dará na relação de parceria e de convivência que se constrói com a sociedade. A extensão, nesse sentido, é assumida como dimensão que proporciona aos docentes e discentes o contato com a realidade social favorecendo a articulação do ensino e da pesquisa. Poderá ser entendida enquanto serviços que a Universidade presta à sociedade, gerando alternativas de ação que atendam às expectativas e problemáticas da população e, ainda, ser um espaço fértil para o exercício e a conquista da emancipação crítica, tanto da comunidade acadêmica quanto da sociedade.

O público-alvo da extensão da Unesc vincula-se a essência de uma instituição comunitária, que se baliza no compromisso comunitário, tendo por referência os pressupostos do desenvolvimento econômico, humano e social, da emancipação social, do empoderamento comunitário, da preservação do meio ambiente, da paz, da cidadania participativa e da dignidade da pessoa humana. A relevância social da extensão é concebida em três eixos norteadores:

- a formação humana e técnica da comunidade acadêmica, na esteira do princípio da indissociabilidade com o ensino e a pesquisa;
- o compromisso com o empoderamento comunitário e com o desenvolvimento

econômico, humano e social, em especial, da área de atuação da instituição;

- o reconhecimento da importância de primar pelos princípios de sustentabilidade ancorada no tripé econômico, social e ambiental, em especial, da área de atuação da instituição.

O impacto social que se espera das ações de extensão não se traduz apenas nos possíveis resultados observados ou quantificados, mas vincula-se ao processo de construção (inclusive de definição das demandas) e de execução, que devem se pautar por práticas multilaterais, articuladoras, que respeitem a autonomia do cidadão e da coletividade, que sejam emancipadoras, de caráter institucional e interinstitucional e que venham a oportunizar a construção de processos solidários, que tenham a justiça social, a cidadania e a dignidade da pessoa humana como referências. Para tanto, é preciso tornar mais tangível o princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, prescrito na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, por meio de ações que articulem e criem condições que permitam efetivamente concretizar na prática este tripé estruturante da universidade.

Neste sentido, cabe destacar o exposto prescrito no Plano Nacional de Educação, estratégia 12,7 para a meta 12 que preceitua: “assegurar, no mínimo, 10% (dez por cento) do total de créditos curriculares exigidos para a graduação em programas e projetos de extensão universitária, orientando sua ação, prioritariamente, para áreas de grande pertinência social” (Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014).

Desse modo, os princípios defendidos pela Unesc nas atividades de extensão são os seguintes:

- A institucionalidade, que se caracteriza pelo atendimento das políticas de extensão da Universidade;
- A prioridade às ações e atividades que tenham caráter articulado, interprofissional interinstitucional e intersetorial;
- A efetividade, que implica em considerar o impacto que as ações e atividades de extensão produzam em termos de pertinência social;
- A socialização do conhecimento, que se refere às possibilidades de acesso ao conhecimento de um conjunto mais amplo da sociedade;
- A ética, que está fundamentada numa relação forte e justa entre universidade e sociedade;
- A democratização, que se estabelece pela possibilidade de participação dos

sujeitos da vida universitária tanto na tomada de decisões como na efetivação da extensão universitária;

- A articulação com a sociedade, estabelecida pelo diálogo constante, buscando dar-se a conhecer e conhecer a realidade na qual está inserida;
- A continuidade, caracterizada pela permanência e regularidade das ações extensionistas;
- A sustentabilidade econômica das ações e atividades de extensão;
- A inserção curricular da extensão.

Isso dá sustentação ao objetivo geral da extensão na Unesc, que é: Reafirmar a extensão acadêmica universitária como um processo definido e efetivado a partir da essência de uma Universidade Comunitária através de ações articuladas, interdisciplinares, interinstitucionais e intersetoriais, indispensáveis para a formação integral do estudante universitário, na qualificação do docente e no intercâmbio de saberes com a sociedade.

Nisso, emergem os objetivos específicos que são pontuados em:

- Institucionalizar a extensão universitária como atividade acadêmica através de programas, projetos, eventos, ação comunitária, cursos e prestação de serviços de natureza diversa;
- Promover atividades com compromisso socioambiental, cultural, técnico e científico em consonância com a missão institucional;
- Fortalecer a extensão universitária como uma das dimensões do processo de formação acadêmica definida e efetivada segundo as exigências da realidade e indispensável na qualificação docente e no intercâmbio com a sociedade;
- Promover ações com relação bilateral entre a universidade e a sociedade, de tal modo que os problemas e as demandas urgentes recebam a atenção da academia;
- Mobilizar a comunidade acadêmica a desenvolver ações e atividades de extensão articuladas com o ensino e/ou a pesquisa;
- Promover atividades relacionadas à socialização do conhecimento entre a Universidade e a Sociedade, representada por suas organizações sociais, empresariais, governamentais e não governamentais;
- Viabilizar suporte operacional para que a comunidade acadêmica busque recursos destinados ao financiamento de atividades de extensão disponibilizadas pelas agências de fomento governamentais, não governamentais e da iniciativa privada, no Brasil e

no exterior;

- Oferecer cursos de capacitação nas modalidades: iniciação, atualização, treinamento, qualificação profissional; voltados às demandas da sociedade, resguardados a autonomia técnica e científica, a articulação com as linhas de extensão e o compromisso com a missão da Unesc;
- Disponibilizar serviços contratados por terceiros (comunidade ou empresa), com realização de atividades eventuais e outras demandas de atendimento à sociedade nas diversas áreas do saber;
- Incentivar ações que tenham soluções autossustentáveis, baseadas na busca de recursos externos e/ou atividades que gerem os próprios recursos;
- Fomentar as atividades extensionistas por meio de abertura de editais internos, de apoio à participação em editais externos no Brasil e no Exterior e da celebração de convênios ou outros meios;
- Divulgar os resultados das atividades de extensão acadêmica por meio da promoção de eventos, da participação em congressos e similares, e da publicação em periódicos, livros e outras mídias disponibilizadas;
- Envolver os cursos de graduação e os PPGs em atividades de extensão;
- Envolver os técnicos administrativos em atividades de extensão;
- Valorizar o professor extensionista no plano de carreira e em editais.

3.4.6.3 Registro das Ações de Extensão

O registro das ações de Extensão ocorre a partir de sua inclusão no Sistema de Acompanhamento e Controle de Atividades Extensão que é utilizado pela Diretoria de Extensão, Cultura e Ações Comunitárias para quantificar e qualificar a ação extensionista na Universidade. É imprescindível que as informações relativas às ações de extensão sejam registradas por todos os envolvidos nos processos institucionais de extensão atualizando os relatórios e dados solicitados pelos meios formais disponíveis pela universidade. O registro das ações de extensão possibilita:

- A consolidação dos dados relativos às ações de extensão dos cursos em cada área de atuação acadêmica;
- A participação em Editais para concessão de Bolsas de Extensão;
- A emissão de certificados;

- O cumprimento das normas extensionistas;
- O preenchimento dos dados solicitados Ministério da Educação;
- A elaboração anual do Balanço Social da Universidade, bem como o acompanhamento da execução do Plano de Gestão;
- A atualização do banco de dados do Sinaes (Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior);
- A validação dos dados para serem enviados ao Fórum de Extensão Regional e Nacional das Universidades Comunitárias;
- A utilização dos registros das atividades de extensão como instrumentos para a produção acadêmica em extensão.

3.4.6.4 Áreas Temáticas e Linhas de Extensão

As Áreas Temáticas e as Linhas de Extensão foram definidas e publicadas pelo Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras (FORPROPEX) em 2001 e passaram por atualização em 2006. Neste sentido, com o objetivo de adequar a política de extensão da UNESCO ao Sistema de Dados e Informações da Extensão/Base Operacional de acordo com o Plano Nacional de Extensão, são adotadas no presente documento as modificações e atualizações propostas pelo Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras. Assim, será facilitado o registro nos sistemas de informação e banco de dados de extensão, seja o SIEX BRASIL (um aplicativo *web* que foi criado especialmente para atender as demandas de registro das atividades de extensão das Universidades participantes do FORPROEX), sejam os sistemas próprios da universidade. Adotar esta atualização tem como objetivo também, atender às informações do Censo da Educação Superior do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos/Ministério da Educação (INEP/MEC) que passou a solicitar, a partir do ano-base 2003, informações detalhadas em planilhas específicas para a extensão universitária.

As informações aqui apresentadas são parte do documento que pode ser obtido na sua totalidade no Manual do Sistema de Informações de Extensão (SIEX)³.

Áreas temáticas

³ Disponível em <www.renex.org.br/documentos.php>.

A partir de 2006, foram estabelecidas as Áreas Temáticas que devem ser consideradas para registro das atividades de extensão.

O Quadro 2 apresenta as oito Áreas Temáticas adotadas neste documento, tendo em vista a necessidade do registro das atividades de extensão.

As ações de extensão devem ser classificadas de acordo com a Área Temática, podendo, nos casos em que a atividade se relacionar com mais de uma área, estabelecer uma como área temática principal e, opcionalmente, outra como área temática complementar.

Quadro 2 - Denominação das Áreas Temáticas de Extensão

1.	Comunicação
2.	Cultura
3.	Direitos Humanos e Justiça
4.	Educação
5.	Meio Ambiente
6.	Saúde
7.	Tecnologia e Produção
8.	Trabalho

Fonte: Disponível em: <http://www.renex.org.br/areas_tematicas.php>. Acesso em: 20/02/2015.

O objetivo desta classificação é a sistematização, de maneira a favorecer os estudos e relatórios sobre a produção da extensão universitária brasileira, segundo agrupamentos temáticos, bem como a articulação de indivíduos ou de grupos que atuam na mesma área temática. A classificação deve observar o objeto ou assunto que é focado na ação, mesmo que seja necessário relacionar a atividade com a área mais aproximada, quando não houver uma correspondência absoluta com alguma especificamente.

Linhas da Extensão

A partir de 2006, a Rede Nacional de Extensão (RENEX) passou a adotar a denominação Linha de Extensão para especificar e detalhar os temas permitindo a nucleação das atividades e ações de extensão, possibilitando a construção dos programas.

As linhas de extensão não são, necessariamente, ligadas a uma área temática, em especial podendo ser relacionadas com uma ou mais dependendo do tema e contexto da ação ou atividade. Por exemplo, ações relativas à linha de extensão “Inovação Tecnológica” podem ser registradas na área temática Saúde, ou Educação, ou Trabalho, ou mesmo Tecnologia, dependendo do tema em questão.

As descrições de linha de extensão discriminam as formas de operacionalização

que, em geral, abrangem assessoria, consultoria, realização de eventos, apoio, desenvolvimento de processos, formação/qualificação de pessoal, preservação, recuperação, difusão, divulgação, desenvolvimento de metodologia de intervenção, intervenção/atendimento, atenção, prevenção, desenvolvimento de sistemas, promoção/incentivo, articulação, adaptação, produção, cooperação, entre outras.

No Quadro 3 estão relacionadas as Linhas de Extensão e respectivas descrições definidas pelo Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras (FORPROEX), e que servirão de referência neste documento, tendo em vista a necessidade do registro das atividades de extensão.

Quadro 3 - Denominação das Linhas de Extensão

N.	Linha de Extensão	Descrição
01.	Alfabetização, Leitura e Escrita	Alfabetização e letramento de crianças, jovens e adultos; formação do leitor e do produtor de textos; incentivo à leitura; literatura; desenvolvimento de metodologias de ensino da leitura e da escrita e sua inclusão nos projetos político-pedagógicos das escolas.
02.	Artes Cênicas	Dança, teatro, técnicas circenses, performance; formação, memória, produção e difusão cultural e artística.
03.	Artes Integradas	Ações multiculturais, envolvendo as diversas áreas da produção e da prática artística em um único programa integrado; memória, produção e difusão cultural e artística.
04.	Artes Plásticas	Escultura, pintura, desenho, gravura, instalação, apropriação; formação, memória, produção e difusão cultural e artística.
05.	Artes Visuais	Artes gráficas, fotografia, cinema, vídeo; formação, memória, produção e difusão cultural e artística.
06.	Comunicação Estratégica	Elaboração, implementação e avaliação de planos estratégicos de comunicação; realização de assessorias e consultorias para organizações de natureza diversa em atividades de publicidade, propaganda e de relações públicas; suporte de comunicação a programas e projetos de mobilização social, a organizações governamentais e da sociedade civil.
07.	Desenvolvimento de Produtos	Produção de origem animal, vegetal, mineral e laboratorial; manejo, transformação, manipulação, dispensação, conservação e comercialização de produtos e subprodutos.
08.	Desenvolvimento Regional	Elaboração de diagnóstico e de propostas de planejamento regional (urbano e rural) envolvendo práticas destinadas a elaboração de planos diretores, a soluções, tratamento de problemas e melhoria da qualidade de vida da população local, tendo em vista sua capacidade produtiva e potencial de incorporação na implementação das ações; participação em fóruns Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável - DLIS; participação e assessoria a conselhos regionais, estaduais e locais de desenvolvimento e a fóruns de municípios e associações afins; elaboração de matrizes e estudos sobre desenvolvimento regional integrado, tendo como base recursos locais renováveis e práticas sustentáveis; discussão sobre permacultura; definição de indicadores e métodos de avaliação de desenvolvimento, crescimento e sustentabilidade.
09.	Desenvolvimento Rural e Questão Agrária	Constituição e/ou manutenção de iniciativas de reforma agrária, matrizes produtivas locais ou regionais e de políticas de desenvolvimento rural; assistência técnica; planejamento do desenvolvimento rural sustentável; organização rural; comercialização; agroindústria; gestão de propriedades e/ou organizações; arbitragem de conflitos de reforma agrária; educação para o desenvolvimento rural; definição de critérios e de políticas de fomento para o meio rural; avaliação de impactos de políticas de desenvolvimento rural.

N.	Linha de Extensão	Descrição
10.	Desenvolvimento Tecnológico	Processos de investigação e produção de novas tecnologias, técnicas, processos produtivos, padrões de consumo e produção (inclusive tecnologias sociais, práticas e protocolos de produção de bens e serviços); serviços tecnológicos; estudos de viabilidade técnica, financeira e econômica; adaptação de tecnologias.
11.	Desenvolvimento Urbano	Planejamento, implementação e avaliação de processos e metodologias visando proporcionar soluções e o tratamento de problemas das comunidades urbanas; urbanismo.
12.	Direitos Individuais e Coletivos	Apoio a organizações e ações de memória social, defesa, proteção e promoção de direitos humanos; direito agrário e fundiário; assistência jurídica e judiciária individual e coletiva, a instituições e organizações; bioética médica e jurídica; ações educativas e preventivas para garantia de direitos humanos.
13.	Educação Profissional	Processos de formação técnica profissional, visando a valorização, aperfeiçoamento, promoção do acesso aos direitos trabalhistas e inserção no mercado de trabalho.
14.	Empreendedorismo	Constituição e gestão de empresas juniores, pré-incubadoras, incubadoras de empresas, parques e pólos tecnológicos, cooperativas e empreendimentos solidários e outras ações voltadas para a identificação, aproveitamento de novas oportunidades e recursos de maneira inovadora, com foco na criação de empregos e negócios estimulando a pró-atividade.
15.	Emprego e Renda	Defesa, proteção, promoção e apoio a oportunidades de trabalho, emprego e renda para empreendedores, setor informal, proprietários rurais, formas cooperadas/associadas de produção, empreendimentos produtivos solidários, economia solidária, agricultura familiar, dentre outros.
16.	Endemias e Epidemias	Planejamento, implementação e avaliação de metodologias de intervenção e de investigação tendo como tema o perfil epidemiológico de endemias e epidemias e a transmissão de doenças no meio rural e urbano; previsão e prevenção.
17.	Divulgação Científica e Tecnológica	Difusão e divulgação de conhecimentos científicos e tecnológicos em espaços de ciência, como museus, observatórios, planetários, estações marinhas, entre outros; organização de espaços de ciência e tecnologia.
18.	Esporte e Lazer	Práticas esportivas, experiências culturais, atividades físicas e vivências de lazer para crianças, jovens e adultos, como princípios de cidadania, inclusão, participação social e promoção da saúde; esportes e lazer nos projetos político-pedagógico das escolas; desenvolvimento de metodologias e inovações pedagógicas no ensino da Educação Física, Esportes e Lazer; iniciação e prática esportiva; detecção e fomento de talentos esportivos.
19.	Estilismo	Design e modelagem criativa de vestuário, calçados, ornamentos e utensílios pessoais relacionados à moda.
20.	Fármacos e Medicamentos	Uso correto de medicamentos para a assistência à saúde, em seus processos que envolvem a farmacoterapia; farmácia nuclear; diagnóstico laboratorial; análises químicas, físico-químicas, biológicas, microbiológicas e toxicológicas de fármacos, insumos farmacêuticos, medicamentos e fitoterápicos.
21.	Formação de Docentes	Formação e valorização de professores, envolvendo a discussão de fundamentos e estratégias para a organização do trabalho pedagógico, tendo em vista o aprimoramento profissional, a valorização, a garantia de direitos trabalhistas e a inclusão no mercado de trabalho formal.
22.	Gestão do Trabalho	Estratégias de administração; ambiente empresarial; relações de trabalho urbano, rural e industrial (formas associadas de produção, trabalho informal, incubadora de cooperativas populares, agronegócios, agroindústria, práticas e produções caseiras, dentre outros).
23.	Gestão Informacional	Sistemas de fornecimento e divulgação de informações econômicas, financeiras, físicas e sociais das instituições públicas, privadas e do terceiro setor.
24.	Gestão Institucional	Estratégias administrativas e organizacionais em órgãos e instituições públicas, privadas e do terceiro setor, governamentais e não governamentais.
25.	Gestão Pública	Sistemas regionais e locais de políticas públicas; análise do impacto dos fatores sociais, econômicos e demográficos nas políticas públicas (movimentos populacionais, geográficos e econômicos, setores produtivos); formação, capacitação e qualificação de pessoas que atuam nos sistemas públicos (atuais ou potenciais).
26.	Grupos Sociais Vulneráveis	Questões de gênero, de etnia, de orientação sexual, de diversidade cultural, de credos religiosos, dentre outros, processos de atenção (educação, saúde, assistência social,

N.	Linha de Extensão	Descrição
		etc.), de emancipação, de respeito à identidade e inclusão; promoção, defesa e garantia de direitos; desenvolvimento de metodologias de intervenção.
27.	Infância e Adolescência	Processos de atenção (educação, saúde, assistência social, etc); promoção, defesa e garantia de direitos; ações especiais de prevenção e erradicação do trabalho infantil; desenvolvimento de metodologias de intervenção, tendo como objeto focado na ação crianças, adolescentes e suas famílias.
28.	Inovação Tecnológica	Introdução de produtos ou processos tecnologicamente novos e melhorias significativas a serem implementadas em produtos ou processos existentes nas diversas áreas do conhecimento. Considera-se uma inovação tecnológica de produto ou processo aquela que tenha sido implementada e introduzida no mercado (inovação de produto) ou utilizada no processo de produção (inovação de processo).
29.	Jornalismo	Processos de produção e edição de notícias para mídias impressas e eletrônicas; assessorias e consultorias para órgãos de imprensa em geral; crítica de mídia.
30.	Jovens e Adultos	Processos de atenção (saúde, assistência social, etc), de emancipação e inclusão; educação formal e não formal; promoção, defesa e garantia de direitos; desenvolvimento de metodologias de intervenção, tendo como objeto a juventude e/ou a idade adulta.
31.	Línguas Estrangeiras	Processos de ensino/aprendizagem de línguas estrangeiras e sua inclusão nos projetos político-pedagógicos das escolas; desenvolvimento de processos de formação em línguas estrangeiras; literatura; tradução.
32.	Metodologias e Estratégias de Ensino/Aprendizagem	Metodologias e estratégias específicas de ensino/aprendizagem, como a educação à distância, o ensino presencial e de pedagogia de formação inicial, educação continuada, educação permanente e formação profissional.
33.	Mídia-artes	Mídias contemporâneas, multimídia, web-arte, arte digital; formação, memória, produção e difusão cultural e artística.
34.	Mídias	Produção e difusão de informações e conhecimentos através de veículos comunitários e universitários, impressos e eletrônicos (boletins, rádio, televisão, jornal, revistas, <i>internet</i> , etc.); promoção do uso didático dos meios de comunicação e de ações educativas sobre as mídias.
35.	Música	Apreciação, criação e performance; formação, capacitação e qualificação de pessoas que atuam na área musical; produção e divulgação de informações, conhecimentos e material didático na área; memória, produção e difusão cultural e artística.
36.	Organizações da Sociedade e Movimentos Sociais e Populares	Apoio à formação, organização e desenvolvimento de comitês, comissões, fóruns, associações, ONG's, OSCIP's, redes, cooperativas populares, sindicatos, dentre outros.
37.	Patrimônio Cultural, Histórico, Natural e Imaterial	Preservação, recuperação, promoção e difusão de patrimônio artístico, cultural e histórico (bens culturais móveis e imóveis, obras de arte, arquitetura, espaço urbano, paisagismo, música, literatura, teatro, dança, artesanato, folclore, manifestações religiosas populares), natural (natureza, meio ambiente) material e imaterial (culinária, costumes do povo), mediante formação, organização, manutenção, ampliação e equipamento de museus, bibliotecas, centros culturais, arquivos e outras organizações culturais, coleções e acervos; restauração de bens móveis e imóveis de reconhecido valor cultural; proteção e promoção do folclore, do artesanato, das tradições culturais e dos movimentos religiosos populares; valorização do patrimônio; memória, produção e difusão cultural e artística.
38.	Pessoas com Deficiências Incapacidades, e Necessidades Especiais	Processos de atenção (educação, saúde, assistência social, etc) de emancipação e inclusão de pessoas com deficiências, incapacidades físicas, sensoriais e mentais, síndromes, doenças crônicas, altas habilidades, dentre outras; promoção, defesa e garantia de direitos; desenvolvimento de metodologias de intervenção individual e coletiva, tendo como objeto focado na ação essas pessoas e suas famílias.
39.	Propriedade Intelectual e Patente	Processos de identificação, regulamentação e registro de direitos autorais e outros sobre propriedade intelectual e patente.
40.	Questões Ambientais	Implementação e avaliação de processos de educação ambiental de redução da poluição do ar, águas e solo; discussão da Agenda 21; discussão de impactos ambientais de empreendimentos e de planos básicos ambientais; preservação de recursos naturais e planejamento ambiental; questões florestais; meio ambiente e qualidade de vida; cidadania e meio ambiente.

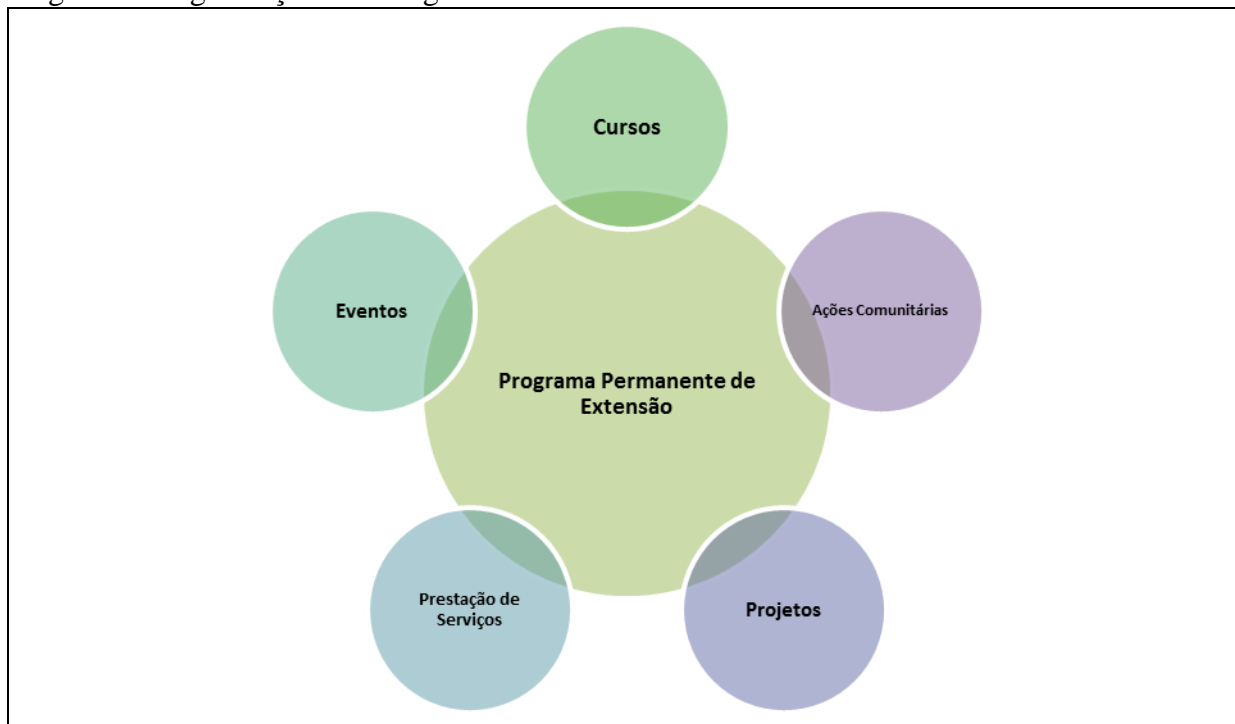
N.	Linha de Extensão	Descrição
41.	Recursos Hídricos	Planejamento de microbacias, preservação de mata ciliar e dos recursos hídricos, gerenciamento de recursos hídricos e Bacias Hidrográficas; prevenção e controle da poluição; arbitragem de conflitos; participação em agências e comitês estaduais e nacionais; assessoria técnica a conselhos estaduais, comitês e consórcios municipais de recursos hídricos.
42.	Resíduos Sólidos	Ações normativas, operacionais, financeiras e de planejamento com base em critérios sanitários, ambientais e econômicos, para coletar, segregar, tratar e dispor resíduos ou dejetos; orientação para elaboração e desenvolvimento de projetos de planos de gestão integrada de resíduos sólidos urbanos, coleta seletiva, instalação de manejo de resíduos sólidos urbanos (RSU) reaproveitáveis (compostagem e reciclagem), destinação final de RSU (aterros sanitários e controlados), remediação de resíduos ou dejetos a céu aberto; orientação à organização de catadores de resíduos sólidos.
43.	Saúde da Família	Processos assistenciais e metodologias de intervenção para a saúde da família;
44.	Saúde e Proteção no Trabalho	Processos assistenciais, metodologias de intervenção, ergonomia, educação para a saúde e vigilância epidemiológica ambiental, tendo como alvo o ambiente de trabalho e como público os trabalhadores urbanos e rurais; saúde ocupacional.
45.	Saúde Humana	Promoção da saúde das pessoas, famílias e comunidades; humanização dos serviços; prestação de serviços institucionais em ambulatórios, laboratórios, clínicas e hospitais universitários; assistência à saúde de pessoas em serviços especializados de diagnóstico, análises clínicas e tratamento; clínicas odontológicas, de psicologia, de nutrição, de farmácia, de medicina, de fisioterapia, dentre outras.
46.	Segurança Alimentar e Nutricional	Incentivo à produção de alimentos básicos, autoabastecimento, agricultura urbana, agricultura familiar, alimentação escolar, hortas escolares e comunitárias, alimentação e nutrição humana, educação alimentar e nutricional, regulação do mercado de alimentos, promoção e defesa do consumo alimentar.
47.	Segurança Pública e Defesa Social	Planejamento, implementação e avaliação de processos e metodologias, dentro de uma compreensão global do conceito de segurança pública, visando proporcionar soluções e o tratamento de problemas relacionados; orientação e assistência jurídica, judiciária, psicológica e social à população carcerária e familiares; assessoria a projetos de educação, saúde e trabalho aos apenados e familiares; questão penitenciária; violência; mediação de conflitos; atenção a vítimas de crimes violentos; proteção a testemunhas; policiamento comunitário.
48.	Tecnologia da Informação	Desenvolvimento de competência informacional - para identificar, localizar, interpretar, relacionar, analisar, sintetizar, avaliar e comunicar informação em fontes impressas ou eletrônicas; inclusão digital.
49.	Terceira Idade	Planejamento, implementação e avaliação de processos de atenção (educação, saúde, assistência social, etc.), de emancipação e inclusão; promoção, defesa e garantia de direitos; desenvolvimento de metodologias de intervenção, tendo como objeto focado na ação pessoas idosas e suas famílias.
50.	Turismo	Planejamento e implementação do turismo (ecológico, cultural, de lazer, de negócios, religioso, etc.) como setor gerador de emprego e renda para os municípios; desenvolvimento de novas tecnologias para avaliações de potencial turístico; produção e divulgação de imagens em acordo com as especificidades culturais das populações locais.
51.	Uso de Drogas e Dependência Química	Prevenção e limitação da incidência e do consumo de drogas; tratamento de dependentes; assistência e orientação a usuários de drogas; recuperação e reintegração social.
52.	Desenvolvimento Humano	Temas das diversas áreas do conhecimento, especialmente de ciências humanas, biológicas, sociais aplicadas, exatas e da terra, da saúde, ciências agrárias, engenharias, linguística, (letras e artes), visando a reflexão discussão, atualização e aperfeiçoamento humano, espiritualidade e religiosidade.

Fonte: Adaptado Disponível em: <<http://www.renex.org.br/documentos.php>>. Acesso em: 20/02/2015.

3.4.6.5 Desenvolvimento da Extensão na Unesc

As áreas temáticas e linhas de extensão serão desenvolvidas na Unesc por meio de ações e atividades classificadas e definidas a seguir, na Figura 6:

Figura 6 - Organização dos Programas de Extensão na Unesc



Fonte: Elaborado pela comissão (2015).

Os programas de extensão congregam um conjunto articulado de projetos e outras ações de extensão (cursos, eventos, ação comunitária e prestação de serviços), preferencialmente integrando as atividades de extensão, pesquisa e ensino. Os projetos, cursos, eventos, ações comunitárias e prestação de serviços realizados na Universidade podem, ou não, estar vinculados a um programa. Na Unesc, estes programas devem promover a articulação dos diferentes setores da universidade e dos seus diversos atores (professores, acadêmicos e comunidade). Devem ainda, ter caráter orgânico-institucional, clareza de diretrizes, orientação para um objetivo comum e propostas de ações a médio e longo prazo.

Ainda há que se destacar que os programas deverão estar em consonância com a missão institucional, contribuindo para sua consolidação e relacionados com as demandas sociais, constituindo-se em espaços de interlocução com ensino e a pesquisa. Eles serão propostos e organizados a partir das áreas temáticas, áreas de conhecimento e linhas de extensão, devendo congregar as várias atividades ao redor de um eixo (temática) comum. A criação dos programas será analisada e aprovada na Câmara de Extensão, Cultura e Ações Comunitárias. O processo de criação de novos programas e a avaliação sobre a manutenção dos existentes serão disciplinados em norma administrativa a ser editada pela Proacad.

Tanto os programas quanto os projetos devem primar pela utilização de práticas metodológicas que respeitem o viver comunitário e o seu potencial. Por conseguinte, os programas e projetos de extensão da Unesc pautam-se pela não construção de vínculos de dependência com o público envolvido nas ações efetuadas, mas sim vínculos de aproximação e de aprendizagem significativa. O fomento aos programas de extensão permanentes terá os seguintes objetivos:

- Promover atividades de extensão com compromisso socioambiental, artístico/cultural, técnico e científico, em consonância com a missão institucional e articulada com o ensino e a pesquisa;
- Proporcionar à comunidade acadêmica condições para desenvolver ações e atividades de extensão, possibilitando o exercício da cidadania e a participação crítica no contexto social;
- Estimular atividades relacionadas à socialização do conhecimento, por meio da discussão e encaminhamento que possam contribuir para a resolução de problemas sociais que melhorem a qualidade do ambiente de vida;
- Possibilitar maior interação das atividades de extensão com o ensino e a pesquisa, trazendo questões referentes ao contexto social para os currículos dos cursos da Unesc.

A gestão de cada programa será colegiada, com representação dos diversos projetos e de outras atividades de extensão nele integradas. O coordenador do programa será indicado preferencialmente dentre os componentes deste colegiado, de acordo com regulamentação específica, que também definirá a estrutura disponível para a execução das atividades dos

No que se refere aos projetos, as propostas devem preconizar a atuação na realidade social, de natureza acadêmica, que cumpram o preceito da indissociabilidade, ensino - pesquisa – extensão, compreendendo ações processuais e contínuas de caráter educativo, social, cultural, científico ou tecnológico, com objetivo específico e prazo determinado. São ações que possibilitam a formação de um elo entre a universidade e a sociedade e por isso os projetos podem ser desenvolvidos por meio de edital institucional ou, ainda, projetos próprios, desenvolvidos com finalidades claras e objetivos específicos, apresentados a Proacad, para aprovação.

Para a Unesc, os cursos de extensão são ações pedagógica, de caráter teórico e/ou

prático, presencial ou à distância, planejada e organizada de modo sistemático, entendida como atividades de ensino extracurriculares, com carga horária mínima de 08 (oito) horas, que tenha função de capacitação, atualização, aperfeiçoamento e treinamento. Já os eventos, são ações que implicam na apresentação e/ou exibição pública, livre ou com clientela específica, do conhecimento ou produto cultural, artístico, esportivo, científico e tecnológico desenvolvido, conservado ou reconhecido pela Universidade como sendo de natureza científica, técnica, artístico-cultural ou desportiva.

Naquilo que diz respeito a prestação de serviço é a resultante de ação extensionista com interesse acadêmico, científico, filosófico, tecnológico e artístico de caráter indissociável entre o ensino, a pesquisa e a extensão. Pode ser encarada como um trabalho de caráter social, ou seja, uma ação deliberada que se constitui a partir da realidade e sobre a realidade objetiva que produz conhecimentos que visem à transformação social. A prestação de serviços, portanto, caracteriza-se por atividades de serviços profissionais para as quais a Universidade desenvolve conhecimento, atendendo as demandas de pessoas físicas e jurídicas, de direito público ou privado, com recursos oriundos de convênios e/ou parcerias institucionais, ou ainda através de oferta da própria instituição, mediante contraprestação de terceiros ou não.

Deve-se considerar ainda a realização de trabalho oferecido pela Unesc, ou contratado por terceiros (comunidade, empresa, órgão público, etc.), incluindo assessorias, consultorias e cooperação interinstitucional, conforme Quadro 4. A prestação de serviços se caracteriza por intangibilidade (o produto não pode ser visto, tocado ou provado a priori), inseparabilidade processo/produto (produzido e utilizado ao mesmo tempo) e não resulta na posse de um bem. Quando a prestação de serviço for oferecida como curso ou projeto de extensão deve ser registrada como tal (curso ou projeto).

Deve ser registrado, que o Iparque por meio de seus cinco institutos, ao atender organizações do setor público e privado e ofertar serviços diferenciados, se constitui como um locus fundamental da prestação de serviço da Unesc. Sua característica de um parque tecnológico integrado à universidade, composto por professores, funcionários e alunos que fazem parte do corpo técnico dos institutos, potencializada a interação entre ensino, pesquisa e extensão.

Quadro 4 - Classificação e Definição de Prestação de Serviço

Grupo	Classificação	Definição
Serviço Eventual	Consultoria	Análise e emissão de pareceres, envolvendo pessoal do quadro, acerca de situações e/ou temas específicos.
	Assessoria	Assistência ou auxílio técnico em um assunto específico, envolvendo pessoal do quadro, graças a conhecimentos especializados.
	Curadoria	Organização e manutenção de acervos e mostras de arte e cultura, envolvendo pessoal do quadro.
	Outros	Incluem-se nessa categoria pesquisa encomendada, restauração de bens móveis e imóveis e outras prestações de serviço eventuais.
Atendimento em Saúde Humana	Consultas Ambulatoriais	Consulta ambulatorial ou domiciliar programado prestado por profissionais da área da saúde.
	Consultas de Emergência e Urgência	Consulta em situação que exige pronto atendimento (emergências e urgências).
	Internações	Atendimento a pacientes internados.
	Cirurgias	Intervenções cirúrgicas (hospitalares e ambulatoriais).
	Exames Laboratoriais	Exames de patologia clínica e anátomo-patologia.
	Exames Complementares	Radiologia, ultra-sonografia e outros exames por imagem, provas funcionais, endoscopia, etc.
	Outros Atendimentos	Outros atendimentos não incluídos nos itens anteriores.
Laudos	Laudos Técnicos	Exames, perícias e laudos realizados pelas diversas áreas da IES, que oferecem serviço permanente, envolvendo pessoal do quadro. Inclui: análise de solos, exames agrônômicos e botânicos, análise farmacológica, qualidades de produtos, laudos psicológicos, antropológicos, perícia ambiental, dentre outros.
Atendimento Jurídico e Judicial	Atendimento Jurídico e Judicial	Atendimentos a pessoas em orientação ou encaminhamento de questões jurídicas ou judiciais.
Atendimento ao Público em Espaços de Cultura, Ciência e Tecnologia	Espaços e Museus Culturais	Atendimento a visitantes em museus e centros de memória das IES. Atendimento ao público em espaços culturais das IES.
	Espaços e Museus de Ciência e Tecnologia	Atendimento ao público em espaços de ciência e tecnologia das IES, como observatório, estação ecológica, planetário, jardim botânico, setores e laboratórios, etc.
	Cineclubes	Atendimento ao público em cineclubes das IES.
	Outros Espaços	Outros atendimentos não incluídos nos itens anteriores
Atividades de Propriedade Intelectual	Depósito de Patentes e Modelos de Utilidade	Depósitos e registro de patentes.
	Registro de Marcas e <i>Software</i>	Registro de marcas e <i>softwares</i> .
	Contrato de Transferência de Tecnologia	Contrato de transferência de direito sobre tecnologia.
	Registro de Direitos Autorais	Registro de direitos autorais.

Fonte: Disponível em: <<http://www.renex.org.br/documentos.php>>. Acesso em: 20/02/2015.

Ainda no que se refere a extensão, as ações comunitárias são aquelas realizadas pela instituição baseada na dialogicidade entre parceiros (Universidade e sociedade), na qual os sujeitos envolvidos constroem a cidadania. Caracteriza-se pela realização de atividades de sensibilização e organização da população, voltados ao resgate de seu papel de sujeito da

própria história, que favoreçam o desenvolvimento social e a melhoria das condições do ambiente de vida.

As ações voluntárias, nesse sentido, são atividades na área do trabalho voluntário articuladas com os projetos de extensão. Tem como objetivo divulgar a filosofia do trabalho voluntário, assim como estimular a participação social da comunidade universitária em experiências de solidariedade social.

Já as publicações, caracterizam-se como a produção de publicações e produtos acadêmicos com vistas à difusão e divulgação cultural, científica ou tecnológica, conforme Quadro 5.

Quadro 5 - Classificação e Definição de Publicações e Outros Produtos Acadêmicos

Classificação	Definição
Livro	Produção efetivada (não incluir no prelo); inclui traduções de livro.
Anais	Anais de eventos científicos publicados.
Capítulo de Livro	Produção efetivada (não incluir no prelo); inclui composições e arranjos editados e divulgados.
Artigo	Inclui: artigos em periódicos nacionais e estrangeiros e trabalhos completos em congressos publicados em Anais.
Comunicação	Inclui: Comunicações e resumos publicados em Anais de eventos científicos.
Manual	Inclui: Cartilhas, Livrete ou Libreto, Fascículos, Cadernos, Boletins
Jornal	Periódico de divulgação de notícias, entrevistas, comentários e informações. Inclui Boletim.
Revista	Revistas e periódicos editados.
Relatório Técnico	Textos completos voltados para divulgação restrita: publicações ou relatórios de produção, relatório de tecnologias e de metodologias de extensão, teses e dissertações de docentes, memoriais de concursos, relatórios técnicos.
Produto Audiovisual - Filme	Filmes produzidos pelas IES.
Produto Audiovisual - Vídeo	Vídeos produzidos pelas IES.
Produto Audiovisual - CD's	CD's produzidos pelas IES.
Produto Audiovisual - DVD	DVD's criados pelas IES.
Produto Audiovisual - Outros	Outros produtos audiovisuais não classificados nos itens anteriores. Inclui: fitas cassetes, discos, etc.
Programa de Rádio	Programas produzidos com caráter de difusão em Rádio.
Programa de TV	Programas produzidos com caráter de difusão em TV.
Aplicativo para Computador	<i>Softwares</i> produzidos pelas IES.
Jogo Educativo	Jogos educativos criados ou produzidos pelas IES.
Produto Artístico	Inclui: partituras, arranjos musicais, gravuras, textos teatrais, entre outros.
Outros	Outras publicações e produtos acadêmicos não classificados nos itens anteriores.

Fonte: Disponível em: <<http://www.renex.org.br/documentos.php>>. Acesso em: 20/02/2015.

Há que se considerar ainda outras demandas, que são relacionadas com a apresentação de proposta de atividade de extensão, seja por integrantes da Unesc ou de pessoas da comunidade em geral, deverá ser realizada por meio de roteiros específicos. As

etapas e roteiros para apresentação de propostas serão estabelecidos em Normas Administrativas da Proacad e disponibilizados em mecanismos institucionais.

3.4.6.6 Produção Acadêmica em Extensão

Os processos de construção, de execução e de avaliação das atividades de extensão se constituem em um rico material de produção acadêmica. É preciso superar os mitos de que a produção acadêmica somente pode ocorrer no âmbito da pesquisa. Este entendimento é equivocado e deve ser superado culturalmente no âmbito da universidade. Para tanto, a produção acadêmica se constitui como um dos elementos quantitativos de avaliação dos resultados das ações de extensão, devendo estar presente nos editais de extensão no quesito responsabilidades dos executores dos projetos aprovados.

A relação com a graduação e com os Programas de Pós-Graduação *stricto sensu* deve ser estimulada, como forma de aproximar tanto o ensino quanto a pesquisa da ambiência comunitária. Nos editais internos (ensino, pesquisa e extensão), inclusive de progressão profissional, a participação nas atividades de extensão e a consequente produção acadêmica, deve receber a mesma valoração daquela realizada no âmbito da pesquisa.

Cabe à Proacad, em parceria com as unidades acadêmicas estimular e criar oportunidades para a produção acadêmica em extensão. Para tanto, a criação da Revista de Extensão da Unesc é algo a ser concretizado em 2015, bem como a consolidação da Coleção “Práticas e Saberes de Extensão”.

3.4.6.7 Formação em Extensão

A ação permanente de formação em ensino, pesquisa e extensão é uma necessidade nas atividades de uma universidade. Constitui-se em uma ação de reflexão perene sobre sua prática, um repensar constante no intento de aperfeiçoar a ação realizada. Em relação às atividades de extensão, necessita-se de uma formação permanente tanto para os docentes e discentes que estejam desenvolvendo ações extensionistas, como para àqueles que pensam em iniciar nesta atividade. O processo formativo em extensão poderá ocorrer na modalidade presencial, semipresencial ou à distância. A formação permanente em extensão terá como público alvo os docentes, discentes, gestores e técnicos administrativos. Para a sua execução são contemplados os seguintes eixos formativos:

Nível I: Formação para aqueles que não conhecem ou não atuam em atividades de extensão na universidade;

Nível II: Formação para aqueles que atuam ou já atuaram em atividades de extensão;

Nível III: Formação para gestores da instituição.

3.4.7 Educação a Distância

A Resolução 02/2011/Câmara de Ensino de Graduação tem por objetivo instituir as Políticas de Educação a Distância da Unesc. As Políticas de Educação a Distância serão executadas pelo Setor de Educação a Distância (Sead), em parceria com os setores institucionais relacionados. Elas estão amparadas na legislação vigente, no Estatuto, no Regimento e no Projeto Pedagógico Institucional (PPI), constituindo-se nos pressupostos que orientarão e definirão ações com vistas a possibilitar, aos envolvidos, formação profissional de qualidade na modalidade a distância.

3.4.7.1 Concepção de Educação a Distância (EaD)

Na Unesc, a concepção de Educação a Distância ampara-se nas Diretrizes e Normas Nacionais para a oferta de Programas e Cursos de Educação Superior na Modalidade a Distância. Sendo assim, caracteriza-se a EaD como:

Modalidade educacional na qual a mediação didático-pedagógica, nos processos de ensino e aprendizagem, ocorre com a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação, com pessoal qualificado, políticas de acesso, acompanhamento e avaliação compatíveis, entre outros, de modo que se propicie, ainda, maior articulação e efetiva interação e complementariedade entre a presencialidade e a virtualidade [...] a subjetividade e a participação democrática nos processos ensino e aprendizagem em rede, envolvendo estudantes e profissionais da educação (professores, gestores, tutores e gestores) que desenvolvem atividades educativas em lugares e ou tempos diversos. (Resolução Nº1 março de 2016 e PARECER 245/2016)

O Consu criou, por meio da Resolução n. 09/2003, o Setor de Educação a Distância, Sead, o qual é regido pelas políticas para Educação a Distância, que é amparado pelos seguintes princípios:

- Qualidade na formação acadêmica, com observância as políticas institucionais, às diretrizes e preceitos da legislação nacional para o ensino.

- Articulação entre ensino, pesquisa e extensão, promovendo uma formação profissional ética, cidadã e técnico-científica de qualidade.
- Democratização do conhecimento e dos bens culturais com ampliação das possibilidades de acesso destes.
- Flexibilização de espaços, de temporalidade, de métodos e estratégias pedagógicas.
- Planejamento sistemático e organizado das etapas do processo pedagógico em consonância com a concepção de educação a distância.
- Interação, autonomia, cooperação e colaboração nos processos de ensino e aprendizagem.
- Integração das Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) numa perspectiva pedagógica inovadora nos projetos de cursos em EaD.
- Formação qualificada dos profissionais para atuarem em projetos e cursos na EaD pautada na política e regulamentação institucional para a modalidade.

3.4.7.2 Políticas de Educação a Distância (EaD)

As políticas de EaD, na Unesc, considerando as especificidades da modalidade a distância, visam implementar o que constam nas Políticas de Ensino de Graduação (Resolução n. 11/2016/Consu); Políticas de Pós-Graduação e Pesquisa (Resolução n. 07/2008/Consu) e as Políticas de Extensão (Resolução n. 12/2015/Consu). Neste sentido, as políticas de EaD são as seguintes:

- **Fortalecimento da cultura institucional de EaD em todos os níveis de atuação da IES:** Será efetivado pela promoção de espaços de formação e discussão sobre educação a distância, na elaboração de projetos de graduação, pós-graduação, pesquisa e extensão que se utilizam da modalidade na sua implementação, na atualização dos recursos tecnológicos a serem disponibilizados para os docentes e discentes da IES nas suas práticas presenciais e a distância;
- **Comprometimento com a qualidade nos projetos em EaD:** Será objetivada por meio da integração com diversos setores, profissionais e áreas do conhecimento, bem como pelas orientações legais e indicadores de qualidade oficiais no desenvolvimento das ações e projetos em EaD. Sua sistematização dar-se-á na sua organização acadêmica, execução e gestão de seus cursos; nos seus currículos, metodologias e material didático; pela

orientação acadêmica dos processos pedagógicos; pelos sistemas de acompanhamento e da avaliação da aprendizagem, assim como pela formação condizente e gestão dos profissionais da educação (docentes, gestores e técnicos-pedagógicos) em sua sede e nos polos de apoio presencial que vir a dispor. Para tanto, as tecnologias, as metodologias, os materiais e recursos educacionais serão articulados em ambiente virtual interativos utilizando-se de diferentes mídias, suportes e linguagens assegurando a todos os envolvidos (estudantes, docentes, gestores e equipe técnica) o acesso integral a modalidade, respeitadas as condições de acessibilidade definidas na legislação pertinente. Nesse sentido os sistemas de avaliação e acompanhamento da aprendizagem serão processuais para efetivar o desenvolvimento e a autonomia do estudante no processo de ensino e aprendizagem.

- **Ampliação do acesso aos cursos de educação superior:** Para isso se fará necessário o planejamento e o desenvolvimento de projetos de cursos na modalidade a distância, a partir das demandas institucionais analisando-se o cenário interno e externo, bem como suas políticas de expansão. Nesse sentido serão verificadas as possibilidades de cooperação e parceria interinstitucionais, locais, nacionais e internacionais na oferta em rede de cursos de graduação, pós-graduação, extensão e projetos de pesquisa ampliando a atuação da IES.

- **Formação Continuada dos Profissionais na EaD:** A Formação dos profissionais da educação, que atuem na EaD (docentes autores e tutores, coordenadores de curso, gestores e equipe técnica-pedagógica) deverá ser condizente com os princípios de qualidade descritos nas políticas institucionais e com os indicadores de qualidade da legislação vigente. Para tanto o Setor de Educação a Distância em parceria com demais instâncias responsáveis pela formação continuada devem estabelecer e propiciar formação em todos os níveis privilegiando uma formação permanente e qualificada internamente (aperfeiçoamento, extensão e pós-graduação) e em espaços de formação externos como eventos, feiras, congressos, seminários, e outras inserções acadêmicas, fortalecendo assim a ampliação de novos quadros de profissionais para Educação a Distância.

- **Gestão colaborativa da EaD na Unesc:** A gestão da EaD na Unesc terá como premissa a colaboração e será executada pela Coordenação do Setor de Educação a Distância em parceria com a diretoria de ensino de graduação, diretoria de pesquisa e pós graduação, diretoria de extensão, cultura e ações comunitárias, cursos de graduação, programas de pós-graduação e demais setores pertinentes da IES. A gestão, a estrutura, a organização e o funcionamento do Setor de Educação a Distância constam de regulamento específico.

- **Recursos e Infraestrutura Tecnológica e Profissional:** Os recursos tecnológicos, sua disponibilização, suficiência devem ser gestados em consonância com os projetos de cursos e outras atividades presenciais e a distância a serem executadas no polo sede e ou em outros polos de apoio presencial que a instituição dispor. Também os profissionais e equipes de suporte e apoio técnico devem atender as demandas de docentes e discentes que se utilizam dos dispositivos e infraestrutura de EaD nas suas atividades educativas.

3.4.8 Indissociabilidade de Ensino, Pesquisa e Extensão

Como universidade comunitária, a Unesc tem o compromisso de contribuir com as mudanças social, política, educacional e econômica da região onde está inserida. A política foi fundamentada na legislação vigente, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira - LDB n. 9.394/96, Estatuto e Regimento Geral da Unesc, Projeto Pedagógico Institucional - PPI e nas Políticas de Ensino, Pesquisa e Extensão da Instituição. A Resolução 14/2010/Câmara de Ensino de Graduação aprovou documento de indissociabilidade de ensino, pesquisa e extensão. A indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão oportuniza uma visão sistêmica para o planejamento, desenvolvimento e avaliação curricular, tendo em vista ser um princípio fundamental para a articulação teoria e prática, rompendo com a cultura dissociativa das atividades acadêmicas.

A indissociabilidade demarcada na Constituição Brasileira é frequentemente pronunciada em discursos acadêmicos e permeia grande parte dos documentos oficiais das instituições que passam a ter um caráter de necessidade e efetivação na *práxis* acadêmica. Ensino, pesquisa e extensão constituem as três dimensões básicas da Universidade, as quais devem ser equivalentes e merecer igualdade em tratamento por parte da instituição para não violar um preceito constitucional.

O Artigo 43 da LDB ao estabelecer que a educação superior tem como finalidades promover a divulgação do conhecimento, estimular o reconhecimento dos problemas do entorno universitário e possibilitar o diálogo permanente com a população, indica a necessidade da ação integrada das três faces: ensino - pesquisa - extensão. Para realizar a articulação entre ensino, pesquisa e extensão na Instituição, utilizamos os pressupostos de Rays (2002), os quais apontam que é necessário:

- O Projeto Pedagógico dos Cursos - PPC aponte para uma atitude investigativa, reflexiva e problematizadora de docentes e discentes possibilitando esta articulação.

- A matriz curricular e a organização pedagógica dos cursos, respeitando as Diretrizes Curriculares Nacionais, a missão e o PPI da instituição, quando reestruturada deverá possibilitar a integração do ensino, pesquisa e extensão, considerando os avanços técnico-científicos, as questões da cidadania, da ética e da diversidade sociocultural e as transformações da sociedade.
- O ensino da graduação e da pós-graduação, a pesquisa e a extensão deverão ir além da reprodução do conhecimento e da sociedade, buscando a intersecção curricular e o relacionamento com a sociedade, por meio da colaboração de mão dupla da graduação e pós-graduação, mediada pelo ensino, pesquisa e extensão.
- A gestão do PPC do curso deverá pautar-se prioritariamente nas ações acadêmicas.
- As Atividades Curriculares Complementares deverão ser previstas com o objetivo de suprir possíveis lacunas da matriz curricular, sendo uma estratégia que possibilita a flexibilização e contextualização para o processo de formação dentro e fora do espaço institucional.
- Os estágios, obrigatórios e não obrigatórios, caracterizados por um conjunto de atividades teórico/práticas deverão ser desenvolvidos por meio de projetos de estágios integrados, proporcionando a aproximação do pensamento e ação e a aproximação concreta do campo de atuação da formação universitária.
- O Trabalho de Conclusão de Curso - TCC, componente curricular, no qual o acadêmico desenvolve uma pesquisa, poderá ser resultado de uma atividade de extensão.

Assim, a articulação entre o ensino, a pesquisa e a extensão na Unesc, metodologicamente pode envolver etapas (

Figura 7) que dialogam entre si e se desenvolvem a partir de: Observação da Realidade; Pontos Relevantes; Teorização; Hipóteses de Solução e Aplicação à Realidade. A metodologia baseia-se no método do Arco de Charles Maguerez, apresentado por Bordenave e Pereira (1982) e adaptado de Ito (1994 apud ARAUJO, 2010).

Tem a realidade como o ponto de partida e chegada e está organizado em etapas:

- Observação da Realidade: contato com a realidade e levantamento dos fatores intervenientes no processo de pesquisa.
- Pontos Relevantes: identificação de pontos chaves do problema.

- Teorização: fundamentação teórica com levantamento de informações para auxiliar na formulação de hipóteses de solução.
- Hipóteses de Solução: estabelecimento de hipóteses.
- Aplicação à Realidade: Mobilização dos envolvidos no processo para solucionar o problema.

Figura 7 - Metodologia da Indissociabilidade do Ensino-Pesquisa-Extensão

Indissociabilidade do Ensino-Pesquisa-Extensão



Fonte: Bordenave e Pereira (1982).

3.4.9 Esportes

A Resolução. 10/2010/Câmara de Pós-Graduação, Pesquisa e Extensão tem por objetivo instituir as Políticas de Esporte da Unesc, que serão implementadas e supervisionadas pela Proacad em parceria com a Diretoria de Extensão, Cultura e Ações Comunitárias e executadas pelo Setor de Esportes. Na Universidade, o esporte poderá ser desenvolvido por meio de projetos institucionais ou em parcerias com entidades públicas ou privadas, priorizando o esporte como mecanismo de transformação social e de melhoria da qualidade do ambiente de vida.

Suas finalidades se referem ao desenvolvimento da prática esportiva em várias dimensões: esporte escolar, esporte universitário, esporte e lazer, esporte para a promoção da saúde e qualidade de vida e esporte rendimento. Desse modo, os princípios devem direcionar

as ações esportivas a serem desenvolvidas, organizadas e executadas pela Unesc em conformidade com sua missão. E eles são os seguintes:

- Articulação com a realidade social: os projetos esportivos privilegiarão o diálogo com os diferentes segmentos sociais, entidades públicas e/ou privadas de modo a perceber as suas aspirações e necessidades.
- Articulação com o ensino: os projetos esportivos da Unesc buscarão, sempre que possível, desenvolver-se de modo articulado com o ensino.
- Definição de prioridades: as prioridades para o desenvolvimento de esporte na Unesc serão definidas coletivamente, por intermédio da ação articuladora da Proacad com as demais instâncias institucionais, priorizando o esporte comunitário, educacional e universitário.
- Articulação interinstitucional: estimular-se-á o desenvolvimento de projetos esportivos que envolvam a cooperação de diferentes instituições.
- Regularidade dos projetos e atividades esportivas: a manutenção e regularidades na execução dos projetos e atividades esportivas deverão respeitar a sustentabilidade financeira e econômica da Instituição. A sua continuidade e o seu desenvolvimento não devem ultrapassar os limites da sustentabilidade financeira.
- Diversidade esportiva: procurar-se-á garantir espaço para a execução e incentivo a diferentes modalidades esportivas. Não se admitirá práticas que prejudiquem ou representem prejuízo, potencial ou efetivo, à instituição, nem tão pouco à integridade física dos praticantes.
- Garantia de recursos: A Unesc promoverá o fomento às atividades esportivas dentro de suas possibilidades e incentivará a busca de fontes externas do setor público e privado.

No que se refere as orientações da política, elas são as seguintes:

- Esporte articulado com as demandas sociais e políticas públicas;
- Esporte voltado para transformação social;
- Esporte articulado com o ensino;
- Esporte desenvolvido com participação de outras instituições; e
- Esporte sustentável econômico e academicamente.

3.4.9.1 Objetivos e Eixos de Atuação

Objetivos

- a) possibilitar a Unesc condições para a concretização da sua função e inserção social por meios de atividades esportivas;
- b) promover intercâmbios esportivos;
- c) incentivar e apoiar o esporte universitário em diferentes modalidades;
- d) estimular a participação dos docentes e discentes nas atividades esportivas;
- e) buscar verbas destinadas ao financiamento para projetos esportivos em diferentes agências de fomento de caráter governamental e de iniciativa privada;
- f) estabelecer parcerias para o desenvolvimento do esporte educacional, comunitário e de rendimento na região do extremo sul catarinense;
- h) dinamizar os equipamentos e espaços de esporte no âmbito da Unesc.

Eixos de Atuação

Os eixos de atuação devem estar em consonância com a missão da Unesc e com a legislação institucional. Desta forma, os Eixos de atuação no esporte da Instituição são:

- Esporte comunitário;
- Esporte escolar;
- Esporte Universitário;
- Esporte para promoção da saúde e qualidade de vida;
- Esporte competitivo.

3.4.9.2 Organização e Incentivo ao Esporte

No que se refere ao esporte como uma ferramenta de consolidação da identidade da Universidade, a Unesc busca a transformação, o desenvolvimento e a formação do homem em todas suas dimensões inserido em sua comunidade, por meio de escolinhas e demais atividades esportivas. Na perspectiva do esporte escolar, a Unesc busca atuar na escola auxiliando na transformação, no desenvolvimento e na formação esportiva da criança e do adolescente por meio de oficinas, escolinhas e demais atividades. Já no esporte universitário, a Universidade busca incentivar a participação de discentes, docentes e técnicos

administrativos em eventos esportivos no âmbito da Instituição ou em eventos externos voltados ao público universitário. Além disso, com o esporte para promoção da saúde e qualidade de vida a Unesc busca o desenvolvimento da saúde e da qualidade de vida da comunidade acadêmica por meios de atividades e eventos esportivos diversificados. E com o esporte de competição, a Unesc busca fortalecer o esporte universitário e regional através do apoio ao desenvolvimento de diferentes modalidades esportivas individuais ou coletivas.

Isso permite estabelecer os seguintes incentivos:

- Concessão de bolsas esportivas aos discentes.
- Convênios para o desenvolvimento de projetos e equipes esportivas.
- Concessão de auxílio e financiamento para execução de projetos específicos.
- Intercâmbio e parcerias com instituições esportivas.
- Atividades esportivas voltadas à comunidade acadêmica.
- Formação e manutenção de equipes esportivas com sustentabilidade econômica-financeira (autossustentáveis).
- Realização de eventos esportivos voltados à comunidade acadêmica.
- Participação da Unesc em competições esportivas.
- Disponibilização de equipamento e espaços para a prática de esportes a comunidade acadêmica.

3.4.9.3 Infraestrutura e Equipamentos

A infraestrutura para o desenvolvimento das atividades e projetos esportivos será fornecida pela Universidade, mediante aprovação orçamentária ou por entidades parceiras. Todo o material permanente adquirido com recursos financeiros captados por meio de convênio/contratos será registrado no sistema de patrimônio da Unesc, imediatamente após o seu recebimento, como bem próprio ou de terceiros recebidos em comodato, cessão, depósito ou doação condicional. A estrutura referente ao espaço físico, necessária para a realização das atividades esportivas, será de responsabilidade da Universidade e das entidades parceiras. Caberá a Unesc dar condições para a sua concretização, de acordo com orçamento previamente aprovado.

3.4.9.4 Captação de Recursos

Os projetos que não forem fomentados pela universidade, previamente previstos em orçamento, só serão executados mediante captação de recursos externos por meio de chamadas públicas, convênio e outras formas de contrato. A gestão desses projetos será executada pelo Setor de Esportes e supervisionado pela Proacad em articulação com a Diretoria de Extensão, Cultura e Ações Comunitárias.

Os projetos esportivos com fomento externo poderão prever a destinação de um percentual para a Instituição, sobre o montante total dos recursos financeiros captados, regulamentados por resolução própria. Os projetos ou atividades esportivas em parcerias com outras instituições ou fomentados por organismos governamentais ou privados que exigem contrapartida da Universidade deverão ser submetidos a agência da Unesc para avaliação exclusiva dos valores orçamentários.

3.4.9.5 Acompanhamento e Avaliação das Atividades Esportivas

O acompanhamento da execução e a avaliação das atividades esportivas são da competência e responsabilidade do Setor de Esportes, realizada com base nos relatórios parciais e finais das atividades desenvolvidas nos respectivos projetos/atividades.

3.4.10 Cultura na Unesc

A Resolução 04/2011/Câmara de Pós-Graduação, Pesquisa e Extensão instituiu as Políticas de Cultura Unesc que serão implementadas e supervisionadas pela Pró-Reitoria Acadêmica juntamente com a Diretoria de Extensão, Cultura e Ações Comunitárias e Comissão Permanente de Cultura da Unesc e executadas pelo Setor de Arte e Cultura e setores afins. Na Universidade, a cultura poderá ser desenvolvida por meio de projetos institucionais ou em parcerias com entidades públicas e/ou privadas priorizando a arte e a cultura como mecanismo de transformação social e de melhoria da qualidade do ambiente de vida.

3.4.10.1 Concepção, Princípios e Orientações

A Unesc percebe a cultura como um direito fundamental do ser humano, como dimensão simbólica da existência desses seres, como construtora de identidades e ainda como um importante vetor do desenvolvimento econômico e social. Ainda é importante pensar a

cultura como o complexo dos padrões de comportamento, das crenças, das instituições e de outros valores transmitidos coletivamente, e típicos de uma sociedade. Para entender como a cultura se estabelece, busca-se a contribuição de Freire (2011, p.51) como base, no momento em que “a partir das relações do homem com a realidade resultantes de estar com ela e de estar nela, pelos atos de criação, recriação e decisão, vai ele dinamizando o seu mundo. Vai dominando a realidade. Vai humanizando. Vai acrescentando a ela algo de que ele mesmo é o fazedor. Vai temporalizando os espaços geográficos. Faz cultura”.

Os princípios devem direcionar as ações artístico-culturais a serem desenvolvidas, organizadas e/ou executadas sob a ótica da seguinte missão: “Fortalecer o processo de formação cultural da comunidade interna e externa da Unesc, através dos conhecimentos e experiências estéticas e poéticas, visando a ampliação de repertório, a reflexão e a inserção social” e no que estabelece as políticas de extensão institucional, uma vez que a cultura é uma das áreas temáticas definidas pela Rede Nacional de Extensão - Renex.

A sociedade precisa compreender que quanto mais comunitária for a universidade, mais esta se transformará na universidade da sociedade. Quanto mais recursos forem investidos em formação cultural, e em desenvolvimento cultural, mais se consolida o bem-estar e o desenvolvimento regional sustentável, pois entendemos que a missão da cultura é acrescentar humanidade a vida das pessoas. No entanto, o desenvolvimento da cultura na Unesc, também estará em consonância com o Plano Nacional de Cultura (2010 - 2020, definido pela sociedade e aprovado pelo Congresso Nacional/Ministério da Cultura) e terá os seguintes princípios, a saber:

- Articulação com a realidade político-social: fortalecer a ação da Unesc no planejamento e na execução das políticas culturais (locais, regionais e nacionais) em constante diálogo com os diferentes segmentos sociais, entidades públicas e/ou privadas de modo a perceber as suas aspirações e necessidades.
- Definição de prioridades: as prioridades para o desenvolvimento da cultura na Unesc serão definidas coletivamente por meio de ação articuladora da Procad com as demais instâncias institucionais relacionadas ao Setor Arte e Cultura, na perspectiva de incentivar, proteger, difundir e valorizar a diversidade artística cultural.
- Articulação com o ensino, a extensão e a pesquisa: ampliar a participação da cultura nos projetos da UNesc buscando, sempre que possível, se desenvolver de modo articulado com o ensino, a pesquisa e a extensão.

- Articulação interinstitucional: incentivar a cooperação com diferentes instituições no planejamento e execução dos projetos visando a integração de idéias e o fortalecimento de parcerias.

- Regularidade dos projetos e garantia de recursos: a manutenção e regularidades na execução dos projetos e ações artístico-culturais deverão respeitar a sustentabilidade financeira e econômica da Instituição. A Unesc promoverá o fomento às atividades de cunho artístico-cultural dentro de suas possibilidades e incentivará a busca de fontes externas do setor público e privado.

- Diversidade, produção e fruição cultural: garantir espaço para a execução e incentivo a diferentes linguagens artístico-culturais universalizando o acesso da sociedade a produção cultural. Não se admitirá práticas que prejudiquem ou representem prejuízo, potencial ou efetivo, à instituição, nem tão pouco a integridade física e moral dos envolvidos.

Nesse sentido, a Unesc ainda segue algumas orientações na perspectiva da cultura, com destaque para as seguintes:

- Cultura articulada com as demandas sociais, políticas públicas e identidade regional;
- Cultura que possa revelar potenciais para transformação social;
- Cultura articulada com o ensino, a pesquisa e a extensão que evidencie a Universidade e suas produções;
- Cultura que privilegie a especificidade de equipamentos culturais e seja desenvolvida com participação de outras instituições;
- Cultura que contemple a diversidade, a produção e a fruição cultural;
- Cultura que proponha o debate acadêmico científico.

3.4.10.2 Objetivos e Eixos de Atuação

Em se tratando dos objetivos e dos eixos culturais, a Unesc defende os seguintes aspectos:

- Contribuir para a concretização da missão institucional e a inserção social da Unesc por meio da arte e da cultura;
- Fomentar na Unesc um amplo ambiente cultural e artístico garantindo e otimizando espaços destinados à cultura no campus;

- Ampliar as ações da Unesc como um centro irradiador das artes e da cultura na região sul do estado;
- Estimular a criação, implementação e manutenção de projetos culturais nas diferentes linguagens;
- Consolidar debates acadêmico-científicos com a temática arte e cultura em articulação com Museu, Biblioteca, Editora e demais setores que também atuam na perspectiva da cultura;
- Estimular a participação dos funcionários, docentes e discentes nas ações culturais;
- Pleitear verbas destinadas ao financiamento de projetos culturais em diferentes agências de fomento de caráter governamental e de iniciativa privada;
- Promover intercâmbios culturais e estabelecer parcerias para o desenvolvimento da cultura regional/nacional divulgando e fortalecendo os sistemas municipais e estadual de cultura.

Os eixos de atuação devem estar em consonância com a missão da Unesc, com as linhas de extensão da Renex (Rede Nacional de Extensão) que evidenciam a arte e a cultura nas IES bem como com as diretrizes gerais do PNC (Plano Nacional de Cultura). Desta forma, os Eixos de atuação da cultura na UNESCO são:

- Artes Cênicas - com as artes cênicas a Unesc busca atuar com dança, teatro, técnicas circenses, performance; formação, memória, produção e difusão cultural e artística.
- Artes Integradas - com as artes integradas a Unesc busca fortalecer ações multiculturais, envolvendo as diversas áreas da produção e da prática artística em um único programa integrado; memória, produção e difusão cultural e artística.
- Artes Plásticas - com as artes plásticas a Unesc busca evidenciar as produções plásticas em escultura, pintura, desenho, gravura, instalação, bem como atuar na efetivação da apropriação, formação, memória, produção e difusão cultural e artística.
- Artes Visuais - com as artes visuais a Unesc busca incentivar as artes gráficas, fotografia, cinema, vídeo; formação, memória, produção e difusão cultural e artística.
- Mídia-artes - Mídias contemporâneas, multimídia, web-arte, arte digital; formação, memória, produção e difusão cultural e artística.
- Mídias - Produção e difusão de informações e conhecimentos através de veículos comunitários e universitários, impressos e eletrônicos (boletins, rádio, televisão,

jornal, revistas, internet, etc); promoção do uso didático dos meios de comunicação e de ações educativas sobre as mídias.

- Música - Apreciação, criação e performance; formação, capacitação e qualificação de pessoas que atuam na área musical; produção e divulgação de informações, conhecimentos e material didático na área; memória, produção e difusão cultural e artística.

- Patrimônio Cultural, Histórico e Natural - Estímulo à preservação, recuperação, promoção e difusão de patrimônio artístico, cultural e histórico (bens culturais móveis e imóveis, obras de arte, arquitetura, espaço urbano, paisagismo, música, literatura, teatro, dança, artesanato, folclore, manifestações religiosas populares), natural (natureza, meio ambiente) material e imaterial (culinária, costumes do povo), mediante formação, organização, manutenção, ampliação e equipamento de museus, bibliotecas, centros culturais, arquivos e outras organizações culturais, coleções e acervos; restauração de bens móveis e imóveis de reconhecido valor cultural; proteção e promoção do folclore, do artesanato, das tradições culturais e dos movimentos religiosos populares; valorização do patrimônio; memória, produção e difusão cultural e artística.

- Turismo - Articulação e avaliação de ações na área do turismo ecológico, cultural, de lazer, de negócios, religioso e outros como geradores de emprego e renda aos municípios; desenvolvimento de novas tecnologias turísticas, produção e divulgação de imagens, em sistema de parceria com órgãos públicos e privados.

3.4.10.3 Organização e Incentivo à Cultura

A organização da cultura na Unesc se dará por meio do Setor Arte e Cultura sob a supervisão e acompanhamento da Pró-Reitoria Acadêmica em articulação com a Diretoria de Extensão, Cultura e Ações Comunitárias. A Unesc, entre outros meios ao seu alcance e mediante aprovação de projetos, disponibilidade orçamentária e metas prioritárias, em conformidade com resoluções específicas, incentivará a cultura por meio de:

- Concessão de Bolsas de Extensão relativas a atividades culturais conforme Resolução n. 16/2010/Consu, alterada pela Resolução 02/2013/CSA, aos discentes envolvidos em projetos de cunho artístico-cultural;

- Convênio para o desenvolvimento de projetos e grupos culturais;
- Concessão de auxílio e financiamento para execução de projetos específicos;
- Intercâmbio e parcerias interinstitucionais;

- Atividades artístico-culturais voltadas à comunidade acadêmica;
- Realização de eventos culturais voltados à comunidade regional;
- Representação institucional em eventos científicos, artísticos e culturais;
- Definição de espaços para as ações culturais.

3.4.10.4 Atividades Institucionais Culturais

Com base nestes direcionamentos, as atividades culturais na Unesc seguem as linhas estabelecidas pela Instituição, com destaque para o fomento às seguintes ações:

- Exposições de Arte (Galeria de Arte);
- Exposições de Artesanato Regional (Ponto do Artesanato);
- Apresentações artístico-culturais (dança, música, teatro);
- Festivais (dança, música, teatro);
- Oficinas culturais;
- Formação continuada de professores da rede municipal/estadual de ensino (Programa Arte na Escola - Pólo Unesc).

3.4.10.5 Infraestrutura e Equipamentos

A infraestrutura para o desenvolvimento das atividades e projetos culturais será fornecida pela Universidade, mediante aprovação orçamentária ou por entidades parceiras. Todo o material permanente adquirido com recursos financeiros captados por meio de convênio/contratos será registrado no sistema de patrimônio da Mantenedora, imediatamente após o seu recebimento, como bem próprio ou de terceiros recebidos em comodato, cessão, depósito ou doação condicional. A estrutura referente ao espaço físico e equipamentos culturais, necessários para a realização das ações culturais, será de responsabilidade da Universidade e das entidades parceiras. Caberá a Unesc dar condições para a sua concretização, de acordo com orçamento previamente aprovado.

3.4.10.6 Captação de Recursos

Os projetos que não forem fomentados pela universidade, previamente previstos em orçamento, somente serão executados mediante captação de recursos externos através de

chamadas públicas, convênio e outras formas de contrato. A gestão destes projetos será executada pelo Setor Arte e Cultura. Os projetos culturais com fomento externo poderão prever a destinação de um percentual para a Instituição, sobre o montante total dos recursos financeiros captados, regulamentados por resolução própria.

Os projetos ou ações culturais em parcerias com outras instituições ou fomentados por organismos governamentais ou privados que exigem contrapartida da Universidade deverão ser submetidos à Agência da Universidade para avaliação exclusiva dos valores orçamentários. O acompanhamento da execução e a avaliação das ações culturais são da competência e responsabilidade do Setor Arte e Cultura, realizada por meio da entrega de relatórios parciais e finais das atividades desenvolvidas nos respectivos projetos/ações.

3.4.11 Museus da Unesc

A Resolução 03/2011/Câmara de Pós-Graduação, Pesquisa e Extensão tem por objetivo constituir a Política de Museus da Universidade do Extremo Sul Catarinense, UNESC, que será implementada e supervisionada pela Pró-Reitoria Acadêmica em articulação com Diretoria de Extensão, Cultura e Ações Comunitárias. Dentro das tipologias de museu, define-se museu universitário como aquele cujo acervo pertence a uma instituição universitária e que exerce as suas funções de salvaguarda e comunicação - essenciais a qualquer museu - em sintonia com o ensino, a pesquisa e a extensão, como demandam as ações educativas de uma universidade.

Entende-se por salvaguarda toda ação de cuidar, preservar e manter os objetos pertencentes ao acervo museal. E por comunicação, todo o complexo de ações envolvendo a disseminação dos conteúdos culturais ou naturais dos museus - partindo das formas expositivas propriamente ditas, incluindo-se as legendas, os textos informativos, os folders, o acesso físico e, ainda, toda a ação educativa.

As ações museais devem estar inseridas numa política de museus da Universidade, que por sua vez deve estar em sintonia com as políticas nacional e internacional de museus, ditada respectivamente pelo Instituto Brasileiro de Museus, IBRAM; e pelo *International Council of Museums*, ICOM. De acordo com a Lei n. 11.904/2009, do Estatuto de Museus, concebe-se por museu: “ As instituições sem fins lucrativos que conservam, investigam, comunicam, interpretam e expõem, para fins de preservação, estudo, pesquisa, educação, contemplação e turismo, conjuntos e coleções de valor histórico, artístico,

científico, técnico ou de qualquer outra natureza cultural, abertos ao público, a serviço da sociedade e de seu desenvolvimento”.

O IBRAM, responsável pela Política Nacional de Museus que vem sendo implementada no Brasil desde 2003, define: “Os museus são casas que guardam e apresentam sonhos, sentimentos, pensamentos e intuições que ganham corpo através de imagens, cores, sons e formas. Os museus são pontes, portas e janelas que ligam e desligam mundos, tempos, culturas e pessoas diferentes. O instituto ainda define que museus só devem existir na medida em que fazem sentido para a comunidade/sociedade, e assim podem nascer, crescer e morrer; portanto, trata-se de instituições vivas. A opção por destacar uma dimensão mais lírica, poética e sensível à sua definição, remete à ideia de instituição acolhedora.

A concepção do IBRAM explicita também aspectos da cultura material e imaterial, bem como a importância da diversidade - apontando para a questão do acesso e da acessibilidade, hoje trazidas como pontos-chaves da área museal. Nesse sentido, pensar um museu para todos é entender o museu como instituição aberta às múltiplas formas de apropriação e às especificidades dos diversos públicos contempladores - em suas diferentes faixas etárias, condições sociais e econômicas, físicas, intelectuais, culturais etc.

Ainda a definição do IBRAM, ao tratar metaforicamente de “portas, janelas e pontes”, representa a opção conceitual de museu como espaço relacional, perspectiva que remete à arena museal, espaço de luta, de incômodo, de “guerrilha” social - por isso a perspectiva de museu como espaço de transformação social, e não mais de lugar sagrado de manutenção do status quo; não mais lugar de poucos e para poucos, que enaltece sempre a versão dos vencedores; mas locus de reflexão crítica, de desconforto, de estranhamento - daí a necessidade de museus exporem seu acervo de forma a provocar o confronto crítico com o mesmo, com o objetivo intrínseco de superação da ingenuidade advinda de uma contemplação acrítica e passiva.

Pelo exposto, a Política de Museus da Unesc trabalha com a concepção de museu como local privilegiado de investigação e comunicação, vivo, aberto e poroso às trocas com o seu entorno, que preserva, guarda e expõe os objetos da natureza e da cultura material e imaterial de importância para determinada sociedade, em algum tempo e lugar, de maneira a promover a experiência direta dos sujeitos-contempladores, impulsionando a produção de conhecimentos crítico-reflexivos, e de processos sensíveis e criativos.

3.4.12 Políticas de Meio Ambiente e Valores Humanos

No âmbito do processo da Reforma Acadêmico-Administrativa de 2007, um dos grupos de trabalho recebeu a incumbência de propor as políticas de meio ambiente, uma antiga reivindicação da comunidade acadêmica, incorporada na proposta de gestão da então Reitoria. Dessa demanda e após discussão e reflexão, tem-se a Resolução 10/2008/Consu que aprovou as Políticas de Meio Ambiente e Valores Humanos da UNESCO, a qual foi alterada pela Resolução 10/2016/Consu, em 2016.

3.4.13 Política de Avaliação Institucional Seai

A Resolução 02/2015/Consu tem por objetivo instituir as Políticas de Avaliação Institucional da Unesc, em consonância com os documentos institucionais e legislação vigente, em especial a Lei 10.861/2004 cuja finalidade é a de melhorar a qualidade da educação superior, a orientação de sua oferta, o aumento permanente da sua eficácia institucional, a efetividade acadêmica e social, e especialmente, o aprofundamento dos compromissos e da responsabilidade social da instituição, por meio da valorização da sua missão, da promoção dos valores democráticos, do respeito à diferença e à diversidade, da afirmação da autonomia e da identidade institucional.

3.4.13.1 Concepção de avaliação institucional para a Unesc

O Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – Sinaes, “fundamenta-se em princípios e objetivos francamente vinculados aos interesses sociais da Educação Superior” (SINAES, 2009, p. 102). Explicita-se a ideia de uma autoavaliação com caráter educativo, “devendo ser evitados os rankings e classificações pelas notas, menções e distintos códigos numéricos, alfabéticos e outros” (SINAES, 2009, p. 113). Este novo sistema de avaliação sugere a utilização de múltiplos instrumentos aplicados de forma articulada e coerente, e ampla participação de agentes internos e externos no processo avaliativo das IES (SINAES, 2009). Esse sistema integra três modalidades de avaliação:

- Avaliação da Instituição;
- Avaliação dos cursos de Graduação; e
- Avaliação do Desempenho do Estudante (Enade).

Em termos de exigências legais, para fazer parte do sistema de educação superior do país e obter os certificados de autorização de funcionamento, credenciamento e

recredenciamento, cada instituição deve obrigatoriamente implementar o seu próprio sistema de autoavaliação. A autoavaliação das IES “[...] será o instrumento básico, obrigatório e imprescindível para todos os atos de regulação, cujo exercício é prerrogativa do Estado. Por outro lado, toda regulação se fará de modo articulado à autoavaliação” (SINAES, 2009, p. 106). O Sinaes (2004, p. 106) concebe a ideia de uma autoavaliação permanente visando a:

[...] produzir conhecimentos, pôr em questão a realização das finalidades essenciais, identificar as causalidades dos problemas e deficiências, aumentar a consciência pedagógica e a capacidade profissional dos professores, tornar mais efetiva a vinculação da instituição com o entorno social e a comunidade mais ampla, julgar acerca da relevância científica e social de suas atividades e seus produtos, prestar contas à sociedade, justificar publicamente sua existência e fornecer todas as informações que sejam necessárias ao conhecimento do Estado e da população [...]. Neste sentido, os processos de autoavaliação devem ser permanentes, isto é, devem constituir-se em uma cultura internalizada nas estruturas e nas ações institucionais.

A Unesc concebe a avaliação institucional como um processo permanente de autoconhecimento, de reflexão, visando aprimorar a qualidade de ensino, pesquisa, extensão e gestão administrativa. Não se trata de uma avaliação para fins de dominação, classificação, punição ou premiação, mas sim de uma avaliação diagnóstica para fins de planejamento, revisão e orientação. Serve, também, para perceber o grau de distanciamento entre os objetivos propostos e a prática estabelecida no cotidiano institucional. Enfim, é um instrumento que a Unesc utiliza para cumprir efetivamente sua Missão, Visão de Futuro, Princípios e Valores. Diante disso, é importante ressaltar, também, que a política de avaliação institucional pauta-se nas seguintes diretrizes:

- Consolidação do processo de avaliação pela ética, seriedade e sigilo profissional.
- Socialização de informações precisas, por meio de processos avaliativos e propositivos.
- Melhoria contínua dos instrumentos de avaliação utilizados.
- Comprometimento com os processos de autoavaliação, junto aos diversos serviços prestados pela Instituição.
- Compromisso social com o ensino de qualidade, subsidiando os gestores da Instituição, com os resultados da avaliação para fins de planejamento e tomadas de decisão.

A concepção teórica da avaliação institucional demonstra que ela não é um processo puramente burocrático, mas que possui a função de promover uma mudança social

no meio em que é desenvolvida. Na Unesc, essa concepção é embasada por autores como: Belloni (2000), Sobrinho e Ristoff (2000) e Trigueiro (2004), por apresentarem uma definição mais condizente com os valores assumidos pela Universidade e, ao mesmo tempo, confirma que a Avaliação Institucional precisa gerar mudança, pois não é um processo neutro, uma vez que ela propicia o autoconhecimento para fins de planejamento.

Sobrinho e Ristoff (2000, p.9.) enfatizam uma concepção de avaliação como “um processo mais ético que técnico”, não visando beneficiar apenas os indivíduos nem os setores implicados, mas uma “prática social de interesse da sociedade em geral”. Ambos criticam a visão liberal difundida por governos e forças econômicas que concebem a avaliação como forma de aprimorar eficiência, produtividade e competitividade. Nesta perspectiva, a avaliação é vista como um instrumento de controle e regulação da qualidade de acordo com as diretrizes do mercado.

Belloni (2000) destaca a ideia de uma concepção de avaliação institucional vinculada ao compromisso social da educação. Em sua perspectiva, avaliação institucional é “um processo sistemático de busca de subsídios para melhoria e aperfeiçoamento da qualidade da instituição em face de sua missão científica e social”. (BELLONI, 2000, p.41). A autora identificou ainda duas tendências principais de avaliação das Instituições de Ensino Superior (IES), implementadas no Brasil a partir da década de 1980: “uma voltada mais para o controle e hierarquização entre instituições; a outra voltada para a identificação das insuficiências e das potencialidades de instituições e do sistema, com vistas à melhoria e mudança em seu funcionamento” (BELLONI, 2000, p. 41).

Em uma perspectiva mais pragmática, Trigueiro (2004) discute a importância da avaliação institucional e do planejamento estratégico como instrumentos necessários para redefinição das estruturas e modelos de gestão das instituições de educação superior do país, sem receio de usar termos conceituais que nas últimas décadas ganharam referência pejorativa. Trigueiro salienta que “a cultura acadêmica, sua tradição, seus valores e sua dinâmica de funcionamento configuram elementos próprios das IES e não se reduzem a outras organizações contemporâneas, a exemplo de empresas privadas e demais instituições do setor público” (TRIGUEIRO, 2004, p. 14). Assim, falar em qualidade e planejamento da gestão em busca de maior eficiência e eficácia das IES não significa se limitar às necessidades imediatas da burocracia, mas sim aperfeiçoar seus processos pedagógicos e administrativos.

Em suas considerações sobre a “problemática do planejamento estratégico”, Trigueiro (2004) salienta que o projeto institucional é uma necessidade “urgente e inadiável”. No âmbito das IES, significa levar em consideração um ambiente externo intensamente

competitivo e, no cotidiano institucional, as disputas internas. A avaliação da instituição deve estar articulada com o Projeto Pedagógico Institucional (PPI) e o Planejamento Estratégico (PE) da IES, com a finalidade de fornecer subsídios a esse processo e possibilitando à instituição à tomada de decisão.

Outro problema comum constatado na experiência de autoavaliação das IES do país é o da descontinuidade. Trigueiro (2004) salienta que em várias situações se percebe que os trabalhos da Avaliação Institucional ficam concentrados nas mãos de poucas pessoas responsáveis pela condução desses trabalhos. Isso significa que a Avaliação Institucional ainda “está muito pouco institucionalizada, seja em seus aspectos técnicos e conceituais, seja em suas bases sociais e políticas [...] um setor à margem da hierarquia e da estrutura institucional” (TRIGUEIRO, 2004, p. 21).

Em consonância com a concepção, a avaliação institucional pauta-se, ainda, nos seguintes princípios:

- Participação - manter a atual prática de construir coletivamente os instrumentos e formas de avaliação com a comunidade acadêmica;
- Avaliação global – todos os sujeitos envolvidos no processo se autoavaliam, avaliam e são avaliados: gestores, docentes, discentes, técnico-administrativos e agentes externos;
- Legitimidade - sustentada em uma metodologia participativa capaz de garantir a construção coletiva de indicadores adequados;
- Identidade institucional - respeito à história, à cultura construída ao longo de sua existência;
- Não punição ou premiação – os resultados da Avaliação Institucional não devem ser usados para fins de classificação, punição ou premiação, caso contrário estaríamos reproduzindo e reforçando a cultura tradicional da avaliação autoritária e excludente;
- Continuidade – a avaliação institucional deve ser um processo e permanente, uma vez que seus resultados implicam mudanças de médio e longo prazos;
- Devolução e socialização dos resultados – a avaliação institucional tem o compromisso de devolver e socializar os resultados a toda comunidade, mantendo a privacidade e sigilo de informações que dizem respeito aos sujeitos envolvidos.

3.4.13.2 Avaliação Interna e Externa

A avaliação interna é um processo contínuo que se constitui na autoavaliação institucional por meio da participação de todos os segmentos da Unesc a partir dos indicadores de avaliações do ensino, pesquisa, extensão e gestão administrativa, bem como análise documental e de dados secundários provenientes de bases de dados institucional.

A avaliação externa integra a avaliação in loco, por comissões designadas pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - Inep a fim de reconhecer ou renovar o reconhecimento dos cursos de graduação ou recredenciar as instituições de educação superior, bem como o Exame Nacional de Avaliação do Desempenho dos Estudantes – Enade. Nesse contexto as políticas de avaliação ficam assim definidas a partir do instrumento de Avaliação Institucional externa (BRASIL, 2014).

Essa política busca a articulação entre o planejamento e a avaliação institucional, possibilitando uma análise da evolução do desenvolvimento institucional, uma vez que esses dois elementos caminham paralelamente, tendo em vista que a avaliação deve subsidiar o planejamento. Contempla a Missão e PDI, bem como a Responsabilidade Social. Sua intenção é analisar a coerência entre a missão e o PDI, assim como a articulação entre este e as ações institucionais que promovam a diversidade, o meio ambiente, a memória cultural, a produção artística e patrimônio cultural, a inclusão social, as ações afirmativas de defesa e promoção dos direitos humanos e a igualdade étnico racial. Busca aprimorar cada vez mais a indissociabilidade desta tríade, bem como a efetiva comunicação tanto interna quanto externa e o atendimento aos estudantes.

Aborda, também, as políticas de pessoal, organização e gestão, bem como a sustentabilidade financeira da instituição, considerando a importância e reflexo que esta política possui na vida acadêmica. Pretende-se acompanhar os indicadores de avaliação com a finalidade de identificar o nível de satisfação dos colaboradores, a transparência da gestão e a sustentabilidade financeira da universidade. Por fim, contempla a infraestrutura existente na Universidade para dar apoio ao ensino, pesquisa, extensão e gestão acadêmica. Pretende-se acompanhar a qualidade das instalações físicas para atender às necessidades acadêmico-administrativas.

3.4.14 Políticas de Gestão

Como Políticas de Gestão, Universidade considera o seu Regimento Geral e Estatuto como as bases deste elemento, que materializa as condições da Unesc para desenvolver sua autonomia institucional. Conforme o documento, os principais pontos que

regem essa política proporcionam a relação coerente entre a Unesc e sua mantenedora, a Fucri. Nesse sentido, além dos citados, tal relação será regida pelos seguintes elementos:

- Pela legislação da área educacional.
- Pelo Estatuto da Entidade Mantenedora.
- Pelo presente Estatuto.
- Por seu Regimento Geral.
- Por atos normativos internos, expedidos pelos colegiados ou órgãos competentes

A Univesidade também goza de autonomia didático-científica, administrativa, de gestão financeira e disciplinar nos termos definidos pela legislação vigente, pelo Estatuto da sua Entidade Mantenedora, por seus Estatuto e Regimento Geral. A autonomia didático-científica consiste na faculdade de:

- Estabelecer as políticas de ensino, pesquisa e extensão.
- Criar, organizar, modificar e extinguir unidades, cursos, órgãos e setores, observada a legislação, exigências e disponibilidades da Entidade Mantenedora.
- Estabelecer o número de vagas iniciais dos cursos novos e alterar o número das vagas dos existentes.
- Organizar os currículos de seus cursos e programas educacionais, estabelecendo seus regimes escolares e didáticos, fixando critérios para a seleção, admissão, promoção e habilitação de seus alunos, obedecidas as determinações da legislação vigente.
- Prestar serviços de caráter científico, técnico, cultural e social.
- Conferir grau, diplomas, títulos e outras dignidades acadêmicas.
- A autonomia administrativa consiste na prerrogativa de:
- Reformar este Estatuto e seu Regimento Geral, submetendo-os à aprovação do Colegiado Superior da Entidade Mantenedora e encaminhando-os aos órgãos externos competentes.
- Aprovar e alterar regulamentos dos órgãos colegiados em todos os níveis, bem como dos órgãos executivos e órgãos de apoio.
- Dispor, respeitada a legislação específica e as normas da Entidade Mantenedora, e por delegação desta, sobre pessoal docente e técnico-administrativo, estabelecendo direitos e deveres, bem como as normas de seleção, admissão, remuneração, promoção, licença, afastamento, substituição e dispensa.

A autonomia de gestão financeira consiste na prerrogativa de organizar e executar o seu orçamento, de fixar as contribuições e taxas escolares, após aprovação da Entidade Mantenedora, bem como desempenhar os atos delegados pela Entidade Mantenedora.

A autonomia disciplinar consiste na prerrogativa de fixar o regime disciplinar aplicável aos corpos docente, discente e técnico-administrativo e de aplicá-lo, obedecidas as prescrições legais e os princípios gerais do Direito. Ela consagra como valores, além do seu caráter comunitário, os que assegurem a dignidade de todos os seres e seus direitos fundamentais, vedadas quaisquer discriminações filosóficas, políticas, religiosas, sociais, de gênero, de classe ou qualquer outra que possa existir, e adota os seguintes princípios:

- Unidade de gestão, patrimônio e administração.
- Flexibilidade de métodos e concepções pedagógicas.
- Racionalidade na utilização dos recursos.
- Descentralização de ações e delegação de responsabilidades.
- Justiça, equidade, ordem e disciplina nas relações de trabalho.
- Participação democrática da comunidade acadêmica.
- Universalidade de campos de conhecimento.
- Equilíbrio nas dimensões acadêmicas de ensino, pesquisa e extensão.
- Deliberação em instâncias colegiadas e executivas.
- Equilíbrio na constituição das Unidades Acadêmicas.
- Responsabilidade socioambiental.
- Respeito à diversidade étnico-ideológico-cultural.
- Promoção da democracia e da paz.
- Respeito à biodiversidade.
- Inserção na vida da comunidade.
- Valorização dos profissionais da UNESC.

E, além disso, congrega os seguintes objetivos:

- Promover a educação integral, a profissionalização e a formação do cidadão.
- Desenvolver Ciência, Arte, Cultura, Tecnologia e Inovação em benefício da sociedade.
- Promover a preservação do meio ambiente e a valorização de relações humanas que visem o desenvolvimento sustentável da sociedade.

- Socializar os conhecimentos gerados na Universidade, por meio de programas e projetos comunitários, cursos e serviços.
- Criar, promover e disseminar, inclusive por meio de televisão, radiodifusão, e outros meios de comunicação, a cultura, em suas diferentes modalidades, disponibilizando-a à toda sociedade, respeitando e valorizando as características regionais.
- Exercer a criticidade em relação a si própria e ao contexto onde está inserida, participando da formação e orientação da opinião pública.
- Buscar a excelência nos serviços prestados.

3.4.14.1 Gestão Administrativo-Financeira

A Unesc, na gestão administrativo-financeira, visa ao gerenciamento dos recursos administrativo-financeiros e materiais e a valorização dos seus ativos. Para tal, adota as seguintes diretrizes:

- Valorização dos princípios como ética, confidencialidade, integridade, transparência e tratamento equânime.
- Planejamento permanente das atividades por área.
- Otimização dos recursos humanos, financeiros e materiais.
- Descentralização orçamentária.
- Busca permanente do equilíbrio orçamentário - sustentabilidade.
- Vinculação das decisões financeiras aos objetivos institucionais e à disponibilidade orçamentária e de caixa.
- Reinvestimento de todos os recursos advindos das mensalidades e captados junto a órgãos federais, estaduais e municipais para o fortalecimento da Instituição.
- Busca constante da ampliação de outras fontes de receita.
- Busca da redução de custo de capital (fontes de recursos mais baratas).
- Atendimento ao acadêmico com cortesia, flexibilidade, acessibilidade, clareza na comunicação e qualidade.
- Manutenção de auditoria externa independente.

4

ATENÇÃO E ATENDIMENTO AOS DISCENTES



4 ATENÇÃO E ATENDIMENTO AOS DISCENTES

4.1 EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Entende-se que a atenção com os estudantes em relação às condições socioeconômicas, culturais, raciais, físicas e de aprendizagem desfavoráveis requer uma universidade democrática e autônoma a fim de garantir a implementação de políticas de educação inclusivas. A partir desse contexto, a Universidade necessita diversificar suas ações de forma flexível e coerente na busca do acesso e permanência do acadêmico na educação superior.

Atualmente o empenho da Educação Especial, em diferentes níveis da sociedade, que desejam a construção de uma educação inclusiva, tem-se fortalecido com base na Constituição de 1988 e Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional n. 9.394/96, que dedica um capítulo a educação especial. Com relação ao Ensino Superior, as ações que sustentam a educação especial neste nível de ensino incluem acessibilidade e permanência e são respaldadas pelo Aviso Circular n. 277/MEC/GM, de 08 de maio de 1996, que trata da adequação estrutural,

[...] para criar condições próprias, de forma a possibilitar o acesso destes alunos ao 3º grau e pela portaria n. 3.284/MEC, de 07 de novembro de 2003, que dispõe sobre requisitos de acessibilidade de pessoas portadoras de deficiências, para instruir os processos de autorização e de reconhecimento de cursos e de credenciamento de instituições.

A Lei n. 10.639 de 09 de janeiro de 2003 e, mais recentemente, as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira, Africana e Indígena (Lei nº 11.645 de 10/03/2008) vem contribuir para dar visibilidade a história e a cultura dos afro-descendentes.

A democratização da universidade tornou favorável a acessibilidade de pessoas com deficiência de qualquer ordem. Nesse sentido, a Unesc, preocupada com a inclusão, estabelece uma Política de Educação Inclusiva que tem como objetivo principal, apontar metas e ações que garantam a acessibilidade e a permanência do acadêmico na Universidade.

4.1.1 Educação Inclusiva

O conceito de inclusão tem sido discutido em vários níveis e instâncias e especulado na literatura especializada. Em termos genéricos considera-se que o conceito de “Inclusão” foi difundido a partir da conferência da Unesco em Salamanca em 1994 (Brasil, 1994), sentir-se incluído não é um prêmio atribuído pelo outro é, sobretudo, possuir o domínio necessário de alguns aparatos que permitem estabelecer uma relação prática com toda a sociedade, independente de especificidades, classificação.

A Declaração de Salamanca (BRASIL,1994), no que se refere à Educação de Adultos e Estudos Posteriores, prevê: pessoas com deficiências deveriam receber atenção especial quanto ao desenvolvimento e implementação de programas de educação de adultos e de estudos posteriores. Pessoas com deficiências deveriam receber prioridade de acesso a tais programas. Cursos especiais também poderiam ser desenvolvidos no sentido de atenderem às necessidades e condições de diferentes grupos de adultos com deficiência.

Sobre a Declaração de Direitos do Deficiente Mental no Documento das Nações Unidas n. A/8429 da Assembleia das Nações Unidas de 1971, temos:

1. O deficiente mental deve gozar, na medida do possível, dos mesmos direitos que todos os outros seres humanos.
2. O deficiente mental tem direito aos cuidados médicos e aos tratamentos físicos apropriados, assim como à instrução, à formação, à readaptação e aos conselhos que o ajudem a desenvolver.

O Programa de Ação Mundial para as Pessoas Deficientes Documento das Nações Unidas, define: a Organização Mundial de Saúde (OMS), no contexto da experiência em matéria de saúde, estabelece a seguinte distinção entre deficiência, incapacidade e invalidez. **Deficiência:** toda perda ou anomalia de uma estrutura ou função psicológica, fisiológica ou anatômica. **Incapacidade:** toda restrição ou ausência (devido a uma deficiência), para realizar uma atividade de forma ou dentro dos parâmetros considerados normais para um ser humano. **Invalidez:** uma situação desvantajosa para um determinado indivíduo, em consequência de uma deficiência ou de uma incapacidade que limita ou impede o desempenho de uma função normal no seu caso (levando-se em conta a idade, o sexo e fatores sociais e culturais), conforme Resolução n. 37/52/ONU (1982).

As Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos, conforme disposto no Parecer CNE/CP nº 8, de 06/03/2012, que originou a Resolução CNE/CP nº 1, de 30/05/2012 e a Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista, conforme disposto na Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012, orientam as ações institucionais. Na Unesc, tem-se a Resolução 07/2013/Câmara Ensino de Graduação que

aprova Política Institucional de Permanência dos Estudantes com Sucesso.

O conceito de inclusão precisa estar bem compreendido pela comunidade acadêmica, pois o exercício profissional exige determinadas habilidades e competências e não pode ser confundido apenas com o desejo da pessoa com deficiência de exercer determinada profissão. Na educação superior, a inclusão deve ser focada na acessibilidade e permanência da pessoa com deficiência na instituição, desde que não comprometa ou o incapacite para o desempenho das competências e habilidades profissionais necessárias conforme prevê o Projeto Pedagógico dos Cursos - PPC da Unesc e as Diretrizes Curriculares dos cursos de graduação do MEC.

4.1.2 Implementação da Educação Inclusiva na Unesc

Para implementar a Educação Inclusiva, cabe à Unesc:

- Assumir uma política visando à inclusão que contemple todos os seus segmentos.
- Compreender a Educação Inclusiva como manifestação de respeito às diferenças raciais considerando a capacidade de desempenho das atividades, especialmente, aos portadores de necessidades educativas especiais, questões de gênero, econômicas, sociais e emocionais.
- Mobilizar a Instituição para adequação física e pedagógica necessárias, gradativas envolvendo os diversos setores e diretorias, refletindo com o coletivo por meio da formação continuada.

Portanto, será sua meta:

- Implantar Núcleos de Estudos, com respectivos grupos de trabalho de acordo com os segmentos necessários.
- Organizar os currículos, atendendo aos princípios da inclusão, com vistas à formação de profissionais competentes, propositivos, reflexivos e comprometidos com a cidadania.
- Estudar o perfil do egresso proposto nos PPCs para identificar a distância entre o perfil desejado e o real.
- Exercer uma gestão democrática - fóruns e discussões similares para perceber as reivindicações, priorizando a participação, preferencialmente, direta dos principais agentes

em relação ao tema.

- Cultivar a parceria entre as diretorias, coordenações de curso e instituições da sociedade para avaliar a implantação do projeto.
- Buscar a prática de modo a contemplar a articulação dos conhecimentos específicos com os filosóficos, educacionais e pedagógicos, que fundamentam a ação educativa considerando sempre a capacidade de desempenho das funções profissionalizantes, em perspectiva de sociedade inclusiva.
- Articular com as organizações em nível regional para efetivação de tarefas.
- Integrar Ensino, Pesquisa e Extensão como instrumento educativo, metodológico e científico na produção de conhecimento acerca da temática. A inclusão das pessoas com deficiência/transtorno ou dificuldades específicas de aprendizagem faz parte das Políticas de Inclusão e Permanência com sucesso dos acadêmicos da UNESC. Para atender as suas finalidades o Programa está constituído em quatro Núcleos:
 - Núcleo de Psicopedagogia;
 - Núcleo de atendimento ao Estudante com Deficiência;
 - Núcleo de atendimento as Necessidades Econômicas;
 - Núcleo de Estudos Étnicos Raciais, Afro-Brasileiros, Indígenas e Minorias.

4.1.3 Núcleo de Assessoria ao Estudante da Unesc - NAE

Conforme a Resolução 04/2016/Câmara de Ensino Graduação, o PDI e nos documentos que orientam a educação superior no país, para melhor atender os processos pedagógicos desenvolvidos na Instituição, sejam eles advindos dos docentes ou dos acadêmicos a Prograd constitui o NAE.

4.1.3.1 Justificativa da Implantação do Núcleo de Assessoria ao Estudante - NAE

O Núcleo de Assessoria ao Estudante (NAE) se originou da necessidade de promover a comunicação e interação entre os alunos de graduação, pós-graduação e a instituição nos diferentes processos em que são submetidos durante sua permanência nos cursos.

Desse modo tem como propósito fundamental atender aos discentes promovendo sua integração a vida acadêmica de modo a favorecer seu desenvolvimento pessoal, social e cultural, essenciais à formação de futuros profissionais, além de possibilitar sua participação nos processos pedagógicos da universidade.

Além disso, uma das políticas do Ensino (Resolução n. 11/2016/Consu) prevê também o compromisso da Unesc em promover o acesso e a permanência com sucesso dos acadêmicos na instituição. Essa questão representa mais do que combater a evasão, mas garantir o sucesso dos estudantes e da Instituição em suas metas pedagógicas, administrativas e financeiras. Por essas razões, a Resolução n. 07/2013 da Câmara Ensino de Graduação institui a Política Institucional de Permanência com Sucesso. Para tanto se propôs alguns programas, projetos e ações direcionados a favorecer a permanência do estudante com sucesso em sua formação profissional, humana e cidadã.

Em seu texto Resolução n. 07/2013/Câmara Ensino de Graduação, são apresentados os principais programas e ações que compõe a Política Institucional para Permanência com Sucesso na Unesc, a saber:

- Programa de bolsas e financiamentos educativos/CPAE.
- Cursos de Extensão: Produção textual I, II, III, Informática Básica I, II, III, Programa de Monitorias.
- Estágios não obrigatórios.
- Inglês sem Fronteiras: curso de Inglês para estudantes integrantes de Programas de Iniciação Científica.
- Internacionalização/Mobilidade Estudantil – Programa de Relações Internacionais.
- Núcleo de Psicopedagogia – Núcleo de atendimento aos problemas de aprendizagem.
- Programa de Orientação Profissional (POP).
- Programa Permanente de Combate à Evasão da Unesc (PPCE).
- Programa de Educação Inclusiva.
- Programa de Nivelamento das Disciplinas Básicas
- Recepção do Calouro.
- Trote Solidário.
- Programa de Formação Continuada da Unesc.
- Programa de Combate ao Alcool e a outras drogas.

Todas essas ações e programas articulados têm como finalidades:

- Promover o desenvolvimento psicossocial do estudante universitário;
- Oferecer auxílio à vivência acadêmica como parte da construção de um projeto profissional;
- Promover a integração do aluno à universidade;
- Promover maior adesão à instituição e ao curso, contribuindo assim para a prevenção da evasão;
- Realizar atendimento a alunos com débitos ou com dificuldades financeiras;
- Elaborar programas que visem prevenir a violência; o uso de drogas e o alcoolismo, bem como visem prestar esclarecimento e informações sobre doenças infectocontagiosas e demais questões de saúde pública.

Para atender a esses objetivos e propostas o NAE pretende propiciar aos alunos oportunidades em que possam refletir sobre seus percursos de carreira, planejar o futuro profissional e desenvolver habilidades e competências necessárias ao gerenciamento de suas vidas acadêmica e profissional, por meio de núcleos, que estão organizados nos seguintes programas e projetos:

4.1.3.1.1 Setor de Apoio Multifuncional de Aprendizagem - SAMA

O Sama é o setor responsável por viabilizar a inclusão das pessoas com deficiência/transtorno ou dificuldades específicas na aprendizagem integra as Políticas de Inclusão e Permanência com Sucesso dos estudantes na Unesc.

Para atender as suas finalidades o Programa está constituído em dois Núcleos: Psicopedagogia; Atendimento ao Estudante com Deficiências;

O primeiro núcleo, Psicopedagogia tem como principal objetivo contribuir para redução das reprovações e desistências por dificuldades de aprendizagem nas disciplinas curriculares, melhorando o processo ensino-aprendizagem. Se propõe também a:

- Assessorar os coordenadores dos cursos e professores, sugerindo metodologias e critérios de avaliação da aprendizagem para estudantes que apresentam dificuldades, considerando sua formação profissional e humana.
- Orientar e esclarecer os pais sobre as competências e habilidades exigidas no ensino superior e como podem contribuir nesse processo.

- Promover cursos de Formação Continuada aos professores sobre os temas relativos a inclusão do estudante com deficiência e, ou dificuldades de aprendizagem.

O segundo núcleo, responsável pelo Atendimento ao Estudante com Deficiência busca promover a inclusão dos estudantes com deficiência possibilitando a sua permanência com sucesso e contribuindo com a formação profissional e humana. Tem como atribuições:

- Avaliar a compatibilidade da deficiência com as condições de aprendizagem e habilidades/competências exigidas pela profissão.
- Providenciar encaminhamento, quando necessário do estudante para algum órgão/instituição.
- Orientar e esclarecer os pais sobre as competências e habilidades exigidas no ensino superior e como podem contribuir nesse processo.

O atendimento das demandas dos acadêmicos surdos é potencializado pela oferta de um Programa de Formação em Libras: tradução, interpretação e conversação com o objetivo de formar intérpretes para ajudar na melhoria da conversação e comunicação com as pessoas surdas além de promover conhecimentos para identificar os aspectos da estrutura gramatical da Libras e seus parâmetros linguísticos.

Para qualificação desse grupo o Sama também dispõe do X Libras, que se constitui em um grupo de estudos e pesquisa sobre Libras (Língua Brasileira de Sinais). O nome X Libras se deve ao fato de não poder exceder a dez participantes para garantir a qualidade da formação desenvolvida. O grupo estuda pesquisa diversas temas como: Libras instrumental, vocabulário acadêmico, verbos, tradução de vídeos (Libras-Português), interpretação de textos, estratégias de interpretação, classificadores, tradução, interpretação, musicalidade, libras instrumental, interpretação do âmbito político, tipos de negação, conversação por temas, variação regional, verbos e adjetivos, tradução de par linguístico Português-Libras, projeto de interpretação literária, filmagem de trechos em Libras entre outros.

4.1.3.1.2 Setor de Estágios e Empregabilidade - SEE

O Setor de Estágios e Empregabilidade aproxima o acadêmico do mercado de trabalho. Suas ações estão baseadas na busca constante por oportunidades que possibilitem ao

estudante o experimento das vivências profissionais, aprofundando os conhecimentos e saberes adquiridos no curso de Graduação.

4.1.3.1.3 Coordenadoria de Políticas de Atenção ao Estudante - CPAE

Em consonância, coerência e harmonia com a missão institucional da Unesc, a CPAE procura se organizar, se instrumentalizar e agir de forma multidimensional com foco na integralidade e totalidade de seu campo de atuação. Dessa forma, direciona seus trabalhos com vistas a contemplar as três dimensões implícitas no conceito de meio ambiente do texto institucional: ser individual - ser social - ser planetário, num todo integrado.

4.1.3.1.4 Programa de Apoio e Financeiro (Bolsas)

Fazem parte de um conjunto de programas, estratégias e ações que possibilitam o acesso e a permanência no ensino superior de estudantes com necessidades educativas especiais:

FIES: programa do Ministério da Educação destinado a financiar a graduação no Ensino Superior de estudantes regularmente matriculados na Unesc.

PRAVALER: programa privado de financiamento estudantil em parceria com a UNESC.

PROUNI: programa do Ministério da Educação à concessão de bolsas integrais para estudantes economicamente carentes. Instituído pelo Governo Federal em 2004 e institucionalizado pela Lei n. 11.096, em 13 de janeiro de 2005, bem como, vagas por cotas (pessoa c/ deficiência, cidadãos autos declarados negros/pardos ou índios).

ARTIGO 170: programa de bolsas de estudo e pesquisa de recurso, proveniente do Governo do Estado de SC, que visa prestar assistência financeira aos acadêmicos matriculados na UNESC e que apresentam dificuldades financeiras e/ou pessoas com deficiências.

FUMDES - Fundo de Apoio à Manutenção e ao Desenvolvimento da Educação Superior, é um programa de concessão de Bolsas de Estudo, da Governo do Estado do Estado de Santa Catarina, previsto no Art. 171 da Constituição Estadual, para alunos economicamente carentes, matriculados em cursos presenciais de graduação.

Nossa Bolsa Unesc – modalidade de ingresso em curso superior para pessoas

economicamente carentes proposta pela própria Universidade com valores em percentuais de 100%, 50% e 30% de desconto nas mensalidades.

BOLSA FAMÍLIA: modalidade de bolsa especial concedida a acadêmicos de uma mesma família (cônjuge, pais, filhos e irmão) que dependam da mesma renda familiar.

BOLSA DCE/CA: modalidade de bolsa destinada ao Diretório Central dos Estudantes (DCE) e aos Centros Acadêmicos (CA) dos cursos de graduação da Unesc.

BOLSA PMC CARENTE E/OU DEFICIENTE – O município de Criciúma desenvolve um programa de bolsas de estudos que proporciona, a seus habitantes, oportunidade de acesso ao ensino superior. Destinam-se aos acadêmicos economicamente carentes e/ou pessoas com deficiências, residentes em Criciúma há mais de 05 anos.

4.1.3.2 Setores de apoio do NAE

4.1.3.2.1 *Secretaria de Registro e Controle Acadêmico - SERCA*

A Secretaria de Registro e Controle Acadêmico tem sob sua responsabilidade o controle das normas relativas à matrícula, registro de notas, frequência e demais aspectos regimentais da graduação; compete ainda a Serca garantir o atendimento aos aspectos legais referentes ao registro de diplomas.

4.1.3.2.2 *Biblioteca*

Tem como missão promover com qualidade a recuperação da informação com enfoque no desenvolvimento das atividades de ensino, pesquisa e extensão, associando tecnologias e atendimento humanizado.

Entre seus objetivos constam:

- Disponibilizar aos usuários serviços bibliográficos e informacionais, nacionais e estrangeiros;
- Manter a coleção dinâmica e atualizada;
- Organizar, disseminar e disponibilizar a informação nos diferentes suportes: físicos, virtuais ou ambos.
- Promover a instrução sistemática aos usuários no uso em sua complexidade dos materiais bibliográficos e multimeios, para obtenção do benefício máximo desses recursos;

- Cooperar com os programas de ensino, satisfazendo as necessidades informacionais de professores e alunos.
- Manter intercâmbio com bibliotecas, centros de documentação, universidades e outras instituições técnicas, científicas e culturais, nacionais e estrangeiras;
- Preservar e conservar os materiais e equipamentos.

4.2 PERMANÊNCIA DOS ESTUDANTES COM SUCESSO

De acordo com a Resolução 07/2013/Câmara de Ensino de Graduação, a evasão refere-se ao número de estudantes regulares que abandona seus cursos, instituições ou sistema, Silva (2011) esclarece, conforme o Programa de Combate à Evasão, que se trata de fator inerente ao *fazer educacional* e, por isso, ela faz parte do processo pedagógico-administrativo dos estabelecimentos de ensino. A evasão é fator de alguma complexidade dada a quantidade de variáveis envolvidas em suas causas, tais como: dificuldade financeira, insatisfação com o curso, dificuldade de aprendizagem.

Na Unesc, o acompanhamento pormenorizado desse indicador deu origem ao atual Programa Permanente de Combate à Evasão (PPCE) que, além de apresentar as causas dessa não permanência do acadêmico nos cursos, articula as atribuições de cada segmento da Instituição com o objetivo de combater a evasão, bem como apresenta os dados gerais da Instituição de acordo com o Setor de Avaliação Institucional, para que sejam permanentemente monitorados, objetivando a redução dos índices de evasão e, consequentemente, aumentando os de permanência.

No processo de construção de uma Política Institucional de Permanência com Sucesso, a Pró-reitoria Acadêmica vem reunindo vários programas, projetos e ações já em andamento ou em fase de implementação na Unesc, os quais direcionam seus fazeres no sentido de favorecer a permanência do estudante com sucesso em sua formação profissional, humana e cidadã.

4.2.1 Componentes de uma Política Institucional de Permanência com Sucesso

4.2.1.1 Programa de Bolsas e Financiamentos Educativos/CPAE

A Coordenadoria de Políticas de Atenção ao Estudante é o setor da Unesc que representa os interesses dos estudantes frente à Reitoria, mas também representa uma

extensão da Reitoria no cumprimento de sua vontade política em prol dos estudantes. Isso é essencialmente uma condição de permanência do estudante na Universidade.

Em consonância com a missão da Unesc, a CPAE busca organizar-se, instrumentalizar-se e agir de forma multidimensional com foco na integralidade e na totalidade de seu campo de atuação. Dessa forma, a CPAE direciona seus trabalhos com vistas a contemplar as três dimensões implícitas no conceito de meio ambiente do texto institucional: ser individual; ser social; ser planetário, em um todo-integrado. As principais atribuições da CPAE são:

- Propor, coordenar e executar programas de acesso e permanência ao ensino superior;
- Regulamentar, resguardada as disposições legais, os processos seletivos de bolsas de estudos e financiamentos ao ensino superior, tais como: Artigo 170, Bolsa da Prefeitura Municipal de Criciúma (PMC), Proies, Bolsa DCE/CA, Bolsa Estágio Interno, Bolsa Família, Bolsa Fumdes, Bolsa Minha Chance, Bolsa Pesquisa ou Extensão, Fundosocial, Monitoria Remunerada, Nossa Bolsa, Nossa Bolsa/Pedagogia, Prouni, Bolsa Permanência, Pravalor Universitário, Fies;
- Atuar na promoção de parcerias com setores internos da Unesc e, também, com setores públicos e privados, para o desenvolvimento de ações que venham a beneficiar o corpo discente;
- Promover atividades de recepção e integração para os novos acadêmicos da Universidade;
- Proporcionar aos estudantes, programas de acolhimento e bem estar que possibilitem melhores condições para enfrentarem problemas e dificuldades encontrados no decorrer de sua vida estudantil;
- Fomentar, estimular e estabelecer atividades de integração entre os acadêmicos;
- Desenvolver programas que vise à saúde integral (física e psíquica) do estudante;
- Promover programas de desenvolvimento de potencialidades junto aos acadêmicos por meio de encontros, seminários, palestras, cursos e outros eventos;
- Atuar na mediação de conflitos entre o corpo discente e a Instituição;
- Promover e apoiar iniciativas de organização dos estudantes, bem como sua articulação com a Instituição;

- Avaliar e apoiar iniciativas do movimento estudantil seja em seu caráter institucional ou não;
- Acolher iniciativas e atividades de interesse dos estudantes;
- Elaborar relatórios de suas atividades.

4.2.1.2 Cursos de Extensão

Produção Textual I, II, III e Informática Básica I, II, III

Desenvolvidos por professores e dirigidos aos alunos em geral, os cursos têm por objetivo desenvolver a escrita, a compreensão e a interpretação facilitando as futuras produções textuais, essenciais na academia. O curso de Produção Textual faz frente às dificuldades nessa área resultantes do enfraquecimento do ensino fundamental e médio e do cada vez menos presente hábito da leitura entre os jovens.

Já os cursos de Informática Básica são direcionados a todos que ainda não têm familiaridade com as novas tecnologias e suas ferramentas disponibilizadas na Universidade, as quais estão cada vez mais presentes em todas as áreas profissionais.

Programa de Monitorias

Trata-se de um projeto em que os estudantes com desempenho excelente nas disciplinas, candidatam-se em edital específico para trabalharem na Instituição como monitores. A atribuição dos monitores é o acompanhamento e orientação para alunos com dificuldades em conteúdos específicos. Tais orientações podem ocorrer no mesmo horário das referidas disciplinas, em horários alternativos, previamente acordados com o professor da disciplina, ou ainda na modalidade a distância, por meio do Ambiente Virtual de Aprendizagem. Esse acompanhamento e orientação prestados pelos monitores são acompanhadas pelo professor responsável pela disciplina. Em áreas recorrentes como Física, Química e Matemática a Monitoria é permanente. Os estudantes monitores são remunerados em horas-aula no mesmo valor da hora- estágio interno revertidas em descontos em mensalidades ou em outros serviços disponíveis na Universidade.

4.2.1.3 Estágios Não-obrigatórios

Diretamente vinculado à Pró-Reitoria Acadêmica, o Programa encaminha estudantes para a experiência no mercado de trabalho. Faz o entremeio entre a oferta de vagas das empresas e a dupla necessidade dos estudantes que precisam, por um lado, exercitar a prática profissional em sua área de formação e, por outro, suprir a insuficiência financeira custeando então seus estudos e/ou despesas adjacentes.

O Programa de Estágios Não Obrigatórios mantém contato com o segmento empresarial da região que comunica as vagas disponíveis. O setor vinculado ao Programa faz a divulgação das vagas e a pré-seleção dos candidatos que se apresentam para cada área, encaminhando-os às empresas. Trata-se de maneira formal de o estudante adentrar ao mercado de trabalho o qual permite que uma parte cumpra o limite de dois anos, outra se direcione para novo emprego e uma terceira parte que é efetivada na própria empresa onde estagia.

O Setor executa todos os procedimentos administrativos e legais e resguarda a segurança e os direitos de todas as partes: Universidade, empresa e estudante-estagiário. Mantêm-se vinculados ao Programa, entre ingressos e saídas, cerca de 2.000 estudantes. O Programa de Estágios Não Obrigatórios é fator de permanência do estudante na Universidade, pois atende a questão financeira e o exercício da profissão a um só tempo.

4.2.1.4 Inglês sem Fronteiras: curso de inglês para estudantes integrantes de programas de iniciação científica

Tem como objetivo geral desenvolver a leitura e produção científica de textos científicos para a participação e apresentação em eventos científicos, assegurando a terminologia específica de cada área de pesquisa. Como objetivos específicos, têm-se:

- Desenvolver a oralidade e a prática de leitura (em voz alta) de comunicações acadêmicas com vistas à socialização de conhecimento;
- Desenvolver a habilidade de interpretação em língua inglesa por meio de estratégias e atividades que venham a auxiliar a formação de leitores mais eficientes e autônomos;
- Apropriar-se de estratégias de uso de tradutores *online* e *software* afins;
- Elaborar *abstracts* de trabalhos acadêmico-científicos.

Como metodologia: utilização de textos científicos para leitura intensa na Língua Inglesa. Uso do laboratório de línguas para o desenvolvimento de estratégias de leitura e produção escrita. Exercícios de apresentação oral de *abstracts*. Uso de sistemas de tradução *online*.

4.2.1.5 Internacionalização/Mobilidade Estudantil - Programa de Relações Internacionais

Em 1996, foi criada a Coordenadoria de Relações Internacionais com o intuito de viabilizar e concretizar as relações internacionais da Instituição. A razão de ser da Coordenadoria de Relações Internacionais é de fomentar, apoiar e promover as relações internacionais da Unesc, com universidades estrangeiras que tenham mútuo interesse em desenvolver mobilidade acadêmica, pesquisas, intercâmbio discente/docente, palestras, por meio de contato do próprio setor bem como de outros agentes envolvidos no processo.

A construção e manutenção de programas de intercâmbio com universidades estrangeiras é um importante componente formativo do acadêmico. As disciplinas, bem como outras modalidades de cursos, minicursos e complementações cursadas no exterior, em diversos tipos de convênios, fazem com que o estudante tenha um diferencial no seu currículo. Isso é fator de permanência. As atribuições são:

- Desenvolver a política de cooperação internacional da Instituição; assessorar a reitoria no desenvolvimento da política de cooperação internacional;
- Constituir-se em um foro central de todos os assuntos internacionais referentes à Instituição;
- Promover, em conjunto com os diversos setores da Universidade, ações de parceria, convênios e intercâmbios com instituições de ensino, governos e órgãos não governamentais internacionais;
- Divulgar informações sobre convênios, intercâmbios, cursos, estágios, bolsas de estudos e programas de instituições governamentais e não governamentais.

Participam do programa os acadêmicos da Unesc, bem como os estudantes de universidades parceiras no exterior.

4.2.1.6 Núcleo de Psicopedagogia e de Atendimento aos Problemas de Aprendizagem

O objetivo geral do Núcleo é criar um espaço de integração e inclusão por meio de um núcleo de atendimento aos problemas de aprendizagem apresentados nas disciplinas curriculares, buscando a melhoria da qualidade de ensino-aprendizagem do aluno em todos os seus aspectos, no período de sua vivência acadêmica. Os objetivos específicos são:

- Oportunizar campo de estágio aos estudantes de graduação em Psicologia, Pedagogia e Especialização em Psicopedagogia;
- Capacitar os estagiários para o atendimento aos pacientes que apresentam problemas de aprendizagem ou deficiências;
- Realizar um processo de investigação sobre as dificuldades relatadas pelo estudante ou pelo seu professor, e, após o diagnóstico, orientar de forma prática uma linha de ação em favor da superação de tais dificuldades;
- Oferecer acompanhamento psicopedagógico aos discentes dos cursos de graduação e do Colégio Unesc;
- Prestar atendimento aos discentes com necessidades educacionais especiais;
- Oferecer Programas de Educação Continuada aos docentes das redes públicas;

As atividades do Núcleo são:

- Implantar um núcleo multidisciplinar de atendimentos aos pacientes que apresentam com problemas de aprendizagem composto por psicólogo, pedagogo, psicopedagogo e outros profissionais da área;
- Fazer triagem com os pacientes na clínica que apresentam problemas de aprendizagem;
- Capacitar os estagiários de psicologia e pedagogia para esse atendimento.
- Orientar aos professores das redes públicas que atendem em suas aulas alunos deficientes.
- Orientar aos estagiários de psicologia e pedagogia nos atendimentos oferecidos pela clínica, no que se refere aos problemas de aprendizagem;
- Orientar aos estagiários de licenciatura no que se refere aos problemas de aprendizagem identificados nas escolas;
- Orientar aos estagiários de licenciatura no que se refere a inclusão dos deficientes nas salas de aula.

São atendidos os acadêmicos de graduação, estudantes do Colégio da Unesc e das redes públicas de ensino

4.2.1.7 Programa de Orientação Profissional (POP)

O Projeto de Orientação Profissional pretende ocupar um espaço reflexivo em que as dificuldades de cada um sejam identificadas e trabalhadas. O objetivo é orientar estudantes do ensino médio e universitários, oferecendo-lhes uma visão global e detalhada sobre os diversos cursos de formação profissional, considerando seus interesses, valores, personalidade, habilidades (aspirações) e seus limites (possibilidades). Podem ser contemplados no projeto os estudantes do ensino médio ou ainda universitários que já estão matriculados em algum curso e que estejam indecisos.

A relação com a política de permanência na Unesc é divulgar os cursos da instituição, entrar em contato com os estudantes que estão em dúvida com a escolha profissional, esclarecendo dúvidas sobre as profissões.

4.2.1.8 Projeto Potencial – Programa de Ações para Melhoria do Ser das Relações Interpessoais

O Projeto Potencial tem como propósito facilitar condições e atividades que promovam desenvolvimento do potencial dos acadêmicos. Esse projeto, de responsabilidade da CPAE tem como palavras-chave: consciência, liderança, cultura de paz, valores humanos, responsabilidade socioambiental. Os objetivos são:

- Detectar e diagnosticar problemas/dificuldades nos diversos segmentos da comunidade acadêmica em termos de relações interpessoais;
- Proporcionar condições que facilitem a resolução de problemas na área das relações interpessoais;
- Promover a harmonia nas relações acadêmicas no *Campus*;
- Promover a integração harmônica de segmentos diferenciados na comunidade acadêmica;
- Formar lideranças para uma cultura de paz, ambiental e cidadã;
- Criar e proporcionar condições para o desenvolvimento de atitudes cooperativas e solidárias nas relações no campus e na comunidade.

4.2.1.9 Programa Permanente de Combate à Evasão da Unesc - PPCE

O Programa Permanente de Combate à Evasão apresenta as causas da não permanência do acadêmico nos cursos, articula as atribuições de cada segmento da Instituição com o objetivo de combater a evasão, bem como apresenta os dados gerais da Instituição no período de 2009-2011, de acordo com o Setor de Avaliação Institucional, para que sejam permanentemente monitorados, objetivando a redução dos índices de evasão e, conseqüentemente, aumentando os de permanência. São vários os setores de apoio envolvidos nesse programa, a saber: Coordenação/NDEs/colegiados de curso, CPAE, Centac e Setor de Comunicação Integrada.

Tem como objetivos:

- Apresentar um breve panorama da evasão no ensino superior no Brasil;
- Apresentar aos gestores, docentes e colaboradores dos cursos de graduação alguns indicadores e causas da evasão de acadêmicos na Instituição;
- Diminuir a evasão em 5%, de acordo com a meta estabelecida pelo Plano de Graduação da Unesc: excelência do ensino, por meio das ações propostas coletivamente.

4.2.1.10 Recepção ao Calouro

É um conjunto de ações direcionadas para a recepção e acolhida dos novos estudantes ingressantes na Universidade. Os objetivos são:

- Acolher o estudante que está chegando;
- Fazer chegar ao novo estudante todas as informações preliminares e fundamentais sobre seu dia-a-dia na Universidade;
- Apresentar essa Universidade e curso em que o ingressante está inserindo-se;
- Demonstrar esse novo padrão de responsabilidade, de maturidade e perspectiva de futuro profissional e cidadão;
- Aproximar a Reitoria dos novos estudantes.

É impactante para o aluno que chega à Instituição esse momento na sua trajetória acadêmica, por isso faz-se importante o primeiro contato com a Universidade em que ele deve permanecer por alguns anos estudando. É um primeiro passo marcante que ajuda a construir a caminhada futura. Simboliza a virada de grau entre a vida escolar e adolescente e a vida acadêmica, universitária, em que se constrói o adulto profissional e cidadão. Tudo isso consolida essa imagem que fortalece o fator permanência.

4.2.1.11 Trote Solidário

O Trote Solidário foi implantado oficialmente na Unesc em 2009 como um conjunto articulado e orgânico de ações para combater o trote abusivo, imoral e violento. Depois de sete edições semestrais sob a coordenação da Cpae, o Trote Solidário se consolidou passou a ser conduzido pelos próprios cursos sob a orientação das respectivas coordenações com o apoio da Cpae.

O Trote objetiva marcar o ingresso na vida universitária com consciência social, ambiental, solidária, a fim de fortalecer e consolidar práticas educativas relacionadas aos princípios e valores presentes na Missão da Unesc. Os objetivos específicos são:

- Organizar a realização dos trotes dentro de modalidades que permitam a qualificação dos mesmos com vistas ao objetivo geral;
- Propiciar situação de conhecimento dos problemas enfrentados pela comunidade, colaborando em suas resoluções;
- Planejar e executar ações que possibilitem a integração dos acadêmicos ingressantes com a comunidade universitária (veteranos, professores e funcionários) com foco em práticas sociais e ambientais em comunidade do entorno universitário;
- Promover diversão e confraternização dos participantes com atividades lúdicas e vivenciais de valores humanos;
- Valorizar os estudantes em seus aspectos intelectuais, históricos, culturais e artísticos com atividades educativas e recreativas.

4.2.2 Escrita da Pessoa Surda

A Resolução 01/2007/Câmara de Ensino Graduação aprova texto indicativo para o tratamento da escrita da pessoa surda na Unesc e toma outras providências.

Este documento se propõe a esclarecer uma dúvida que permeia o ambiente educacional, mais precisamente na avaliação de textos produzidos por pessoas surdas, cuja escrita em português se apresenta de forma distinta da usual.

Antes de tudo, para entender o porquê da exigência de uma flexibilização na escrita das pessoas surdas, mais especificamente na aceitação de um português escrito que não seja aquele estruturalmente *correto*, faz-se necessário conhecer um pouco mais sobre estes

sujeitos, visto que geralmente o rigor de a - sujeitamento, parte das pessoas não - surdas que ignoram as especificidades destas pessoas.

Para contextualizar brevemente a problemática educacional das pessoas surdas, Carlos Skliar argumenta que:

A falta de compreensão e de produção dos significados da língua oral, o analfabetismo massivo, a mínima proporção de surdos que têm acesso aos estudos no ensino superior, a falta de qualificação profissional para o trabalho, etc., foram e são motivos para três tipos de justificações impróprias sobre o fracasso na educação de surdos. Em primeiro lugar, está a atribuição aos surdos do fracasso - fracasso, então, de surdez, dos dons biológicos naturais. Em segundo lugar, está a culpabilização aos professores ouvintes por este fracasso. E em terceiro lugar, está a localização do fracasso nas limitações dos métodos de ensino - o que reforça a necessidade de purificá-los, de sistematizá-los ainda mais, de torná-los mais rigorosos e impiedosos com relação aos surdos. (SKLIAR, 1998, p.18)

Mas o que interfere na escrita do português das pessoas surdas? Vamos começar pelo fato inegável de que a modalidade de língua das pessoas surdas é diferente das pessoas não - surdas, ou seja, para as pessoas surdas a modalidade é gestual - visual, enquanto que para as não - surdas é oral - auditiva.

De posse desse fato, percebemos que a língua utilizada por este grupo é diferente, ou seja, as Línguas de Sinais⁴ diferem das Línguas Faladas⁵ no nível sintático (da estrutura), no nível semântico (do significado), no nível morfológico (da formação de palavras), no nível fonológico (das unidades que constituem uma língua) e o nível pragmático (envolvendo o contexto conversacional)⁶. Então as pessoas surdas conceituam se comunicam em uma língua, mas são alfabetizadas em outra, diferente daquela que elas lêem a realidade.

O equívoco de muitos profissionais de diversas áreas envolvidos na educação de surdos refletiu a utopia de que se os surdos oralizassem, escreveriam o português corretamente. Este fato foi logo constatado ao perceber que a escrita continuava apresentando “falhas” gramaticais, exatamente por causa desta diferente forma de interpretar o mundo e tentar expressá-lo à maneira das pessoas não-surdas.

A problemática da escrita das pessoas surdas envolve questões lingüísticas que o meio acadêmico ainda clama por respostas. As pesquisas intensificam-se cada vez mais nas Línguas de Sinais na busca por uma solução da escrita dessas pessoas. O que vem se exigindo atualmente é uma leitura instrumental da língua portuguesa e uma flexibilidade da escrita

⁴ Em referencia as diversas Línguas de Sinais, como Línguas de Sinais Brasileira, Línguas de Sinais Francesa, Línguas de Sinais Americana, etc.

⁵ Em referencias as diversas Línguas Oraís Português, Francês, Alemão, Inglês, etc.

⁶ http://www.ronice.ced.ufsc.br/page_lsb.htm

(caso essa seja estritamente exigida). Os meios de registros estão mais voltados para filmagens, sinalização (uso de Língua de Sinais) e Tradutores de Língua de Sinais, do que para a escrita.

Ao nos posicionarmos diante desta questão vale lembrar que:

[...] a escrita da pessoa surda reflete, em certa medida, os conhecimentos que possui, ou não, da comunidade ouvinte. Ou, o quanto a escrita tem função em sua vida, ou ainda reflete o próprio processo de alfabetização a que foi submetida. Nesse contexto, o ensino da Língua Portuguesa é freqüentemente levado a termo como uma língua morta, pois ao ensinar apenas substantivos, adjetivos, advérbios na produção de textos, esquece-se de se considerar uma premissa básica: o intercâmbio entre o papel do autor e do leitor para esse aprendizado. (SOUZA, 1998, p.147 apud SILVA, 2001, p. 42)

Em relação à Legislação Brasileira, a Língua de Sinais foi reconhecida como meio legal de comunicação e expressão pela Lei 10.436 de 24 de abril de 2002. Logo em seguida, foi regulamentada pelo Decreto 5.626 de 22 de dezembro de 2005, trazendo grandes oportunidades educacionais e profissionais aos surdos.

O que mais chama a atenção é a Portaria 3.284 de 07 de novembro de 2003, do Ministério da Educação, que dispõe dos requisitos de acessibilidade das pessoas portadoras de deficiências, possibilitando às Instituições Federais de Ensino uma flexibilização da escrita na correção das provas escritas, valorizando seu conteúdo semântico (Art. 1, item III, subitem “b”).

Diante dessas considerações, a Unesc decide que a escrita surda seja aceita nas diversas produções acadêmicas: trabalhos escritos, textos produzidos e provas dos alunos surdos, não sendo os mesmos prejudicados em termos de avaliação, o que se traduz em nota.

Por fim, torna-se importante esclarecer que esta aceitação não se trata apenas de uma *permissão*, criando uma aparente inclusão, mas uma atitude muito mais efetiva na avaliação dos educandos surdos sem comprometer o aprendizado dos mesmos.

4.3 MOBILIDADE ACADÊMICA

Conforme a Resolução 15/2011/Câmara de Ensino Graduação e alteração apresentada pela Resolução 11/2013/Câmara de Ensino Graduação, a mobilidade acadêmica se divide nas seguintes modalidades:

- I. Mobilidade de Estrangeiro;
- II. Mobilidade de Acadêmico da Unesc.

4.4 ORGANIZAÇÃO ESTUDANTIL

Na Unesc, a organização estudantil se materializa por meio do Diretório Central dos Estudantes (DCE), o qual representa todos os estudantes da Instituição por intermédio de diretoria executiva e é regulado por estatuto específico, e dos Centros Acadêmicos dos Cursos (CA) que representam os acadêmicos de determinado curso.

Além disso, os estudantes têm participação, na proporção de um quinto dos membros, nos órgãos colegiados da administração superior: Conselho Universitário (CONSU), Câmara de Ensino de Graduação, Câmara de Pós-Graduação e Pesquisa, Câmara de Extensão, Cultura e Ações Comunitárias e a Câmara Planejamento e Desenvolvimento Institucional. A escolha dos representantes de alunos compete ao Diretório Central dos Estudantes, responsável por promover a mobilização para a indicação pelos pares para mandato anual.

Também o órgão colegiado da administração básica, que é o colegiado de curso, também conta com a participação discente na proporção máxima de um quinto dos membros do colegiado, indicado pelos pares.

4.5 ACOMPANHAMENTO DE EGRESSO

A Resolução. 02/2014/CSA homologa a Resolução 03/2014/Consu que aprovou a Política Institucional para Egressos da Unesc e Aprova Política Institucional para Egressos da Universidade. O presente documento objetiva reunir subsídios para a consolidação de uma política institucional para Egressos da Universidade do Extremo Sul Catarinense.

Destacamos o conceito de egresso, de acordo com Enricone (2006, p. 418): “é aquele que, tendo concluído o curso em que se encontrava matriculado, colocou grau e recebeu o respectivo diploma ou certificado de conclusão. Também denominado diplomado ou concludente.”

Esse documento visa apresentar possibilidades para a materialização de uma Política coerente com a identidade e a missão institucional da Unesc.

A Unesc, fiel a sua missão de "Educar, por meio do ensino, pesquisa e extensão, para promover a qualidade e a sustentabilidade do ambiente de vida" e comprometida com a comunidade, busca alicerçar sua atuação avaliando permanentemente os serviços que presta. Portanto, é de fundamental importância a participação da comunidade interna e externa no aprimoramento de tais serviços. A autocrítica institucional pressupõe a análise retroativa

daqueles que tiveram sua formação acadêmica na Universidade e que atualmente se encontram no mercado de trabalho ou na eminência de adentrá-lo.

O egresso é um sujeito detentor de um conhecimento do mundo do trabalho, visto que atua em situações reais. Do Latim *egressu*, adjetiva o que saiu s. m., aquele que saiu; portanto, alguém que experienciou o suficiente para poder avaliar e contribuir.

A Pró-Reitoria Acadêmica acompanha os estudantes enquanto permanecem na Instituição e, na qualidade de egressos, procura, na medida do possível, acompanhá-los também nos espaços nos quais se inserem. Isso é feito estabelecendo-se uma via de mão dupla na qual capacita a inserção do egresso nesses espaços, ao mesmo tempo em que a Instituição recebe informações da dinâmica social, suas transformações e inovações. Tudo isso tem reflexos diretos no mercado de trabalho e na necessidade de novos conhecimentos e atualizações na formação de novos profissionais.

A instituição consolidando uma política voltada aos egressos cumpre com seu compromisso social, além de atender a legislação nacional, em nível de avaliação externa, de acordo com a Lei n. 10.861 de 14 de abril de 2004, que institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior, o qual trata, também, do acompanhamento de egresso e criação de oportunidades de formação continuada.

Tem como objetivo geral: manter um vínculo com o egresso e criar um mecanismo de comunicação entre Universidade e Egressos que contemple a retroalimentação, isto é, a Instituição informa as novas oportunidades de capacitação, qualificação e atualização relativas ao campo de atuação do egresso e este informa as novas necessidades do mercado de trabalho. Como objetivos específicos, têm-se:

- Identificar os egressos a partir do ano 2.005;
- Criar um banco de dados com informações que possibilitem manter comunicação permanente com o Egresso;
- Fomentar o relacionamento entre a universidade e seus egressos, visando ao aperfeiçoamento das ações institucionais concernentes à implementação de cursos e programas no âmbito da educação superior.
- Construir indicadores que subsidiem a adequação curricular às necessidades do desenvolvimento de competências e habilidades em consonância com as diretrizes nacionais para os cursos superiores;
- Servir como espaço de mediação entre os egressos, o mundo do trabalho e a atualização profissional, e oferecer cursos de atualização profissional;

- Avaliar e atualizar os currículos dos cursos de graduação e pós-graduação por meio da percepção do egresso em consonância com as Diretrizes Curriculares Nacionais;
- Aprimorar os serviços prestados pela Instituição sobre a formação profissional;
- Servir como fonte de pesquisa para TCCs, monografias, entre outros.

4.5.1 Metodologia

O desafio da Universidade é possibilitar outras opções para que os profissionais aqui formados tenham acesso à informação de ponta, interagindo com a Universidade nesse processo e contribuindo para o aprimoramento das ações acadêmicas. Sendo assim, a Instituição passa a ser um catalisador de informações, um espaço coletivo de avaliação que pode pautar suas ações e transformar seu modo de atuação. Para sustentar tal proposta se pauta na construção coletiva e participativa das ações estabelecidas, bem com outras que possam surgir.

A Política de Egresso será coordenada e executada pela Cpae, mediante a colaboração de vários setores citados anteriormente. A cada três anos, será realizada uma pesquisa *online* com o egresso visando acompanhar sua trajetória profissional, buscar elementos para melhoria dos currículos e das atividades acadêmicas e identificar as necessidades para sua qualificação profissional.

São ações da Política de Egresso da Unesc:

- Desconto de 20% nas mensalidades para aqueles que realizarem a matrícula até 30 dias antes do início do curso de especialização;
- Desconto de 15% nas mensalidades para aqueles que realizarem a matrícula até o dia do início do curso de especialização;
- Desconto de 20% para uma segunda graduação;
- Desconto de 30% para uma segunda graduação em cursos com menor procura e/ou com ociosidade no preenchimento de vagas;
- Desconto de 30% para uma segunda habilitação nos cursos de Educação Física, Letras, Artes Visuais e Ciências Biológicas;
- Desconto de 5% em cursos de Pós-graduação *Stricto Sensu* (mestrado e doutorado);
- Acesso aos empréstimos de acervo de literatura na Biblioteca Central Prof. Eurico Back;

- Desconto de 10% na aquisição de produtos da Livraria Unesc;
- Preferência (dentro dos critérios editoriais) para publicação de trabalhos científicos na Editora Unesc;
- Desconto de 10% na Academia de Ginástica da Unesc;
- Participação em atividades acadêmicas nos cursos da Instituição;
- Entregar um kit da Instituição e divulgar os cursos de pós-graduação quando estiverem concluindo o curso na Unesc.

O programa voltado ao egresso, além de atender a legislação nacional, no plano da avaliação externa, ainda cumpre com seu compromisso social. São mais de quarenta anos de história como instituição de ensino superior formando profissionais para a região.

O acompanhamento dos egressos objetiva especificamente oferecer acompanhamento de atualização profissional; servir como espaço de mediação entre os egressos, o mundo do trabalho e a atualização profissional; aprimorar os serviços prestados pela Instituição sobre a formação profissional.

Para os concluintes de cada ano, realiza-se uma visita aos formandos (futuros egressos) de esclarecimento acerca dos benefícios oferecidos aos egressos e a importância de atualização do cadastramento visando manter canal de comunicação aberto e permanente.

A Universidade também criou um espaço chamado **Central do Egresso** (unesc.net/centraldoegresso), onde o egresso poderá atualizar seus dados cadastrais junto à Instituição. Assim, poderá continuar recebendo notícias e informações de seu interesse, tais como vagas de emprego na área de formação, cursos de Pós-graduação e capacitações.

**CRONOGRAMA DE
IMPLANTAÇÃO E
DESENVOLVIMENTO
DA INSTITUIÇÃO E
DOS CURSOS**

5 CRONOGRAMA DE IMPLANTAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA INSTITUIÇÃO E DOS CURSOS

Nas seções seguintes, são apresentados dos dados relativos primeiramente à composição atual dos cursos da Instituição em seus graus: técnicos, graduação, pós-graduação *lato e stricto sensu* nas modalidades presencial e a distância.

5.1 CURSOS TÉCNICOS

Quadro 6 - Cursos Técnicos em Funcionamento

Cursos	Modalidade	Carga horária
Segurança do Trabalho	Subsequente	1200h / 18 meses
Podologia	Subsequente	1200h / 24 meses
Reabilitação de Dependentes Químicos	Subsequente	1200h / 18 meses
Móveis	Subsequente	1200h / 18 meses
Informática para Internet	Subsequente / Concomitante	1050h / 18 meses e 24 meses
Design de Interiores	Concomitante	1152h / 24 meses

Fonte: Setor de Cursos Técnicos (2017).

Quadro 7 - Curso Técnicos – Plano de Expansão

Cursos	2019	2020
Agrimensura (concomitante)	X	
Órtese		X
Massoterapia		X

Fonte: Setor de Cursos Técnicos (2017).

5.2 GRADUAÇÃO

No Quadro 8, são apresentados informações sobre o grau, número de vagas ofertadas, periodicidade e registro dos respectivos documentos de autorização dos cursos em funcionamento na Instituição.

Quadro 8 - Cursos de Graduação em Funcionamento

Curso	Grau	Vagas Atuais	Entrada	Turno/ Local	Início Func.	Documento de Autorização
Administração Comércio Exterior	Bacharel	54	Semestral	Noturno/ Criciúma	22/02/99	Res. 05/98/CONSU, 25/05/98
De Empresas	Bacharel	54	Semestral	Noturno/ Criciúma	08/09/75	Par. 130/75/CFE, 29/04/75 Dec. Fed. 75.920, 01/07/75
	Bacharel	54	Anual	Matutino/ Criciúma	22/02/99	Par. 130/75/CFE, 29/04/75 Dec. Fed. 75.920, 01/07/75
Administração 2) Linha de Formação Específica: Empresas e Comércio Exterior.	Bacharel	54 Mat - Anual 216 Not - Sem.	Anual/ Semestral	Matutino e Noturno/ Criciúma	01/08/07	Res. 08/07/CONSU, 06/09/07
Arquitetura e Urbanismo	Bacharel	54	Semestral	Vespertino/ Criciúma	24/02/03	Res. 14/02/CONSU, 03/09/02
		50	Semestral	Matutino Criciúma	23/02/15	
Artes Visuais Licenciatura/Bacharelado	Bacharel e Lic. Plena	50	Anual	Noturno/ Criciúma	21/02/00	Res. 19/99/CONSU, 09/09/99
Bacharelado	Bacharel	54	Anual	Noturno/ Criciúma	01/08/05	Res. 12/04/CONSU, 21/10/04
Biomedicina	Bacharel	50	Semestral	Vespertino/ Criciúma	27/02/12	Res. 10/10/CONSU, 23/09/10

Curso	Grau	Vagas Atuais	Entrada	Turno/ Local	Início Func.	Documento de Autorização
Ciência da Computação • Bacharelado	Bacharel	50	Semestral	Matutino/ Criciúma	12/09/97	Par. 160/97/CEE-SC, 15/07/97 Port. 01/97/Secretaria da Educação, 11/08/97, publicada no DO/SC n. 15.795 de 04/11/97 Res. 36/97/CEE-SC, 16/10/97
	Bacharel	54	Semestral	Noturno/ Criciúma	21/02/00	Par. 160/97/CEE-SC, 15/07/97 Res. 36/97/CEE-SC, 16/10/97
Ciências Biológicas • Licenciatura	Lic. Plena	54	Anual	Noturno/ Criciúma	31/08/98	Res. 08/98/CONSU, 10/06/98
		54	Anual	Vespertino/Criciúma		
Ciências Contábeis	Bacharel	104	Semestral	Noturno/ Criciúma	08/09/75	Par. 130/75/CFE, 29/04/75 Dec. Fed. 75.920, 01/07/75
Design - Ênfase em Projeto de Produtos	Bacharel	50	Semestral	Noturno/ Criciúma	27/02/12	Res. 12/10/CONSU, 23/09/10
Direito	Bacharel	108	Semestral	Noturno/ Criciúma	16/09/96	Res. 02/92/CONSU/UNIFACRI, 01/09/92 Par. 205/96/CEE-SC, 02/07/96 Port. Min. 802, 07/08/96
		54	Semestral	Matutino/ Criciúma	20/07/98	
		54	anual			

Curso	Grau	Vagas Atuais	Entrada	Turno/ Local	Início Func.	Documento de Autorização
Ciências Econômicas	Bacharel	54	Semestral	Noturno/ Criciúma	02/08/99	Res. 12/99/CONSU, 02/06/99
Educação Física • Bacharelado	Bacharel	49	Semestral	Matutino/ Criciúma	25/02/04	Res. 06/03/CONSU, 21/08/03
Educação Física • Licenciatura	Lic. Plena	49	Semestral	Noturno/ Criciúma	18/04/74	Par. 268/73/CFE, 18/12/73 Dec. Fed. 73.734, 06/03/74
Enfermagem	Bacharel	50	Semestral	Noturno/ Criciúma	04/03/02	Res. 14/00/CONSU, 12/12/00
		50	Anual 1ºS	Vespertino/ Criciúma	21/02/11	
Engenharia Ambiental e Sanitária	Bacharel	54	Anual	Matutino/ Criciúma	22/02/99	Res. 18/98/CONSU, 10/11/98
		54	anual	Noturno/ Criciúma		
Engenharia Civil	Bacharel	104/1ºS 54/2ºS	Semestral (Anual - Ver Obs.4)	Noturno/ Criciúma	02/08/99	Res. 19/98/CONSU, 10/11/98
		50	Semestral	Matutino/ Criciúma	25/02/13	

Curso	Grau	Vagas Atuais	Entrada	Turno/ Local	Início Func.	Documento de Autorização
Engenharia de Agrimensura	Bacharel	50	Anual	Noturno/ Criciúma	11/08/75	Par. 331/74/CFE, 12/11/74 Dec. Fed. 75.447, 06/03/75, DO.U de 07/03/75 Dec. Fed. 78.471, 27/09/76
Engenharia de Materiais	Bacharel	44	Semestral	Matutino/ Criciúma	16/02/98	Res. 19/97/CONSU, 02/12/97
		50	Anual	Noturno/	25/02/09	
Engenharia de Produção	Bacharel	50	Semestral	Noturno/ Criciúma	22/02/11	Res. 13/10/CONSU, 23/09/10
Engenharia Mecânica	Bacharel	50	Semestral	Noturno e Sábado Matutino/ Criciúma	01/08/12	Res. 05/11/CONSU
Engenharia Química	Bacharel	50	Semestral	Noturno e Sábado Matutino/ Criciúma	21/02/07	Res. 13/06/CONSU, 18/12/06

Curso	Grau	Vagas Atuais	Entrada	Turno/ Local	Início Func.	Documento de Autorização
Farmácia	Bacharel	44	Semestral	Integral/ Criciúma	21/02/00	Res. 18/99/CONSU, 09/09/99
		50/1ºS	Semestral (1ºS - Jan.)	Matutino/	28/07/08	
		50/2ºS	Semestral (2ºS - Jun.)	Noturno/ Criciúma		
Física	Lic. Plena	50	Anual	Especial/ Criciúma	27/02/12	Res. 13/11/CONSU, 29/07/11 - <i>Ad Referendum</i> , Homologada em 22/09/11
Fisioterapia	Bacharel	44	Semestral	Integral/ Criciúma	16/02/98	Res. 20/97/CONSU, 02/12/97
		50/1ºS	Anual Ver Obs. 3	Matutino/	28/07/08	
		50/2ºS	Anual	Noturno/	01/08/12	
Geografia • Licenciatura	Lic. Plena	54	Anual	Noturno/ Criciúma	05/08/96	Par. 128/94/CEE-SC, 14/06/94 Port. Min. 1.350/94, 08/09/94
	Licenciatura	50	Anual	Vespertino/Criciúma	27/02/12	

Curso	Grau	Vagas Atuais	Entrada	Turno/ Local	Início Func.	Documento de Autorização
História • Licenciatura	Lic. Plena Ver Obs. 2 e 4	54	Anual	Noturno/ Criciúma	01/03/95	Par. 128/94/CEE-SC, 14/06/94 Port. Min. 1.350, 08/09/94
	Licencia-tura	50	Anual	Vespertino/Criciúma	27/02/12	
Letras • Hab. Português	Lic. Plena	50	Semestral	Vespertino Criciúma	24/02/14	Res. 20/13/CONSU, 03/10/13
Matemática	Lic. Plena	54	Anual	Noturno/ Criciúma	22/02/99	Res. 08/98/CONSU, 10/06/98
		54	Anual	Vespertino/Criciúma/	25/02/13	
Medicina	Bacharel	50	Semestral	Integral/ Criciúma	14/08/00	Res. 20/98/CONSU, 10/11/98 Par. 127/00/CEE-SC, 16/05/00
Nutrição	Bacharel	54	Anual	Vespertino e Noturno/ Criciúma	25/02/04	Res. 03/03/CONSU, 21/08/03
		54	semestral	Noturno/	27/02/12	
			Anual	Matutino/	23/02/15	
Odontologia	Bacharel	50	Semestral	Matutino/ Criciúma	21/02/11	Res. 21/98/CONSU, 10/11/98 Res. 11/10/CONSU, 23/09/10

Curso	Grau	Vagas Atuais	Entrada	Turno/ Local	Início Func.	Documento de Autorização
• Pedagogia - Licenciatura	Lic. Plena	50	Anual/1ºS	Noturno/ Criciúma	01/08/06	Res. 12/06/CONSEPE, 08/06/06
		50	Anual/2ºS	Vespertino/ Criciúma	31/08/10	Res. 08/10/CONSU, 12/08/10 - <i>ad Referendum</i> , Homologada em 23/09/10
Psicologia • Bacharelado	Bacharel	54/1ºS	Semestral (1ºS - Jan.)	Matutino/ Criciúma	02/08/99	Res. 22/98/CONSU, 10/11/98 Par. 127/00/CEE-SC, 16/05/00
		54/2ºS	Anual (2ºS - Jun.)	Noturno/ Criciúma	28/07/08	
Sociologia	Lic. Plena	40	Anual	Especial/ Criciúma	07/11/09	Res. 12/09/CONSU, 19/10/09 - <i>Ad Referendum</i> , Homologada em 26/10/09
Teatro	Bacharel	54	Anual	Noturno / Criciúma	31/07/17	Res. 05/17/CONSU, 12/04/17 - <i>Ad Referendum</i> , Homologada em xx/xx/2017
Tecnologia em Gestão Comercial	Tecnólogo	54	Semestral	Noturno/ Criciúma	01/08/07	Res. 05/07/CONSU, 22/06/07 - <i>Ad Referendum</i> , Homologada em 12/07/07 Portaria n. 33/SERES – MEC, 31/06/13
Tecnologia em Gestão Comercial - Modalidade a Distância I	Tecnólogo	120	Anual	Polo Presencial Criciúma	Após credenciamento pelo MEC	Res. 17/08/CONSU e 01/2017/CONSU – Aprova a inclusão da modalidade de ensino a distância no curso Superior de Tecnologia em Gestão Comercial. Portaria n. 33/SERES – MEC, 31/06/13

Curso	Grau	Vagas Atuais	Entrada	Turno/ Local	Início Func.	Documento de Autorização
Tecnologia em Processos Gerenciais	Tecnólogo	54	Semestral	Noturno/ Criciúma	02/08/04	Res. 22/03/CONSU, 12/12/03
Tecnologia em Gestão de Recursos Humanos	Tecnólogo	54	Semestral	Noturno/ Criciúma	02/08/04	Res. 24/03/CONSU, 12/12/03
Tecnologia em Gestão Financeira	Tecnólogo	54	Semestral	Noturno e Sábado - Diurno/ Criciúma	21/02/11	Res. 23/10/CONSU, 18/11/10
Tecnologia em Jogos Digitais	Tecnólogo	40	Semestral	Matutino / Criciúma	2º sem. / 2014	Res. 04/14/CONSU, 27/03/14
Tecnologia em Design de Moda	Tecnólogo	44	Semestral	Noturno/ Criciúma	21/02/00	Res. 20/99/CONSU, 09/09/99
Tecnologia em Segurança no Trânsito	Tecnólogo	54	Semestral	Noturno e Sábado - Diurno/ Criciúma	21/02/11	Res. 22/10/CONSU, 18/11/10

Fonte Secretaria dos Conselhos (2017).

Quadro 9 - Curso de Graduação – Plano de Expansão

	Cursos	Aprovação	Grau	2018	2019	2020	2021	2022
Modalidade Presencial	Agronegócios e Agricultura		Bacharel		x			
	Análise e Desenvolvimento de Sistemas		Tecnológico			x		
	Comunicação Social - Jornalismo		Bacharel			x		
	Comunicação Social - Publicidade e Propaganda		Bacharel	x				
	Design de interiores	Parecer Seplan	Bacharel				x	
	Estética, Cosmética, Beleza e Imagem Pessoal		Tecnológico		x			
	Fonoaudiologia	Parecer Seplan	Bacharel				x	
	Gastronomia	Res. 06/2017/CONSU	Tecnológico				x	
	Logística		Tecnológico	x				
	Redes de Computadores		Tecnológico			x		
	Relações Internacionais		Bacharel			x		
	Serviço Social	Res. 04/11/CONSU	Bacharel		x			
	Sistemas de Informação		Bacharel		x			
	Tecnologia em Alimentos		Tecnológico				x	
	Tecnologia em Cerâmica		Tecnológico					x
Modalidade a Distância	Administração		Bacharel	x				
	Administração Pública	Res. 05/16/CONSU	Bacharel	x				
	Análise e Desenvolvimento de Sistemas		Tecnológico		x			
	Ciência Contábeis		Bacharel		x			
	Ciências Econômicas	Res. 06/16/CONSU	Bacharel		x			
	Gestão da Qualidade	Res. 16/2013/CONSU 30/08/2013 – Ad Referendum	Tecnológico		x			
	Gestão de Negócios Imobiliários	Res. 02/12/CONSU, Ofício 1.208/12/CEE-SC - Comunicando o acolhimento à criação do curso.	Tecnológico	x				
	Gestão de Turismo	Res. 28/15/CONSU	Tecnológico		x			
	Gestão Financeira	Res. 23/15/CONSU	Tecnológico	x				
	Gestão Hospitalar	Res. 17/2013/CONSU, 30/08/2013 – Ad Referendum	Tecnológico		x			
	Gestão Pública	Res. 04/16/CONSU	Tecnológico	x				
	Logística	Res. 24/15/CONSU	Tecnológico	x				

	Cursos	Aprovação	Grau	2018	2019	2020	2021	2022
	Marketing	Res. 21/15/CONSU	Tecnológico	x				
	Processos Gerenciais	Res. 22/15/CONSU	Tecnológico	x				
	Gestão de Recursos Humanos	Res 25/15/CONSU	Tecnológico	x				
	Secretariado	Res. 27/15/CONSU	Tecnológico	x				
	Segurança no Trânsito	Res. 26/15/CONSU	Tecnológico		x			
	Serviço Social		Bacharel	x				

Fonte: Seplan (2017).

5.3 PÓS-GRADUAÇÃO - LATO SENSU

A Unesc, por meio de seu programa de especializações *lato sensu*, oferece atualmente à comunidade os seguintes cursos:

Quadro 10 - Cursos se Pós-Graduação *Lato Sensu* Presencial em Funcionamento

Cursos	Resolução Reitoria
Preparação à magistratura estadual	n. 01/2011
MBA Gestão em cooperativismo	n. 02/2011
Modelagem do vestuário	n. 10/2011
Segurança pública com cidadania	n. 11/2011
Fisiologia do treinamento desportivo	n. 12/2011
Acupuntura	n. 13/2011
Auditoria e perícia ambiental	n. 01/2012
Farmacologia	n. 02/2012
Assistência de enfermagem em urgência e emergência	n. 04/2012
Treinamento personalizado para portadores de doenças crônicas	n. 05/2012
MBA Gestão do desenvolvimento humano e organizacional	n. 10/2012
Direito público municipal	n. 12/2012
Engenharia de manutenção	n. 19/2012
Saúde mental	n. 20/2012
Direito do trabalho e direito previdenciário	n. 23/2012
MBA Gestão de qualidade	n. 26/2012
MBA Executivo em gestão e liderança	n. 27/2012
Ciências biológicas	n. 02/2008
Docência no ensino superior	n. 02/2008
Educação especial	n. 03/2009
Educação estética: arte e as perspectivas contemporâneas	n. 06/2008
Educação matemática	n. 30/2008
Gestão territorial	n. 02/2008
História: campos, domínios e abordagens da história contemporânea	n. 33/2008
MBA Comunicação e estratégias de marketing: foco no relacionamento com o cliente	n. 01/2007
MBA Executivo em gestão de vendas	n. 28/2008
MBA Gerência da produção	n. 15/2008
MBA Logística empresarial	n. 01/2007
Gestão e inovação tecnológica na construção civil	n. 22/2008
Inovação tecnológica na indústria cerâmica	n. 02/2008
Análises clínicas	n. 10/2008
Fisiologia do exercício	n. 02/2010
Nutrição: gestão de espaços de alimentação	n. 01/2008
Ecologia e manejo de recursos naturais	n. 31/2008
Gestão educacional e coordenação pedagógica	n. 12/2009
Língua e literatura com ênfase nos gêneros do discurso	n. 34/2008
Psicopedagogia clínica e institucional	n. 35/2008

Cursos	Resolução Reitoria
Treinamento esportivo	n. 03/2010
Educação especial e inclusive	n. 32/2009
Educação infantil	n. 01/2009
MBA em gestão educacional	n. 02/2009
Engenharia de segurança do trabalho	n. 08/2008
Direito do trabalho e preparação à magistratura trabalhista-AMATRA	n. 09/2008
Direito, prática forense e preparação para magistratura catarinense-ESMESC	n. 15/2009
Exercício físico e saúde	n. 11/2008
Educação a distância	n. 05/2010
Educação física escolar	n. 32/2008
MBA Gestão de negócios empresariais	n. 07/2010
Direito da criança e do adolescente e políticas públicas	n. 14/2010
Biologia marinha	n. 16/2010
Comércio internacional	n. 01/2004
Enfermagem em nefrologia	n. 11/2010
Gestão da atenção básica em saúde	n. 10/2010
Nutrição clínica	n. 14/2009
Fisioterapia traumato ortopédica e esportiva	n. 24/2008
MBA Gestão da Qualidade	n. 26/2012
Fisioterapia Dermato Funcional	n. 13/2009
Prevenção ao Uso Indevido de Drogas	n. 06/2010
Fisiologia do Exercício Físico	n. 02/2010
Educação a distância	n. 05/2010
MBA Gestão de Pessoas	n. 02/2003
Gerontologia	n. 01/2008
Regulação e Saúde e Saúde Coletiva	n. 03/2004
Auditoria e Gestão de Contas Públicas no Sistema único de Saúde	n. 01/2003
Administração e Previsão de Vendas	n. 01/2003
Saúde Coletiva e Saúde da Família	n. 03/ 2004
Condutas de enfermagem no Paciente crítico	n. 02/2006
Ciências Farmacêuticas	n. 01/2007
Cuidar do Ser	n. 05/2001
Psicologia Organizacional e do trabalho	n. 01/2007
Psicologia Transpessoal	n. 15/2007
Moda: Criação e Processo Produtivo	n. 15/2007
Gestão de Transporte e Trânsito	n. 04/2006
Tendências Contemporâneas do Direito processual	n. 01/2002
Didática e Metodologia do Ensino Superior	n.03/2005
Medicina de Tráfego	n. 04/2010
Farmácia Hospitalar e Clínica	n.03/2005
Desenvolvimento Regional	n. 01/2004
Gerenciamento de Ativos Financeiros	n. 01/2004
MBA Economia e Gestão de Saúde	Aguardando aprovação interna
MBA Gestão do relacionamento com o Investido	Aguardando aprovação interna

Cursos	Resolução Reitoria
MBA Gestão de Projetos	Aguardando aprovação interna
Estruturas Metálicas: Projetos, Execução e Inspeção	Aguardando aprovação interna
Análises Clínicas	n.16/2014
Assistência de Enfermagem em Urgência e Emergência	n. 04/2012
Auditoria e Regulação em Saúde	n.14/2014
Enfermagem em Centro Cirúrgico, Recuperação Anestésica e CME	N.17/2016
Enfermagem em Estomaterapia	n.23/2014
Enfermagem Obstétrica e Neonatal	n.10/2013
Farmácia Clínica	n.16/2016
Fisioterapia Traumatológica	n.05/2016
Gastronomia	n.02/2017
Fisioterapia Dermato Funcional Avançada	n.08/2015
Gestão da Atenção Básica em Saúde	n.11/2014
Implantodontia	n.12/2014
Medicina de Emergência e Trauma	Aguardando aprovação interna
Nutrição Clínica Funcional	n.04/2017
Ortodontia	n.01/2014
Psicanálise e suas Intervenções nas Psicopatologias Atuais	n.09/2017
Saúde Mental	n.05/2014
Terapia Cognitivo Comportamental	n.04/2016
Docência no Ensino Superior	n.29/2008
Educação Física Escolar	n.07/2015
Gestão Escolar e Coordenação Pedagógica	n.09/2015
Poéticas Visuais	n.15/2016
Psicopedagogia Clínica e Institucional	n.20/2014
Teoria e História da Arte	n.04/2015
Auditoria e Perícia Ambiental	n.10/2016
Coordenação e Compatibilização de Projetos de Edificações	n.02/2015
Engenharia de Segurança do Trabalho	n.01/2016
Estruturas de Aço, Concreto Pré-Fabricado e Concreto Protendido	n.14/2016
Gestão de Projetos Viários	n.11/2015
MBA Engenharia e Gestão de Processos Produtivos	n.10/2017
Modelagem do Vestuário	n.19/2016
Direito Civil e Processo Civil	n.11/2016
Direito da Criança e do Adolescente e Políticas Públicas	n.29/2014
MBA em Comércio Exterior e Negócios Internacionais	n.27/2014
MBA Executivo em Controladoria e Finanças	n.21/2016
MBA Executivo em Gestão de Pessoas e Coaching	n.12/2016
MBA Gestão de Negócios e Estratégia Competitiva	n.03/2017
Libras	Aguardando aprovação interna
Educação Infantil	Aguardando aprovação interna
Gestão Universitária	Aguardando aprovação interna

Fonte: Setor de Pós-graduação *lato sensu* (agosto, 2017)

Quadro 11 - Cursos de Pós-Graduação *Lato Sensu* – Plano de Expansão

	Cursos	Área do Conhecimento	Situação
Modalidade Presencial	História: campos, domínios e abordagens da história contemporânea	Humanidades, Ciências e Educação	n. 33/2008
	Biologia Marinha	Humanidades, Ciências e Educação	n. 16/2010
	Ensino da Pré-história	Humanidades, Ciências e Educação	
	Educação e Tecnologia	Humanidades, Ciências e Educação	
	Tecnologias Digitais na Educação	Humanidades, Ciências e Educação	n. 18/2012
	Pedagogia Empresarial	Humanidades, Ciências e Educação	n. 03/2012
	Teatro	Humanidades, Ciências e Educação	Aprovados sem turma fechada
	Música	Humanidades, Ciências e Educação	Aprovados sem turma fechada
	Dança	Humanidades, Ciências e Educação	Aprovados sem turma fechada
	Matemática Aplicada	Humanidades, Ciências e Educação	Aprovados sem turma fechada
	Estudos Culturais	Humanidades, Ciências e Educação	Aprovados sem turma fechada
	Revisão Textual	Humanidades, Ciências e Educação	Aprovados sem turma fechada
	Educação Inclusiva	Humanidades, Ciências e Educação	Aprovados sem turma fechada
	Informática Educativa	Humanidades, Ciências e Educação	Aprovados sem turma fechada
	Movimento – Diferentes Linguagens	Humanidades, Ciências e Educação	Aprovados sem turma fechada
	Endodontia	Ciências da Saúde	n.11/2017
	Medicina de Emergência	Ciências da Saúde	
	Odontologia do Esporte	Ciências da Saúde	n.22/2016
	Odontopediatria	Ciências da Saúde	n.05/2017
	Prótese Dentária	Ciências da Saúde	N.07/2016
	Psicologia do Esporte	Ciências da Saúde	n.07/2017
	Gestão de serviço de alimentação	Ciências da Saúde	Aprovados sem turma fechada
	Fitoterapia	Ciências da Saúde	Aprovados sem turma fechada
	Ciência forense	Ciências da Saúde	Aprovados sem turma fechada
	Atendimento pré-hospitalar (APH)	Ciências da Saúde	Aprovados sem turma fechada
	Fisioterapia Cardiopneumofuncional	Ciências da Saúde	Aprovados sem turma fechada
	Dentística	Ciências da Saúde	Aprovados sem turma fechada
	Gestão da Assistência Farmacêutica	Ciências da Saúde	Aprovados sem turma fechada

	Cursos	Área do Conhecimento	Situação
	Clínica Médico-Cirúrgica	Ciências da Saúde	Aprovados sem turma fechada
	Terapia nutricional parenteral e enteral	Ciências da Saúde	Aprovados sem turma fechada
	Biologia Molecular	Ciências da Saúde	Aprovados sem turma fechada
	Perfusão Extracorpórea	Ciências da Saúde	Aprovados sem turma fechada
	Psicologia Jurídica	Ciências da Saúde	n. 12/2008
	Pediatria	Ciências da Saúde	Aprovados sem turma fechada
	MBA em Direito e Prática Forense	Ciências Sociais Aplicadas	
	MBA em Direito Público	Ciências Sociais Aplicadas	n. 09/2009
	MBA em Direito Tributário	Ciências Sociais Aplicadas	n. 06/2009
	MBA em Processo Civil	Ciências Sociais Aplicadas	n. 09/2009
	Segurança Pública e Gestão de Sistemas de Segurança	Ciências Sociais Aplicadas	n. 09/2009
	MBA em Direito Previdenciário e Processo Previdenciário	Ciências Sociais Aplicadas	n.05/2009
	MBA em Direito Empresarial	Ciências Sociais Aplicadas	n. 14/2008
	Criminalística e Ciência Forense	Ciências Sociais Aplicadas	n. 17/2010
	Direito Constitucional e Direitos Humanos	Ciências Sociais Aplicadas	n. 13/2012
	Prática e Processo Judicial	Ciências Sociais Aplicadas	n.24/2012
	Direito do Consumidor	Ciências Sociais Aplicadas	
	Direitos Humanos e Questão Criminal	Ciências Sociais Aplicadas	n.05/2015
	MBA em Direito Corporativo	Ciências Sociais Aplicadas	n.13/2016
	Gestão Pública	Ciências Sociais Aplicadas	n.08/2017
	MBA em Gestão Pública Municipal	Ciências Sociais Aplicadas	n. 19/2008
	Gestão e Planejamento da Segurança e Saúde Ocupacional	Ciências Sociais Aplicadas	
	MBA em Controladoria Estratégica	Ciências Sociais Aplicadas	n. 18/2009
	Gestão do Cooperativismo	Ciências Sociais Aplicadas	
	MBA em Gestão de Logística e Produção	Ciências Sociais Aplicadas	n. 11/2012
	MBA Governança em Tecnologia da Informação	Ciências Sociais Aplicadas	
	MBA em Economia e Gestão da Saúde	Ciências Sociais Aplicadas	
	MBA em Gestão da Qualidade	Ciências Sociais Aplicadas	
	Modelagem do Vestuário	Ciências Sociais Aplicadas	n.19/2016

	Cursos	Área do Conhecimento	Situação
	Planejamento e Organização de Eventos	Ciências Sociais Aplicadas	
	Gestão Estratégica do Turismo e Desenvolvimento Regional	Ciências Sociais Aplicadas	
	Políticas Públicas e Projetos Sociais	Ciências Sociais Aplicadas	
	Logística Empresarial	Ciências Sociais Aplicadas	n.30/2016
	Comunicação e Produção de Moda	Ciências Sociais Aplicadas	n.03/2016
	Administração Contemporânea na Indústria Cerâmica	Ciências Sociais Aplicadas	
	Geoprocessamento Aplicado a Gestão Territorial	Engenharias e Tecnologias	n. 15/2010
	Tratamento de Resíduos Industriais	Engenharias e Tecnologias	
	Desenvolvimento de Jogos Digitais	Engenharias e Tecnologias	
	MBA em Banco de Dados	Engenharias e Tecnologias	n. 01/2003
	Competências Tecnológicas para Inovação	Engenharias e Tecnologias	n.06/2017
	MBA em Desenvolvimento de Software para Web	Engenharias e Tecnologias	n. 01/2007
	Gestão e Regulação de Serviços Públicos de Saneamento Básico	Engenharias e Tecnologias	
Modalidade a Distância	Docência na Educação à Distância	Humanidades, Ciências e Educação	n.27/2016
	Docência Universitária	Humanidades, Ciências e Educação	n.26/2016
	Alfabetização e Letramento	Humanidades, Ciências e Educação	n.41/2016
	Gestão Escolar	Humanidades, Ciências e Educação	
	Atenção a Saúde Integral em Nefrologia	Ciências da Saúde	n.32/2016
	Atenção a Saúde Integral em Neurologia	Ciências da Saúde	n.35/2016
	Atenção a Saúde Integral em Saúde Mental e Psicossocial	Ciências da Saúde	n.29/2016
	Atenção a Saúde Integral em Oncologia	Ciências da Saúde	n.36/2016
	Gestão à Saúde	Ciências da Saúde	n.38/2016
	Saúde Integral em Cardiologia	Ciências da Saúde	n.40/2016
	Inovação Tecnológica na Construção Civil	Engenharias e Tecnologias	n.24/2016
	Inovação Tecnológica em Engenharia de Produção	Engenharias e Tecnologias	n.39/2016
	Inovação e Tecnologia Ambiental	Engenharias e Tecnologias	n.37/2016
	Gestão de Processos de Desenvolvimento de Software	Engenharias e Tecnologias	n.33/2016
	Gestão Empresarial	Ciências Sociais Aplicadas	n.28/2016
	Recursos humanos	Ciências Sociais Aplicadas	n.25/2016

	Cursos	Área do Conhecimento	Situação
	Gestão de Marketing	Ciências Sociais Aplicadas	n.34/2016
	Logística Empresarial	Ciências Sociais Aplicadas	
	Gestão Jurídica Empresarial	Ciências Sociais Aplicadas	n.31/2016

Fonte: Setor de Pós-graduação *lato sensu* (2017) – sistematização Seplan.

Com relação à oferta dos cursos de pós-graduação *lato sensu*, o Quadro 12 apresenta a quantidade de cursos a ser ofertado por ano.

Quadro 12 - Quantidade de Cursos de Pós-Graduação *Lato Sensu* Ofertados por Ano

	2018	2019	2020	2021	2022
Lato sensu presencial	12	12	14	16	16
Lato sensu EAD	9	3	3	2	2

Fonte: Seplan (2017).

5.4 PÓS-GRADUAÇÃO – *STRICTO SENSU*

Quadro 13 - Cursos de Pós-Graduação *Stricto-Sensu* em Funcionamento

Programa/Nível	Área	Recomendação Capes/Conceito	Início	Autorização
Ciências Ambientais/Mestrado	Humanidades, Ciências e Educação	Ofício nº CAA/CTC/219/CAPES, 17/12/01 Conceito: 3 Port. 2.530/02/MEC, 04/09/02. Par. 153/02/CNE/CES D.O.U. nº 173/02, 06/09/02. Conceito: 3	18/04/02	Res. 15/00/CONSU, 12/12/00.
Ciências da Saúde/Mestrado	Ciências da Saúde	Ofício nº 206/04/CTC/CAPES, 23/11/04. Conceito: 3	01/03/05	Res. 08/03/CONSU, 21/08/03.
Educação/Mestrado	Humanidades, Ciências e Educação	Ofício nº. 464/04/CTC/CAPES, 17/11/04. Conceito: 3	01/04/05	Res. 04/01/CONSU, 09/05/01. Res. 07/03/CONSU, 21/08/03.
Ciências da Saúde/Doutorado	Ciências da Saúde	Ofício nº750-10/06/CTC/CAPES, 24/08/06. Conceito: 4	Março/07	Res. 03/06/CONSU, 06/04/06.
Ciências e Engenharia de Materiais/Mestrado	Ciências, Engenharias e Tecnologias	Ofício 41-22/10/CTC/CAIII/DAV/CAPES, 10/11/10.	Março/11	Res. 03/09/CONSU, 02/04/09. Res. 05/10/CONSU, 30/06/10.
Ciências Ambientais/Doutorado	Humanidades, Ciências e Educação	Of. 187-07/12/CAIII/CGAA/DAV/CAPES, 07/12/12	Março/13	Res. 01/06/CONSU, 06/04/2006
Desenvolvimento Socioeconômico/Mestrado	Ciências Sociais Aplicadas	Of. 125-06/13/CAIII/CGAA/DAV/CAPES, 06/08/13	Março/14	Res. 07/13/CONSU, 11/04/13
Saúde Coletiva/Mestrado	Ciências da Saúde	Ficha Recomendação/CAPES, 26/11/14	Maior/15	Res. 01/13/CONSU, 03/04/13 Res. 05/14/CONSU, 30/05/14
Direito/Mestrado	Ciências Sociais Aplicadas	Ficha Recomendação/CAPES, 11/01/17	Março/17	Res. 02/16/CONSU, 06/05/16

Fonte: Pró-reitoria de Pós-graduação, Pesquisa e Extensão (2017).

Quadro 14 - Curso de Pós-Graduação *Stricto Sensu* – Plano de Expansão

Nível	Programa	2018	2019	2020	2021	2022
Doutorado	Educação	X				
	Saúde Coletiva		X			
	Engenharia de Materiais		X			
	Desenvolvimento Socioeconômico	X				
Mestrado Acadêmico	Engenharia Química - PPGEQ			X		

Fonte: Seplan (2017).

5.5 CURSOS DE EXTENSÃO DE CURTA E MÉDIA DURAÇÃO

Quadro 15 - Cursos de Extensão em Funcionamento

Cursos de Extensão	Área do Conhecimento	H/A
As Importantes Mudanças No ICMS Em 2016	Ciências Sociais Aplicadas	8
Gestão De Conflitos E Negociação	Ciências Sociais Aplicadas	16
Matemática Financeira Hp 12c	Ciências Sociais Aplicadas	20
Fluxo De Caixa	Ciências Sociais Aplicadas	20
Introdução A Projetos Em Solidworks	Ciências, Engenharias e Tecnologias	12
Mobiliário Digital	Ciências, Engenharias e Tecnologias	21
Introdução À Programação Em R	Ciências, Engenharias e Tecnologias	16
Auto Cad - 2d	Ciências, Engenharias e Tecnologias	
Topograph	Ciências, Engenharias e Tecnologias	18
Geoprocessamento Aplicado A Projetos Ambientais	Ciências, Engenharias e Tecnologias	20
Sketchup 3D - Modelagem E Renderização	Ciências, Engenharias e Tecnologias	40
Arcgis Passo A Passo Para Projetos De Gestão Territorial E Ambiental	Ciências, Engenharias e Tecnologias	40
Aspectos Destacados Da Aspectos Destacados Da Reforma Trabalhista Reforma Trabalhista	Ciências Sociais Aplicadas	8
Principais Inovações Do Código De Processo Civil	Ciências Sociais Aplicadas	30
Aspectos Destacados No Direito Previdenciário E Benefício De Prestação Continuada (LOAS-BPC): Requisitos, Legislação, Análise Jurisprudencial E Futuras Alterações (PEC 287).	Ciências Sociais Aplicadas	30
Linguagem Fotográfica	Humanidades, Ciências e Educação	40
Libras: Tradução, Interpretação E Conversação – Nível I	Humanidades, Ciências e Educação	34
Libras: Tradução, Interpretação E Conversação – Nível II	Humanidades, Ciências e Educação	34
Imersão Em Endodontia - Novas Tecnologias: Ênfase Em Preparo Mecanizado E Biológico	Ciências da Saúde	64
Aperfeiçoamento Em Endodontia - Novas Tecnologias: Ênfase Em Preparo Mecanizado E Biológico	Ciências da Saúde	208
Cuidado Com Feridas	Ciências da Saúde	30
Hematologia Clínica: Curso Prático	Ciências da Saúde	12
Manual De Convivência Com A Pessoa Com Deficiência	Ciências da Saúde	16
Administração De Medicamentos	Ciências da Saúde	20
Curso De Tratamento Do Ronco E Apneia Do Sono	Ciências da Saúde	16
Curso De Toxina Botulínica E Preenchimento Facial Na Odontologia	Ciências da Saúde	24
Auxiliar De Laboratório De Análises Clínicas	Ciências da Saúde	44
Capacitação Para Cuidadores De Idosos	Ciências da Saúde	32
Neurociência Comportamental	Ciências da Saúde	60
Curso De Culinária De Pães Funcionais E Panetone Sem Glúten	Ciências da Saúde	4
Curso Prático De Cozinha Francesa Com Toque Brasileiro”	Ciências da Saúde	10
Curso De Culinária Low Carb	Ciências da Saúde	4
Curso De Culinária Com Receitas Orientais Módulo 2	Ciências da Saúde	4
Análise Sensorial E Off-Flavours De Cervejas	Ciências da Saúde	8
Curso De Bolos E Torta Sem Gluten E Lactose	Ciências da Saúde	4

Cursos de Extensão	Área do Conhecimento	H/A
Curso De Produção Artesanal De Cerveja	Ciências da Saúde	20
Confeitaria Básica Teoria E Prática	Ciências da Saúde	11
Curso De Introdução Cozinha Contemporânea	Ciências da Saúde	4
Curso De Pizzas	Ciências da Saúde	4
Curso De Risotos	Ciências da Saúde	4
Curso De Culinária Com Receitas Sem Glúten Módulo 2	Ciências da Saúde	4

Fonte: Setor de Cursos de Extensão (setembro, 2017).

Quadro 16 - Cursos de Extensão Presencial – Plano de Expansão

Cursos	Área	Situação
Curso De Perícia Tributária	Ciências Sociais Aplicadas	
Departamento De Pessoal: Rotinas E Cálculos Trabalhistas	Ciências Sociais Aplicadas	
Modelo De Negócio	Ciências Sociais Aplicadas	
Treinamento De Vendas Com Foco Em Negociação, Atendimento E Postura	Ciências Sociais Aplicadas	
Marketing Pessoal: Quando O Produto É Você	Ciências Sociais Aplicadas	
Sociedade Da Informação E Os Impactos No Direito	Ciências Sociais Aplicadas	
Processos E Procedimentos Da Execução Penal	Ciências Sociais Aplicadas	
Liderança (ACIC)	Ciências Sociais Aplicadas	Aprovados sem turma fechada
Auditor Interno Sob A Perspectiva Da NBR ISO 9001:2015	Ciências, Engenharias e Tecnologias	
Introdução À Programação Em R	Ciências, Engenharias e Tecnologias	
Introdução Ao Estudo De Tempos E Métodos	Ciências, Engenharias e Tecnologias	
Software Rhinocerus	Ciências, Engenharias e Tecnologias	Aprovados sem turma fechada
Formação continuada para as prefeituras	Humanidades, Ciências e Tecnologia	
Gestão Escolar	Humanidades, Ciências e Tecnologia	
Cerâmica Artística	Humanidades, Ciências e Tecnologia	Aprovados sem turma fechada
Serigrafia	Humanidades, Ciências e Tecnologia	Aprovados sem turma fechada
Conservação e Restauração de Documentos	Humanidades, Ciências e Tecnologia	Aprovados sem turma fechada
Acolhimento com Classificação de Risco	Ciências da Saúde	
Atualização Em Prótese Dentária	Ciências da Saúde	
Atendimento Pré Hospitalar	Ciências da Saúde	
Capacitação Comportamental Para Líderes Politicos	Ciências da Saúde	
Programação Neurolinguística – A PNL Como Ferramenta Organizacional	Ciências da Saúde	
Sociopsicodrama: A Criatividade Como Instrumento De Acesso Ao Psiquismo Individual E Grupal.	Ciências da Saúde	
Técnicas Avançadas De Terapia Cognitivo-Comportamental E Abordagens De Terceira Onda.	Ciências da Saúde	
Teoria Das Representações Sociais: O Estudo Das Teorias De Senso Comum	Ciências da Saúde	
Aplicação De Instrumentos Psicométricos (WISC IV, WASI, Escalas Beck E Testes De Estresse De Lipp) E Resolução 007/2003.	Ciências da Saúde	
Placas Oclusais – Da Indicação A Instalação	Ciências da Saúde	

Cursos	Área	Situação
Noções De Classificação De Risco	Ciências da Saúde	
Curso De Extensão Em Citologia Clínica	Ciências da Saúde	
Aprimoramento Em Aba: Como A Análise Do Comportamento	Ciências da Saúde	
Trabalha Com Crianças Com Autismo	Ciências da Saúde	
Aperfeiçoamento Em Cirurgia Oral Menor	Ciências da Saúde	
Higienização de ambientes de saúde	Ciências da Saúde	Aprovados sem turma fechada
Instrutor de Pilates	Ciências da Saúde	Aprovados sem turma fechada
Auxiliar Saúde Bucal (ASB)	Ciências da Saúde	Aprovados sem turma fechada
Boas Práticas em Estabelecimentos Alimentícios	Ciências da Saúde	Aprovados sem turma fechada
Cuidados Paliativos	Ciências da Saúde	Aprovados sem turma fechada
Cuidado ao portador de necessidades especiais	Ciências da Saúde	Aprovados sem turma fechada

Fonte: Setor de Cursos de Extensão (2017) – sistematização Seplan.

Com relação à oferta dos cursos de extensão de curta duração, serão ofertados 8 cursos nos 3 primeiros anos e 7 cursos nos 2 últimos anos.

5.6 POLOS DE EAD

A Unesc é uma instituição credenciada para atuar na modalidade de EaD desde janeiro de 2013 (Portaria 45/2013/MEC). Nesta modalidade a abrangência para atuação da instituição ocorre por meio de polos de apoio presencial (PAP), considerando o exposto na Portaria Normativa n.11, de 20 de junho de 2017, a partir do Art. 10 compreende-se que “ O polo de EaD é a unidade acadêmica e operacional descentralizada, no país ou no exterior, para o desenvolvimento de atividades presenciais relativas aos cursos superiores a distância.

No polo sede Unesc são realizadas todas as atividades administrativas e pedagógicas dos cursos a distância. Nesse espaço, há uma estrutura central de apoio e suporte aos processos de EaD, que inclui o Setor de Educação a Distância (Sead), com: secretaria; laboratórios de informática; estúdio para produção de audiovisuais: videoaulas, audioaulas, webconferência; secretaria, sala de coordenação pedagógica e assessoria pedagógica: sala de produção de materiais didáticos, incluindo revisão, diagramação e design instrucional, sala de monitoria e tutoria. Integra esse setor uma equipe multidisciplinar com professores, coordenadores pedagógicos, monitores e pessoal técnico-administrativo. Há, na IES, o Departamento de Tecnologia de Informação (DTI), que atua em colaboração aos projetos em EaD, dando todo suporte tecnológico para a execução dos cursos na plataforma virtual, no acesso à rede internet, servidores, sistemas de conferência on-line e laboratórios de Informática.

Nos polos de apoio presencial, serão realizadas atividades acadêmicas, pedagógicas e de secretaria, com o atendimento dos tutores, coordenadores, aplicação de provas presenciais, atividades de estudo, acesso aos sistemas on-line e defesas de trabalhos de conclusão de curso, o que será efetivo na execução dos cursos no Polo Presencial, atendendo o disposto na Portaria Normativa n.11, de 20 de junho de 2017 - Art. 11 que institui:

O polo EaD deverá apresentar identificação inequívoca da IES responsável pela oferta dos cursos, manter infraestrutura física, tecnológica e de pessoal adequada ao projeto pedagógico dos cursos a ele vinculados, ao quantitativo de estudantes matriculados e à legislação específica, para a realização das atividades presenciais, especialmente: I - salas de aula ou auditório; II - laboratório de informática; III - laboratórios específicos presenciais ou virtuais; IV - sala de tutoria; V - ambiente para apoio técnico-administrativo; VI - acervo físico ou digital de bibliografias básica e complementar; VII - recursos de Tecnologias de Informação e Comunicação -TIC; e VIII - organização dos conteúdos digitais.

O Planejamento e Implantação de Polos de Apoio Presencial na Unesc esmera-se no desenvolvimento de estudos relativos a essas oportunidades. O critério para definição do

Polo será pautado nas diretrizes e dados apresentados no Plano Nacional de Educação (2014–2024) Meta 12, a qual trata da Educação Superior e o cruzamento dos dados do IBGE – ranking maiores cidades da região Sul, a fim de identificar as cidades com atratividade para EaD, considerando-se as seguintes premissas: número de habitantes; número de alunos no Ensino Médio; número de IES; análise da pesquisa de mercado realizada pelo parceiro; experiência e formação no contexto educacional.

Dessa forma, considerando o diagnóstico realizado e os pontos que forem determinantes para esse aspecto, em nível de prospecção, tem-se um cenário favorável à implantação do Polo, permitindo que a projeção de acadêmicos com a expansão da EaD possa atingir números favoráveis à sua sustentabilidade nos primeiros quatro anos.

Quadro 17 - Polos de Educação a Distância

Identificação	Endereço	Situação
Polo Sede	Av. Universitária, 1105, Bairro Universitário, Criciúma	Em atividade
Polo Ascurra	Rod. BR 470, KM 89, nº 630, Centro, Ascurra/SC	Aditamento
Polo Palhoça	Servidão Oscar Martins, nº 55, Aririu, Palhoça/SC	Aditamento
Polo Porto Alegre	Praça Cônego Marcelino, nº 107, Cidade Baixa, Porto Alegre/RS	Aditamento

Fonte: Seai (2017).

6

PERFIL DO CORPO DOCENTE E TÉCNICO- ADMINISTRATIVO



6 PERFIL DO CORPO DOCENTE E TÉCNICO-ADMINISTRATIVO

6.1 CORPO DOCENTE

6.1.1 Processo Seletivo

O processo seletivo ocorre em três momentos:

- a) Distribuição de disciplinas e docentes por área de atuação acadêmica: Ocorre antes do processo seletivo externo e segue a Resolução nº 21/2008/Consu, alterada pela Resolução 08/2015/Consu.
- b) Processo seletivo externo – quadro regular: ocorre semestralmente com o lançamento de editais que dispõem sobre inscrições, número de vagas e formas de seleção.
- c) Necessidades emergenciais – quadro especial: contratos por tempo determinado para substituir professores afastados temporariamente.

6.1.2 Credenciamento Docente

O credenciamento docente é o ato pelo qual a Fucri/Unesc declara os profissionais aptos a exercerem a docência no ensino superior, nos termos da resolução do Consu, em vigor, nº 07/2004. A comissão de credenciamento docente é nomeada pela Reitoria e é composta por 5 membros para executar as determinações legais e atua sob as orientações propostas pelo departamento de desenvolvimento humano da Universidade.

6.1.3 Regime de Trabalho

No período de atualização do PDI, o corpo docente da Unesc está constituído por 685 professores atuantes, sendo 593 (86,52%) do quadro regular e 92 (13,48%) do quadro especial. Atualmente, o quadro de docentes da Universidade possui a seguinte titulação:

Quadro 18 - Corpo Docente por Titulação Acadêmica

Titulação	Percentual
Especialista	35,92%
Mestre	42,67%
Doutor	21,41%

Fonte: Sistema de Controle Docente (agosto, 2017).

O docente do ensino superior da Unesc exerce suas funções nos seguintes regimes de trabalho:

I. Tempo integral - docente contratado com 40 horas semanais de trabalho na mesma instituição, reservado o tempo de pelo menos 20 horas semanais a estudos, pesquisa, trabalhos de extensão, gestão, planejamento, avaliação e orientação de estudantes.

II. Tempo parcial – docente contratado atuando com 12 ou mais horas semanais de trabalho na mesma instituição, reservado pelo menos 25% do tempo para estudos, planejamento, avaliação e orientação de estudantes.

III. Horista – docente contratado pela instituição exclusivamente para ministrar aulas, independentemente da carga horária contratada, ou que não se enquadre nos outros regimes de trabalho acima definidos.

A carga horária no regime de trabalho horista é definida semestralmente e corresponde às atividades assumidas pelo docente. O Quadro 19 apresente a proporção dos professores, conforme regime de trabalho na época de atualização do PDI da Instituição.

Quadro 19 - Proporção dos Professores, Conforme Regime Trabalho dos Docentes

Situação	Quadro de Docentes	Proporção (%)
Horista	348	50,8%
Integral	220	32,1%
Parcial	117	17,1%
Total Geral	685	100%

Fonte: Sistema de Controle Docente/ Seai (agosto, 2017).

6.1.4 Plano de Carreira

Na Unesc, os docentes são contratados pelo regime estabelecido na Consolidação das Leis Trabalhistas com contrato de trabalho por horas/aula, com amparo no Plano de Carreira - Resolução nº 03/2008/CSA, cujas categorias funcionais do quadro regular são as seguintes:

Quadro 20 - Quadro Regular Docente

Categoria	Titulação
	Graduado
I	Especialista / Mestre Iniciante
II	Especialista/Mestre/ Doutor Iniciante
III	Mestre/ Doutor
IV	Mestre/ Doutor
V	Doutor

Categoria	Titulação
VI	Doutor
VII	Doutor

Fonte: Resolução nº 03/2008/CSA.

6.1.5 Capacitação e Desenvolvimento

A qualificação profissional na Instituição é viabilizada por meio de políticas de capacitação profissional e acadêmica, as quais são materializadas em resoluções e portarias que normatizam e regulamentam a capacitação por meio da concessão de bolsas de estudos para docentes e seus dependentes. Esta é amparada nas resoluções nº 06/2011/CSA, alterada pela Resolução nº 03/2017/CSA e nº 07/2011/CSA, e atendem aos seguintes princípios:

- Atendimento das necessidades acadêmicas e administrativas da Universidade;
- Concessão de bolsas de estudos para auxiliar na formação acadêmica e profissional dos dependentes de docentes;
- Formação, habilitação e atualização do corpo docente da Universidade que pertençam ao quadro regular.

No período de atualização do PDI, o quadro docente da Unesc encontra-se em capacitação, conforme descrito no Quadro 21.

Quadro 21 - Docentes do Quadro Regular em Capacitação

Titulação	Quadro de Docentes
Cursando Mestrado	51
Cursando Doutorado	42
Total Geral	93 (13,19%)

Fonte: Departamento de Desenvolvimento Humano (setembro, 2017).

6.2 CORPO TÉCNICO-ADMINISTRATIVO

6.2.1 Processo Seletivo

As contratações são efetuadas pelo regime da CLT, com carga horária de 40 horas semanais, e os funcionários são enquadrados de acordo com o regulamento do Plano de Carreira próprio (Resolução n. 02/2008/CSA). O Processo Seletivo está ancorado na Norma Administrativa nº 05/2006, e pode ser:

- Interno - destina-se aos técnico-administrativos que já atuam na Unesc e desejam assumir novas funções em outros setores e aos estagiários do Programa de Bolsa-Estágio Interno da Instituição;
- Externo - destina-se aos candidatos que desejam fazer parte do quadro funcional.

6.2.2 Plano de Carreira

O Plano de Carreira do Corpo técnico-administrativo (Resolução n. 02/2008/CSA) estrutura os cargos e salários e apresenta as descrições dos cargos, o organograma, o quadro de pessoal por departamento ou setor e os critérios de avaliação, de acordo com a complexidade, responsabilidade e competências. Os cargos estão classificados em operacional e administrativo ou de gestão, e estão agrupados nas seguintes classes funcionais:

- Operacional e Administrativo (ocupados exclusivamente por técnicos administrativos): a) auxiliar; b) assistente; c) analista.
- Gestão - (poderão ser ocupados por docente ou técnico-administrativo): supervisor; b) coordenador; c) gerente; d) diretor; e) pró-reitor.

6.2.3 Capacitação e Desenvolvimento

O Programa de Capacitação Continuada para o público interno contempla cursos, palestras e bolsas de estudo para técnico-administrativos. Ela é regida pela Norma Administrativa nº 13/2009, que prevê a elaboração da programação semestral de acordo com as demandas apontadas junto aos gestores das áreas e abrange conhecimentos técnicos e comportamentais. Dentre as possibilidades, tem-se: a Bolsa Capacitação Técnico-Administrativo, que consiste na possibilidade de o funcionário cursar disciplinas isoladas e Pós-Graduação *Lato Sensu* na IES (Resolução n. 06/2011/CSA), alterada pela Resolução n. 03/2017/CSA; e a Norma Administrativa 04/2017, que trata das horas capacitação técnico-administrativo, por meio da qual os funcionários da Universidade são autorizados a frequentar aulas de especialização, mestrado ou doutorado durante o expediente.

6.2.4 Bolsa Benefício

A Instituição disponibiliza a Bolsa Benefício (Resolução n. 07/2011/CSA), com o objetivo de fomentar a capacitação dos técnicos-administrativos e, quando for o caso, seus dependentes.

6.3 PLANO DE EXPANSÃO DO CORPO DOCENTE E TÉCNICO ADMINISTRATIVO

A Unesc, por meio da revisão do Planejamento Estratégico Institucional e suas Estratégias Institucionais, elaborou os Planos de Ação para contemplar o Desenvolvimento Humano.

Quadro 22 - Cronograma de Expansão do Corpo Docente

Titulação	2017	2018	2019	2020	2021	2022
Doutor	144	26	45	35	31	17
Mestre	291	52	92	71	62	34
Especialista	250	44	80	62	53	30
Total	685	122	217	168	146	81

Legenda: Para o cálculo, foi considerado os cursos constantes no Quadro de Expansão – Quadro 9 - e feita a proporção para o total de docentes. Relativo à titulação foi realizada a proporção existente no quadro atual de professores na Instituição.

Fonte: Seplan (2017).

7

ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA DA IES



7 ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA DA IES

7.1 GESTÃO INSTITUCIONAL

As Resoluções nº 09/2017/Consu e nº 10/2017/Consu da Unesc, consolidadas pelas Resoluções nº 06/2017/CSA e nº 07/2017 do CSA da Fucri, aprovaram o novo Estatuto e Regimento Geral da Unesc e, entre outros aspectos, a reestruturação organizacional e administrativa da Universidade.

7.2 ESTRUTURA ORGANIZACIONAL, INSTÂNCIAS DE DECISÃO E ORGANOGRAMA INSTITUCIONAL E ACADÊMICO

A Administração da Unesc é exercida por dois tipos de órgãos: colegiados e executivos, nas instâncias de decisão superior e básica para aprimorar a eficiência e eficácia de seus processos e resultados. São órgãos colegiados da administração superior:

- I. Conselho Universitário.
- II. Câmaras.
- III. Reitoria.

O Conselho Universitário, Consu, órgão colegiado legislativo máximo da Unesc, de caráter político deliberativo, consultivo, normativo, de supervisão e recursal máximo em assuntos acadêmicos, administrativos e de políticas institucionais, atendidas as respectivas atribuições e terminalidades recursais especificadas no Regimento Geral, é integrado por:

- I. Reitor, como seu Presidente.
- II. Vice-reitor.
- III. Pró-reitores.
- IV. Diretores.

V. 03 (três) coordenadores de curso de graduação por área de conhecimento, com mandato de 02 (dois) anos, indicados por seus pares, permitida uma recondução imediata.

VI. 01 (um) coordenador de curso de pós-graduação *stricto sensu* por área de conhecimento, com mandato de 02 (dois) anos, indicado por seus pares, permitida uma recondução imediata.

VII. 02 (dois) representantes do corpo docente por área de conhecimento, com mandato de 02 (dois) anos, indicado por seus pares, permitida uma recondução imediata.

VIII. Representantes discentes na proporção de um quinto dos membros, com mandato de 01 (um) ano, indicado por seus pares, permitida uma recondução imediata.

IX. 02 (dois) representantes do corpo técnico-administrativo, indicados por seus pares, com mandato de 02 (dois) anos, permitida uma recondução imediata.

X. 01 (um) representante da Fundação Educacional de Criciúma, indicado pelo seu Colegiado, com mandato de 02 (dois) anos, permitida uma recondução imediata.

XI. 01 (um) representante da Associação dos Municípios da Região Carbonífera, com mandato de 02 (dois) anos, permitida uma recondução imediata.

XII. 01 (um) representante da Associação dos Municípios do Extremo Sul Catarinense, com mandato de 02 (dois) anos, permitida uma recondução imediata.

XIII. 01 (um) representante da Prefeitura Municipal de Criciúma, com mandato de 02 (dois) anos, permitida uma recondução imediata.

XIV. 01 (um) representante da União das Associações de Bairros de Criciúma, UABC, com mandato de 02 (dois) anos, permitida uma recondução imediata.

§ 1º - Os representantes referidos nos incisos XI a XIV deverão, necessariamente, serem indicados junto com seus suplentes pelo órgão executivo máximo da respectiva Entidade.

§ 2º - Dos representantes referidos no inciso VIII pelo menos um deverá ser representante da pós-graduação *stricto sensu*.

§ 3º - O Regimento Geral da Unesc estabelecerá a forma de indicação dos representantes pelos pares.

7.2.1.1 Câmaras

As Câmaras previstas no Regimento da Unesc são as seguintes: de Ensino de Graduação, de Pesquisa e Pós-Graduação, de Extensão, Cultura e Ações Comunitárias, e de Planejamento e Desenvolvimento Institucional, as quais são órgãos colegiados, legislativos, de caráter técnico, deliberativo, consultivo, normativo, de supervisão e recursal, atendidas as respectivas atribuições e terminalidades recursais especificadas no Regimento Geral.

Composição da Câmara de Ensino de Graduação

I. Pró-Reitor Acadêmico, seu Presidente.

II. Pró-Reitor de Planejamento e Desenvolvimento Institucional.

III. Diretores.

IV. 01 (um) assessor pedagógico, por área de conhecimento da Diretoria de Ensino de Graduação.

V. 02 (dois) coordenadores de curso de graduação, por área de conhecimento, indicados por seus pares, com mandato de 02 (dois) anos, permitida uma recondução imediata.

VI. 01 (um) professor representante por área de conhecimento, indicado por seus pares, com mandato de 02 (dois) anos, permitida uma recondução imediata.

VII. Representantes discentes na proporção de um quinto dos membros, com mandato de 01 (um) ano, indicado por seus pares, permitida uma recondução imediata.

VIII. 01 (um) representante do corpo técnico-administrativo, indicado por seus pares, com mandato de 02 (dois) anos, permitida uma recondução imediata.

IX. Responsável pelo Setor de Atendimento ao Estudante.

X. Responsável pelo Setor de Avaliação Institucional.

XI. Responsável pelo Setor de Mapeamento Docente.

XII. Responsável pela Comissão de Credenciamento Docente.

XIII. Responsável pelo Setor de Relações Internacionais.

Composição da Câmara de Pesquisa e Pós-Graduação

I. Pró-Reitor Acadêmico, seu Presidente.

II. Pró-Reitor de Planejamento e Desenvolvimento Institucional.

III. Diretores.

IV. Responsável pelo Parque Científico e Tecnológico.

V. 01 (um) coordenador de curso de graduação por área de conhecimento, indicados por seus pares, com mandato de 02 (dois) anos, permitida uma recondução imediata.

VI. 01 (um) coordenador de curso de pós-graduação *stricto sensu* por área de conhecimento, se houver, indicado pelos pares, com mandato de 02 (dois) anos, permitida uma recondução imediata.

VII. 02 (dois) professores representantes dos grupos de pesquisa com projeto aprovado pela Unesc, indicado pelos pares, com mandato de 02 (dois) anos, permitida uma recondução imediata.

VIII. Representantes discentes na proporção de um quinto dos membros, garantido o mínimo de 01 (um) representante discente dos cursos de pós-graduação *stricto sensu*, 01 (um) discente envolvido em projeto institucional aprovado de iniciação científica, indicado por seus pares, com mandato de 01 (um) ano, permitida uma recondução imediata.

IX. 01 (um) representante do corpo técnico-administrativo, indicado por seus pares, com mandato de 02 (dois) anos, permitida uma recondução imediata.

X. Responsável pelo Setor de Pós-Graduação *Lato Sensu*.

XI. Editor Chefe da Editora da Unesc.

XII. Responsável pelo Setor de Inovação.

XIII. Responsável pelo Setor de Relações Internacionais.

Composição da Câmara de Extensão, Cultura e Ações Comunitárias

I. Pró-Reitor Acadêmico, seu Presidente

II. Pró-Reitor de Planejamento e Desenvolvimento Institucional.

III. Diretores.

IV. Responsável pelo Parque Científico e Tecnológico.

V. 01 (um) coordenador de curso de graduação por área de conhecimento, indicados por seus pares, com mandato de 02 (dois) anos, permitida uma recondução imediata.

VI. 01 (um) professor por área de conhecimento, com mandato de 02 (dois) anos, indicado por seus pares, permitida uma recondução imediata.

VII. 03 (três) professores representantes dos Programas Institucionais de Extensão e Assuntos Comunitários, com mandato de 02 (dois) anos, permitida uma recondução imediata;

VIII. Representantes discentes na proporção de um quinto dos membros, garantido o mínimo de 02 (dois) representantes discentes dos Programas Institucionais de Extensão e Assuntos Comunitários com projeto aprovado pela Unesc, indicado por seus pares, com mandato de 01 (um) ano, permitida uma recondução imediata.

IX. 01 (um) representante do corpo técnico-administrativo, indicado por seus pares, com mandato de 02 (dois) anos, permitida a recondução imediata.

X. Responsável pelo Instituto de Idiomas;

XI. Responsável pelo Programa Território Paulo Freire.

XII. Responsável pelo Setor de Arte e Cultura.

Composição da Câmara de Planejamento e Desenvolvimento Institucional

- I. Pró-Reitor de Planejamento e Desenvolvimento Institucional, seu Presidente.
 - II. Pró-Reitor Acadêmico.
 - III. Diretores.
 - IV. Responsável pela Escola de Gestores.
 - V. Responsável pelo Setor de Avaliação Institucional.
 - VI. Responsável pelo Setor de Orçamento.
 - VII. Responsável pelo Setor de Planejamento Institucional.
 - VIII. Responsável pelo Escritório de Processos.
 - IX. 01 (um) professor por área de conhecimento, com mandato de 02 (dois) anos, indicado por seus pares, permitida uma recondução imediata.
 - X. Representantes discentes na proporção de um quinto dos membros, com mandato de 01 (um) ano, indicado por seus pares, permitida uma recondução imediata.
 - XI. 01 (um) representante do corpo técnico-administrativo, indicado pelos pares, com mandato de 02 (dois) anos, permitida uma recondução imediata.
 - XII. 01 (um) coordenador de curso de Graduação por área de conhecimento, indicado por seus pares, com mandato de 02 (dois) anos, permitida uma recondução imediata.
 - XIII. 01 (um) Coordenador de Curso de Pós-Graduação *Stricto Sensu*, indicado pelos pares, com mandato de 02 (dois) anos, permitida uma recondução imediata.
- Art. 16 - O Consu e as Câmaras contarão com uma única Secretaria dos Conselhos.

7.2.2 Órgão Executivo

7.2.2.1 Reitoria

A Reitoria, órgão executivo máximo da Unesc, de caráter técnico, deliberativo, consultivo, normativo, de supervisão e recursal, é constituída por:

- I. Reitor.
- II. Vice-Reitor.
- III. Pró-Reitores: Acadêmico e de Planejamento e Desenvolvimento Institucional.

Art. 18 - O Reitor e o Vice-Reitor da Unesc serão, respectivamente, aqueles eleitos pela Entidade Mantenedora como Diretor-Presidente e Vice-Diretor Presidente da

Fundação Educacional de Criciúma, para mandatos coincidentes e simultâneos, como previsto no Estatuto da Fucri.

§ 1º - A regulamentação do processo eleitoral será proposta pelo Consu e aprovada pelo Conselho Superior de Administração da Fucri, assim como as datas das eleições e de posse.

§ 2º - A Reitoria, a Vice-Reitoria e as Pró-Reitorias têm suas competências descritas no Regimento Geral.

Art. 19 - As Pró-Reitorias contam com órgãos de apoio para promover, superintender, coordenar, supervisionar e acompanhar as atividades inerentes às suas competências, previstas no Regimento Geral ou em normatização complementar.

Art. 20 - Os titulares das Pró-Reitorias serão de livre escolha do Reitor, escolhidos dentre os integrantes do quadro regular de docentes da Universidade.

Parágrafo único - Os responsáveis pelos órgãos de apoio serão de livre escolha do Reitor.

7.2.3 Órgãos da Administração Básica

São Órgãos da Administração Básica:

I. Unidades Acadêmicas.

II. Colegiados dos Cursos.

III. Coordenações dos Cursos.

Unidades Acadêmicas

Art. 22 - As Unidades Acadêmicas são instâncias institucionais básicas de organização, coordenação e deliberação para atuação integrada, nomeadamente:

I. Diretoria de Ensino de Graduação

II. Diretoria de Pesquisa e Pós-Graduação

III. Diretoria de Extensão, Cultura e Ações Comunitárias

Parágrafo único - As Unidades Acadêmicas estão subordinadas à Pró-Reitoria Acadêmica, com atribuições normativas de acordo com as políticas e diretrizes institucionais emanadas dos órgãos superiores e estabelecidas nos ordenamentos da Unesc.

Art. 23 - O cargo de Diretor de Unidade Acadêmica será exercido por um docente do quadro regular, indicado pelo Reitor e terá suas atribuições descritas no Regimento Geral.

Cursos de Graduação, Sequenciais e de Pós-Graduação

Art. 24 - A Administração dos Cursos de Graduação, Sequenciais e de Pós-Graduação Stricto Sensu da Unesc será constituída de:

I. Colegiados de Curso.

II. Coordenações de Curso.

Colegiados de Cursos

Art. 25 - Os colegiados de cursos de graduação e sequenciais, instância legislativa operacional, com caráter deliberativo, normativo, consultivo, de supervisão e recursal, no âmbito de sua competência, atendidas as respectivas atribuições e terminalidades recursais especificadas no Regimento Geral, são integrados por:

I. Coordenador do curso, como seu Presidente.

II. Docentes que ministram disciplinas no curso.

III. Representantes do corpo discente do curso, indicado pelos seus pares, na proporção máxima de 1/5 (um quinto) dos membros do Colegiado, para mandato de 01 (um) ano, permitida uma recondução imediata.

Art. 26 - Os colegiados de cursos de pós-graduação stricto sensu terão sua composição definida em regimento próprio.

Art. 27 - As atribuições e as normas para o funcionamento do Colegiado do Curso são regulamentadas no Regimento Geral.

Coordenações dos Cursos

Art. 28 - A Coordenação de curso de graduação, sequencial e de pós-graduação stricto sensu, subordinada às respectivas Diretorias é órgão executivo de caráter técnico, deliberativo, consultivo, normativo, e de supervisão que responde pela coordenação executiva do curso.

§ 1º - A Coordenação de Curso deve atuar de acordo com as políticas e diretrizes institucionais estabelecidas pelos órgãos superiores, conforme os ordenamentos da Unesc.

§ 2º - As atribuições dos Coordenadores de Curso estão previstas no Regimento Geral da Unesc.

Art. 29 - A Coordenação de Curso de Graduação será constituída por um coordenador titular e um coordenador adjunto, eleitos de forma direta e empossados pelo Reitor, para mandato de 03 (três) anos, permitida uma recondução imediata.

§ 1º - As normas sobre eleição serão regulamentadas por resolução do Consu.

§ 2º - Em caso de cursos novos, o primeiro coordenador do curso será escolhido pelo Reitor e seu mandato terá duração até a primeira eleição, que se realizará somente no semestre seguinte após a publicação do ato de reconhecimento do curso na imprensa oficial.

§ 3º - Os critérios relativos às atribuições e carga horária para coordenador e coordenador adjunto estarão contidos no Regimento Geral e/ou em resoluções específicas.

Art. 30 - Os coordenadores dos cursos sequenciais e os de cursos de pós-graduação lato sensu serão escolhidos pela Reitoria.

Art. 31 - A forma de escolha dos coordenadores dos Cursos de Pós-Graduação Stricto Sensu será definida em normatização própria aprovada pelo Consu.

8

INFRAESTRUTURA



8 INFRAESTRUTURA

8.1 INFRAESTRUTURA FÍSICA

A sede da Unesc conta hoje com uma infraestrutura que abrange a área de 190.469,62m², desta, 66.418,92m² possui construções, contemplada em 41 edificações no campus sede. O Iparque possui uma área de 182.326,60m², desta 12.307,11m² são construções contempladas em 9 edificações.

Os Quadros 23 e 24 detalham a infraestrutura física do campus Unesc e o Iparque respectivamente.

Quadro 23 - Infraestrutura Unesc

Infraestrutura		Quantidade	Área (m ²)
1. Salas de aula	até 50 alunos (1A)	22	687,87
	de 51 a 79 alunos (1B)	143	9293,54
	acima de 79 alunos (1C)	5	628,72
2. Gabinetes de trabalho para coordenadores e/ou chefes de departamento-ensino de graduação		22	885,13
3. Gabinetes de trabalho para coordenadores de ensino, de pós-graduação, mestrado e Unidades Acadêmicas		6	321,97
4. Gabinetes de trabalho para professores em regime de tempo integral (Bloco Q e PPG) e grupos de pesquisa		31	554,7
5. Sala de professores - ensino de graduação		4	162,66
6. Sala de professores - ensino de pós-graduação		Nota 1 ⁷	
7. Salas de reuniões para professores		Nota 2 ⁸	
8. Sala de NDE		15	280,64
9. Auditórios e mini auditórios		5	870,08
10. Secretaria geral/diplomas		1	148,61
11. Tesouraria/ Finanças		1	106,86
12. Direção e departamentos (salas administrativas)		48	2802,8
13. Sala de reunião dos gestores		Nota 3 ⁹	
14. Laboratórios de informática		29	2446,04
15. E.A.D		2	134,58
16. Biblioteca		2	2376,91
17. Laboratórios específicos		78	5647,55
18. Clínica de fisioterapia		1	556,95
19. Ambulatórios/ consultórios médicos		42	566,64
20. Clínica de psicologia		3	350,32
21. Sala vacina/ CER / SOS		5	60,23
22. Farmácia		3	234,54
23. Clínica de odontologia		14	1309,64
24. Centros acadêmicos		31	448,43
25. DCE		1	118,99
26. Empresas Jrs.		2	36,62
27. Cantinas / Quiosques		9	940,31

⁷ Nota 1: Usam-se salas de aula vagas;

⁸ Nota 2: idem;

⁹ Nota 3: idem

Infraestrutura	Quantidade	Área (m²)
28. CEDOC	1	69,5
29. Livraria	2	105,21
30. Centro de eventos/ Ginásios	9	1875,85
31. Banco	1	107,34
32. Piscina	1	477,49
33. Ginásio	1	502,3
34. Quadras cobertas poliesportivas	2	1750,76
35. Sala de musculação/ academia	1	155,54
36. Horto/ Brinquedoteca	2	70,7
37. SESMT	1	48,8
38. Xerox	5	181,98
39. Unidade judiciária avançada – Bloco C	1	278,06
40. Almoxarifado	2	139,31
41. Sala de estar / Jogos / Refeitório	4	131,2
42. Sanitários	126	2448,83
43. Salas técnicas	38	931,526
44. Depósito	54	737,72
45. Depósito de material de limpeza	23	210,52
46. Copas	14	430,11
47. Salas de dança	2	271,45

Fonte: Departamento de Projetos e Infraestrutura (2017).

Quadro 24 - Infraestrutura Parque Tecnológico / Iparque

Infraestrutura		Quantidade	Área (m²)
1. Salas de aula	até 50 alunos (1A)	3	174,98
	de 51 a 79 alunos (1B)	4	329,02
2. Salas da Incubadora		15	235,15
3. Estufa		1	240
4. Gabinetes de trabalho para professores em regime de tempo integral e grupos de pesquisa		18	440,93
5. Salas administrativas de direção e departamentos		21	611,25
6. Almoxarifado		2	63,52
7. Sanitários		20	273,1
8. Laboratórios específicos		58	4780,13
9. Restaurante		1	190,5
10. SESMT		1	23,72
11. Centro acadêmico		1	17,38
12. Salas técnicas		9	121,29
13. Refeitório		1	45,12
14. Depósito		2	76,96
15. Financeiro		1	14,4
16. Arquivo		5	260,82
17. Depósito de material de limpeza		1	7,82

Fonte: Departamento de Projetos e Infraestrutura (2016).

8.2 INFRAESTRUTURA DA BIBLIOTECA

A Unesc possui duas bibliotecas instaladas em sua estrutura: A Biblioteca Setorial em Saúde Dr. Ernesto Bianchini Góes e a Biblioteca Central, além do Arquivo Central. Sob a coordenação da Biblioteca Central estão a Biblioteca Setorial em Saúde Dr. Ernesto Bianchini Góes, localizada no Hospital São José e o Arquivo Central, situado no campus da Unesc. As

Bibliotecas e o Arquivo possuem políticas para aquisição, atualização e seleção do acervo, capacitação de pessoal (colaboradores) e capacitação de usuários.

A Biblioteca Central Prof. Eurico Back está situada no *campus* da Unesc e tem como missão promover com qualidade a recuperação da informação, com enfoque no desenvolvimento das atividades de ensino, pesquisa e extensão, associando tecnologias e atendimento humanizado. O quadro de pessoal da Biblioteca Central é composto por bibliotecários, documentalistas e assistentes de biblioteca I e II, cujo regulamento foi aprovado em 2012, pela Resolução n. 21/2012/Reitoria.

Em constante atualização, possui 100% do seu acervo de livros, periódicos e audiovisuais informatizados, pelo Programa Pergamum, desenvolvido pela PUC/Paraná. É também cadastrada no Programa de Comutação Bibliográfica (Comut) e no Centro Latino Americano e do Caribe de Informação em Ciências da Saúde (Bireme).

8.2.1 Espaço Físico e Instalações do Acervo da Biblioteca Dr. Ernesto Bianchini Góes

A Biblioteca Dr. Ernesto Bianchini Góes, situada no Hospital São José, está instalada em uma área física de 105m² e presta serviço a docentes, discentes, estagiários e funcionários, tanto do Hospital São José quanto da Unesc, conforme o convênio estabelecido entre as partes. Seu horário de funcionamento é de 2ª a 5ª feira das 7h às 20h e 6ª feira das 7h às 18h.

8.2.2 Arquivo Central

O Arquivo Central da Unesc tem como objetivo organizar, arquivar e disponibilizar o acervo documental da Universidade, com a finalidade de garantir informações referentes a documentos produzidos e recebidos pela Instituição ao longo de sua história. É assessorado em suas decisões pela Comissão Permanente de Gestão Documental, nomeada pela Portaria n. 19/2014/Reitoria.

O Arquivo está localizado no subsolo do Bloco de Infraestrutura e Apoio Logístico, numa área de 87,3m² e possui uma extensão nas proximidades da Unesc com aproximadamente 100m². Seu horário de funcionamento é de 2ª a 6ª feira, das 8h30 às 12h30 e das 13h30 às 17h30.

A Tabela de Temporalidade Documental (TTD) foi aprovada pela Resolução n.06/2012/CSA e está disponível no endereço

<http://www.unesc.net/portal/capa/index/90/7536/>, assim como as diretrizes para aplicação da TTD e os formulários para eliminação e transferência de documentos.

8.2.3 Acervo

O quantitativo dos títulos contidos no acervo as Bibliotecas da Unesc é apresentado no Quadro 25.

Quadro 25 - Acervo das Bibliotecas da Unesc

Acervo	Quantidade
Livros Títulos	78.183
Livros Volumes	160.703
Periódicos (assinatura)	100
Periódicos (doação)	787
Mapas	117
Fitas de Vídeo	1.066
Fitas Cassete	210
Slides	54
Discos	19
CD-ROM	1.213
Disquetes	125
Normas	768
DVD	681

Fonte: Biblioteca Central (maio, 2017).

A política de atualização do acervo está pautada na Política de Desenvolvimento de Coleções da Biblioteca Central foi aprovada pela Resolução 06/2013/Câmara Ensino de Graduação, em 2013, a qual tem como objetivo definir e implementar critérios para o desenvolvimento de coleções e a atualização do acervo.

O acervo de livros, periódicos e multimeios e os serviços de processamento técnico, consulta à base local, registro de periódicos, empréstimo, renovação, devolução e reserva estão totalmente informatizados pelo Programa Pergamum, desenvolvido pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná - PUCPR.

O Sistema contempla as principais funções de uma Biblioteca (processo gerencial (relatórios e estatísticas), processamento técnico (catalogação, classificação e outros), circulação de materiais (empréstimo, renovação e reserva, inclusive pela internet), consulta e recuperação da informação), funcionando de forma integrada em todos os processos, da aquisição ao empréstimo, tornando-se um *software* de gestão de Bibliotecas. Os manuais técnicos de utilização, processos bibliográficos, atendimento, requisições de suporte, lista de discussão e acesso à Rede Pergamum são disponibilizados na Internet. Esta Rede possui o

catálogo das Instituições que já adquiriram o *software*, assim, o bibliotecário pode pesquisar e recuperar registros *on-line* de forma rápida e eficiente, agilizando o processo de catalogação.

8.2.4 Bases de Dados

A Biblioteca tem acesso a 153 bases de dados pelo Portal de Periódicos, as quais estão separadas por área do conhecimento e disponibilizadas no espaço Acervo Digital no site da Biblioteca. Já o catálogo de periódicos com acesso *on-line* está separado por curso e disponibilizado no espaço Periódicos (revistas e jornais), também no site da Biblioteca.

Para divulgar o acesso ao acervo digital à comunidade interna, a equipe da Biblioteca oferece um programa de capacitação para acesso às bases de dados, realizado em laboratório de informática, cujo objetivo é divulgar o serviço de comutação bibliográfica e difundir a pesquisa em bases de dados e periódicos *on-line*. A Biblioteca disponibiliza um espaço chamado de Biblioteca Virtual, localizado no segundo pavimento, com 7 computadores em que o usuário realiza suas pesquisas com orientação de um profissional bibliotecário.

A Biblioteca possui assinatura da base de dados RT On-line para os cursos das áreas de ciências sociais aplicadas e UpToDate, para os cursos da saúde. O acesso a base UpToDate também é disponibilizado no Hospital São José, cujo objetivo é proporcionar respostas as dúvidas clínicas que surgem ao longo do dia-a-dia de forma rápida para aplicação imediata, possibilitando impacto significativo no tratamento dos pacientes.

Além desses a Universidade possui o Repositório Institucional da Instituição – RI-Unesc¹⁰ - foi desenvolvido para reunir, disseminar, preservar e dar visibilidade a produção científica, acadêmica, artística, técnica e administrativa da Instituição, bem como documentos legais dos cursos de graduação da Instituição, sendo a Biblioteca o Setor responsável pelo tratamento dessas informações. No RI-Unesc, as publicações estão disponíveis *on-line*. Os trabalhos de conclusão de cursos de graduação e pós-graduação *lato sensu* são disponibilizados somente nesse ambiente, já os de pós-graduação *strito sensu* são disponibilizados no RI-Unesc e no Sistema Pergamum.

8.2.5 Acesso ao Acervo

¹⁰ <http://repositorio.unesc.net/>

A Biblioteca oferece o serviço de empréstimo domiciliar à comunidade acadêmica, discentes, docentes e funcionários conforme o regulamento específico. Possibilita ao usuário efetuar a renovação da obra por dois períodos. Quanto à renovação, essa poderá ser realizada no Setor de Empréstimo ou nos computadores de consulta ao acervo da Biblioteca, ou via internet, por meio do acesso ao usuário.

O usuário pode efetuar reserva de materiais bibliográficos e audiovisuais emprestados. Esse processo é efetuado pelo próprio usuário via computador de consulta ao acervo ou internet, pelo acesso ao usuário. Por este ambiente virtual, é possível ainda acompanhar a data de devolução dos materiais bibliográficos e audiovisuais, além de verificar o *status* da reserva: aguardando ou disponível. A Biblioteca conta com o serviço terceirizado de fotocópias da Empresa Digitusul, a qual respeita inteiramente a Lei nº 9.610, de fevereiro de 1998, Das Limitações aos Direitos Autorais.

8.2.6 Serviços e Programas Oferecidos

O horário de atendimento da Biblioteca Central é de 2ª a 6ªfeira, das 7h30 às 22h40 e sábado das 8h às 17h. Durante esse horário, são oferecidos os serviços de:

1. Atendimento ao usuário na recuperação da informação
2. Empréstimo domiciliar à comunidade universitária
3. Visitas orientadas
4. Internet
5. Serviço de alerta
6. Levantamento bibliográfico
7. Catalogação na fonte
8. Comutação bibliográfica
9. Empréstimo entre bibliotecas
10. Capacitação para acesso às bases de dados local e virtual
11. Núcleo de acessibilidade
12. Oficinas de normalização de trabalhos acadêmicos formato A4, A5, conforme

ABNT

13. Contação de história

8.3 LABORATÓRIOS DE INFORMÁTICA E RECURSOS DE AUDIOVISUAL

Nas seções seguintes respectivamente, são apresentados os programas, recursos de informática e equipamentos de apoio ao ensino, pesquisa e extensão disponibilizadas na Instituição, bem como a relação entre equipamentos por estudante.

8.3.1 Programas Disponíveis na Instituição

Quadro 26 - Programas Utilizados pelos Cursos de Graduação

Programas	Quantidade de laboratórios	Laboratórios	Cursos que utilizam
3D Max	1	XXI-A 09	Jogos Digitais
Active Inspire	1	XXI-B 09	Pedagogia
Adobe After Effects	1	XXI-C 08	Artes Visuais e Jogos Digitais
Adobe Premiére	1	XXI-C 08	Artes Visuais e Jogos Digitais
Android Studio	1	XXI-A 08	Jogos Digitais
ANSYS	1	LABMEC	Eng. Mecânica
ARCGIS em rede	6	XXI-C 08, 15, 18; R2 07, 08; LABMEC	Engenharias: Agrimensura, Ambiental, Civil; Arquitetura, Geografia.
ARENA	1	Lab5T	Eng. De Produção
ASPEN TECH em rede	3	XXI-C 17, 19, 20,	Engenharias: Materiais e Química
AutoCad Architectural 2016	11	XXI-B 01; XXI-C 08, 15, 16, 18; R2 06, 07, 08; LAB5T; LABMEC; LabConforto	Engenharias: Agrimensura, Ambiental, Civil, Materiais, Mecânica, Produção; Arquitetura; Técnico em Móveis.
BLENDER	3	XXI-A 08; XXI-C 08, 11	Artes Visuais e Jogos Digitais
BrModelo 2.0	2	XXI-A 02, 16	Ciência da Computação
CMPATOOLS	2	XXI-B 08; LABCPSE;	Pedagogia
Codeblocks	6	XXI A 01, 02, 08, 09, 15 e 16	Ciência da Computação e Jogos Digitais
Construct 2	3	XXI-A 08, 09, 16	Jogos Digitais
Corel X4	1	Lab Conforto	Arquitetura
Corel X5	1	XXI C 11	Artes Visuais, Jogos Digitais
DBDesigner	2	XXI-A 02, 16	Ciência da Computação
Derby Apache	2	XXI-A 02, 16	Ciência da Computação
DEVCCP	8	XXI A 01, 02, 08, 09, 15 e 16; R2 07, 08	Ciência da Computação, Engenharias: Produção, Química, Civil
DietPro	1	XXI C 20.	Nutrição
Eclipse	8	XXI A 01, 02, 08, 09, 15 e 16; XXI-C 16; LAB5T	Ciência da Computação e Engenharias
Economatica	3	XXI-C 09, 12; LABCPSE	Economia
EduMat	1	XXI-A 01	Jogos Digitais
EPI Info	1	R2 06	Medicina
Eviews	3	XXI-C 09, 12; LABCPSE	Economia
FlexSim	1	Lab5T	Eng. De Produção
Ftool	1	R1 11	Engenharia Civil
Geogebra	3	XXI-B 08; XXI-C 19, R1 08	Matemática

Programas	Quantidade de laboratórios	Laboratórios	Cursos que utilizam
GIMP	2	XXI-C 08, 11	Artes Visuais e Jogos Digitais
Google EARTH	11	XXI-B 01, 08; XXI-C 08, 15, 16, 17, 18; R2 07, 08; Lab5T; LabConforto	Engenharias: Agrimensura, Ambiental, Civil; Arquitetura, Geografia, Colégio UNESC
Graph	2	XXI-B 01, XXI-C 19	Matemática
Idrisi	1	XXI-C 18	Engenharias: Agrimensura, Ambiental, Civil; Arquitetura, Geografia
Illustrator	1	XXI-C 11	Artes Visuais e Jogos Digitais
INKSCAPE	2	XXI-C 08, 11	Artes Visuais e Jogos Digitais
JurisCalc	3	LABEPJ I, II e III	Direito
JurisPlenum	3	LABEPJ I, II e III	Direito
Linux Conectiva/Edu	2	XXI A 01, 15	Ciência da Computação
Makemoney	2	LABCPC; R1 08	Administração e Comércio Exterior; Ciências Contábeis
MATLAB	5	XXI-C 16, 17, 19, 21; LABMEC	Engenharias: Mecânica, Materiais e Química
MovieMaker	15	XXI-A 01, 02, 08, 09, 15, 16; XXI-C 11, 12, 15, 16, 18; R2 07, 08; Lab5T; LABMEC	Artes Visuais, Jogos Digitais, Ciência da Computação, Engenharias e Colégio UNESC
MSPProject	4	R1 08, 10, 11; R2 06	Administração e Comércio Exterior
MySQL	6	XXI A 01, 02, 08, 09, 15 e 16	Ciência da Computação
Netbeans	6	XXI A 01, 02, 08, 09, 15 e 16	Ciência da Computação e Jogos Digitais
Oracle	6	XXI A 01, 02, 08, 09, 15 e 16	Ciência da Computação
Pacote JAVA	8	XXI A 01, 02, 08, 09, 15 e 16; XXI-C 16; LAB5T	Ciência da Computação e Engenharias
PhotoShop	1	XXI-C 11	Artes Visuais e Jogos Digitais
PostgreSQL	2	XXI-A 02, 16	Ciência da Computação
QGis	6	XXI-C 08, 15, 16, 18; R2 07, 08	Engenharias: Agrimensura, Ambiental, Civil; Geografia.
Rhinocerus	2	XXI-C 18; LABMEC	Design
Scilab	4	XXI-C 12, 16, 17; LABMEC	Arquitetura, Engenharias.
Scratch	1	XXI-A 16	Jogos Digitais
Sistema TOEFL	1	XXI-C 09	Diversos
Sistemas Domínio	1	LABCPC	Ciências Contábeis
SLOGO	1	LAB5T	Colégio UNESC
Software Básicos: Pacote Office, Acrobat Reader, Antivírus, Compactador e descompactador de arquivos, Navegadores padrão, drives para gravadores.	34 Grandes 05 Pequenos	XXI-A 01, 02, 08, 09, 15, 16; XXI-B 01, 02, 08, 09; XXI-C 08 a 21; R1 08, 10, 11; R2 06, 07, 08; LABCPC; LABCPSE, LABMEC, LAB5T. LabPoSEAD, Lab Conforto, EPJ I, II, III	Cursos Diversos
Solidworks	2	R2 08; LABMEC	Eng. Mecânica
SQLServer	2	XXI-A 02, 16	Ciência da Computação
SQLyog	2	XXI-A 02, 16	Ciência da Computação
SybaseAnywhere	2	XXI-A 02, 16	Ciência da Computação

Programas	Quantidade de laboratórios	Laboratórios	Cursos que utilizam
TabWin	2	XXI-B 01; R2 06	Medicina e Enfermagem
Topograph	1	XXI-C 18	Engenharias: Agrimensura, Ambiental, Civil
Unity	2	XXI-A 08, 09	Jogos Digitais
Workbench	2	XXI-A 02, 16	Ciência da Computação

Fonte: Departamento de Tecnologia da Informação (maio, 2017).

8.3.2 Recursos de Informática

Quadro 27 - Recursos de Informática Disponíveis

Laboratório	Tipo Equipamento	Equipamentos Auxiliares	Nº Estações	Capacidade Aproximada
XXI-A 01	Comp. HP Compaq 8200 Core i5, HD de 500Gb, 4Gb de memória e monitor LCD de 20"	01 Projetor Multimídia 02 ar-condicionados	24	50 pessoas
XXI-A 02	Comp. LENOVO core i3, HD de 500Gb, 4Gb de memória e monitor LCD de 19,5"	01 Projetor Multimídia 02 ar-condicionados	24	50 pessoas
XXI-A 08	Comp. DELL Core i7, HD de 500Gb, 8GB de memória", placa de vídeo de 2Gb e monitor LCD de 19"	01 Projetor Multimídia 02 ar-condicionados	24	50 pessoas
XXI-A 09	Comp. DELL Core i7, HD de 500Gb, 8GB de memória", placa de vídeo de 2Gb e monitor LCD de 19"	01 Projetor Multimídia 02 ar-condicionados	24	50 pessoas
XXI-A 15	Comp. IBM Lenovo Core i3, HD de 500Gb, 4GB de memória e monitor LCD de 18,5"	01 Projetor Multimídia 02 ar-condicionados	24	50 pessoas
XXI-A 16	Comp. HP COMPAQ 6200 Pro SFF Core i3, HD de 500GB, 4Gb de memória, monitor LCD de 19"	01 Projetor Multimídia 02 ar-condicionados	24	50 pessoas
XXI-B 01	Comp. HP COMPAQ 6200 Pro Small Form Factory, HD de 500GB, 4Gb de memória e monitor LCD de 19"	01 Projetor Multimídia 02 ar-condicionados	24	50 pessoas
XXI-B 02	Comp. IBM Lenovo Core i3, HD de 500Gb, 4GB de memória e monitor LCD de 18,5"	01 Projetor Multimídia 02 ar-condicionados	24	50 pessoas
XXI-B 08	Comp. IBM Lenovo Core i3, HD de 500Gb, 4GB de memória e monitor LCD de 18,5"	01 Projetor Multimídia 02 ar-condicionados	24	50 pessoas
XXI-B 09	Comp. IBM Lenovo Core i3, HD de 500Gb, 4GB de memória e monitor LCD de 18,5"	01 Projetor Multimídia 02 ar-condicionados	24	50 pessoas
XXI-C 08	Comp. DELL Core i7, HD de 1Tb, 8GB de memória e monitor LCD de 19"	01 Projetor Multimídia 02 ar-condicionados	24	50 pessoas

Laboratório	Tipo Equipamento	Equipamentos Auxiliares	Nº Estações	Capacidade Aproximada
XXI-C 09	Comp. Dell Optiplex 780 Core 2 Duo, HD 160GB, 4GB de memória e monitor LCD 17"	01 Projetor Multimídia 02 ar-condicionados	24	50 pessoas
XXI-C 10	Comp. Dell Optiplex 780 Core 2 Duo, HD 160GB, 4GB de memória e monitor LCD 17"	01 Projetor Multimídia 02 ar-condicionados	24	50 pessoas
XXI-C 11	Comp. IBM Lenovo Core i3, HD de 500Gb, 4GB de memória e monitor LCD de 18,5"	01 Projetor Multimídia 02 ar-condicionados	24	50 pessoas
XXI-C 12	Comp. HP COMPAQ 6200 Pro SFF Core i3, HD de 500Gb, 4Gb de memória e monitor LCD de 19"	01 Projetor Multimídia 02 ar-condicionados	24	50 pessoas
XXI-C 13	Comp. Athlon Dual Core HP DC5850 2.2, HD 160GB, 1Gb + 128Mb de memória e monitor LCD 17"	01 Projetor Multimídia 02 ar-condicionados	24	50 pessoas
XXI-C 14	Comp. THINPC, HD de 320GB, 4GB de memória e monitor LCD de 17"	01 Projetor Multimídia 02 ar-condicionados	24	50 pessoas
XXI-C 15	Comp. IBM Lenovo Core i3, HD de 500Gb, 4GB de memória e monitor LCD de 18,5"	01 Projetor Multimídia 02 ar-condicionados	24	50 pessoas
XXI-C 16	Comp. IBM Lenovo Core i3, HD de 500Gb, 4GB de memória e monitor LCD de 18,5"	01 Projetor Multimídia 02 ar-condicionados	24	50 pessoas
XXI-C 17	Comp. Dell Optiplex 780 Core 2 Duo, HD 160GB, 4GB de memória e monitor LCD 17"	01 Projetor Multimídia 02 ar-condicionados	24	50 pessoas
XXI-C 18	Comp. IBM Lenovo Core i3, HD de 500Gb, 4GB de memória e monitor LCD de 18,5"	01 Projetor Multimídia 02 ar-condicionados	24	50 pessoas
XXI-C 19	Comp. Dell Optiplex 780 Core 2 Duo, HD 160GB, 4GB de memória e monitor LCD 17"	01 Projetor Multimídia 02 ar-condicionados	24	50 pessoas
XXI-C 20	Comp. Dell Optiplex 780 Core 2 Duo, HD 160GB, 4GB de memória e monitor LCD 17"	01 Projetor Multimídia 02 ar-condicionados	24	50 pessoas
XXI-C 21	Comp. ITAUTEC, HD de 500Gb, 4Gb de memória e monitor LCD de 18,5"	01 Projetor Multimídia 02 ar-condicionados	24	50 pessoas
LABCPC	Comp. THINPC, HD de 250GB, 4GB de memória e monitor LCD de 19"	03 Projetores Multimídia 02 ar-condicionados - centrais	110	110 pessoas

Laboratório	Tipo Equipamento	Equipamentos Auxiliares	Nº Estações	Capacidade Aproximada
		01 Impressora Laser – C. Contábeis 01 Sistema de Som		
LABCPSE	Comp. THINPC, HD de 320GB, 4GB de memória e monitor LCD de 17”	01 Projetor Multimídia 02 ar-condicionados 01 TV de plasma 01 Impressora	32	55 pessoas
Bloco R1 08	Comp. HP 402G1, HD de 500Gb, 4GB de memória e monitor LCD de 19”	01 Projetor Multimídia 02 ar-condicionados	40	55 pessoas
Bloco R1 10	Comp. LENOVO core i3, HD de 500Gb, 4Gb de memória e monitor LCD de 18,5”	01 Projetor Multimídia 02 ar-condicionados	40	55 pessoas
Bloco R1 11	Comp. THINPC, HD de 320GB, 4GB de memória e monitor LCD de 17”	01 Projetor Multimídia 02 ar-condicionados 01 Impressora Laser – C. Administração	56	56 pessoas
Bloco R2 06	Comp. LENOVO core i7, HD de 500Gb, 8GB de memória e monitor LCD de 18,5”	01 Projetor Multimídia 06 ar-condicionados Impressora Laser – C. Medicina	56	56 pessoas
Bloco R2 07	Comp. LENOVO core i7, HD de 500Gb, 8GB de memória e monitor LCD de 18,5”	01 Projetor Multimídia 06 ar-condicionados	56	56 pessoas
Bloco R2 08	Comp. LENOVO core i7, HD de 500Gb, 8GB de memória e monitor LCD de 18,5”	01 Projetor Multimídia 06 ar-condicionados	56	56 pessoas
Bloco T 05	Comp. LENOVO core i7, HD de 500Gb, 8GB de memória e monitor LCD de 19,5”	01 Projetor Multimídia 06 ar-condicionados	56	56 pessoas
LABMEC 26	22 comp. IBM Lenovo Core i3, HD de 500Gb, 4GB de memória e monitor LCD de 22” 13 comp. Workstation LENOVO, HD de 1Tb, 8 Gb de memória e monitor LCD de 22”	01 Projetor Multimídia 01 ar-condicionado central	35	56 pessoas
LABSEAD	Comp. Athlon Dual Core HP DC5850 2.2, HD 160GB, 2GB de memória e monitor LCD 17”	01 Projetor Multimídia 01 ar-condicionado	12	12 pessoas
EPJ I	Comp. DELL Core i7, HD 1Tb, 8GB de memória e monitor LCD de 19”	01 ar-condicionado	15	30 pessoas
EPJ II	Comp. DELL Core i7, HD 1Tb, 8GB de memória e monitor LCD de 19”	01 ar-condicionado	15	30 pessoas
EPJ III	Comp. DELL Core i7, HD 1Tb, 8GB de memória e monitor LCD de 19”	01 ar-condicionado	15	30 pessoas

Laboratório	Tipo Equipamento	Equipamentos Auxiliares	Nº Estações	Capacidade Aproximada
Lab. Conforto	Comp. LENOVO core i7, HD de 500Gb, 8GB de memória e monitor LCD de 19"	02 IMPRESSORAS A3	10	10 pessoas

Fonte: Departamento de Tecnologia da Informação (maio, 2017).

8.3.3 Relação Equipamento/Estudante

Quadro 28 - Relação Equipamento por Estudante

Tipo / alunos ativos	Qtde alunos	Estações no LabInfo	Alunos/Computador
Colégio UNESC	292	1.182	0,24
Graduação	10.390		8,7
Pós-graduação	1.865		1,57
Total	12.547		10,61

Fonte: Departamento de Tecnologia da Informação (maio, 2017).

8.3.4 Recursos Tecnológicos e de Audiovisual

Quadro 29 - Equipamento de Apoio para Atendimento em Geral

Tipo de Equipamento	Quantidade - 2017
Amplificador “cabeçote”	01
Aparelho de DVD	10
Aparelho <i>Microsystem</i>	05
Aparelho <i>Mixer Reverb</i> LTO – 12 efeitos	01
Aparelho Videocassete	06
Caixa amplificada (média/grande)	08
Caixa amplificada <i>pop line</i> (pequena)	07
Caixa não amplificada 60P	04
Caixa <i>subwoofer</i> Fixo	191
Caixa de <i>Hayonik</i> Amplificada Passiva (retorno)	01
Caixa de <i>Hayonik</i> Amplificada Passiva	02
Caixa <i>subwoofer</i> Móvel	22
Computador Fixo (sala de aula/laboratório)	210
Computador Móvel (<i>backup</i> /Eventos)	45
Equalizador	02
Mesa de som – 10 canais (bloco P 19)	01
Mesa de som – 05 canais	02
Mesa de som – 16 canais	01
Mesa de som - 22 canais	01
Mesa de som <i>Yamaha</i> Digital (16 canais – <i>simult</i> 32) c/ estojo	01
Microfone auricular – sem fio	03
Microfone com fio	15
Microfone de Lapela	01
Microfone para coral	03

Tipo de Equipamento	Quantidade - 2017
Microfone profissional de mesa	06
Microfone sem fio	06
Microfone sem fio - 2 kits tipo base – 2 unidades cada	11
Módulo de potência para caixas	06
Pedestal para microfone	13
Projektor <i>Slides</i>	02
<i>Rack</i> de Sonorização	05
Retroprojektor	15
Tela Fixa para projeção retrátil	229
Tela móvel para projeção ajustável	17
Televisor	02
Tripé ajustável para tela de projeção	04
Vídeo Projektor Epson PRO G5900	02
Vídeo Projektor Fixo	210
Vídeo Projektor Móvel	26
Vídeo Projektor Multimídia (interativo)	24

Fonte: Departamento de Tecnologia da Informação (maio, 2017).

8.3.5 Modernizações em Tecnologia da Informação

8.3.5.1 Infraestrutura e Comunicação

Infraestrutura de rede e *Datacenter*

Elaboração e implantação do projeto de atualização da infraestrutura de rede e datacenter – em fase de conclusão – contemplando:

- 01 enclosure blade, Dell M1000e, com capacidade para 16 servidores blade
- 05 servidores blade, Dell M630 com 512Gb de memória
- 01 storage, Dell S4020F, com 07 discos SSD de 960GB, 17 discos de 1.2TB 10K e 12 discos de 4TB 7,2K, totalizando 75TB
- 01 unidade de backup com 02 drives LTO 06
- 01 servidor com 36TB para backup em disco
- 09 switch Dell S4048
- 96 switch Dell N1548
- 24 switch Dell N2048
- 30 transceiver Dell SFP 1GB
- 84 transceiver Dell SFP 10GB
- Software para rotinas de backup

- Software para gerenciamento de rede
 - Instalação de 7.000 metros de fibra óptica
 - Fusões ópticas
 - Firewall – implantação de 02 firewall da Fortinet – FortiGate 500D
 - Rede Wi-Fi - modernização da rede wi-fi com instalação de 01 controladora wireless Ruckus ZoneDirector 3000 e 33 Access Point Ruckus ZF7372
 - Upgrade do servidor VRTX com instalação de 48GB de memória e 24TB de disco (storage)
 - Instalado novos servidores virtuais
 - Adesão ao certificado digital SSL da RNP/GlobalSign para servidores da Unesc, sendo o certificado gratuito
 - Link de internet
 - Upgrade do link com a Fapesc de 40Mbps para 200Mbps
 - Contratado link de internet próprio de 80Mbps em 2015, com upgrade para 120Mbps em 2016
 - Rede de fibra ótica – ampliado a rede de fibra óptica em 3.000 metros
- Pontos de rede - instalado/remanejado aproximadamente 3.160 pontos de rede, sendo os principais trabalhos
- Telefonia
 - Remanejado a central telefônica do Iparque, passando a utilizar cabeamento estruturado, devido nova sala de concentração da rede/telefonia, total de 200 pares de telefone
 - Substituição de toda a instalação de telefonia do DG principal da Unesc, tendo aproximadamente 800 pares de cabo de telefone
 - Reinstalação da estrutura de telefonia no bloco S, sendo agora todo o cabeamento estruturado, total de 300 pares de telefone
- 8.3.5.2 Estações de Trabalho e Periféricos

Atualizações:

- Laboratório XXIA-01 com equipamentos do projeto de pesquisa junto a FAPESC
- Adquirido 08 estabilizadores centrais para os laboratórios
- Substituídos 140 monitores CRTs por LCDs

- Laboratório do Bloco S – atualização tecnológica e ampliação de 31 para 56 computadores, com mudança de local para o R2 sala 06
- Adquirido software Team Viewer - software para manutenções remotas
- Substituídos Thinpcs (40) do LabInfo R1 sala 08 por máquinas novas HP
- Substituídos D325 (24) por Thinpcs
- Substituídos 24 computadores Itautec Core i3 por 24 DELL Core i7 no XXI-C sala 08
- Substituídos 48 computadores Lenovo Core i3 por 24 DELL Core i7 com placa de vídeo de 2Gb no XXI-A salas 08 e 09
- Ampliações com atualização
- Laboratórios R11 e R8 para 56 e 40 computadores respectivamente
- Laboratório do bloco R10 de 24 para 40 computadores
- Ampliado a capacidade de memória de 338 computadores
- Implantações
- CPSEC - Centro de Práticas Secretariais e Econômicas
- 03 laboratórios nos Blocos R2 e T, cada um com 56 computadores
- 01 laboratório de informática no I-parque com 35 computadores – 13 workstation e 22 computadores

8.3.5.3 Sistemas e Softwares

- Minha.Unesc - ambiente do acadêmico com diversos serviços disponibilizados, inclusive Serviços Automáticos
- SAU 2.0 - Unificação de todos os sistemas desktop desenvolvimentos pela Unesc em um único ambiente, com melhorias nos módulos acadêmico e financeiro
- Avaliação Institucional na EaD - avaliação que alunos e professores realizam semestralmente, contendo a sua autoavaliação
- Implantação do Novo Ambiente Virtual de Aprendizagem – LMS Moodle
- Novo Portal de Estagiários - implantação baseada no software da empresa Valorizza.
- Conftools – Portal - criação de eventos, cadastro de banners e reenvio de senha
- Clinicas Integradas - Desenvolvido um ambiente para a unificação de pacientes

- Periódicos Unesc - Atualizações no site Periódicos Unesc da versão 2.2.1.0 para 2.4.6.0
- Escriba - Novo serviço de geração de documentos oficiais da Unesc
- Portal RH - É um site dedicado a melhorar a experiência entre a empresa e o colaborador (em implantação)
- Planejamento Estratégico - implantação do módulo de desempenho da empresa SoftExpert
- Gerenciamento de Serviços de TI – ITSM - implantação do gerenciamento dos serviços da TI por meio do módulo ITSM da SoftExpert (em andamento)
- Sistema de Gerenciamento do Atendimento - O SGA oferece o controle de filas de atendimento
- Deep Freeze - instalado 326 licenças do software de proteção

8.3.6 Laboratórios Específicos

Quadro 30 - Laboratórios Específicos por Curso de Graduação

Curso	Laboratórios
Administração	* Centro de Práticas Adm
	*Laboratório Modelo
Arquitetura e Urbanismo	*Ateliê e Maquetarias (05)
Artes Visuais	* Estúdio de Fotografia;
	* Ateliês (03)
	* Sala de Teatro
	* Sala Edi Balod – Espaço de Exposições e Laboratório de Artes Visuais
	* Laboratório Didático de Artes Visuais I e II - LADAV
Biomedicina	*Imaginologia;
	*Laboratório de Ensino em Análises Clínicas I;
	* Laboratório de Ensino em Análises Clínicas I
	*Morfofuncional
	*Parasitologia
Ciência da Computação	*Já computados
Ciências Biológicas	* Laboratório de Farmacologia e Fisiologia
	* Laboratório de Botânica
	* Herbário
	* Horto Florestal
	* Unidade de Zoologia
	* Laboratório de Ensino de Ciência
Ciências Biológicas / Biomedicina	* Laboratório de Química I, II e III
	* Laboratório de Anatomia II
	* Laboratório de Bioquímica
	* Laboratório de Microscopia I e II

Curso	Laboratórios
	*Laboratório de Microbiologia
Ciências Biológicas / Farmácia / Nutrição	*Laboratório Fitoterápicos, Farmacognosia e Homeopatia
Ciências Contábeis	*Centro de Prática Contábeis
Ciências Econômicas	*Laboratório Centro de Práticas Economia - CPE
Design	*Laboratório de Design Iparque
Direito	*Centro de Práticas Jurídicas *Casas da Cidadania
Educação Física	*Laboratório Filosofia do Exercício e Cineantropometria
Educação Física / Biomedicina	*Laboratório de Habilidades I e II
Educação Física / Pedagogia	* Laboratório de Práticas Pedagógicas
Enfermagem	*Clínica Escola de Enfermagem *Técnica Operatória (2)
Engenharia Ambiental e Sanitária	*30 Laboratórios IDT/Iparque *01 Topografia; 01 Cartografia e Geoprocessamento *01 Laboratório de Física Experimental
Engenharia Civil	
Engenharia de Agrimensura	
Engenharia de Materiais	
Engenharia de Produção	
Engenharia Mecânica	
Engenharia Química	
Farmácia / Nutrição	* Controle de Qualidade
	* Tecnologia Farmacêutica e Química Farmacêutica
	* Farmácia Escola; Farmácia Solidária; *Farmacotécnica e Cosmetologia
	* Técnica Dietética e Ciência dos Alimentos (6)
Fisioterapia	* Laboratório de biomecânica; *Laboratório de cinesiologia; *Laboratório de Eletrotermofototerapia;
	*Laboratório de habilidade; Laboratório de pediatria; Laboratório de reabilitação pulmonar;
	* Laboratório de Terapia Manual; *Laboratório de uroginecologia (8)
Geografia	* Laboratório de Geociências e Recursos Hídricos
	* Laboratório de Ensino e Pesquisa em Geoprocessamento
História	* Cedoc
	* Laboratório de Arqueologia
Jogos Digitais (Tecnologia)	*Já computados
Letras	* Laboratório de Pesquisas do Curso de Letras
Matemática	* Laboratório de Matemática
	* Laboratório de Física
Medicina	*Patologia
Odontologia	* Multifuncional em Odontologia; Prótese (2)
Pedagogia	* Brinquedoteca
	* Dinâmicas
Secretariado Executivo	*Laboratório Modelo
Secretariado Executivo / Letras	* Laboratório de Línguas
Total de Laboratórios Específicos	117

Fonte: Cursos de Graduação (2017)

Quadro 31 - Laboratórios Específicos por Programa *Stricto Sensu*

Curso	Laboratórios
Mestrado e Doutorado em Ciências Ambientais	Laboratório de Materiais Cerâmicos Laboratório de Pesquisa em Planejamento e Gestão Territorial Laboratório de Interação Animal-Planta Laboratório de Gestão Integrada e Ambientes Costeiros Laboratório de Ecologia de Paisagem e de Vertebrados Laboratório de Sociedade, Desenvolvimento e Meio Ambiente Laboratório de Ecologia de Paisagem e de Vertebrados Laboratório de Arqueologia Pedro Ignácio Schmitz Laboratório de Pesquisa em Planejamento e Gestão Territorial Laboratório de Plantas Medicinais Herbário Pe. Raulino Reinz Laboratório de Meio Ambiente, Desenvolvimento Humano e Psicologia Ambiental
Mestrado e Doutorado em Ciências da Saúde	Laboratório de Biologia Celular e Molecular Laboratório de Epidemiologia Laboratório de Fisiologia e Bioquímica do Exercício; Laboratório de Fisiopatologia Laboratório de Microbiologia Experimental Laboratório de Neurociências Laboratório de Neurotoxicidade e Neuroproteção – Neurotox.
Mestrado em Ciências e Engenharia de Materiais	Laboratório de Materiais I (LAMAT I) Laboratório de Materiais II (LAMAT II) Laboratório de Materiais de Construção Civil Laboratórios do Parque Científico e Tecnológico (I-Parque) Laboratórios disponibilizados pelo convênio Unesc/Senai
Mestrado em Desenvolvimento Socioeconômico	Laboratórios compartilhados (sala do PPGDS)
Mestrado em Direito	Laboratórios compartilhados (sala do PPGD)
Mestrado em Educação	Laboratório de Prática de Ensino de Ciências Laboratório de Educação Matemática Laboratório de Pesquisa de Letras – LAPE Laboratório do Grupo de Pesquisa GEDEST Laboratório de Estudos Pedagógicos em Educação Física
Mestrado em Saúde Coletiva	Laboratórios compartilhados (sala do PPGSCol)

Fonte: Programas de Pós-graduação *stricto sensu* (2017).

No Quadro 32, são apresentados os demais laboratórios da Universidade utilizados para o ensino e/ou prestação de serviços:

Quadro 32 - Laboratórios Específicos para Ensino e/ou Prestação de Serviço

Laboratório
Laboratório de química farmacêutica e controle de qualidade
Laboratório de biofísica
Laboratório de imunologia
Laboratório de termoterapia e fototerapia
Laboratório de hidrocinesioterapia
Laboratório de primeiros socorros
Laboratório de fisioterapia respiratória
Laboratório de semiologia e consultório de avaliação
Laboratório de manipulação

Laboratório
Laboratório de sedimentologia
Laboratórios de cerâmica
Laboratório de materiais de construção civil
Laboratório de águas e efluentes industriais
Laboratório de solos corretivos e fertilizantes
Laboratório atmosférico
Laboratório de cromatografia
Laboratório de absorção atômica
Laboratório de ecotoxicologia
Laboratório de ictiologia

Fonte: Cursos de Graduação (2017).

8.4 IPARQUE - PARQUE CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO

O Parque Científico e Tecnológico está alocado em uma área de 96 hectares de propriedade da Universidade do Extremo Sul Catarinense. Nesta área, a Unesc iniciou seu relacionamento com diversas empresas, por meio do atendimento realizado pelo então Instituto de Pesquisas Ambientais e Tecnológicas – Ipat – no ano de 1998. Em função da diversidade de empreendedores e da constante procura por auxílio no desenvolvimento de produtos e de melhoria da qualidade, outros institutos foram sendo estruturados, inicialmente como laboratórios especializados, como forma de atender tais demandas. No ano de 2005, iniciou-se o projeto para transformar a área em que estão instalados os institutos em um Parque Científico e Tecnológico cujos institutos são:

O Instituto de Pesquisas Ambientais Tecnológicas (Ipat) foi criado para responder às demandas da área ambiental. Utiliza moderna tecnologia, considerando o desenvolvimento e o estado da arte na articulação, confecção de projetos e soluções para a área ambiental. O Ipat congrega diversas especialidades com a missão de interagir com a comunidade por meio da prestação de serviços de excelência e da proposição de soluções nas áreas ambiental e tecnológica, apoiando atividades de ensino e pesquisas de graduação, especialização, mestrado e doutorado, além de atividades de extensão com projetos que beneficiam as comunidades local e regional. A Instituição busca em seus ideais a melhor qualidade de vida das pessoas, contribuindo na construção de um ambiente equilibrado e que possibilite desenvolvimento humano e tecnológico.

O Instituto de Alimentos (Iali) chegou para ser referência nos segmentos de pesquisa, desenvolvimento e inovação, na área de conhecimento aplicado em alimentos e saúde animal no estado de Santa Catarina. O Ialli conta com os laboratórios de Microbiologia, Físico-químico. Todos devidamente equipados, com profissionais qualificados e dispõem de

processos altamente eficazes para garantir resultados seguros. O Instituto de Alimentos pretende colaborar com os órgãos oficiais de fiscalização e regulamentação, a fim de garantir o controle de qualidade dos produtos e a segurança alimentar em seus diversos níveis.

O Instituto de Engenharia e Tecnologia (IDT) contribui no apoio e desenvolvimento tecnológico das empresas, além de sua manutenção e expansão dos índices de competitividade, os quais são alcançados por meio dos serviços desenvolvidos por equipe qualificada, bem como as observâncias das principais necessidades e tendências de mercado. Além dos serviços tradicionais, o IDT oferece apoio ao desenvolvimento de projetos de P&D +I nos diversos setores industriais.

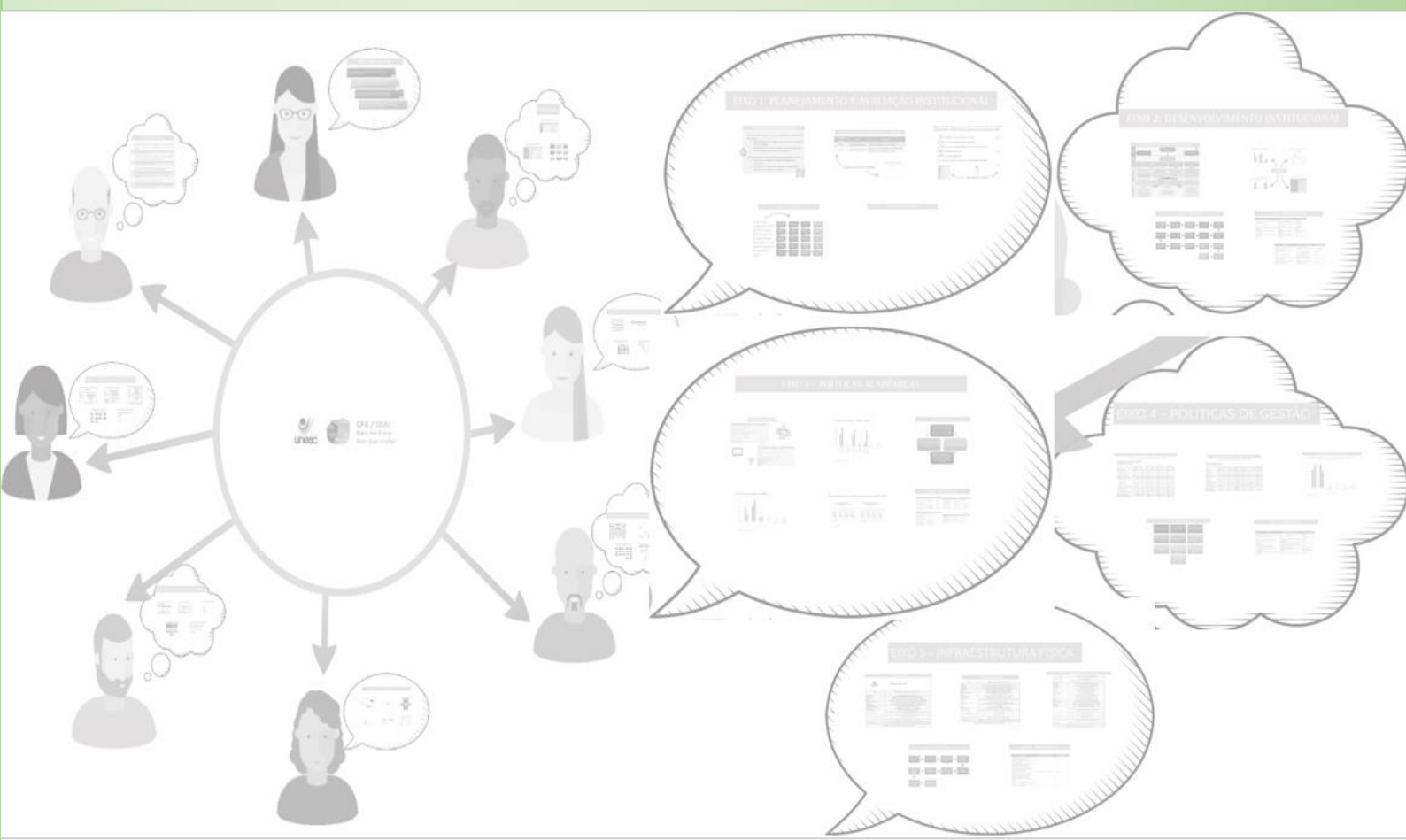
O Instituto de Pesquisa Socioeconômica Aplicada (Ipese) realiza pesquisas de mercado, socioeconômicas e demográficas. Com uma equipe multidisciplinar, composta por professores e técnicos da área de ciências sociais aplicadas, estuda dados primários provenientes de contratos para pesquisas de mercado e estudos socioeconômicos e dados secundários derivados dos bancos de dados em redes de instituições públicas oficiais.

O Instituto de Pesquisa em Tecnologia Educacional (Ipete) é voltado para criar e estudar soluções inovadoras na área de educação. É no Ipete que o conhecimento de professores de diferentes especialidades e formações se reúne em prol da melhoria dos processos educacionais. Mesclando alta tecnologia com educação, o Ipete pesquisa, desenvolve e propõe melhorias inovadoras que têm como resultado final o aumento nos índices de aprendizado e na capacitação dos profissionais de educação.

A Incubadora Tecnológica de Ideias e Negócios (Itec.in) abriga empresas incubadas, para as quais a Itec.in disponibiliza suporte técnico e gerencial. A estrutura disponível no Itec.in possibilita a incubação de 15 micros e pequenas empresas. Ao oferecer um ambiente propício para o desenvolvimento de um novo negócio e com o apoio de uma entidade acadêmica de credibilidade e profissionais apresenta suporte necessário, a Itec.in busca mudar essa realidade e desenhar um novo panorama.

9

AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL



9 AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

A concepção teórica da Avaliação Institucional demonstra que ela não é um processo puramente burocrático, mas que possui a função de promover uma mudança social no meio em que é desenvolvida. Na Unesc, essa concepção é embasada nos paradigmas que compreendem o processo como um elemento que equilibra as concepções formativas (emancipatórias) e somativas (regulatórias), com predominância da primeira. Autores como Belloni (1999), Trigueiro (1995), Ristoff e Giollo (2006) sustentam o que a Unesc defende, por apresentarem definições condizentes com os valores assumidos pela Universidade e por compreenderem que a avaliação institucional precisa gerar mudanças que devem ser empreendidas a partir do processo de planejamento.

No Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes), instituído pela Lei 10.861, de 14 de abril de 2004, a concepção sobre Avaliação Institucional está claramente definida. O Sistema resgata elementos que eram difundidos nas práticas de avaliação institucional no Brasil, mas com um posicionamento equilibrado entre os movimentos de avaliação e regulação. Dessa forma, o Sinaes “fundamenta-se em princípios e objetivos vinculados aos interesses sociais da Educação Superior” (SINAES, 2004, 94). No Sistema, explicita-se a ideia de uma autoavaliação com caráter educativo, “devendo ser evitados os rankings e classificações pelas notas, mensões e distintos códigos numéricos, alfabéticos e outros” (SINAES, 2004, p. 105). Isso sugere a utilização de múltiplos instrumentos aplicados de forma articulada e coerente, e ampla participação de agentes internos e externos no processo avaliativo das IES (SINAES, 2004).

Em termos de exigências legais, para fazer parte do sistema de educação superior do país e obter os certificados de autorização de funcionamento, credenciamento e credenciamento, cada instituição deve obrigatoriamente implementar o seu próprio movimento de autoavaliação. A autoavaliação das IES “[...] será o instrumento básico, obrigatório e imprescindível para todos os atos de regulação, cujo exercício é prerrogativa do Estado. Por outro lado, toda regulação se fará de modo articulado à autoavaliação” (SINAES, 2004, p. 98). O Sinaes (2004, p. 98) concebe a ideia de uma autoavaliação permanente visando:

[...] produzir conhecimentos, pôr em questão a realização das finalidades essenciais, identificar as causalidades dos problemas e deficiências, aumentar a consciência pedagógica e a capacidade profissional dos professores, tornar mais efetiva a vinculação da instituição com o entorno social e a comunidade mais ampla, julgar acerca da relevância científica e social de suas atividades e seus produtos, prestar

contas à sociedade, justificar publicamente sua existência e fornecer todas as informações que sejam necessárias ao conhecimento do Estado e da população [...]. Neste sentido, os processos de autoavaliação devem ser permanentes, isto é, devem constituir-se em uma cultura internalizada nas estruturas e nas ações institucionais.

Em relação aos procedimentos de avaliação institucional, a base do Sinaes preconiza a aplicação de instrumentos quantitativos e qualitativos e de ações articuladas entre a avaliação interna e externa, assegurando “plena liberdade de expressão e comprometimento com a busca do rigor e da justiça”. Destaca-se também a importância de se motivar a ampla participação da comunidade acadêmica nos processos avaliativos.

Para fins operacionais, a depender do modelo institucional, sugere-se a criação de subcomissões conforme as necessidades e características de cada IES para auxiliar na organização dos relatórios parciais que comporão o relatório de autoavaliação, organizado pela CPA.

9.1 MISSÃO, PRINCÍPIOS E VALORES DO SEAI

O Setor de Avaliação Institucional – Seai – tem como missão: “promover e realizar avaliação periódica das atividades desenvolvidas na Universidade, efetuando diagnóstico propositivo e socializando os resultados a fim de subsidiar o planejamento e a tomada de decisão para a melhoria da qualidade institucional.

Seus princípios e valores são, assim, expressos:

- Oferecer e socializar informações precisas, por meio de processos avaliativos e propositivos, considerando a diversidade dos serviços prestados pela Instituição;
- Ter postura ética, como princípio norteador das relações pessoais e profissionais, nos processos avaliativos;
- Agir com sigilo, imparcialidade e fidedignidade com os dados e as informações dos resultados obtidos nas avaliações;
- Realizar e promover o processo de avaliação de forma ágil, com seriedade e competência, assegurando a confiança e a credibilidade dos diagnósticos, possibilitando o seu uso no planejamento e na tomada de decisão;
- Comprometer-se com os processos avaliativos, com o Setor de Avaliação Institucional e com a Universidade;

- Acolher os colegas de trabalho, bem como as solicitações de avaliação dos setores, analisando a necessidade dos dados que se quer pesquisar, e sua integração com o processo avaliativo;
- Persistir no aperfeiçoamento contínuo das ações da Avaliação Institucional;
- Favorecer, por meio dos resultados da Avaliação Institucional, processos de autoavaliação nos diversos setores da Instituição.

9.2 AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL: ORGANIZAÇÃO, OBJETIVOS E METODOLOGIA

9.2.1 Comissão Própria de Avaliação - CPA

Em função das diretrizes do governo federal em relação ao ensino superior e atendendo o Sinaes, a Unesc instituiu, em junho de 2004, a Comissão Própria de Avaliação (CPA).

De acordo com a Resolução do Consu nº 12/2012, a CPA tem como atribuições: a condução dos processos de avaliação interna da Instituição; a sistematização e a prestação das informações solicitadas pelos órgãos que se envolvem com o processo avaliativo e regulatório da educação superior brasileira.

A CPA deve ser composta por:

- 03 (três) docentes titulares, sendo: um representante da graduação, um da pós-graduação, um representante indicado pela Reitoria e um docente suplente indicado pela Pró-reitoria acadêmica;
- 03 (três) técnico-administrativos titulares e 01 (um) técnico-administrativo suplente, indicados pela Pró-reitoria de planejamento e desenvolvimento institucional;
- 02 (dois) discentes titulares e 01 (um) discente suplente, indicados pelo Diretório central dos estudantes (DCE)
- 02 (dois) representantes titulares e 01 (um) suplente, representantes de instituições dos segmentos da Sociedade civil organizada.

A primeira atividade desenvolvida pela CPA é a de sensibilizar a comunidade acadêmica sobre a proposta de avaliação institucional, baseada nas dimensões do Sinaes, além

de participar de reuniões com as Pró-Reitorias, Diretorias, setores e demais órgãos da Instituição para discutir a necessidade e a importância do uso dos resultados.

9.2.2 Objetivos da Avaliação Institucional

O objetivo geral do processo é “Avaliar as ações desenvolvidas pela instituição, por meio de um processo de reflexão-ação-reflexão, para subsidiar a tomada de decisões e contribuir para a consolidação da missão institucional”

Além do objetivo geral, a Autoavaliação é regida pelos seguintes objetivos específicos:

- Fortalecer a missão institucional por meio da revisão e atualização constante do Projeto pedagógico institucional da Unesc, de suas políticas, programas, projetos e ações no âmbito do ensino, da pesquisa, da extensão e dos processos de gestão;
- Desenvolver um processo sistemático de autocrítica com o intuito de fornecer elementos para a qualidade da ação universitária;
- Construir e manter atualizada uma base de dados institucionais, como subsídio permanente para os processos de avaliação e planejamento da Instituição;
- Disponibilizar informações que possam contribuir para reflexão-ação-reflexão, visando ao aprimoramento da qualidade do processo de ensino, pesquisa e extensão;
- Oferecer ao corpo discente e docente indicadores de qualidade de ensino para o aperfeiçoamento do processo de ensino-aprendizagem;
- Avaliar as ações de responsabilidade social da Instituição;
- Avaliar regularmente as condições de infraestrutura da Universidade e a qualidade dos serviços prestados;
- Desenvolver formas de avaliação da Unesc pela comunidade externa, com a participação de egresso, sociedade civil, escolas, autoridades públicas e outros envolvidos com as atividades político-pedagógicas da Instituição.

9.2.3 Princípios da Avaliação Institucional

Os princípios adotados pela Unesc são análogos ao que determina o Sinaes, quando destaca os seguintes:

- Participação – discutir e construir, coletivamente, os instrumentos e métodos de avaliação com a comunidade acadêmica;
- Avaliação global – promover a avaliação de todos os sujeitos envolvidos: coordenadores, docentes, discentes, funcionários e agentes externos;
- Legitimidade – utilizar métodos participativos e capazes de garantir a construção coletiva de indicadores adequados à identidade da Unesc;
- Identidade institucional - respeitar à história, à cultura construída ao longo da existência da Unesc, enquanto Universidade Comunitária;
- Não punição ou premiação – Não utilizar os resultados da avaliação institucional para fins de classificação, punição ou premiação; Continuidade – reconhecer a avaliação institucional como um processo e permanente, uma vez que seus resultados implicam mudanças de médio e longo prazos;
- Devolução e socialização dos resultados – manter o compromisso de devolver e socializar os resultados a toda comunidade, considerando a privacidade e o sigilo de informações que dizem respeito às individualidades.

9.2.4 Procedimentos Metodológicos

Mantendo-se a tradicional cultura de participação da comunidade acadêmica da Unesc, a CPA propõe a implementação de métodos que considerem aspectos quantitativos e qualitativos, e que assegurem a participação efetiva de representantes dos segmentos da comunidade acadêmica. Isso deve ser assegurado desde a discussão da proposta de Projeto de Autoavaliação da Instituição, nas formulações dos indicadores, nos processos avaliativos e nas discussões dos resultados.

9.2.5 Instrumentos e Formas de Avaliação

Considerando os objetivos e objetos propostos no projeto de avaliação institucional, poderão ser desenvolvidos múltiplos instrumentos e formas de avaliação mediante participação de gestores, discentes, docentes, funcionários, egressos e representantes da comunidade externa. Todos os instrumentos e forma de avaliação serão elaborados de acordo com os indicadores de qualidade estabelecidos nacional e institucionalmente.

Atualmente, são mais de 30 instrumentos que avaliam todos os elementos relacionados com as atividades de ensino, pesquisa, extensão e gestão, na Universidade.

Em relação aos procedimentos metodológicos, os que se destacam são os seguintes:

- Análise documental ou dados secundários – forma de avaliação que tem por objetivo identificar e analisar os principais documentos, ou informações Institucionais sistematizadas, que explicitem a missão e os objetivos da Universidade e de seus setores, cujos principais são: projeto pedagógico institucional, projeto pedagógico dos cursos, estatuto e regimento e planos de ensino.
- Questionários – instrumento para identificar e avaliar o nível de percepção de qualidade sobre atividades de ensino, pesquisa, extensão e serviços desenvolvidos pela Instituição. Pode ser aplicado por meio de entrevista ou utilizados questionários de autoaplicação, na forma escrita ou *on line*;
- Fóruns temáticos de avaliação/discussão ou grupos focais – forma de avaliação realizada nos fóruns, colegiados institucionais ou junto a um grupo de participantes selecionados, visando a debater e a aprofundar temática previamente definida e agendada.

9.2.6 Dimensões Institucionais da Avaliação

Sem perder de vista a autonomia da universidade e sua cultura institucional, a avaliação tem como referência os instrumentos formais disponibilizados pelo Ministério da Educação, complementados pelos demais elementos introduzidos pela regulação, nisso considerando os indicadores de curso e institucionais, respectivamente denominados de Conceito Preliminar de Curso (CPC) e Índice Geral de Cursos Avaliados da Instituição (IGC), por entender que este documento vem ao encontro da concepção e dos objetivos traçados pela experiência de avaliação da Unesc.

Além disso, à época de atualização do PDI, a Unesc também considerou os aspectos destacados na Nota Técnica n. 65, de 2004, reconhecendo que a avaliação engloba os eixos temáticos e as dimensões que são consolidadas no Sistema. Em relação aos eixos, os seguintes elementos devem ser apontados:

- Eixo 01: Planejamento e avaliação institucional: que considera as dimensões “Planejamento e avaliação”, o Relato Institucional que descreve os principais elementos do

processo de avaliação que sustenta a revisão do PDI e que destaca os eventos que marcam a série história da avaliação na instituição;

- Eixo 02: Desenvolvimento institucional: que considera as dimensões “Missão e PDI” e “Responsabilidade social”
- Eixo 03: Políticas acadêmicas: Que abrange as dimensões “Políticas para o ensino, pesquisa e extensão”; “Comunicação com a sociedade” e “Políticas de atendimento aos discentes”
- Eixo 04: Políticas de gestão: que compreende as dimensões “Políticas de pessoal”, “Organização e gestão da instituição” e “Sustentabilidade financeira”;
- Eixo 05: Que contempla a “infraestrutura física”.

O detalhamento dos procedimentos avaliativos utilizados em cada uma das dimensões que compõem os eixos seguem descritos no Quadro 33:

Quadro 33 - Procedimentos de Avaliação por Dimensão

Dimensão	Procedimentos de Autoavaliação
Missão e Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI)	Análise documental: Sistematizar as atividades desenvolvidas no âmbito da instituição com a finalidade de identificar as que se relacionam ou não com a missão; Analisar coerência entre Missão, PDI e PPI; Analisar articulação entre PDI, Planejamento Estratégico e o PPI no que diz respeito às políticas de ensino, de pesquisa, de extensão, de gestão acadêmica e administrativa e avaliação institucional; Analisar perfil dos ingressantes e dos egressos. Aplicação de instrumentos de avaliação: Avaliar o grau de conhecimento e apropriação do PPI e da Missão pela comunidade acadêmica. Fórum de debates: Discutir e elencar os indicadores de qualidade da Instituição.
Política de Ensino	Análise documental: Analisar: a coerência entre as matrizes curriculares dos cursos de graduação; os parâmetros curriculares nacionais. Observar coerência entre objetivos do curso, missão e PPI. Analisar e sistematizar informações sobre prática interdisciplinar, flexibilidade curricular e planos de ensino. Identificar o percentual de docentes e discentes envolvidos nos programas de pesquisa e extensão e seus respectivos cursos de graduação e o percentual de docentes que participam dos cursos de formação continuada e seus respectivos cursos de graduação. Aplicação de instrumentos de avaliação: Verificar a opinião de alunos, professores e coordenadores sobre a qualidade do processo ensino-aprendizagem em sala de aula de acordo com os indicadores de qualidade estabelecidos e a opinião de coordenadores e docentes sobre os programas de formação continuada. Fórum de debates: Discutir e definir os indicadores de qualidade do processo ensino-aprendizagem; avaliar aspectos relacionados ao processo de ensino, culminando com a sistematização e produção de relatório-síntese.
Política para Pesquisa	Análise documental: Analisar e sistematizar: resultados de atividades de pesquisas desenvolvidas no âmbito dos cursos de graduação e pós-graduação (TCCs, Monografias, Dissertações, Teses e publicações); atividades de pesquisa e serviços desenvolvidos pelo IPARQUE; Identificar o número de grupos de pesquisas cadastrados no CNPq; Identificar o percentual de docentes e discentes envolvidos nos programas de pesquisa; Analisar a evolução dos programas de pesquisa. Aplicação de instrumentos de avaliação: Verificar a opinião de estudantes, professores, pesquisadores e coordenadores de cursos sobre os programas de pesquisa, infraestrutura, política de pesquisa, editais, eventos científicos e

Dimensão	Procedimentos de Autoavaliação
	<p>encaminhamentos dos trabalhos pela PROPEX.</p> <p>Fórum de debates: Discutir e definir os indicadores de qualidade para a pesquisa; Avaliar aspectos relacionados à política de pesquisa, culminando com sistematização e produção de relatório-síntese.</p>
Política para Pós-Graduação	<p>Análise documental: Fazer levantamento de dados e sistematização: de todos os cursos, currículos, programas e titulação dos docentes; das publicações de docentes e discentes; do número de bolsas de pesquisa; da coerência entre linhas de pesquisa com Missão, PPI e PDI; da participação dos docentes nos programas de pesquisa da instituição; Verificar as linhas de pesquisa e os critérios para a escolha dos orientadores de monografia e dissertações; os conceitos da CAPES; Avaliar a relação entre graduação e a pós-graduação.</p> <p>Aplicação de instrumentos de avaliação: Verificar a opinião de alunos, professores e coordenadores sobre as condições de infraestrutura física e recursos didático-pedagógicos; a opinião de alunos e professores sobre o processo de ensino-aprendizagem dos cursos <i>latu e stricto sensu</i>.</p> <p>Fórum de debates: Discutir e definir os indicadores de qualidade do ensino de pós-graduação <i>latu e stricto sensu</i>; Avaliar os aspectos relacionados ao processo de ensino, culminando com sistematização e produção de relatório-síntese.</p>
Política para a Extensão	<p>Análise documental: Analisar e sistematizar as atividades de extensão desenvolvidas no âmbito da universidade. Analisar: a relação e coerência entre programas de extensão, missão e responsabilidade social da Instituição; a articulação da extensão com ensino e pesquisa. Identificar: o número de estudantes e professores nos projetos de extensão; o número de projetos por cursos e por áreas de conhecimento; os projetos com envolvimento da comunidade externa: convênios, parcerias, etc.</p> <p>Aplicação de instrumentos de avaliação: Verificar opiniões internas e externas sobre a qualidade das atividades de extensão, programas e projetos.</p> <p>Fórum de debates: Discutir e definir os indicadores de qualidade para as atividades de extensão; Avaliar a política de extensão desenvolvida pela Instituição.</p>
Política para o Ead	<p>Análise documental: Analisar coerência entre as matrizes curriculares dos cursos, o planejamento e a organização dos projetos com o PPI, a missão e o PDI. Analisar e sistematizar: as informações sobre prática interdisciplinar, flexibilidade curricular e planos de ensino; os convênios entre instituições, secretarias e empresas nos projetos em EaD. Observar a coerência entre objetivos do curso, missão e PPI.</p> <p>Aplicação de instrumentos de avaliação: Verificar: a opinião de alunos, professores e coordenadores sobre a qualidade do processo ensino-aprendizagem na modalidade EaD de acordo com os indicadores de qualidade estabelecidos; a opinião de coordenadores e docentes sobre os programas de formação continuada; a opinião de discentes e docentes sobre os programas e os projetos desenvolvidos na modalidade EaD; opinião dos professores e coordenadores sobre a organização do trabalho pedagógico; a opinião de discentes e docentes sobre o sistema de comunicação entre professor e aluno, os recursos educacionais/material didático, setor de apoio/infraestrutura específica para EaD.</p> <p>Fórum de debates: Discutir e definir os indicadores de qualidade do processo ensino-aprendizagem na modalidade EaD. Avaliar a política de EaD desenvolvida pela instituição.</p>
Responsabilidade Social da Instituição	<p>Análise documental: Analisar os programas e projetos desenvolvidos pela Instituição e sua coerência com os documentos institucionais.</p> <p>Aplicação de instrumentos de avaliação: Verificar opinião da comunidade interna e externa sobre os principais programas e projetos que caracterizam a responsabilidade social da Instituição.</p> <p>Fórum de debates: Avaliar as políticas de responsabilidade social, desenvolvidas pela Instituição.</p>
Comunicação com a Sociedade	<p>Análise documental: Identificar e sistematizar todos os serviços de comunicação existentes na instituição.</p> <p>Aplicação de instrumentos de avaliação: Verificar a opinião da comunidade interna e externa sobre questões relacionadas à qualidade percebida, confiabilidade e relacionamento com a UNESC. Verificar e analisar a satisfação quanto à qualidade da informação, os meios utilizados e a periodicidade.</p> <p>Fórum de debates: Organizar fóruns visando coletar opiniões e avaliações sobre a</p>

Dimensão	Procedimentos de Autoavaliação
	qualidade da comunicação interna e externa. Discutir a necessidade de serviço de ouvidoria. Discutir e definir os indicadores de qualidade relacionados ao <i>marketing</i> institucional. Avaliar as políticas de comunicação com a sociedade desenvolvidas pela instituição.
Políticas de Pessoal, de Carreira do Corpo Docente e do Corpo Técnico-administrativo	Análise documental: Analisar: os documentos sobre: condições e regime de trabalho, plano de carreira e programa de qualificação profissional; o edital do processo seletivo interno e externo para docentes e funcionários. Aplicação de instrumentos de avaliação: Verificar: a opinião da comunidade acadêmica sobre os programas de capacitação/atualização, qualidade das relações interpessoais e grau de satisfação pessoal e profissional; a qualidade do atendimento dos serviços prestados pelos profissionais da instituição. Avaliar: os programas voltados para a melhoria da qualidade do ambiente de trabalho; os programas voltados para a saúde dos professores e funcionários. Fórum de debates: Organizar discussão temática de avaliação nos fóruns; Discutir e definir os indicadores de qualidade relacionados a esta dimensão; Avaliar as políticas de pessoal, desenvolvidas pela instituição.
Organização e Gestão da Instituição	Análise documental: Analisar plano de gestão e verificar metas e realizações; Verificar e analisar forma de organização e participação no Planejamento Estratégico/PDI, PPI e PPP; Aplicação de instrumentos de avaliação: Verificar opinião da comunidade interna e externa sobre as políticas da gestão. Fórum de debates: Avaliar as políticas da gestão.
Órgãos colegiados	Análise documental: Analisar: as atas dos órgãos colegiados; os regulamentos internos, normas acadêmicas, regimentos e estatutos. Aplicação de instrumentos de avaliação: Verificar o conhecimento que a comunidade interna tem dos órgãos Colegiados Superiores da FUCRI/Unesc. Identificar, na perspectiva dos participantes de cada Colegiado, os pontos positivos e os que merecem melhoria quanto à composição, atribuição e funcionamento dos órgãos Colegiados Superiores.
Registro de diplomas e certificados	Análise documental: Avaliar as atribuições, estrutura física e organizacional do setor de registros de diplomas e certificados. Aplicação de instrumentos de avaliação: Verificar o conhecimento da comunidade acadêmica quanto às exigências legais, organização do processo e procedimentos do registro dos diplomas e certificados.
Infraestrutura para Viabilizar o Ensino, a Pesquisa, a Extensão e Outros Serviços	Análise documental: Apoio logístico - Avaliar a estrutura de serviços de apoio logístico; Verificar as condições e quantidade dos equipamentos didático-pedagógicos. Estrutura física e manutenção - Sistematizar os dados dos relatórios referentes à infraestrutura física; Identificar os espaços de convívio acadêmico; Analisar projeto de acessibilidade aos portadores de necessidades especiais. Laboratórios específicos: Verificar a quantidade de equipamentos didáticos dos laboratórios. Biblioteca: Identificar se o acervo existente está de acordo com as necessidades da Instituição; Analisar: a adequação do espaço físico de acordo com a demanda de usuários; a quantidade dos equipamentos de informática de acordo com a demanda de usuários; a quantidade de pessoal técnico e administrativo de acordo com a demanda de usuários. Informática: Identificar e analisar a quantidade de equipamentos de informática por estudantes. Aplicação de instrumentos de avaliação: Apoio logístico - Verificar as opiniões sobre a qualidade da infraestrutura e serviços prestados no espaço institucional. Estrutura física e manutenção - Analisar: as condições de manutenção, conservação e adequação do espaço físico (salas de aula, setores administrativos, etc.); as condições dos espaços de convívio acadêmico. Laboratórios específicos: Avaliar as condições de manutenção, conservação, adequação do espaço físico e equipamentos dos laboratórios. Biblioteca - Avaliar o grau de satisfação dos usuários quanto à infraestrutura da Biblioteca. Informática - Avaliar o grau de satisfação dos usuários de equipamentos e serviços de informática (e-mail, acesso à internet, a base de dados do sistema pelos funcionários, etc.); Analisar condições de manutenção, conservação e adequação do espaço físico dos laboratórios de informática. Fórum de debates: Apoio logístico - Discutir e definir indicadores de qualidade relacionados à infraestrutura. Avaliar as políticas de infraestrutura desenvolvidas pela

Dimensão	Procedimentos de Autoavaliação
	Instituição. Estrutura física e manutenção - Discutir e definir indicadores de qualidade relacionados à infraestrutura. Laboratórios específicos - Discutir e definir indicadores de qualidade relacionados à infraestrutura laboratorial. Biblioteca - Discutir e definir os indicadores de qualidade para biblioteca. Informática- Discutir e definir os indicadores de qualidade relacionados à informática; Avaliar as políticas de sistemas de informação desenvolvidas pela instituição.
Planejamento e Avaliação Institucional	Análise documental: Analisar a integração da avaliação institucional com o PDI, PPP e o PPI; Organizar e sistematizar relatórios parciais e integrais das avaliações e as ações decorrentes; Diagnosticar as ações decorrentes do uso de resultados. Aplicação de instrumentos de avaliação: Avaliar a qualidade do processo avaliativo e a eficácia do processo de divulgação dos resultados. Fórum de debates: Discutir e definir os indicadores de qualidade relacionados à avaliação institucional; Avaliar as políticas de avaliação institucional, desenvolvidas pela instituição.
Políticas de Atendimento a Estudantes e Egressos – Ingressantes e matriculados	Análise documental: Identificar: o número de alunos que participam de programas de pesquisa e extensão; o número bolsas de estudo disponibilizadas para os estudantes. Analisar: os programas de atendimento e apoio aos estudantes; os programas de atendimento a alunos de baixa renda; as informações do perfil dos estudantes da Unesc contidos no censo socioeconômico-cultural acadêmico. Identificar e analisar informações sobre evasão/abandono/trancamento/ transferência. Aplicação de instrumentos de avaliação: Avaliar: os serviços e orientações de estágio; a prática do estágio em escolas e empresas; as atividades de ensino, pesquisa e extensão. Fórum de debates: Discutir e definir os indicadores de qualidade relacionados ao atendimento do estudante. Avaliar as políticas de atendimento ao estudante desenvolvidas pela Instituição.
Políticas de Atendimento a Estudantes e Egressos	Análise documental: Identificar e documentar as atividades institucionais voltadas para os egressos. Aplicação de instrumentos de avaliação: Implantar um cadastro geral de registro eletrônico de egressos visando manter comunicação permanente. Verificar a situação profissional dos egressos e opiniões sobre a relação entre mercado de trabalho e as habilidades e competências desenvolvidas no curso. Coletar opinião de empregadores e associações empresariais da região. Fórum de debates: Discutir a necessidade de implantação na instituição do portal do egresso.

Fonte: Setor de Avaliação Institucional (novembro, 2008).

REFERÊNCIAS

ARAUJO, Manoel M. et al. A prática da indissociabilidade do ensino-pesquisa-extensão na universidade. **Rev. Brasileira de AGROCIÊNCIA**. v. 4, n. 3. p. 177-182. Set.-Dez. 1998. Disponível em: <www.ufpel.tche.br>. Acesso em: 10 jul. 2010.

ADRIANI, Ana Gabriela Pedrosa. **A cor da pele: significações construídas nas relações**. 2003. 119f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação - Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

BARROS, Ricardo Paes de; MENDONÇA, Rosane Silva Pinto. **Diferenças entre discriminação racial e por gênero e o desenho de políticas anti-discriminatórias**. Revista estudos feministas, Rio de Janeiro, n. 1, v. 4, p. 183, sem. 1996.

BELLONI, Isaura. A função social da avaliação institucional. In: SOBRINHO, José Dias, RISTOFF, Dilvo. (Org.) **Universidade desconstruída: Avaliação Institucional e resistência**. Florianópolis: Insular, 2000.

BOTELHO, Paula. **Linguagem e letramento na educação dos surdos**. Ideologias e práticas pedagógicas. Belo Horizonte: Autêntica, 2002. 160 p.

BORDENAVE, J.; PEREIRA, A. **Estratégias de ensino aprendizagem**. 4. ed., Petrópolis: Vozes, 1982.

BRASIL. **Lei 10.436 de 24 de abril de 2002**. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/2002/L10436.htm>

BRASIL. **Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008**. Dispõe sobre o estágio de estudantes; altera a redação do art. 428 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943, e a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996; revoga as Leis nos 6.494, de 7 de dezembro de 1977, e 8.859, de 23 de março de 1994, o parágrafo único do art. 82 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e o art. 6º da Medida Provisória no 2.164-41, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/11788.htm>

BRASIL. **Lei nº 11.904, de 14 de janeiro de 2009**. Institui o Estatuto de Museus e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/11904.htm>

BRASIL. **Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014**. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/13005.htm>

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm>

BRASIL. Ministério da Educação. Gabinete do Ministro. **Portaria Normativa n.11, de 20 de junho de 2017**. Estabelece normas para o credenciamento de instituições e a oferta de cursos superiores a distância, em conformidade com o Decreto nº 9.057, de 25 de maio de 2017.

DOU nº 117, 21.06.2017, Seção 1, p.9. Disponível

em:<<https://abmes.org.br/arquivos/legislacoes/Port-Normativa-011-2017-06-20.pdf>>

BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria n. 45, de 23 de janeiro de 2013.**

Credenciamento da Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC), com sede no Município de Criciúma, no Estado de Santa Catarina. D.O.U. de 23/1/2013, Seção 1, Pág.5. Disponível

em:<<http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=23/01/2013&jornal=1&pagina=5>>

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. 292 p.

BRASIL. **Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais.** Brasília, 1994.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Parecer CNE/CP n. 8, de 06 de março de 2012. Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos. Disponível em: <<http://www.sdh.gov.br/assuntos/direito-para-todos/pdf/ParecerhomologadoDiretrizesNacionaisEDH.pdf>>

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Conselho Pleno. Resolução n. 1, de 30 de maio de 2012. Estabelece Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos. Disponível em:

http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=10889-rcp001-12&category_slug=maio-2012-pdf&Itemid=30192

BRASIL. **Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004.** Regulamenta as Leis nos 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Brasília: DF. 2004.

BRASIL. **Lei n. 10.639, de 9 de janeiro de 2003.** Altera a Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/2003/L10.639.htm>

BRASIL. **Lei nº 11.645, de 10 março de 2008.** Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei no 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena". Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2008/lei/l11645.htm>

BRASIL. Ministério da Educação. **Instrumento de Avaliação Institucional Externa.** Brasília: MEC, 2014.

BRASIL. **Lei 10.861, de 14 de abril de 2004.** Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - Sinaes e dá outras Providências. Publicada no Diário Oficial da União em 15 de abril de 2004.

BRITO, Lucinda Ferreira. **Integração social e educação de surdos.** Rio de Janeiro: Babel Editora, 1993. 116 p.

BUSCAGLIA, Leo. **Os deficientes e seus pais.** Rio de Janeiro: Record, 1993.

DEFICIÊNCIA - CORDE - **Declaração de Salamanca e linhas de ação.** Brasília: Independência, 1994.

ONU. Organização das Nações Unidas. **Resolução nº A/8.429 de 22 de dezembro de 1971.** Declaração de Direitos do Deficiente Mental, proclamada pela Assembleia Geral das nações Unidas. Disponível em: <<http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/Direito-dos-Portadores-de-Defici%C3%Aancia/declaracao-de-direitos-do-deficiente-mental.html>>

ELLIS, ROD. **Second language acquisition.** Oxford introductions to language study. Oxford: Oxford University Press. 1998.

ENRICONE, D. (Org.). Estudante da Educação Superior. In: MOROSINI, Marília Costa et al. **Enciclopédia de pedagogia universitária: glossário vol. 2.** Brasília: INEP/RIES: 2006. p. 418. Disponível em: <[http://www.publicacoes.inep.gov.br/detalhes.asp?pub=4096#/> >. Acesso em: 29 nov. 2013.](http://www.publicacoes.inep.gov.br/detalhes.asp?pub=4096#/)

FIES. Fundo de Financiamento Estudantil. Disponível em <sisfiesportal.mec.gov.br/faq.html> Acesso em 19 maio 2014.

FERNANDES, Eulália. **Linguagem e surdez.** Porto Alegre: Artmed, 2003. 160 p.

FERREIRA, Ma. Elisa. GUIMARÃES, Marli. **Educação inclusiva.** RJ: D.P.& A, 2003.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade.** 40 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 190 p.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. **Atratividade da carreira docente no Brasil.** São Paulo: 2009. Disponível em <<http://revistaescola.abril.com.br/pdf/relatorio-final-atratividade-carreira-docente.pdf>>. Acesso em 17 abr. 2013.

GATTI, Bernardete Angelina; BARRETTO, Elba Siqueira de Sá; ANDRÉ, Maria Eliza Dalmazo de Afonso. **Políticas docentes no Brasil: um estado da arte** Brasília: UNESCO, 2011.

LOBO, Roberto Leal. LOBO, Maria Beatriz de C. **M. Evasão no Ensino Superior: Causas e Remédios.** Folha de São Paulo. Disponível em: <www.Afrobras.com.br>

LOUREIRO, Stéfanie Arca Garrido. **Identidade étnica em reconstrução: a ressignificação da identidade étnica de adolescentes negros em dinâmica de grupo na perspectiva existencial humanista.** Revistas Estudos Feministas, Rio de Janeiro, n. 1, v. 4, p. 286, 1996.

MAUÉS, Olgaíses Cabral. **A política da OCDE para a educação e a formação docente: A nova regulação?** Educação, Porto Alegre, v. 34, n. 1, p. 75-85, jan./abr. 2011. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/>>. Acesso em 17 abr. 2013.

MELLO, Heloisa Augusta Brito de Mello. **O falar bilingüe.** Goiânia: Ed. Da UFMG. 1999.

OBEDUC. Observatório da Educação. Disponível em <<http://www.capes.gov.br/educacao-basica/observatorio-da-educacao>>. Acesso em 19 maio 2014.

ONU. Organização Mundial das Nações Unidas. **Resolução n. 37/52, de 3 de dezembro de 1982.** Programa de Ação Mundial para as Pessoas Deficientes. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/cdhm/comite-brasileiro-de-direitos-humanos-e-politica-externa/ProgAcMundPessDef.html>>

ONU. Organização das Nações Unidas. **Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência.** Brasília, 2007.

PACHECO, Eliezer; RISTOFF, Dilvo I. **Educação Superior: democratizando o acesso.** Disponível em: <<http://www.lpp-uerj.net/olped/documentos/ppcor/0314.pdf>>.

PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. Ministério da Educação. Disponível em: <<http://fne.mec.gov.br>>.

PMC. Prefeitura Municipal De Criciúma. Câmara Junior de Criciúma. SEMINÁRIO DE ESTUDOS PRÓ-IMPLANTAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR NA REGIÃO SUL CATARINENSE.1., 1968. **Anais...** Criciúma: jun. 1968.

QUADROS, Ronice Muller de, KARNOPP, Leodenir. **Linguística aplicada à língua de sinais brasileira.** Porto Alegre: Artes Médicas, 2003.

RAYS, Oswaldo Alonso. Ensino-pesquisa-extensão: notas para pensar a indissociabilidade. **Cadernos de Educação Especial.** Universidade Federal de Santa Maria, v. 1, n. 19, 2002. 114.p. Disponível em coralx.ufsm.br. Acesso em agosto de 2010.

RICTER, Marcos Gustavo. **Ensino do português e interatividade.** Santa Maria: E. da UFSM, 2000. 136 p.

RODRIGUES, José Carlos. **Antropologia e Comunicação: Princípios Radicais.** Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1989.

SILVA, Antônio Simões. **Oficina do Forgrad na Unirio.** Dezembro de 2011.

SILVA, Laureci Donde; ZORZO, Cacilda Maria; SERAFIM, Márcia Ladeia. Evasão: diagnóstico e prevenção. **Educação Brasileira.** Brasília. v. 23, n. 47, p. 155-173, jul./dez.2001.

SILVA, Marília da Piedade Marinho. **A construção de sentidos na escrita do aluno surdo.** São Paulo: Plexus, 2001.

SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves; SILVERIO, Valter Roberto. **Educação e ações afirmativas: entre a injustiça simbólica e a injustiça econômica/organização**. Brasília: INEP, 2003.

SINAES. **Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior**: Da concepção à regulamentação. 5.ed. Brasília: INEP, 2009.

SKLIAR, Carlos (org.). **A surdez: um olhar sobre as diferenças**. Porto Alegre: Mediação, 1988. 192 p.

SOBRINHO, José Dias; RISTOFF, Dilvo. Introdução. In: SOBRINHO, José Dias, RISTOFF, Dilvo. (Org.) **Universidade Desconstruída: Avaliação Institucional e resistência**. Florianópolis: Insular, 2000.

Sociolinguistic in Deaf communities. Washington, D.C.: Gallaudet university Press. 2002.

TRIGUEIRO, Michelangelo Giotto Santoro. A avaliação institucional e a redefinição das estruturas e modelos das instituições de ensino superior do país. **Avaliação: Revista da Rede de Avaliação da Educação Superior**. Campinas-SP: RAIES, v. 9, n. 3, set./2004.

UNESC. Universidade do Extremo Sul Catarinense. **Norma Administrativa nº 04/2017**. Estabelece a norma administrativa que regula o benefício de Horas Capacitação Técnico - Administrativo. UNESC: UNESC, 2017. Disponível em:<http://www.unesc.net/portal/resources/official_documents/14994.pdf?1508254901>

UNESC. Universidade do Extremo Sul Catarinense. **Norma Administrativa nº 13/2009**. Aprova o procedimento interno para o controle da capacitação de técnico-administrativos e dá outras providências. UNESC: UNESC, 2009. Disponível em:<http://www.unesc.net/portal/resources/official_documents/2417.pdf?1241122383>

UNESC. Universidade do Extremo Sul Catarinense. **Portaria n. 19/2014/Reitoria**. Altera composição da Comissão Permanente de Gestão Documental. UNESC: UNESC, 2014. Disponível em:<http://www.unesc.net/portal/resources/official_documents/9827.pdf?1395087512>

UNESC. Universidade do Extremo Sul Catarinense. **Resolução 06/2013/Câmara Ensino de Graduação**. Aprova Política de Desenvolvimento de Coleções das Bibliotecas da Unesc. UNESC: UNESC, 2013. Disponível em:<http://www.unesc.net/portal/resources/official_documents/9140.pdf?1378412356>

UNESC. Universidade do Extremo Sul Catarinense. **Resolução n. 02/2013/CSA**. Homologa as alterações do Regulamento de Bolsas Discentes de Pesquisa, de Extensão e de Pós-Graduação Stricto Sensu da UNESC, aprovadas pela Resolução n. 04/2013/CONSU. UNESC: UNESC, 2013. Disponível em:<http://www.unesc.net/portal/resources/official_documents/8516.pdf?1368020400>

UNESC. Universidade do Extremo Sul Catarinense. **Resolução n. 09/2003/CONSU**. Cria o Setor de Educação à Distância, SEAD e valida as ações já realizadas. UNESC: UNESC, 2003.

UNESC. Universidade do Extremo Sul Catarinense. **Resolução n.06/2012/CSA**. Aprova Tabela de Temporalidade Documental da Fucri e da Unesc. UNESC: UNESC, 2012.

Disponível

em:<http://www.unesc.net/portal/resources/official_documents/7983.pdf?1354884256>

UNESC. Universidade do Extremo Sul Catarinense. Aprova marco referencial **Projeto Político-Pedagógico da UNESC**. Resolução UNESC/CONSEPE n. 24/2001 de 28 de setembro de 2001. Criciúma (SC).

UNESC. Universidade do Extremo Sul Catarinense. **Portaria n. 58/2016/REITORIA**. Nomeia Comissão de Credenciamento Docente da UNESC e dá outras providências. UNESC: UNESC, 2016. Disponível

em:<http://www.unesc.net/portal/resources/official_documents/13400.pdf?1471953928>

UNESC. Universidade do Extremo Sul Catarinense. **Resolução n. 08/2015/CONSU**. Regulamenta a distribuição de docentes nos componentes curriculares: disciplinas/módulos dos cursos de graduação pelas Unidades Acadêmicas e dá outras providências. UNESC: UNESC, 2015. Disponível em:

<http://www.unesc.net/portal/resources/official_documents/11566.pdf?1434995951>.

UNESC. Universidade do Extremo Sul Catarinense. **Resolução n.12/2012/CONSU**. Aprova alteração no Regulamento da Comissão Própria de Avaliação da UNESC e revoga a Resolução n. 29/2008/CONSU. UNESC: UNESC, 2012. Disponível em:

<http://www.unesc.net/portal/resources/official_documents/7206.pdf?1341861733>

UNESC. Universidade do Extremo Sul Catarinense. **Resolução n. 01/2007/CÂMARA DE ENSINO GRADUAÇÃO**. Aprova texto indicativo para o tratamento da escrita da pessoa surda na UNESC e toma outras providências. UNESC: UNESC, 2007.

UNESC. Universidade do Extremo Sul Catarinense. **Resolução n. 02/2009/CÂMARA DE ENSINO GRADUAÇÃO**. Aprova alteração no regulamento geral de estágio dos cursos de graduação da UNESC. UNESC: UNESC, 2009. Disponível

em:<http://www.unesc.net/portal/resources/official_documents/2839.pdf?1255714338>

UNESC. Universidade do Extremo Sul Catarinense. **Resolução n. 02/2011/CÂMARA DE ENSINO GRADUAÇÃO**. Aprova Política de Educação a Distância da UNESC. UNESC: UNESC, 2011. Disponível

em:<http://www.unesc.net/portal/resources/official_documents/5643.pdf?1309873088>

UNESC. Universidade do Extremo Sul Catarinense. **Resolução n. 02/2015/CONSU**. Aprova Política de Avaliação Institucional da UNESC. UNESC: UNESC, 2015. Disponível

em:<http://www.unesc.net/portal/resources/official_documents/11355.pdf?1429012894>

UNESC. Universidade do Extremo Sul Catarinense. **Resolução n. 02/2014/CSA**. Homologa a Resolução n. 03/2014/CONSU que aprovou a Política Institucional para Egressos da UNESC. UNESC: UNESC, 2014. Disponível

em:<http://www.unesc.net/portal/resources/official_documents/10011.pdf?1398716544>

UNESC. Universidade do Extremo Sul Catarinense. **Resolução n. 02/2008/CSA**. Aprova Plano de Carreira do Corpo Técnico-Administrativo da FUCRI/UNESC. UNESC: UNESC, 2008. Disponível

em:<http://www.unesc.net/portal/resources/official_documents/2788.pdf?1255714337>

UNESC. Universidade do Extremo Sul Catarinense. **Resolução n. 03/2016/CÂMARA DE ENSINO GRADUAÇÃO.** Aprova Núcleo de Assessoria Pedagógica da UNESC, NAP, e revoga a Resolução n. 02/2010/CÂMARA ENSINO DE GRADUAÇÃO. UNESC: UNESC, 2016. Disponível

em:<http://www.unesc.net/portal/resources/official_documents/13176.pdf?1468863731>

UNESC. Universidade do Extremo Sul Catarinense. **Resolução n. 03/2011/CÂMARA PROPEX.** Aprova Política de Museus da UNESC. UNESC: UNESC, 2011. Disponível

em:<http://www.unesc.net/portal/resources/official_documents/5360.pdf?1303934195>

UNESC. Universidade do Extremo Sul Catarinense. **Resolução n. 07/2008/CÂMARA PROPEX.** Estabelece programa permanente de fomento à produção docente da pós-graduação *stricto sensu* da Unesc, *PróStricto*, revogando a Resolução n. 08/2004/CONSEPE. UNESC: UNESC, 2008. Disponível em:<

http://www.unesc.net/portal/resources/official_documents/2724.pdf?1255714336>

UNESC. Universidade do Extremo Sul Catarinense. **Resolução n. 03/2014/CONSU.** Aprova Política Institucional para Egressos da UNESC. UNESC: UNESC, 2014. Disponível

em:<http://www.unesc.net/portal/resources/official_documents/9875.pdf?1396376453>

UNESC. Universidade do Extremo Sul Catarinense. **Resolução n. 03/2008/CSA.** Aprova Plano de Carreira do Corpo Docente da UNESC. UNESC: UNESC, 2008. Disponível

em:<http://www.unesc.net/portal/resources/official_documents/1837.pdf?1225764000>

UNESC. Universidade do Extremo Sul Catarinense. **Resolução n. 03/2017/CSA.** Altera o Regulamento da Capacitação de docentes e técnicos-administrativos da Fundação Educacional de Criciúma, FUCRI, aprovado pela Resolução n. 06/2011/CSA. UNESC: UNESC, 2017. Disponível

em:<http://www.unesc.net/portal/resources/official_documents/14515.pdf?1497472793>.

UNESC. Universidade do Extremo Sul Catarinense. **Resolução n. 04/2016/CÂMARA DE ENSINO GRADUAÇÃO.** Aprova Núcleo de Assessoria ao Estudante da UNESC, NAE. UNESC: UNESC, 2016. Disponível

em:<http://www.unesc.net/portal/resources/official_documents/13177.pdf?1468864205>

UNESC. Universidade do Extremo Sul Catarinense. **Resolução n. 04/2011/CÂMARA PROPEX.** Aprova Políticas de Cultura da UNESC. UNESC: UNESC, 2011. Disponível

em:<http://www.unesc.net/portal/resources/official_documents/5361.pdf?1303934243>

UNESC. Universidade do Extremo Sul Catarinense. **Resolução n. 04/2016/CÂMARA PROPEX.** Altera a Política Editorial da UNESC. UNESC: UNESC, 2016. Disponível

em:<http://www.unesc.net/portal/resources/official_documents/12910.pdf?1462901877>

UNESC. Universidade do Extremo Sul Catarinense. **Resolução n. 05/2015/CONSU.** Aprova Política de Formação Continuada dos Docentes da UNESC. UNESC: UNESC, 2013. Disponível

em:<http://www.unesc.net/portal/resources/official_documents/11563.pdf?1434994429>

UNESC. Universidade do Extremo Sul Catarinense. **Resolução n. 06/2017/CSA.** Aprova o Estatuto da Universidade do Extremo Sul Catarinense, UNESC. UNESC: UNESC, 2017. Disponível

em:<http://www.unesc.net/portal/resources/official_documents/14992.pdf?1508254441>

UNESC. Universidade do Extremo Sul Catarinense. **Resolução n. 07/2017/CSA.** Aprova o Regimento Geral da Universidade do Extremo Sul Catarinense, UNESC. UNESC: UNESC, 2017. Disponível

em:<http://www.unesc.net/portal/resources/official_documents/14993.pdf?1508329058>

UNESC. Universidade do Extremo Sul Catarinense. **Resolução n. 07/2013/CÂMARA DE ENSINO GRADUAÇÃO.** Aprova Política Institucional de Permanência dos Estudantes com Sucesso: Descrição de programas e ações que articulam a política de permanência dos acadêmicos na UNESC. UNESC: UNESC, 2013. Disponível

em:<http://www.unesc.net/portal/resources/official_documents/9141.pdf?1378412684>.

UNESC. Universidade do Extremo Sul Catarinense. **Resolução n. 07/2014/CONSU.** Aprova o Programa de Fortalecimento das Licenciaturas. UNESC: UNESC, 2014. Disponível

em:<http://www.unesc.net/portal/resources/official_documents/10591.pdf?1410439480>

UNESC. Universidade do Extremo Sul Catarinense. **Resolução n. 07/2004/CONSU.** Aprova normas de credenciamento de docentes na UNESC. UNESC: UNESC, 2004.

UNESC. Universidade do Extremo Sul Catarinense. **Resolução n. 07/2010/CSA.** Homologa o Regulamento do Núcleo Docente Estruturante, NDE UNESC, aprovado pela Resolução n. 08/2010/Câmara Ensino de Graduação. UNESC: UNESC, 2010. Disponível

em:<http://www.unesc.net/portal/resources/official_documents/4525.pdf?1287150235>

UNESC. Universidade do Extremo Sul Catarinense. **Resolução n. 07/2011//CSA.** Aprova o Regulamento dos Benefícios da Fundação Educacional de Criciúma, FUCRI e toma outras providências. UNESC: UNESC, 2011. Disponível

em:<http://www.unesc.net/portal/resources/official_documents/5952.pdf?1315849514>

UNESC. Universidade do Extremo Sul Catarinense. **Resolução n. 10/2010/CÂMARA PROPEX.** Aprova Políticas de Esporte da UNESC. UNESC: UNESC, 2010. Disponível

em:<http://www.unesc.net/portal/resources/official_documents/4005.pdf?1277986563>

UNESC. Universidade do Extremo Sul Catarinense. **Resolução n. 10/2016/CONSU.** Aprova alterações das Políticas de Meio Ambiente e Valores Humanos da UNESC. UNESC: UNESC, 2016. Disponível

em:<http://www.unesc.net/portal/resources/official_documents/13655.pdf?1477947289>

UNESC. Universidade do Extremo Sul Catarinense. **Resolução n. 11/2013/CÂMARA DE ENSINO GRADUAÇÃO.** Altera a Resolução n. 15/2011/ CÂMARA DE ENSINO GRADUAÇÃO que dispõe sobre a mobilidade de acadêmicos e toma outras providências. UNESC: UNESC, 2013. Disponível

em:<http://www.unesc.net/portal/resources/official_documents/9515.pdf?1387479646>

UNESC. Universidade do Extremo Sul Catarinense. **Resolução n. 11/2016/CONSU.** Aprova Políticas de Ensino de Graduação da UNESC. UNESC: UNESC, 2016. Disponível em: <http://www.unesc.net/portal/resources/official_documents/13656.pdf?1477947570>

UNESC. Universidade do Extremo Sul Catarinense. **Resolução n. 11/2010/CSA.** Regulamenta as gratificações das funções administrativas de direção ou de confiança dos técnico-administrativos. UNESC: UNESC, 2010. Disponível em: <http://www.unesc.net/portal/resources/official_documents/4803.pdf?1292416272>

UNESC. Universidade do Extremo Sul Catarinense. **Resolução n. 12/2011/CÂMARA DE ENSINO GRADUAÇÃO.** Estabelece diretrizes para elaboração ou reavaliação do Projeto Pedagógico de Curso - PPC, nos cursos de graduação da UNESC e dá outras providências. UNESC: UNESC, 2011. Disponível em: <http://www.unesc.net/portal/resources/official_documents/5947.pdf?1315848421>

UNESC. Universidade do Extremo Sul Catarinense. **Resolução n. 12/2010/CÂMARA DE ENSINO GRADUAÇÃO.** Aprova documento Política de Educação Inclusiva da UNESC. UNESC: UNESC, 2010. Disponível em: <http://www.unesc.net/portal/resources/official_documents/4705.pdf?1291148007>

UNESC. Universidade do Extremo Sul Catarinense. **Resolução n. 12/2015/CONSU.** Aprova Políticas de Extensão da UNESC. UNESC: UNESC, 2015. Disponível em: <http://www.unesc.net/portal/resources/official_documents/11863.pdf?1442580444>

UNESC. Universidade do Extremo Sul Catarinense. **Resolução n. 12/2016/CONSU.** Aprova Políticas de Pesquisa e Pós-Graduação da UNESC. UNESC: UNESC, 2016. Disponível em: <http://www.unesc.net/portal/resources/official_documents/13657.pdf?1477947835>

UNESC. Universidade do Extremo Sul Catarinense. **Resolução n. 13/2013/CÂMARA DE ENSINO GRADUAÇÃO.** Aprova alteração do Regulamento Geral dos Estágios dos Cursos de Graduação da UNESC. UNESC: UNESC, 2013. Disponível em: <http://www.unesc.net/portal/resources/official_documents/9517.pdf?1387480936>

UNESC. Universidade do Extremo Sul Catarinense. **Resolução n. 13/2016/CONSU.** Estabelece a Política de Inovação da UNESC. UNESC: UNESC, 2016. Disponível em: <http://www.unesc.net/portal/resources/official_documents/13658.pdf?1477948170>

UNESC. Universidade do Extremo Sul Catarinense. **Resolução n. 14/2013/CÂMARA DE ENSINO GRADUAÇÃO.** Altera a alínea “b” do artigo 4º do Regulamento do Núcleo Docente Estruturante, NDE UNESC, aprovado pela Resolução n. 08/2010/CÂMARA ENSINO DE GRADUAÇÃO. UNESC: UNESC, 2013. Disponível em: <http://www.unesc.net/portal/resources/official_documents/9520.pdf?1434113566>

UNESC. Universidade do Extremo Sul Catarinense. **Resolução n. 14/2010/CÂMARA DE ENSINO GRADUAÇÃO.** Aprova documento de Indissociabilidade de Ensino, Pesquisa e Extensão da UNESC. UNESC: UNESC, 2010. Disponível em: <http://www.unesc.net/portal/resources/official_documents/4707.pdf?1291148459>

UNESC. Universidade do Extremo Sul Catarinense. **Resolução n. 17/2012/CONSU.** Aprova o Projeto Pedagógico Institucional da UNESC - PPI. UNESC: UNESC, 2012. Disponível em: <http://www.unesc.net/portal/resources/official_documents/7722.pdf?1349294017>

UNESC. Universidade do Extremo Sul Catarinense. **Resolução n. 21/2012/REITORIA.** Aprova o regulamento da biblioteca central Eurico Back: UNESC, 2012. Disponível em: <http://www.unesc.net/portal/resources/official_documents/7205.pdf?1341861511>